

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ALINE FÁTIMA LAZAROTTO

**“EDUCAR PARA O PROGRESSO”: AS INFÂNCIAS NA IMPRENSA ESCRITA EM
CHAPECÓ – SANTA CATARINA NA DÉCADA DE 1970**

CHAPECÓ

2021

ALINE FÁTIMA LAZAROTTO

**“EDUCAR PARA O PROGRESSO”: AS INFÂNCIAS NA IMPRENSA ESCRITA EM
CHAPECÓ – SANTA CATARINA NA DÉCADA DE 1970**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação, área de concentração em História e Historiografia da Educação: Prof.^a Dra. Silvia Maria Fávero Arend.

**CHAPECÓ
2021**

ALINE FÁTIMA LAZAROTTO

“EDUCAR PARA O PROGRESSO”: AS INFÂNCIAS NA IMPRENSA ESCRITA EM CHAPECÓ – SANTA CATARINA NA DÉCADA DE 1970

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação, área de concentração em História e Historiografia da Educação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Silvia Maria Fávero Arend.

BANCA EXAMINADORA

Silvia Maria Fávero Arend, Dra.

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Membros:

Maria Teresa Santos da Cunha, Dra.

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Jaqueleine Aparecida Martins Zarbato, Pós-Dra.

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Humberto da Silva Miranda, Dr.

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Cristina Ponte

Universidade Nova de Lisboa

Chapecó, 1º de junho de 2021

Dedico o trabalho as crianças do oeste
catarinense.

AGRADECIMENTOS

Gratidão. Gostaria de iniciar com essa expressão porque ela representa o sentimento a todos aqueles que de alguma forma atravessam as linhas que constituem esta tese. Família, amigos, colegas de trabalho, professores, autores, crianças, alunos...

Agradeço, primeiramente, à escola pública, lugar de onde falo. Espaço que na minha vida foi o único possível para acessar o conhecimento e me colocar profissionalmente. À escola que durante anos da minha vida ajudou-me a sonhar com um mundo melhor para se viver.

Um agradecimento especial a minha mãe e meu pai, que sempre acreditaram nas minhas escolhas e me apoiaram de diferentes formas na difícil tarefa de ser mãe, professora e estudante ao mesmo tempo. Obrigada por me ensinarem que a formação acadêmica é o caminho possível para enfrentar os desafios da vida cotidiana. Agradeço a minhas irmãs Jaqueline e Julia, que durante esse tempo de estudo me apoiaram e dividiram comigo as alegrias, as tristezas e o compromisso com nossas crianças.

Agradeço ao Bruno e a Valentina, meus filhos queridos, que acompanharam atentos os dias de estudo e foram compreensíveis às ausências durante o doutorado. Em especial, agradeço ao meu companheiro de vida, Alan, pela parceria e paciência durante as várias madrugadas em frente à rodoviária, aguardando a minha chegada. Obrigada por me proporcionar alegrias e me tirar um pouco das longas horas em frente ao computador.

Agradeço a Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC, principalmente ao Programa de Pós graduação em Educação. Ao queridos professores Gladis Teive, Giovana Mulinare, Vera Lucia Gaspar da Silva, Celso Carminatti e Maria Teresa Santos da Cunha pelas experiências durante as disciplinas obrigatórias e exemplo de profissionais da educação.

Aos amigos da turma de doutorado, um agradecimento especial Danielly, Juliana, Márcia, Valdecir, Luiz, Mirian, Fernanda, Verônica, Aldemir, Lucila, Monalisa. Agradeço as trocas de saberes, conversas, cafezinhos e risadas e a receptividade sempre carinhosa, para receber a colega do Oeste.

Ao LABGEF, pelo espaço de estudos e às vezes de descanso depois de quase nove horas de viagem... Ao grupo de pesquisa História da Infância e Juventudes e as amizades que dali surgiram, Daniel, Ismael, Antero, Jorge, Chirley, pessoas queridas com quem continuo a aprender muito.

Agradeço à Dra. Camila Serafim Daminelli, pesquisadora que admiro! Obrigada pelas aulas de história e o carinho ao me receber em sua casa, dividir experiências acadêmicas e se tornar minha amiga nessa trajetória acadêmica.

Nesse percurso preciso agradecer a uma pessoa especial, a Dra. Elisangela da Silva Machieski, pois carinhosamente dividiu comigo, durante um ano, o espaço da sua casa. Nesse tempo pude conhecer uma pessoa forte, inteligente, criativa a quem aprecio pelo trabalho como historiadora e professora. Elis muito obrigada!

Professora Dra. Silvia Maria Fávero Arend, gratidão por ser sua orientanda. Ao entrar no doutorado, uma das maiores aprendizagens que tive com minha orientadora é que existe na academia o que durante o curso de Pedagogia sempre ecoou na importante fala de Paulo Freire: “a boniteza do ato de ensinar”. Professora Silvia, você demonstra em cada atitude docente esta boniteza. Boniteza no rigor acadêmico. Boniteza ao nos encantar com a História e o compromisso com as infâncias e juventudes.

Agradecimento especial a minha banca de qualificação. Professor Humberto Miranda, uma pessoa incrível que conheci no doutorado, com toda a delicadeza é um exemplo de luta e militância acadêmica pelos direitos das crianças. Maria Teresa Santos da Cunha instigou-me, tanto na disciplina quanto na qualificação, à escrita historiográfica e a seguir como pesquisadora na área da História da Educação. As professoras Jaqueline Zabarta e Julice Dias, pelas importantes contribuições para qualificar a tese. Agradeço a professora Cristina Ponte, por ser referência na escolha de minhas investigações e contribuir com outro olhar para o campo do jornalismo e estudos acerca das infâncias.

Agradeço à Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), em especial ao Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), e aos professores André Onghero que, desde o mestrado, contribuiu para a localização dos documentos e me ensinou a registrar as fontes com toda atenção e cuidado de um grande historiador. A professora Mirian Carbonera, pelo apoio e carinho ao me receber sempre atenciosa as minhas dúvidas.

Agradeço a professora Suzi Laura Cunha, coordenadora do curso de Pedagogia da UNOCHAPECÓ, pelo empenho em alterar meus horários e a sensibilidade em relação às atividades acadêmicas nestes longos semestres que entrecruzaram o doutorado. Aos meus colegas de profissão, principalmente professora Marcia de Souza, que aceitou o desafio de realizar com toda sua maestria a correção deste trabalho. Agradeço ao Carlos, revisor da Editora Argos, pelos socorros na formatação, não só da tese, mas, desde 2016, dos vários trabalhos acadêmicos. Muito obrigada!

Um agradecimento à Dra. Maria dos Anjos Lopes Viela, minha orientadora da graduação em Pedagogia, instigou-me a pesquisar os jornais e me aventurar nos acervos do CEOM, atitudes de incentivo à pedagogia a olhar para outros caminhos de pesquisa. Sou grata pelo encorajamento!

Quero agradecer aos alunos da Pedagogia, pois me ensinam a cada dia a importância da educação para o nosso mundo. Em especial, às crianças, alunos e alunas das escolas públicas da cidade, do campo e das aldeias indígenas da região Oeste, que durante a tese foram me alertando sobre o compromisso que nós adultos temos com as vidas e as infâncias deles.

RESUMO

A presente tese analisou os discursos enunciados pela imprensa escrita do município de Chapecó, em Santa Catarina, acerca da criança e da infância durante a década de 1970. Elegeu-se para esta investigação dois periódicos – jornais *Folha d'Oeste* e *Correio do Sul* – editados no município de Chapecó, região Oeste de Santa Catarina. Os jornais selecionados, mesmo apresentando diferenças, compartilhavam interesses e pertenciam ao mesmo grupo social à frente da imprensa no Oeste catarinense na década de 1970. O acervo dos referidos periódicos está sob a guarda do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). O discurso jornalístico foi analisado com base nas contribuições teórico-metodológicas de Michel Foucault, para quem os discursos são transversalizados por dinâmicas de poder e saber de seu tempo. A primeira parte da tese problematizou o contexto de produção das notícias e destacou *como* e *quando* as crianças foram notícias nos referidos periódicos. Em uma conjuntura atravessada pela ditadura civil-militar, o discurso jornalístico da *Folha d'Oeste* apoiava o regime político instalado a partir de 1964. Já o *Correio do Sul*, criado no fim da década de 1970, emergiu como imprensa de cunho contestador ao sistema autoritário. Na segunda parte do estudo, demonstrou-se como a imprensa contribuiu para divulgar um discurso para destacar as identidades de determinados grupos sociais no processo de construção da região Oeste, associando-as aos processos de modernização. Na terceira parte do trabalho analisou-se o discurso enunciado pelos jornais acerca das crianças pobres da região Oeste, especialmente relativos a determinados casos de adolescentes em conflito com a lei. Para finalizar, na quarta parte do estudo, analisou-se como os jornais divulgavam determinados saberes pedagógicos que afirmavam a necessidade de escolarizar as crianças brasileiras desde a mais tenra idade, para garantir no futuro o progresso do país. A tese defende que o discurso divulgado nos dois jornais, durante a década de 1970, na região Oeste, contribuiu sobremaneira para fortalecer uma representação social de infância ideal a criança aluno que atendia aos interesses sociopolíticos e econômicos dos governantes do País na época.

Palavras-chave: Infâncias. Imprensa. Educação. Chapecó/SC. Ditadura civil-militar.

ABSTRACT

The present thesis analyzed the enunciated discourses by the printing press of Chapecó Municipality, in Santa Catarina, about the child and childhood in the 1970s. Two newspapers were selected for this research - Folha D'Oeste and Correio do Sul - edited in the Chapecó Municipality, western Santa Catarina. The selected newspapers, despite presenting differences, shared interests and were owned by the same social circle which ruled in western Santa Catarina in the 1970s. The referred newspapers collection is managed by Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). The journalistic discourse was analyzed based on the Michel Foucault theoric-methodological contributions, who believed the discourses were transversalized by power and knowledge dynamics of its time. The thesis first part problematized the news production context and highlighted how and when the children were news in the mentioned newspapers. In a civil-military dictatorship permeated conjuncture, the Folha D'Oeste journalistic discourse supported the political regime instated since 1964. Meanwhile, the Correio do Sul, created at the end of the 1970s, emerged as an opposition to this authoritarian system. In this research second part, it was shown how the press contributed to propagate a discourse that highlighted the identities of certain social groups in the western region development. In the third part of this work, the newspapers' discourse about the local poor children was analyzed, especially about cases of teenagers deemed as criminals by the law. Finally, in the research fourth part, it was analyzed how the newspapers released certain pedagogic knowledge that asserted the necessity of schooling children as early as possible, to guarantee the country's progress. This thesis supports that the discourse propagated by the two newspapers during the 1970s in the western region strongly contributed to strengthening the ideal childhood social representation as a student-child which attended the socio-political and economical interests of the country rulers of that time.

Keywords: Childhood. Press. Education. Chapecó/SC. Civil-military dictatorship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagen 1 – “Chapecó – terceira potência do Estado”	31
Imagen 2 – Acervo do CEOM com os jornais impressos	34
Imagen 3 – Acervo do CEOM com os jornais impressos	34
Imagen 4 – Prefeito Milton Sander e presidente Ernesto Geisel	39
Imagen 5 – A impaciência de uma cidade	45
Imagen 6 – Morte em buraco de rua	47
Imagen 7 – Jornal <i>Correio do Sul</i> , Cura Pop e Poc	50
Imagen 8 – Menor na cadeia de Chapecó	104
Imagen 9 – Capa com cenas de infância	139
Imagen 10 – Família Pretto	156
Imagen 11 – Carnaval 78 – Sucesso Grande	157
Imagen 12 – Mãe, milagres repetidos	159
Imagen 13 – O que as crianças de hoje receberão amanhã	162
Imagen 14 – Criança à imagem e semelhança de Deus	164
Imagen 15 – Crianças anjos	165
Imagen 16 – Criança em teatro	169
Imagen 17 – “Escolinha de Artes” de Chapecó	170
Imagen 18 – Chapecó Vitórias	173
Imagen 19 – Foto de formatura	183
Imagen 20 – Ano Internacional da Criança, 1979	192
Imagen 21 – Publicidade S. Marinho Imóveis LTDA	194
Imagen 22 – A criança universal	197
Imagen 23 – O futuro está nas crianças	200
Gráfico 1 – Temas de notícia nos jornais <i>Correio do Sul</i> e <i>Folha d’Oeste</i> (1970-1979).....	53
Gráfico 2 – Incidência de temas de notícias entre 1970 e 1979 nos jornais <i>Folha d’Oeste</i> e <i>Correio do Sul</i>	53
Gráfico 3 – Distribuição do total notícias nas categorias infância pobre e infância ideal	56
Gráfico 4 – Número de peças sobre infância idealizada e sobre infância pobre	56
Gráfico 5 – Número de peças sobre infância idealizada e sobre infância pobre	58

Gráfico 6 – Número de notícias acerca da criança/infância por ano no jornal <i>Correio do Sul</i> e <i>Folha d’Oeste</i> (1970-1979)	61
Quadro 1 – Periódicos utilizados para a pesquisa	18
Quadro 2 – Número de notícias dividido pelos temas veiculados nos jornais <i>Folha d’Oeste</i> e <i>Correio do Sul</i>	18
Quadro 3 – Temas de notícia do jornal <i>Folha d’Oeste</i> (1970-1979).....	54
Quadro 4 – Temas de notícia jornal <i>Correio do Sul</i> (1970-1979).....	55
Quadro 5 – Distribuição por gêneros jornalísticos no <i>Folha d’Oeste</i>	57
Quadro 6 – Distribuição por gêneros jornalísticos no <i>Correio do Sul</i>	58
Quadro 7 – Número de notícias sobre infância pobre e infância idealizada	60
Quadro 8 – “Vozes” nas notícias do jornal <i>Correio do Sul</i>	62
Quadro 9 – “Vozes” nas notícias do jornal <i>Folha d’Oeste</i>	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de matérias jornalísticas pesquisadas	35
Tabela 2 – Edições dos jornais <i>Folha d'Oeste</i> e <i>Correio do Sul</i> com peças jornalísticas sobre criança e infância (1970-1979)	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDI	Agência de Notícias dos Direitos da Infância
ASDI	Ação Social Diocesana
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAPEJO	Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba
CEBEM	Centro do Bem Estar do Menor
CEOM	Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina
CRT	Centro de Recepção e Triagem
CURA	Plano Comunidade Urbana para Renovação Acelerada
DNCr	Departamento Nacional da Criança
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ESG	Escola Superior de Guerra
FUCABEM	Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
FUNDESTE	Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPAI	Instituto de Proteção e Assistência a Infância
LBA	Legião Brasileira de Assistência
ONU	Organização das Nações Unidas
PNBEM	Política Nacional do Bem-Estar do Menor
Promenor	Sociedade Promocional do Menor Trabalhador
PSD	Partido Social Democrático
SAIC	S.A. Indústria e Comércio Chapecó
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
Serfhau	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SNO	Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
UNICEF	<i>United Nations Children's Fund</i>
UNOCHAPECÓ	Universidade Comunitária da Região de Chapecó

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: PARA ENTENDER OS QUE “ASSOMBRAVAM O OESTE CATARINENSE” NA DÉCADA DE 1970	15
2	UMA CIDADE, DOIS JORNAIS – DISTINTAS “VOZES”	28
2.1	O JORNAL <i>FOLHA D’OESTE</i> : UM DOS ARAUTOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR	37
2.2	O JORNAL <i>CORREIO DO SUL</i> : UM DOS ARAUTOS DA REDEMOCRATIZAÇÃO	43
2.3	OS NÚMEROS DAS NOTÍCIAS PRESENTES NOS JORNAIS <i>FOLHA D’OESTE</i> E <i>CORREIO DO SUL</i>	51
3	ENTRECRUZANDO DISCURSOS: ENUNCIADOS SOBRE A CRIANÇA POBRE	65
3.1	“OS FILHOS DE NINGUÉM”: UM CASO DESOLADOR, UM DESAFIO AOS CHAPECOENSES	65
3.2	IMAGENS DRAMÁTICAS DE INFÂNCIA “STARVING CHILDREN”	76
3.3	SOBRE OS MENINOS INFRATORES	82
3.4	É PRECISO “EDUCAR” OS FILHOS DE NINGUÉM	92
4	OS FILHOS DO ESTADO: “OS ANJOS DE CARA SUJA”	101
4.1	MENOR NA CADEIA DE CHAPECÓ DESDE OS SEIS ANOS DE IDADE: A HISTÓRIA DO PEQUENO PRISIONEIRO	101
4.1.1	Da prisão de adultos para “prisões mirins” – “Mazaropi levado a Florianópolis” ...	114
4.2	DELINQUÊNCIA: INFÂNCIAS CAPTURADAS	121
4.3	CENAS DE INFÂNCIA: QUE INFÂNCIAS?	137
5	“É PRECISO EDUCAR PARA GARANTIR O PROGRESSO E O FUTURO DA NAÇÃO”.....	147
5.1	“É DE PEQUENINO QUE SE TORCE O PEPINO”	148
5.2	A CRIANÇA UNIVERSAL E OS DISCURSOS PEDAGÓGICOS	163
5.3	“EDUCAÇÕES PRÉ-PRIMÁRIAS, UMA NECESSIDADE”: OS DISCURSOS PEDAGÓGICOS	171
5.4	1979 – ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA: A CONSTRUÇÃO DO STATUS DA CRIANÇA ALUNO	188
6	DESFECHOS.....	203

REFERÊNCIAS	208
APÊNDICE A – JORNAL <i>CORREIO DO SUL</i>.....	226
APÊNDICE B – JORNAL <i>FOLHA D’OESTE</i>.....	267

1 INTRODUÇÃO: PARA ENTENDER OS QUE “ASSOMBRAVAM O OESTE CATARINENSE” NA DÉCADA DE 1970

“Os bichos seguem ali, alimentando o passado. O passado se transforma em eco e sempre retorna. Nem sempre com a mesma roupa, mas ele retorna. Na memória e no esquecimento. E os fantasmas? Pois bem, como alguém me perguntou pelos fantasmas, só posso dizer que não há cidades nem textos sem fantasmas.”
 (PANAROTTO, 2015).

Em 7 de fevereiro de 1970, um “caso desolador” assombrou os “homens de boa vontade” que residiam na cidade de Chapecó no Oeste do estado de Santa Catarina. A imprensa local, que naquele período era representada pelo jornal *Folha d’Oeste*, publicou duas páginas inteiras referentes a um tema que preocupava sobremaneira os cidadãos. A reportagem “Um quadro desolador, um desafio aos Chapecoenses”, evocava que a cidade, mesmo cognominada como *Cidade das Rosas*, com avenidas e edifícios, apesar da riqueza que circula, há nela “um câncer, uma Biafra que causa vergonha a qualquer ser humano válido”¹. Com tom melodramático e ufanista, a narrativa jornalística descrevia as condições de vida das famílias pobres que residiam nos arrabaldes da cidade. A imagem de duas crianças acompanhava o texto de aproximadamente uma página e as apresentava como vítimas da miséria e da pobreza. O texto finalizava convocando toda a comunidade de Chapecó para uma “batalha salvadora” contra a multiplicação de “seres monstruosos que carregam do berço a promiscuidade e a marginalização”. Os discursos que circularam através da imprensa local talvez tenham gerado, em parte dos leitores e leitoras, revolta, compaixão ou, ainda, outras subjetividades...

Como afirma o escritor chapecoense Demétrio Panarotto (2015), na epígrafe desta introdução, “*o passado se transforma em eco e sempre retorna*”. As notícias de crianças, tema central desta tese, podem ser consideradas “ecos” da história de meninos e meninas do Oeste catarinense, os quais viveram as infâncias na década de 1970. Essas notícias são compreendidas como vestígios do passado, entendido a partir do que afirma o historiador Jacques Le Goff (2003, p. 51): “Toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, a seus interesses, o que não só é inevitável como legítimo. Pois que a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente.”

¹ Trechos da reportagem: “Um quadro desolador, aos Chapecoenses” (FOLHA D’OESTE, 7 fev. 1970). A expressão “Biafra” indica uma situação calamitosa de fome que ocorreu em uma região africana separada da Nigéria em 1967-1970. O vocábulo passou a ser utilizado pela imprensa da época para designar situações semelhantes.

Visando compreender melhor as infâncias no tempo presente, ainda antes de concluir o curso de Pedagogia, fui convidada a conhecer o Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM) e o acervo de jornais da imprensa local, que está sob a guarda do local. Ao folhear a primeira edição do jornal *Folha d'Oeste* de 1970, a imagem de duas crianças inquietou o meu olhar. Numa relação dialética entre “o que vi e o que me olhou”, fui percebendo que havia algo “entre” este caminho. Como afirma o filósofo e historiador Georges Didi-Huberman (1998, p. 77): “não há que escolher o que vemos e o que nos olha, há apenas que se inquietar com o entre”. Foi a partir desta “inquietação” que a imprensa foi se constituindo durante minha trajetória acadêmica em fontes/objetos de pesquisa acerca da História da infância no oeste catarinense.²

Especialmente durante a pesquisa realizada no curso de mestrado em Educação, na Universidade Federal de Santa Catarina em 2008, o acervo documental sinalizou como a imprensa escrita se constituiu em uma importante fonte para ler os discursos produzidos na tessitura dos contextos sociais. O panorama das notícias acerca da criança e da infância, realizado naquele momento, revelou o potencial da imprensa escrita na construção social da infância.

A partir dessa constatação, interessei-me em estudar o tema do discurso veiculado na imprensa durante a década de 1970 na referida região, o qual passou a afirmar de modo contundente a escola como o lugar obrigatório para as crianças pobres. Tendo em vista esse tema, elegeu-se o seguinte problema de pesquisa: *como a imprensa escrita da década de 1970 veiculou um ideário proveniente do campo pedagógico que preconizava que todas as crianças da região Oeste de Santa Catarina deveriam ser escolarizadas?*

A partir do referido problema foram formulados os seguintes objetivos principais para nortear a escrita da tese:

- *Quais foram os discursos enunciados sobre as crianças pobres da cidade de Chapecó na década de 1970, na imprensa de Chapecó?*
- *Quais foram os discursos provenientes do campo pedagógico enunciados na imprensa na década de 1970 para as crianças de Chapecó?*

Justifico o recorte temporal utilizado neste estudo em função da década de 1970 ser marcada pela implementação de políticas públicas em âmbito federal e estadual, as quais

² Aqui empresto de Georges Didi-Huberman a expressão utilizada no título da obra: “O que vemos, o que nos olha” (1998), para caracterizar a importância das imagens de crianças utilizadas pela imprensa.

visavam a escolarização em massa das crianças pobres brasileiras. Além disso, a representação social de criança, presente no discurso jornalístico, foi atravessada pelo *slogan* do período ditatorial: educar a infância para a formação de “futuros trabalhadores dóceis para a pátria”.

Anne Marie Chartier problematiza essas questões indicando que, mesmo em um tempo de direito garantido por lei, “[...] muitas crianças não tomam cotidianamente o caminho da escola, porque outras urgências as requestam: muitas trabalham, vivem em regiões em que a rede das escolas não pode ou não quer acolhê-las [...]” (CHARTIER, 2013, p. 421). A autora ressalta o quanto a obrigatoriedade da educação escolar tornou-se um desafio para os diferentes indivíduos, marcando o quanto esse processo foi atravessado por interesses políticos e transformado a partir da lutas e resistências. Além da obrigatoriedade, a escolarização passou a ser central no projeto de construção da infância, bem como no processo de construção e consolidação do Estado nacional. Conforme afirma a educadora Cynthia Greive Veiga (2002), esse processo esteve amarrado à monopolização dos saberes elementares para o Estado nacional:

A associação dos saberes pedagógicos produzidos a partir do século XVI às técnicas de controle social, em direção à produção do dispositivo escolarização, somente se tornaram possíveis quando o Estado monopolizou tais técnicas e saberes, no momento em que se tornou definitivamente necessária para o programa civilizador a incorporação dos pobres na sociedade civilizada. (VEIGA, 2002, p. 97).

As fontes que referendaram a escrita da tese estão sob a guarda do CEOM, localizado no município de Chapecó (SC). Esse espaço de memória foi criado em 1986 e se construiu como um dos primeiros programas de extensão e pesquisa da Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (FUNDESTE), que atualmente é mantenedora da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)³.

Para esta investigação, foram selecionados apenas dois dos jornais que circularam na cidade de Chapecó na década de 1970: *Correio do Sul* e *Folha d’Oeste*. A escolha dos periódicos justifica-se por terem sido os principais jornais que circularam no período, seja do ponto de vista da tiragem, seja do ponto de vista do conteúdo jornalístico que veicularam (PERUZZO, 2013, p. 12). Segundo Beltrão (2013), a imprensa que circulava nos municípios do interior do Brasil tornou-se, muitas vezes, a “voz da cidade”, o que a transformava em um poderoso instrumento de cunho político e de intervenção social.⁴

³ Ver mais em: <<https://www.unochapeco.edu.br/ceom/info/sobre-o-ceom>>.

⁴ Sobre a imprensa que circulou fora das capitais dos estados brasileiros, ver Beltrão (2013).

O jornal *Folha d'Oeste* foi fundado em 1964 no município de Palmitos (SC) e logo transferido para Chapecó. Tinha uma circulação semanal e era distribuído em 38 municípios de Santa Catarina, com sucursal em Guanabara (RJ). Já o jornal *Correio do Sul*, com tiragem semanal, foi fundado em 1977 por um grupo de jornalistas e radialistas da cidade de Chapecó. Esse jornal foi considerado o veículo com maior tiragem no período, em apenas uma edição, pôs em circulação 15 mil exemplares.

No Quadro 1 são apresentados os periódicos utilizados na construção da tese:

Quadro 1 – Periódicos utilizados para a pesquisa

Jornal	Período	Nº de peças jornalísticas sobre a criança/infância	Local de circulação
<i>Folha d'Oeste</i>	1970-1979	102	Chapecó e Região
<i>Correio do Sul</i>	1977-1979	186	Chapecó e Região

Fonte: elaboração da autora (2020), a partir do acervo do CEOM.

Após a análise dos periódicos publicados na década de 1970, foram selecionadas as peças jornalísticas que faziam referência a criança entre zero e 12 anos. Elegeu-se para a seleção das matérias jornalísticas apenas as categorias criança e infância, pois foram os vocábulos que a imprensa da época utilizou para se referir à população infantil.

Tendo como referência o protocolo de análise de conteúdo, proposto por Cristina Ponte (2005), as peças jornalísticas encontradas foram distribuídas em tabelas de acordo com cada jornal (APÊNDICES A e B) e agrupadas por temas de notícias⁵, conforme o Quadro 2:

Quadro 2 – Número de notícias dividido pelos temas veiculados nos jornais *Folha d'Oeste* e *Correio do Sul*

Temas	FO	CS
Criança/infância abandonada	11	13
Criança idealizada	15	2
Aluno	12	14
Espaço público	21	24

⁵ Os temas das notícias foram organizados a partir das contribuições de Cristina Ponte (2005, p. 180), tendo como orientação a proposta de “Protocolo de Análise de conteúdo”.

Família	20	45
Criança /Infância Infratora	1	4
Maus-tratos	0	9
Políticas públicas	9	24
Publicidade	9	47
Criança/infância trabalhadora	4	2
Total	102	186

Fonte: elaboração da autora (2020).

As produções das notícias na imprensa chapecoense, no período em estudo, ocorreram em contexto histórico caracterizado pela ditadura civil-militar, censura à imprensa, instabilidade econômica, mudanças na forma de fazer jornalismo e o início do processo de redemocratização. O inventário permitiu perceber que nos dez anos existiu um repertório fixo de temas para tratar de criança/infância. Com base no protocolo, as notícias foram organizadas respeitando ano de publicação e edição, assim foi possível subdividi-las em dez temas, conforme o conteúdo. Os temas agrupados compuseram as duas categorias escolhidas para análise: *infância idealizada* e a *infância pobre*. Isto porque os temas das notícias sinalizaram de forma expressiva as dimensões relativas à classe social, a qual nesta pesquisa foi escolhida como marcador social principal (PONTE, 2005, p. 180). É recente o uso da imprensa escrita como fonte para a escrita das narrativas históricas. Porém, deve-se reconhecê-la como um excelente material de análise, pois, como destacam Arend e Lohn (2014, p. 11), “[...] os meios de comunicação de massa são como parte constitutiva dos fenômenos sociais que marcam as memórias sociais e as narrativas históricas contemporâneas, ao assumir o papel de destaque na formação dos códigos que constituem as culturas políticas.”

A historiadora Tania de Luca (2005), pesquisadora-referência nos estudos que envolvem a imprensa brasileira, destaca a importância da materialidade na utilização dos jornais como objetos de pesquisa. Além de compreender o contexto no qual o documento/monumento foi produzido, é necessário perceber as características materiais de seu tempo, como capa, letra, impressão. Segundo a autora:

As classificações abstratas e generalizantes, por muito úteis que sejam, não prescindem da caracterização específica construída a partir da análise do próprio corpo documental selecionado, das funções auto-atribuídas, em articulação constante com a sociedade, o tempo e o espaço no qual a fonte se insere. Em outras palavras, as diferenças na apresentação física e estruturação do conteúdo não se esgotam em si mesmas; antes apontam para outras, relacionadas aos sentidos assumidos pelos periódicos no momento de sua circulação. (LUCA, 2005, p. 132).

Acerca da utilização na pesquisa histórica de fontes como os jornais, é necessário compreender esses veículos como ambientes de sociabilidades, por isso carregados de

contradições. Raquel Campos (2012, p. 64) define as fontes jornalísticas, antes de tudo, como “ambiente de sociabilidade entre pares”, espaços de visibilidade e de silenciamentos. Segundo Campos (2012, p. 64):

[...] eles são veículos peculiares, porque também se constituem como suportes de diferentes temporalidades e de falas que emanam tanto do tempo presente, do acontecimento ou da opinião imediata, da notícia dada em primeira mão – matéria-prima por excelência do jornalismo – quanto de um passado às vezes imemorial.

No campo da História da Educação, a escolha da imprensa como fonte deve-se à capacidade do discurso jornalístico apresentar as tensões existentes no contexto social. António Nóvoa (1997) reforça que a imprensa é um espaço para apreender a multiplicidade de discursos presentes no âmbito educativo. Portanto, é um campo fértil para análise historiográfica, pois permite visualizar os debates que perpassam as relações sociais.

No Brasil, Magaldi e Xavier (2008) apontam que, no campo da História da Educação, a utilização da imprensa jornalística como fonte de pesquisa tem ganhado representatividade, devido à ampla variedade de veículos existentes no País e a possibilidade de acessar as políticas educacionais que foram ao longo do tempo sendo implantadas. Na mesma direção, Bastos (2002) assinala a imprensa como um “dispositivo” do campo social, pela função de informar/enunciar acontecimentos, ideários e saberes, revelando cenários sociais e sujeitos. Faria Filho (2002) destaca que, por meio dos periódicos, é possível conhecer as estratégias utilizadas pelos diferentes agentes sociais na conformação de um campo pedagógico nacional e/ou regional, bem como na legitimação da escola como instituição central para formação intelectual da população infantojuvenil.

Marcos Cesar de Freitas (2016) infere que a criança se tornou componente descritivo de um complexo social numa sociedade em vias de modernização no século XX. Segundo o autor:

Entre os temas infância e identidade da nação brasileira é possível reconhecer um conjunto de analogias que surpreende pela reelaboração constante das perspectivas de futuro. O Brasil e as crianças do Brasil acontecerão um dia; serão um ‘não sei onde’ definindo após um ‘depende de’. A incompletude natural da criança é projetada como metáfora da nação inconclusa, e a ‘peculiaridade’ da nação inconclusa é o recurso argumentativo com o qual a história social da infância torna-se depositária dos exemplos de um quotidiano no qual tudo é fratura, fragmento e dispersão. (FREITAS, 2016, p. 351).

Durante o século XX, pesquisadores de diferentes áreas do saber demonstraram como os discursos produzidos sobre a criança, o adolescente e os jovens pobres brasileiros foram

legitimando práticas sociais em relação a essa população. As pesquisas inferem que esses discursos foram um “canal” que possibilitou a modificação das relações sociais vigentes entre essas pessoas.⁶ No campo da História da Infância e Juventude brasileira, ainda há uma centralidade em temas que caracterizam essa população como problema social (ARENDE; MOURA; SOSENSKI, 2018). Assim, é emergente ampliar os temas acerca da história da infância brasileira, principalmente, estabelecendo um diálogo entre a História da Infância e da Educação, já que grande parte dos discentes brasileiros, público alvo da educação escolar no século XX, são majoritariamente crianças, adolescentes e jovens.

A educadora estadunidense Barbara Finkelstein, em um estudo publicado na década de 1980, fazia menção a esta questão:

Se entende adecuadamente que la historia de la educación, un campo de estudio dinámico y complejo, abarca múltiples pareceres hasta ahora sin sintetizar sobre la evolución y el carácter de ideas medidas y prácticas educativas. Por tanto, no resulta sorprendente descubrir que los historiadores de la educación parezcan haberse interesado por niños y jovens de modo diverso y selectivo – ampliando y profundizando en el contenido de lo que han estudiado y como lo han estudiado – sin transformar necesariamente de manera fundamental sus esquemas interpretativos o sus métodos analíticos. Sólo muy pocos historiadores han sido sistemáticos en una tentativa de conectar la historia de la infancia a la formación de los niños con la historia de la educación, centrándose en los aprendices y el aprendizaje como aspectos fundamentales en el estudio de la historia educativa. (FINKELSTEIN, 1986, p. 21).

Ao estabelecer conexões entre estes campos de estudos, pretende-se superar os limites das produções historiográficas restritas ao educentrismo, “[...] expressão que enfatiza as limitações de se tratar as questões da educação como produzidas exclusivamente na dimensão do escolar.” (KUHLMANN; LEONARDI, 2017, p. 209).

As narrativas sobre criança e infância presentes nas páginas dos jornais foram construindo, ao longo do tempo histórico, uma “cartografia” do cenário brasileiro, deixando à mostra as violências, as diferenças sociais existentes na sociedade, as políticas públicas adotadas etc. O desafio da análise metodológica foi buscar as rupturas, os confrontos, os silêncios e as continuidades presentes nos enunciados que constituem os discursos relacionados à criança e à infância nos jornais *Folha d’Oeste* e *Correio do Sul*. As imagens, ou seja, o fotojornalismo, foram analisadas como parte constitutiva das matérias jornalísticas.

Para Foucault (2001), os discursos são transversalizados pelas dinâmicas de poder e saber de seu tempo; assim, faz-se necessário, primeiramente, compreender de que modo são

⁶ Principalmente os trabalhos de Rizzini (2011), Pilotti e Rizzini (2009), Vogel (2009) e Arend (2011).

produzidos e o que determinará sua existência. As contribuições de Michel Foucault, no que tange às relações de poder, são fundamentais. Para o autor:

[...] compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, investe; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. (FOUCAULT, 1988, p. 89).

Este conceito é importante para pensar as relações de poder que constituíram as redes de saberes e práticas acerca da infância no contexto de análise da tese, já que ele possibilita um olhar atento aos múltiplos fatores presentes no discurso da imprensa. Compreender as relações de poder a partir da teoria foucaultiana é entender que essas acontecem através de duas dimensões presentes no social e estão em toda a parte e provem de diferentes lugares. A partir de Foucault compreende-se os dispositivos como um conjunto de práticas discursivas que sempre têm uma função estratégica e se inscreve numa relação de poder correspondente a uma emergência do tempo histórico.⁷

O estudo analisa a produção dos discursos acerca da infância e utiliza como suporte as indicações de Foucault, no que se refere a olhar para os discursos a partir de quatro regras, ou “prescrições”. Primeiramente, busca-se observar como as relações de poder são interligadas as de saber para, na sequência, desenhar as modificações que as correlações de força implicam no discurso e, por último, caracterizar os múltiplos elementos discursivos, demonstrando suas descontinuidades e instabilidades. Considerando que: “[...] o discurso é uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável.” (FOUCAULT, 1988, p. 95), Desse modo, interroga-se os discursos em dois níveis: o da produtividade tática (que efeitos recíprocos de poder e saber proporcionam) e o da integração estratégica (que conjunta e que correlação de forças torna necessária a utilização do discurso).

Com a intenção de situar a temática no campo das pesquisas acadêmicas brasileiras, realizou-se busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de

⁷ O conceito de dispositivo de Foucault foi aprofundado a partir das contribuições de Deleuze (1996). Além deste, o texto “O que é um dispositivo?”, fala proferida por Giorgio Agamben em uma das conferências que realizou no Brasil, em setembro de 2005. A tradução foi feita a partir do original em italiano. Esses textos foram significativos para a compreensão do conceito, já que Foucault não produziu uma obra específica sobre o conceito de dispositivo, mas ele aparece em momentos de sua produção. Para Agamben (2005), o dispositivo é um conjunto de práxis, saberes, o objetivo é governar, controlar e orientar comportamentos, os gestos e os pensamentos dos homens.

Pessoal de Nível Superior – CAPES/Ministério da Educação/Brasil, para identificar aproximações e ampliar as leituras sobre o objeto de pesquisa. A tentativa foi direcionar o olhar para as áreas da História da Educação, tendo como filtro a linha História e Historiografia, na qual o projeto é vinculado. A investigação realizada entre os anos de 2013 e 2018 sinalizou que grande parte das pesquisas acadêmicas utilizam a imprensa como uma fonte complementar nas investigações. Desse modo, foi necessário um olhar atento aos trabalhos para identificar apenas os que privilegiavam a imprensa jornalística como única fonte de pesquisa, neste conjunto foram selecionados 11 trabalhos, entre teses e dissertações.⁸

Ao observar as teses e as dissertações foi possível identificar que, de maneira geral, os trabalhos priorizavam um ou dois jornais no processo de construção da narrativa e geralmente os periódicos seguiam à risca os interesses de determinados grupos sociais. Temas ligados principalmente ao processo de institucionalização da criança apareceram nas análises caracterizando a importância da imprensa escrita na produção de representações sociais. Além disso, as dissertações e as teses demonstraram a importância desta fonte para acessar as diversas infâncias que compõem o cenário brasileiro em diferentes temporalidades.⁹

Além do banco de teses e dissertações foram selecionados, no período de 2013 até 2016, alguns periódicos importantes da área, entre eles: *Revista Brasileira de História da Educação*, *Revista Brasileira de Educação*, *Revista da Asphe*, *Revista de História e Historiografia da Educação* e *History of Education & Children's Literature*. Nesses espaços, não foram encontrados trabalhos que dialogassem diretamente com o tema da tese.

As pesquisas acadêmicas sinalizam que os jornais emergem como uma fonte que possibilita a ampliação dos temas de estudo do campo da História da Educação e permite conhecer as representações sociais e os discursos sobre crianças que viveram em diferentes contextos sociais e históricos. Ampliar as possibilidades de acessar este conhecimento acerca de infâncias plurais contribui sobremaneira para pensar a educação a partir de um outro olhar “desviando daquilo que todos tomam como tranquilo, natural e bem sabido” (VEIGA-NETO, 2015, p. 115).

A necessidade de colocar em cena a infância como uma idade da vida acompanhou o desenrolar de várias transformações sociais ocorridas nos últimos séculos no Ocidente, e que foram determinantes para modificar não só a vida das crianças, mas da sociedade como um todo. O historiador Jacques Gélis (1991) afirma que se preocupar com a criança e representá-la

⁸ Disponíveis em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>.

⁹ Os dados desta investigação foram apresentados em Arend e Lazarotto (2020).

foi fruto de um processo lento, que iniciou aproximadamente no fim do século XIV, intensificando-se nos séculos posteriores.

Sobretudo a partir do século XVIII, os saberes médicos e pedagógicos foram construindo prescrições sobre as formas consideradas corretas de como cuidar e educar as crianças. Os dois saberes tinham o mesmo objetivo: preservar o corpo da criança. O referido autor afirma:

A essa nova forma de relação entre o indivíduo e o grupo corresponde uma nova imagem do corpo. No passado, os vínculos de dependência com relação à parentela eram vividos carnalmente; agora, eles se distendem: ‘meu corpo é meu’, e procuro poupá-lo da doença e do sofrimento; mas sei que ele é perecível e, assim, continuo a perpetuá-lo através da semente de outro corpo, do corpo do meu filho. Esse arrancar simbólico do corpo individual ao grande corpo coletivo sem dúvida constitui a chave de muitos comportamentos nos séculos clássicos. Tal modelo certamente permite compreender melhor por que a criança passa a ocupar um lugar tão importante entre as preocupações dos pais: é uma criança que amam por ela mesma e que constitui sua alegria de cada dia. (GÉLIS, 1991, p. 317).

O autor chama a atenção para uma mudança nas relações sociais dadas no âmbito da família que possibilitaram a alteração da posição da criança no corpo social. A educação, que era coletiva e pública e tinha como objetivo integrar a criança na coletividade para incorporar os interesses de representação da linhagem, passou a ser escolar e preocupada com o desenvolvimento das aptidões. Com isto, afirma Gélis (1991, p. 325), “[...] tais modelos de crianças fugiam ao comum: não obstante, contribuíram para a ‘privatização’ [...] da imagem da criança. Modelos inacessíveis, vieram fortalecer a emergência da criança como indivíduo na sociedade ocidental.”

A associação dos saberes pedagógicos e médicos serviu como instrumento para o controle social que, aos poucos, foi se “apropriando” do corpo infantil. A ideia de conservá-las a partir dos saberes científicos médicos e da moral educativa tem uma intencionalidade que advém da necessidade de separação entre ricos e pobres, e da legitimação do lugar que cada um terá na sociedade. Isso esteve correlacionado às forças estabelecidas pelo Estado nacional que, através do monopólio dos saberes, fortaleceu dispositivos para disseminação de seus interesses.

Para Jacques Donzelot (1986, p. 21):

Conservar as crianças significará pôr fim aos malefícios da criadagem, promover novas condições de educação que, por um lado, possam fazer frente à nocividade de seus efeitos sobre as crianças que lhes são confiadas e, por outro lado, fazer com que todos os indivíduos que tem tendência a entregar seus filhos à solicitude do Estado ou à indústria mortífera das nutrizes voltem a educá-los. Exalta-se o século XVIII por sua revalorização das tarefas educativas, diz-se que a imagem da infância mudou. Sem dúvida. Mas, o que se instala nessa época é uma reorganização dos comportamentos

educativos em torno de dois pólos distintos, cada qual com uma estratégia bem diferente.

Deste modo, percebe-se que as mudanças ocorridas nas relações entre crianças e adultos foram marcadas pelos discursos que, apoiados em saberes, foram normalizando práticas. Atravessados pelas redes de poder e saber de seu tempo, constituíram normas que legitimaram a vida de crianças das diferentes classes sociais. Para as crianças da classe burguesa foi necessário afastá-las do convívio com serviços e delegar a mãe o papel de “cuidadora por natureza” dos filhos e filhas. Nas classes pobres, o interesse recaiu sobre as necessidades econômicas e sociais, assim, “[...] as formas de direção da vida dos pobres com o objetivo de diminuir o custo social de sua reprodução, de obter um número desejável de trabalhadores.” (DONZELLOT, 1986, p. 22).

Os saberes constituídos sobre a infância no tempo presente são então produtos das relações sociais estabelecidas no decorrer da História. O historiador Hugh Cunningham (1998 *apud* KUHLMANN JR., 2001) afirma que estudar a infância a partir daquilo que se produziu sobre ela seja talvez o melhor caminho para compreender essa especificidade. A infância nesta direção, amparando-se no educador Moysés Kuhlmann Jr. (2001), é compreendida como condição social de ser criança. O autor realiza uma importante reflexão que norteia a construção desta tese¹⁰:

É preciso considerar a infância como uma condição da criança. O conjunto das experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais do que uma representação de infância sobre esta fase da vida. É preciso conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais, etc., reconhecê-las como produtoras da história. Desse ponto de vista, torna-se difícil afirmar que uma determinada criança teve ou não teve infância. Seria melhor perguntar como é, ou como foi, sua infância. Porque geralmente se associa o não ter infância a uma característica das crianças pobres. Mas, com isso, o significado de infância se torna imediatamente abstrato, e essas pessoas, excluídas de direitos básicos, receberão a culpa de não terem sido as crianças que foram, da forma como foi possível, irreversivelmente. (KUHLMANN JR., 2001, p. 30).

Desde os anos de 1980 as investigações produzidas pelos historiadores brasileiros sobre as infâncias e juventudes, de maneira geral, foram norteadas por referenciais teóricos provenientes de matrizes epistemológicas diferentes. Um conjunto significativo de estudos foi produzido sob a perspectiva da demografia histórica (MARCÍLIO, 1998). Um pequeno número de estudos pautou-se por referenciais que podem ser genericamente descritos como marxistas. Mais importantes, por sua difusão, foram os estudos ancorados na perspectiva

¹⁰ Para escrita da tese optou-se em abordar a infância a partir de uma perspectiva histórica.

desenvolvida pelo historiador francês Philippe Ariès (1981), que buscava descrever as práticas das pessoas e a construção de suas subjetividades nas chamadas idades da vida. Outra parcela das investigações orientou-se conforme os pressupostos enunciados por Michel Foucault acerca da gestão da população no denominado Estado Moderno. Esta investigação é tributária em parte desta última abordagem, sem desconsiderar as relevantes contribuições das outras abordagens.

Desse modo, é preciso considerar que, ao acessar os discursos jornalísticos, foi preciso questionar as fontes, na tentativa de minimizar os efeitos de uma representação social sempre marcada pelo olhar autocêntrico e pela perspectiva de uma determinada classe social. Tendo em vista a tese de que o discurso da imprensa foi de fundamental importância para a transformação da criança pobre em criança aluno, os enredos propostos neste trabalho tentaram trazer à cena histórias de meninos e meninas que interpelaram os discursos pedagógicos e, principalmente, questionaram os saberes constituídos acerca da infância.

No conjunto desses enredos que narram histórias que se conectam, o estudo apresenta a tese de que o discurso jornalístico contribui para fortalecer uma representação de infância ideal para atender aos preceitos de normalidade impostos pela sociedade da época. Os discursos pedagógicos atravessaram os enunciados legitimando um modelo universal em que a criança, pela via da educação escolar, tornar-se-ia no futuro um “cidadão útil à pátria”.

Para caracterizar os discursos presentes nos enunciados acerca da infância, a tese apresenta as narrativas jornalísticas de forma transversal. A ideia de trabalhar dessa forma pressupõe problematizar o que aparece nas notícias como natural, desviando o olhar para outros rumos. Para isto, propôs-se entrecruzar os discursos jornalísticos em enredos que compõem o movimento em torno da representação de infância ideal, como um dispositivo permeado por saberes fundamentais, para legitimar o processo de escolarização da infância.

A tese é constituída por quatro partes entrecruzadas como enredos. Na primeira parte, é possível ler e contextualizar as fontes identificando os projetos editoriais e a pluralidade de significados destes meios de comunicação. Por um lado, temos o jornal *Folha d'Oeste* emitindo ideias de futuro e progresso como condutoras das experiências sociais. Num contexto em que a imprensa serviu de porta-voz de um discurso positivo em relação à sociedade, seguindo os preceitos políticos daquele período. Fundado no mês e ano em que ocorreu o golpe de Estado, por mais de uma década o periódico contribuiuativamente para a manutenção do regime militar, mantendo-se fiel ao discurso oficial, mesmo após o início do lento processo de redemocratização.

Em 1977, na fase de encerramento da censura aos jornais impressos, surgiu em Chapecó um novo semanário o jornal *Correio do Sul* e, assim como o jornal *Folha d'Oeste*, será produzido a partir do contexto histórico determinado. Com a proposta de uma “linha editorial” ligada às problemáticas sociais, o periódico apresentou notícias que movimentaram os “brios” de algumas personalidades oestinas, assim como impactou seu alcance de tiragem, tornando-se em 1977 o jornal de maior circulação. Nesse capítulo é possível visualizar um panorama das notícias acerca da infância durante o período de estudo.

Na segunda parte, as notícias de criança e infância pobre são evocadas para caracterizar como a imprensa contribuiu para homogeneizar um discurso a partir de identidades constituídas no decorrer do processo de construção da região, pautados nos desejos de modernidade. Ancoradas no discurso que representa, as notícias denunciam a degradação da família pobre e respectivas habitações. De um lado, um povo que “progride e enriquece pelo trabalho” e, de outro, a falta de trabalho como justificativa da ausência dos preceitos necessários para viver em uma cidade moderna e civilizada.

Na terceira parte, as crianças pobres entram em cena denunciando os diferentes enunciados que buscaram transformar aqueles que assombravam o Oeste catarinense em cidadãos dóceis que serviriam a pátria. A prisão e a escola são colocadas lado a lado para sinalizar a tensão entre os considerados infratores e as demais crianças. A representação de uma infância ideal contorna as cenas de infância narradas por especialistas e jornalistas, o que produz uma representação universal de infância e legitima os projetos sociais daquele período.

A quarta parte se conecta com os demais enredos apresentados e situa os discursos jornalísticos na dimensão pedagógica. É possível perceber o discurso entorno da necessidade de educar a criança brasileira, desde a mais tenra idade, para garantir o progresso da Nação. A representação de infância como feliz, espontânea e naturalmente bela é evidenciada como uma imagem do que se pretendia com a educação escolar.

2 UMA CIDADE, DOIS JORNAIS – DISTINTAS “VOZES”

No século XX, os meios de comunicação de massa passaram a exercer função primordial na manutenção e construção dos discursos de diferentes naturezas. A imprensa escrita, um dos veículos que compõe os meios de comunicação, produz discursos que engendram formas de conceber o mundo no tempo presente. Como portadora de uma simbologia que lhe convoca a condição de detentora da verdade, ela produz, escolhe e partilha projetos sociais e atua diretamente na seleção do que deve ser lembrado e esquecido (SILVA, 2014, p. 23).

Arend e Lohn (2014) destacam que no Brasil, especialmente no século XX, os meios de comunicação de massa são fenômenos sociais que marcaram as memórias coletivas, as narrativas históricas e assumiram papel de destaque na formação das culturas políticas de determinada sociedade. No Oeste catarinense, desde as primeiras décadas do século XX, a imprensa foi um importante instrumento nas disputas políticas partidárias e na manutenção da hegemonia das elites locais. Além disto, ela se caracterizou como um dos veículos de fundamental importância na difusão de valores da alta sociedade e das camadas médias.¹¹

Chapecó está localizada no Oeste do estado de Santa Catarina, na região Sul do Brasil, e atualmente conta com uma área territorial de 624,846 km² e população estimada em 220.367 pessoas.¹² Nos registros oficiais, o município foi fundado em 1917 e considerado naquele momento território despovoado, entretanto, povos indígenas já viviam nele há muito tempo. A historiografia regional afirma que indígenas e caboclos, por possuírem modos de vida diferentes, foram expulsos e eliminados de suas terras por empresas colonizadoras, em grande parte, advindas do Rio Grande do Sul. Elas foram responsáveis por efetivar o processo de captação e comercialização de terras no Oeste catarinense e estabelecer um modo de produção com predomínio da mão de obra familiar e de cultivo de diversos produtos para comercialização, incluindo principalmente o extrativismo da madeira. A partir de 1950, estimulado pelas políticas de modernização agrícola, o “modesto povoado” começa a

¹¹ Sobre as questões político-partidárias e a relação com a imprensa no Oeste catarinense, ver Prigol (1994), Hass (2001), Siqueira (2016) e Vojniak (2004).

¹² Dados a partir do IBGE (2020). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/chapeco.html>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

vislumbrar uma nova fase de desenvolvimento na região, impulsionada pelo processo de industrialização (PAIM, 2003, p. 13).

A primeira agroindústria a ser instalada em Chapecó foi a S.A. Indústria e Comércio Chapecó (SAIC), em 1952. Com produção e comercialização de suínos, foi liderada pelo comerciante e político local Plínio Arlindo De Nêz (PSD). O empreendimento era considerado um dos maiores e demonstrava grande importância na economia do município. Na década de 1960, o governo estadual cria a Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste (SNO), com o objetivo de estreitar as relações com os interesses governamentais, impulsiona investimentos na região e fortalece projetos de desenvolvimento. A SNO teve papel fundamental em viabilizar ações lideradas pela elite local e influenciar para que o município de Chapecó, em pouco tempo, fosse um território atrativo para agroindústrias.

Em 1969 é fundada a Cooperativa Central Oeste Catarinense, conhecida também como Cooperativa Aurora Alimentos, formada por oito líderes cooperativistas e encabeçada por Aury Luiz Bodanese. A Sadia Avícola S.A. chega ao município em 1970, com produção e industrialização de perus, e começa a operar em 1973, tornando-se décadas mais tarde um dos maiores frigoríficos da América Latina. No mesmo ano é fundada a Ceval Alimentos S/A, empresa produtora de óleos vegetais, que comprou a Extrafino Extração e Refinação de Óleos Vegetais S.A., do ramo de extração e refinação de óleos vegetais e instalada em Chapecó em 1971 (ALBA, 2001, p. 310).¹³

O intenso investimento no processo de industrialização esteve amarrado aos interesses político-partidários dos grupos ligados à administração local, a qual, desde a década de 1950, era liderada por Plínio Arlindo De Nêz, responsável também por criar diversos benefícios com prioridade para as agroindústrias. Contudo, no final da década de 1960, em consonância com o projeto dos militares, a elite política local estrategicamente irá redesenhar o cenário do município por meio da expansão industrial. A chegada das indústrias no Oeste catarinense aconteceu em decorrência das redes de sociabilidade entre políticos ligados à administração local e o governo estadual, como bem apresenta Gustavo Siqueira (2016, p. 223):

¹³ A Sadia Concórdia S.A. teve sua origem em 1944, quando Atílio Fontana reativava o Frigorífico Concórdia, na cidade de Concórdia, próxima a Chapecó (ALBA, 2001, p. 310).

Evidência disso foi a aprovação de uma lei proposta pelo emedebista Armindo Collato, em 1967, isentando novas indústrias de pagamento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) e a instalação da avícola Sadia em Chapecó, em 1970, que recebeu um terreno de 150 mil metros quadrados doado pela gestão de João Destri, terraplanagem bancada pelo poder público, abertura de estradas de acesso, energia elétrica e água, além da isenção de impostos por cinco anos. A Sadia foi disputada por 14 municípios do Vale do Rio do Peixe e do oeste catarinense, instalando-se em Chapecó no momento que o presidente da avícola, Attílio Fontana, era vice-governador de Santa Catarina, indicando relações com a elite política chapecoense e contato direto com o secretário da SNO, na ocasião, Plínio A. de Nêz, além da ação da Sociedade Amigos de Chapecó.

De acordo com a pesquisadora Rosa Alba (2001), as agroindústrias em Chapecó podem ser consideradas os principais agentes econômicos de desenvolvimento do município e de boa parte da região Oeste de Santa Catarina. “Elas formaram um sistema hegemônico regional de produção, determinando a estrutura urbana e principalmente rural, com o objetivo de garantir o seu funcionamento e atender à demanda por elas criadas.” (ALBA, 2001, p. 302). Ou seja, após a instalação das agroindústrias não só a economia mudou significativamente, mas Chapecó começou a ser vista como uma cidade com traços urbanos, em contraposição ao modo de vida “rural” da região (SILVA, 2003, p. 83).

Com a mecanização do campo impulsionada pelos incentivos governamentais desde a década de 1960, a população brasileira buscava na cidade novas oportunidades de empregos. Em 1970, com um número significativo de indústrias, Chapecó começa a ser um território atrativo para aqueles que buscavam melhores condições de vida e vislumbravam novas oportunidades no trabalho assalariado das cidades. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1970 *apud* PAIM, 2003), de 1970, apontam que Chapecó contava com 49.693 habitantes, 40% das pessoas residiam na cidade (20.185 habitantes) e 60% na zona rural (29.508 habitantes). Com o fortalecimento das agroindústrias na região, na mesma década o número da população muda consideravelmente, em 1978 havia 95 mil habitantes, a maioria residia na cidade. A chegada das indústrias atraiu principalmente pessoas que viviam no campo, não só do estado de Santa Catarina, mas também do Rio Grande do Sul (PAIM, 2003, p. 16).

Chapecó muda consideravelmente, e nesse contexto o espaço urbano aos poucos é alterado em consonância com os interesses econômicos e políticos. Com isto, ocorre a modernização do aspecto físico da cidade. Existia otimismo nacionalista frente aos ideais desenvolvimentistas divulgados pelas políticas governamentais e, principalmente, pela propaganda dos administradores locais que utilizaram o processo de industrialização no Oeste para “alavancar” uma imagem grandiosa da cidade como “polo de progresso”. O jornal *Folha d’Oeste*, de Chapecó, foi uma das principais ferramentas para disseminar as maravilhas da

cidade e atrair pessoas para o trabalho na indústria. De acordo com a narrativa jornalística, ainda em 1978 Chapecó era considerada a terceira potência do Estado:

Imagen 1 – “Chapecó – terceira potência do Estado”



Fonte: *Folha d'Oeste* (22 out. 1970).

A partir das relações estabelecidas entre os administradores locais, com a implementação do projeto urbano voltado apenas aos interesses da elite local, observa-se que se projetou uma cidade considerando-se meramente os fatores econômicos. Ao analisar o Plano de Diretrizes do Desenvolvimento Urbano criado em 1973, na administração de João Destri (ARENA), com supervisão dos técnicos do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfha), Siqueira (2016) destaca os interesses em “proporcionar ao município um desenvolvimento ordenado e planejado” que atendesse principalmente aos ideários tecnocráticos desses administradores com pretensão de integrar definitivamente o município a Santa Catarina e ao projeto econômico deles próprios (SIQUEIRA, 2016, p. 228). Além disto, o projeto de desenvolvimento centrava-se na educação, principalmente numa formação técnica, divulgada como garantia de empregabilidade nas indústrias. Com isto, muitas famílias camponesas largaram suas terras e buscaram na cidade a garantia de educação para os filhos, pois almejavam melhores condições de vida. Aos agricultores era apresentada “[...] uma

imagem de maravilhas, de consumo e acesso aos bens, caso morassem na cidade e trabalhassem como assalariados.” (PAIM, 2003, p. 35).

O processo de industrialização no município tem seu ápice na conjuntura do *boom* da economia nacional do início dos anos de 1970, chamado pelo governo dos militares de “milagre econômico”. Por meio da internacionalização da economia, o estado autoritário procurou intervir nas empresas privadas com o objetivo de internacionalizar suas ações com a modernização (SIQUEIRA, 2016, p. 239). Com isto, políticas governamentais incentivaram a instalação de empresas privadas provocando um processo de “desenvolvimento” que favoreceu significativamente a economia brasileira. Entretanto, os investimentos serviram apenas aos “cofres” de uma parcela pequena da população que se beneficiou desta política. Como resultado, por um lado a concentração de renda e, por outro, índices altíssimos de desigualdade social. Os “anos dourados” para o município de Chapecó apenas consolidaram um projeto de hegemonia política e econômica, resultando na precarização da vida camponesa em razão do aumento de riqueza de um grupo político empresarial¹⁴. Como afirma Rosa Alba (2001, p. 309), as políticas:

[...] favoreceram diretamente as agroindústrias e têm subjacente o objetivo de fazer com que o capital encontre maneiras de explorar todos os espaços, fazendo uso das características naturais e sociais dos lugares. E ainda, através das políticas de educação e espírito comunitário – desenvolvido nas comunidades rurais –, conseguem ideologicamente, escamotear as contradições inerentes no próprio sistema. A exclusão e a proletarização dos demais agricultores, que não conseguem acompanhar as inovações, são explicados como sendo decorrentes de fatores pessoais e técnicos. Esta é uma maneira de neutralizar as lutas de classes, pois os problemas inerentes do próprio modo de organização são passados aos agricultores como sendo de ordem pessoal dos próprios excluídos.

Os investimentos por parte do governo federal e do estadual, associados aos interesses da administração local, fizeram com que Chapecó crescesse em termos estruturais. Enquanto alguns desfrutavam de um espaço urbano que sinalizava a chegada do progresso, outros experimentavam o desproporcional desenvolvimento. Os índices de desigualdades social gerados por uma política que visava apenas os interesses da minoria já denunciavam pobreza, miséria e falta de saneamento básico. Os principais jornais daquele período afirmavam que havia em Chapecó “um caso desolador”, uma “chaga social”, um “câncer” que envergonhava a cidade (FOLHA D’OESTE, 2 fev. 1970, p. 8), referindo-se aos bairros empobrecidos situados

¹⁴ Sobre esta questão é importante a contribuição de Silva e Hass (2017).

os arredores da principal avenida do município e apresentavam problemas como falta de iluminação pública, saneamento de água e esgoto (CORREIO DO SUL, 17 set. 1977, p. 16).

Em reportagem publicada em 1977, o jornal *Correio do Sul* trazia na capa como notícia principal a imagem de famílias que viviam em péssimas condições nos arredores da cidade. O periódico enfatizava que o “centro estava lindo, cheio de flores, enfeites de natal”, porém o mesmo não ocorria nos “arrabaldes”. Para os articulistas, no “subúrbio da cidade” a imagem era muito diferente, pois era possível observar a existência do “[...] fenômeno da marginalização crescendo na medida em que as grandes decisões eram tomadas em função dos interesses de classes ou de grupos e não em função de todo o povo.” (CORREIO DO SUL, 19 nov. 1977, Capa).

Assim, esta tese tomou os jornais como objeto e fonte de pesquisa. Por meio da imprensa é possível mobilizar discursos, problematizar saberes e representações sociais do tempo presente (LUCA, 2005). Os jornais devem ser percebidos em sua materialidade, por isso é necessário problematizar a fonte para depreender que esses documentos são produtos de um determinado contexto histórico marcado por relações de saber e poder.

Como afirmou-se na introdução deste estudo, foram selecionados dois periódicos – jornais *Folha d’Oeste* e *Correio do Sul* – editados no município de Chapecó, localizado na região Oeste de Santa Catarina. Os jornais escolhidos, mesmo apresentando diferenças, compartilhavam interesses e pertenciam ao mesmo grupo social à frente da imprensa no Oeste catarinense na década de 1970. Numa conjuntura atravessada pela ditadura civil-militar, o discurso jornalístico da *Folha d’Oeste* apoiava o regime político instalado a partir de 1964. Já o *Correio do Sul*, criando no fim da década de 1970, emergiu como imprensa de cunho contestador ao regime. Os dois jornais caracterizam momentos distintos da imprensa brasileira, o primeiro de apoio à ditadura civil-militar e o segundo como mais uma das “vozes privilegiadas da democratização” (LOHN, 2012, p. 135).

De acordo com Hermes (2005), grande parte da história da imprensa chapecoense encontrava-se armazenada, até os anos de 2000, no porão da casa de Ivo Patussi¹⁵, um dos proprietários de uma banca de jornal, localizada na principal avenida de Chapecó, desde a década de 1950. Além de proprietários da banca de jornal, os irmãos Ivo Patussi e Dino Patussi eram correspondentes até a década de 1970 do jornal *Correio do Povo*, periódico importante do estado do Rio Grande do Sul. Na casa de Ivo Patussi havia coleções de jornais editados entre

¹⁵ Ivo Patussi, vereador arenista e jornalista escrevia em 1966 para o jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre.

1940 e 1970 em Chapecó. A partir de um projeto de extensão do curso de Comunicação Social, da UNOCHAPECÓ, os materiais foram salvaguardados e encontram-se no CEOM).

Imagen 2 – Acervo do CEOM com os jornais impressos



Fonte: Acervo do CEOM.¹⁶

Imagen 3 – Acervo do CEOM com os jornais impressos



Fonte: Acervo do CEOM.

Para a coleta de dados desta tese foram investigadas 622 edições, sendo 521 do jornal *Folha d'Oeste* e 101 do jornal *Correio do Sul*, publicadas entre os anos de 1970 e 1979. As

¹⁶ Disponível em: <<https://www.unochapeco.edu.br/ceom>>. Acesso em: 6 abr. 2020.

duas coleções de jornais fazem parte do acervo do CEOM e estavam em bom estado de conservação. Por meio de fotografia foi possível reproduzir todas as matérias encontradas referentes à criança e à infância. Foram selecionadas 288 matérias: 102 do jornal *Folha d'Oeste* e 186 do jornal *Correio do Sul*, conforme descrito na Tabela 1.

Tabela 1 – Número de matérias jornalísticas pesquisadas

Jornal	Período	Nº de matérias	Local de circulação
<i>Folha d'Oeste</i>	1970-1979	102	Chapecó e região Oeste de Santa Catarina
<i>Correio do Sul</i>	1977-1979	186	Chapecó e região Oeste de Santa Catarina
Total de matérias		288	

Fonte: *Folha d'Oeste* e *Correio do Sul* (1970-1979). Acervo do CEOM.

Das 622 edições encontradas no acervo, 148 compõem o montante desta pesquisa: 66 edições do jornal *Folha d'Oeste* e 82 do jornal *Correio do Sul*. Na Tabela 2 informamos as edições e as datas de publicação:

Tabela 2 – Edições dos jornais *Folha d'Oeste* e *Correio do Sul* com peças jornalísticas sobre criança e infância (1970-1979)

Data	<i>Folha d'Oeste</i>	<i>Correio do Sul</i>
1970	06	-
1971	09	-
1972	-	-
1973	1	-
1974	4	-
1975	1	-
1976	1	-
1977	09	18
1978	18	33
1979	17	31
Total de edições com peças sobre criança e infância	66	82

Fonte: *Folha d'Oeste* e *Correio do Sul* (1970-1979). Acervo do CEOM.

No jornal *Folha d'Oeste* foram encontradas matérias jornalísticas em 66 edições publicadas no período de 1970 a 1979.¹⁷ Os anos de 1977, 1978 e 1979 concentram o maior número de edições com essas matérias jornalísticas. Do total de 66 edições, 44 correspondem ao período entre 1977 e 1979. Somente no ano de 1972 não se encontrou edição do referido jornal com matérias sobre os temas da pesquisa. Segundo Maria Aparecida de Aquino (1999, p. 207), a censura foi um “mecanismo para impedir a participação e a representação dos

¹⁷ É importante ressaltar que as coleções dos anos de 1973 e de 1976 não estão completas no acervo do CEOM.

cidadãos no nível institucional”. Para a historiadora, o ano de 1972 é considerado como o mais duro em relação à censura da imprensa brasileira. Como afirmou o jornalista da *Folha d’Oeste*, Celso Nunes Moura, “era comum a supervisão da polícia neste período”.¹⁸ Talvez esse fato explique a falta de matérias jornalísticas sobre criança e infância.

No jornal *Correio do Sul* foram encontradas peças acerca da criança e da infância em 82 edições, que correspondem aos anos de 1977, 1978 e 1979, período em que o jornal circulou em Chapecó e região Oeste de Santa Catarina. O jornal *Correio do Sul* apresenta número maior de matérias jornalísticas do que a *Folha d’Oeste*. Um novo movimento marca a imprensa no fim dos anos de 1970, a qual começou a incorporar temas ligados às demandas sociais e à abertura política. Sobre essa questão, o historiador Reinaldo Lindolfo Lohn (2014, p. 16) afirma:

A grande imprensa, que durante grande parte do período apoiou e sustentou o regime militar, apareceu como uma das vozes privilegiadas da democratização e construtora de uma memória história que consagrou a vitória de determinados agentes e setores políticos sociais.

Na análise, o historiador refere-se à grande imprensa brasileira. Todavia, temas ligados à cidadania e aos direitos começavam a fazer parte da agenda dos jornais de Santa Catarina. O *Correio do Sul*, fundado nesse contexto, apresentava maior independência na escolha de suas pautas. Jornalistas recém-formados pertenciam ao grupo do periódico, profissionais com experiência em outros espaços da imprensa, como em *O Estado*, um dos principais jornais de Santa Catarina com sede em Florianópolis.¹⁹

Percebe-se que nos anos de 1978 e 1979 o número de notícias envolvendo crianças aumentou em relação ao demais anos nos dois jornais. De acordo com a pesquisadora Cristina Ponte (2005), na viragem da década de 1970 para a de 1980 as notícias envolvendo crianças paulatinamente tornaram-se agenda nas redações de muitos jornais da Europa e da América do Norte e do Sul. Esse fato está associado particularmente ao ano de 1979, designado pela UNICEF como “Ano Internacional da Criança”. No Brasil, com o movimento de reabertura

¹⁸ Celso Nunes Moura afirmou em entrevista que foi o único jornalista a “cobrir e transmitir para o Brasil inteiro, para o mundo inteiro” a visita do general presidente Ernesto Geisel, realizada em Chapecó na metade da década de 1970. Segundo o jornalista, textos ou fotos que seriam divulgados passavam pela supervisão da Polícia Federal (CIOTTA; VALLE, 2007, p. 72).

¹⁹ Encontramos em pesquisa sobre a Rádio Índio Condá que um dos fundadores do grupo de comunicação, o jornalista Marcos Bedin, iniciou suas atividades no jornal *O Estado*, na década de 1970. Além disto, o jornalista foi secretário de imprensa e comunicação social do município por 13 anos. Seu primeiro mandato foi na administração de Milton Sander e do vice Bertaso (1977-1983). Essas informações foram encontradas na entrevista de Marcos Bedin. Disponível em: <www3.carosouvintes.org.br>. Acesso em: 6 ago. 2019.

política e as fortes denúncias de violação dos direitos de meninos e meninas nos grandes centros do País, a infância torna-se também pauta dos principais jornais nacionais, como a *Folha de São Paulo*. Nessa direção, a historiadora Silvia Maria Fávero Arend (2016, p. 1) afirma:

Um conjunto de vozes passou a manifestar-se em relação ao que se passava com crianças, adolescentes e jovens percebidos como carentes ou infratores. A imprensa escrita teve um papel de destaque nesse processo, uma vez que foi veículo de divulgação dessas narrativas, como também produziu conteúdo informativo e analítico que deu suporte aos agentes e movimentos que denunciavam o sistema. (A noção de direitos que começa a fazer pauta do discurso jornalístico da época).

Colocar em cena a infância, com ênfase para a população infantojuvenil pobre, nas páginas dos jornais brasileiros de circulação nacional (especialmente no jornal *Folha de São Paulo*) foi um “artifício” utilizado para dar visibilidade ao considerado problema social que tomava dimensões cada vez maiores no início da década de 1980 (ARENDA, 2016). Vale ressaltar que, no caso da imprensa chapecoense, o discurso em prol das políticas de assistência à infância pobre intensificou-se no final dos anos de 1970. O fenômeno da modernização da economia na região Oeste de Santa Catarina provocou, entre outras questões, uma acelerada urbanização. Esse processo de urbanização caracterizou-se por elevado número de pessoas pobres, especialmente de crianças e adolescentes, que buscavam alimentação, trabalho e abrigo nas ruas de Chapecó, como veremos posteriormente. A seguir apresentamos um pequeno histórico dos dois jornais analisados neste estudo.

2.1 O JORNAL *FOLHA D'OESTE*: UM DOS ARAUTOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR

O jornal *Folha d'Oeste*²⁰ foi fundado em 1964 no município de Palmitos, localizado na região Oeste de Santa Catarina. O jornalista Homero Milton Franco, que já atuava como vereador nessa mesma localidade, à frente do Partido Social Democrático (PSD), foi o responsável pela criação do periódico. Logo após a fundação do jornal, Homero Milton Franco foi convidado por Serafim Enoss Bertaso, do mesmo partido e presidente da SNO, para assumir a assessoria de imprensa desta instituição em Chapecó.²¹ Aproximadamente um mês após a

²⁰ Durante o período estudado a grafia do nome do jornal *Folha d'Oeste* apareceu em três formas diferentes. *Folha d'Oeste*, *Folha D'Oeste* e *Folha do Oeste*. Optamos pela grafia *Folha d'Oeste*, porque foi utilizada por maior tempo pelo periódico.

²¹ Serafim Enoss Bertaso era engenheiro, filiado ao PSD. Atuou em vários mandatos como vereador e foi prefeito de Chapecó em 1944 até 1947. Atuou também como deputado estadual e foi o primeiro titular da SNO.

criação, o jornal ganhou circulação em vários municípios da região Oeste de Santa Catarina. Nessa época, o periódico contava com uma oficina de redação instalada na primeira avenida de Chapecó. Homero Milton Franco, além de diretor e redator do jornal, exercia funções em outro veículo de informação – sistema de rádio –, e participava ativamente nas entidades sociais, como *Lions Clube*, *Rotary Club* e associações de imprensa do Oeste.²²

Serafim Enoss Bertaso e Homero Milton Franco buscavam a modernização econômica do Oeste catarinense, assim como a integração da região no cenário sociopolítico do estado de Santa Catarina da época. As aproximações entre eles possibilitaram que o Jornal *Folha d'Oeste* se tornasse um importante instrumento para garantir a hegemonia local de determinados grupos sociais que almejavam o desenvolvimento da avicultura e da suinocultura, com pilares econômicos capitalistas (a agroindústria). Ou seja, ele também serviu como “pórtico de entrada de privilegiados interesses privados na esfera pública”²³ (HABERMAS, 1984, p. 218). Nos três primeiros anos de circulação do jornal *Folha d'Oeste*, em plena ditadura civil-militar, o periódico trazia na capa a seguinte frase: “*Imparcial na informação e Independente na opinião*” (*Folha d'Oeste*, 24 dez. 1966, Capa). Entretanto, desde a fundação, os temas políticos que evidenciavam principalmente a atuação do governo dos militares e seus apoiadores ganharam as primeiras páginas do periódico, o que revela a função de porta-voz da “retórica” das elites locais. Um exemplo se lê na capa da edição 647, de 1977, na qual a figura do prefeito Milton Sander e do deputado João Cândido Linhares são conectadas a do presidente Geisel, em Brasília.

²² Sobre essa questão, ver Oliveira (1999). O autor destaca em seu estudo o papel de Homero Milton Franco no processo de fundação do Estado do Iguaçu e sua atuação como vereador na cidade de Palmitos.

²³ Habermas (1984) afirma que a imprensa se limitava à organização da circulação das notícias no século XVIII. Com as transformações políticas e com a reorganização da economia sob a ótica capitalista nos séculos XIX e XX, a imprensa modificou-se. De um jornalismo “literário” passou para um jornalismo comercial de opinião pública. Segundo o autor, “[...] certamente, com a nova figura do jornalismo de redação, quão pouco a rentabilidade do empresário preponderou sobre a sua intenção publicitária, o espírito de lucro sobre a consciência [...].” (HABERMAS, 1984, p. 214).

Imagen 4 – Prefeito Milton Sander e presidente Ernesto Geisel



Fonte: *Folha d'Oeste* (15 out. 1977, p. 10). Acervo do CEOM.

O jornal *Folha d'Oeste* circulava com uma edição por semana, cuja tiragem era de seis mil na década de 1970. O público leitor era estimado pelo jornal em três mil pessoas. As assinaturas do periódico eram anuais. Nos primeiros anos de circulação o valor da assinatura para um ano era NC\$ 7,00, para dois anos era de NC\$ 10,00 e para três anos era de NC\$ 12,00. A partir de 1970, com mudanças na moeda, era de Cr\$ 3,00 o exemplar. Não foi encontrado divulgação dos preços por assinatura neste período.

Durante os primeiros anos da ditadura civil-militar, os redatores informavam sobre os investimentos realizados no maquinário da empresa, bem como da contratação de representantes comerciais para renovar as assinaturas do jornal. Nos primeiros anos de circulação, o projeto gráfico do jornal *Folha d'Oeste* era em formato *standard*, sendo que somente em meados da década de 1970 assume um formato tabloide. Nessa época, o periódico passou a ser publicado em papel de melhor qualidade e mudanças ocorreram na diagramação e na apresentação gráfica das imagens fotográficas.

Os anunciantes do jornal variavam entre profissionais liberais, autoridades públicas locais, comerciantes e donos de indústrias. Dois anos após a sua fundação o jornal já estabelecia convênios com 27 municípios da região Oeste e no fim da década de 1970 o número aumentou para quarenta municípios. Desde as primeiras edições do jornal *Folha d'Oeste*, seus redatores anunciam que o jornal era um “perfeito serviço de Relações Públicas” à disposição das prefeituras. A seção “A tribuna dos municípios” (FOLHA D'OESTE, 11 jan. 1967, p. 4) buscava divulgar as atividades empresariais e sociais dos diferentes municípios (FOLHA D'OESTE, 14 out. 1978, p. 8) e dedicava uma página inteira às “reivindicações e possibilidades municipalistas”.

Até meados da década de 1970, o custo de publicidade era de NC\$ 400,00 por página inteira. Folheando o jornal é possível verificar que o número de anunciantes era expressivo, em que em algumas edições os anúncios do comércio local e regional ganhavam páginas inteiras. O jornal *Folha d'Oeste* era de oito a 12 páginas, sendo que as três primeiras se dedicavam às notícias sobre economia e política e as demais aos temas específicos da região. A partir da quarta página encontravam-se as colunas, que durante o período estudado diversificaram títulos e também assinaturas. Entre elas, destacam-se: “Discoteconversa”, assinada por J. L. Bohner; “Folha d'Oeste Social”, por Carmem Eibel até meados da década de 1970, depois disto a coluna ficou algum tempo sem assinatura. Em 1978, Solange Beatriz Balbinote assinou algumas edições. Na sequência, o artista plástico Paulo de Siqueira assumiu a coluna. Além destas: “Coisas da Vida”, assinada por Oracilio Costella; “Sendito da vida”, por Glenda Lunardi; “Conhecendo a verdade”, por Pastor Hartmann; e “Pingos nos Is”, sem assinatura específica. A última página do semanário “Folha esportiva” era dedicada ao esporte, principalmente ao futebol.

Os primeiros exemplares da década de 1970 obedeciam ao mesmo padrão de diagramação. Os anúncios misturavam-se na capa com a opinião da redação que, em algumas edições, aparecia em um *box* na primeira página. Para deixar os(as) leitores(as) informados(as) dos acontecimentos no Oeste de Santa Catarina, o jornal *Folha d'Oeste* publicava maior número de matérias com temáticas de cunho regional. Em algumas edições, o periódico tratava de assuntos internacionais de grande relevância na época. Correspondentes de outros estados brasileiros também colaboravam com artigos e notícias. Apenas a partir de 1977 foi possível identificar um *box* específico na segunda página dedicado aos editoriais, quando o jornal estava na direção de Celso Nunes Moura.

Em 1974, o diretor do *Folha d'Oeste*, Homero Milton Franco, convidou o diretor da Rádio Chapecó para fundar a Antares Editora Litográfica, em parceria com outros profissionais da comunicação.²⁴ Além do jornal, o grupo editava a Revista Celeiro Catarinense, que se propunha a debater assuntos de interesse regional, principalmente temas relacionados à produção agrícola, indústria e comércio. Entretanto, a sociedade não durou muito tempo, pois a partir de 1977 o jornal *Folha d'Oeste* mudou novamente de direção e passou a ser propriedade do Grupo Empresarial Editora Oeste Ltda., dirigido pelo jornalista Celso Nunes Moura.²⁵

As trocas de proprietários e de editores do jornal *Folha d'Oeste* provavelmente ocorreram, por um lado, devido às renovações no campo do jornalismo brasileiro que experimentava significativas mudanças em suas estruturas administrativas e em termos de recursos humanos tenderam a promover uma concentração no mercado em favor dos mais competitivos (LOHN, 2012, p. 123) e, por outro lado, os diferentes meios de comunicação eram “instrumentos” privilegiados para garantir a hegemonia política local de determinados grupos sociais. Os “homens da imprensa”, como se referia o jornal *Folha d'Oeste* em vários *clippings*, por meio da Associação Oestina de Imprensa e Radiodifusão (AIRA), compartilhavam, sobretudo, dos valores das elites da região.²⁶ Lentamente no fim da década de 1970 as relações no âmbito da política na região Oeste começavam a se tornar mais difusas.

Para o historiador Carlos Fico (1997), é possível observar, no discurso enunciado em jornais do período ditatorial, um tipo de “otimismo de ordem mítica” interpenetrado no imaginário social. Em relação a esta questão, o autor cita o historiador Bronislaw Baczko (1985, p. 298-299 apud FICO, 1997, p. 20):

[...] exercer o poder simbólico não significa acrescentar algo ilusório a uma potência do ‘real’, mas sim duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela junção das relações de sentido e poderio.

Ou seja, o discurso otimista em relação ao País difundido durante a Ditadura civil-militar fazia parte de “[...] um amplo processo de disputa por uma interpretação; no caso, sobre a imagem do Brasil como um país de futuro (que legitima a vocação do brasileiro para ser um

²⁴ Primeira e única rádio existente na cidade até aquela data.

²⁵ O jornalista Celso Antunes Moura atuava como radialista na Rádio Chapecó desde 1964. Em 1977, acusado de ter participado do Grupo dos Onze, Celso Nunes Moura teve o seu registro de jornalista cassado pelo governo federal, entretanto, continuou suas atividades em meios de comunicação como jornal impresso e rádio.

²⁶ De acordo com Siqueira (2016, p. 99), as elites políticas e econômicas locais possuíam vínculos que iam além das relações institucionais, pois essas pessoas compartilhavam dos mesmos espaços de socialização (clubes e associações, onde o capital social era incrementado e, em alguns casos, convertido em capital político que visava a manutenção do poder).

otimista) versus a imagem do Brasil como um país cheio de problemas, cujas soluções não são fáceis de divisar.” (FICO, 1997, p. 21).

As articulações entre os governantes federais e os estaduais aliados do regime ditatorial foram importantes para alavancar Chapecó no cenário das cidades “progressistas” do estado de Santa Catarina. Assim como em outra parte do País, os “homens da imprensa”, como a eles se referia o jornal *Folha d’Oeste* em vários *clippins* em edições da década de 1960, também se utilizaram deste discurso com pretensão de construir uma imagem otimista da região Oeste de Santa Catarina. A preocupação com o progresso era a pauta da retórica das elites locais. Como afirma Prigol (1994, p. 66, grifo no original), “[...] comportavam-se como *um Midas provinciano e conservador: tudo o que tocava se transformava em ordem, trabalho e progresso.*”

Foram encontrados no jornal *Folha d’Oeste* apenas dois suplementos infantis, de apenas uma página impressa em preto e branco. Em 1969, o jornal publicou um Suplemento Infantil contendo histórias de “Papa Capim”, “Chico Bento” e “Cebolinha”, do autor Maurício de Souza. Em 1973 foi publicado o outro suplemento intitulado “Mundo Infantil”, produzido pelo jornal *Folha d’Oeste* com a colaboração de uma professora oriunda de Chapecó. A página também visava o entretenimento das crianças e adolescentes e possuía seções variadas, tais como: seção de perguntas sobre as diferentes áreas do conhecimento, aniversariantes do mês, concursos de redação, passatempos, quebra-cabeças e gravuras para colorir. Os suplementos infantis são de extrema importância, pois representam um espaço do jornal dedicado à infância letrada, escolarizada e proveniente das camadas médias (SANTOS, 2017, p. 35). A presença deles sinaliza sobre o perfil, inclusive da população infantojuvenil, dos(as) leitores(as) do periódico. Santos (2017) destaca que desde o início do século XX encontram-se registros de suplementos infantis incorporados aos jornais catarinenses. Para a autora, a presença desse tipo de produção não está associada somente com divulgação de notícias sobre a infância, mas também com o interesse em formar um mercado editorial para atender ao consumo do público infantil.

Em 1977, na fase de encerramento da censura aos jornais, surgiu em Chapecó um novo semanário e assim como o jornal *Folha d’Oeste* foi gestado a partir de um determinado contexto histórico. De acordo com Lohn (2012, p. 140):

[...] na esteira de uma nova configuração política os jornais impressos incorporaram uma nova narrativa acerca das novas adesões sociais e do engajamento ao processo de transição para a democracia, influenciados por uma nova geração de jornalistas profissionais que se acentua com a criação do curso superior de jornalismo na UFSC.

Neste caso, emergiu uma imprensa formada por uma nova geração de jornalistas profissionais preocupados em “motivar e apoiar a sociedade civil”.²⁷

A seguir abordamos as características do outro jornal denominado *Correio do Sul* investigado nesta tese.

2.2 O JORNAL *CORREIO DO SUL*: UM DOS ARAUTOS DA REDEMOCRATIZAÇÃO

Durante os primeiros anos da década de 1970, Chapecó contava apenas com o jornal *Folha d’Oeste*. O mesmo grupo de jornalistas atuava na imprensa e na rádio Chapecó. Contudo, a partir do ano de 1976, o advogado Alfredo Lang, residente em Chapecó desde o início da década de 1970, formou um segundo grupo de jornalistas para os meios de comunicação da cidade. Natural da cidade de Getúlio Vargas, no Rio Grande do Sul, de onde ele adquiriu experiência com rádio, Alfredo Lang convidou alguns colegas do ramo da comunicação e fundou a Rádio Índio Condá e, meses depois, o jornal *Correio do Sul*.

Alfredo Lang tinha intenção de produzir um jornal com “[...] *uma linha editorial que estivesse atenta às problemáticas sociais e desvinculada de partidos políticos.*” (CORREIO DO SUL, 28 jan. 1978, grifo nosso). Nos primeiros seis meses o jornal circulava quinzenalmente como propriedade da Empresa Jornalística Correio do Sul. O presidente era Alfredo Lang, o jornalista responsável era Getúlio Rui Palma e como diagramador G. Alfredo Bays. A redação e a administração do jornal funcionavam na avenida Getúlio Vargas, em Chapecó, e a impressão era feita na Gráfica Imprima, na cidade vizinha de Xanxerê.

Desde a primeira edição o jornal *Correio do Sul* foi impresso em formato tabloide e a projeção gráfica já demarcava um tipo de jornalismo considerado moderno. As manchetes da capa indicavam, por meio do número de página, o que o leitor teria na parte interna do periódico. A qualidade gráfica do material chama a atenção, principalmente pelas imagens fotográficas que “dialogavam” com o texto escrito, além de serem coloridas.

O custo de um exemplar do jornal *Correio do Sul* variou entre C\$ 3,00 e C\$ 7,00 nos anos de 1977, 1978 e 1979. Não foi possível identificar o preço para assinaturas e anúncios. Observa-se que as reportagens estampavam as três primeiras páginas do jornal com chamadas e imagens de aproximadamente metade da folha impressa, na maior parte em cores com títulos

²⁷ Segundo Aquino (1999), no período entre 1975 e 1978 os censores se retiraram das redações onde passaram mais de dois anos ininterruptos.

em itálico. O periódico continha um editorial com o título “Da Redação”, sempre acompanhado de assinatura, em que nomes de jornalistas como Marcos Bedin se evidenciavam. Na quarta página eram apresentadas as notícias de Chapecó e da região Oeste. Em seguida, o jornal dedicava duas páginas ao esporte. Nas primeiras edições essas páginas trataram exclusivamente do time de futebol da cidade, denominado Associação Chapecoense de Futebol. As páginas nove e dez eram dedicadas às reportagens principais da edição, muitas vezes com entrevistas de especialistas no tema. Nas últimas páginas o jornal contava com algumas seções, tais como: horóscopo, Variedades, Palavras Cruzadas e uma seção “Para a mulher”, com conselhos sobre beleza. Na página 13 havia anúncios de serviços e empresas e a 14 era dedicada à publicidade da Prefeitura Municipal de Chapecó. Durante o período em estudo esta organização teve algumas alterações em relação à distribuição das reportagens.

Entre 1977 e 1979 o jornal *Correio do Sul* publicou um suplemento infantil de Mauricio de Souza, que produzia durante a década de 1970 histórias em quadrinhos para diferentes jornais. Na edição 43, de junho de 1978, a personagem “Mônica” anunciaava na capa do periódico que “juntamente com sua turma estaria os sábados em todo o Oeste por meio do jornal Correio do Sul” (CORREIO DO SUL, jun. 1978, Capa). Vimos que o jornal *Folha d’Oeste* já apresenta opções de suplementos infantis, o que difere no jornal *Correio do Sul* é a qualidade do material como apêndice do periódico. O “Jornalzinho da Mônica” esteve presente em cinco edições. O suplemento tinha cinco páginas coloridas no formato *tabloide*, contendo histórias de aventura com os personagens “Tina”, “Cascão”, “Horácio”, “Mônica” e “Cebolinha”. Na última página, a seção “Divertimentos” trazia cruzadinhas e caça-palavras. O aspecto visual do suplemento chama a atenção pelas cores e qualidade do material, assim evidencia grande investimento por parte do jornal. O material era impresso nas oficinas gráficas do Diário do Grande ABC, localizado na cidade de Santo André, estado de São Paulo, e enviado para o jornal *Correio do Sul*.

O jornal *Correio do Sul* tinha parcerias com vários municípios do Oeste catarinense, mesmo não apresentando número expressivo de anunciantes. A tiragem do periódico era significativa e registrava a circulação de 15 mil exemplares, especialmente no fim do ano de 1977, quando o jornal publicou em cores um pôster do time de futebol Chapecoense, campeão catarinense daquele ano da série principal do campeonato estadual.

O periódico tinha por objetivo noticiar temáticas de importância para a cidade e região, a partir de uma perspectiva investigativa. Na primeira edição a capa do jornal, em tom de denúncia, afirmava o seguinte: “*Golpe na ração no oeste*”; “*Assassinato de um recém-nascido*

pela própria avó em decorrência da criança ser negra". Temas que muitas vezes não "agradavam" os administradores locais, pois o jornal colocava em cena os problemas sociais decorrentes do processo de urbanização e industrialização pelos quais passava Chapecó e a região Oeste. Na capa de 19 de dezembro de 1977, observa-se este fato:

Imagen 5 – A impaciência de uma cidade



Fonte: *Correio do Sul* (10 dez. 1977, Capa). Acervo do CEOE.

A matéria "A impaciência de uma cidade" apresentava críticas ao modelo socioeconômico implementado pelas elites locais na região Oeste de Santa Catarina. Com a intenção de questionar a população sobre as transformações ocorridas em decorrência do "progresso", os articulistas afirmavam que o objetivo das denúncias era a "[...] *convicção em ver uma Chapecó humana, embelezada, sem problemas de infra-estrutura e propiciando aos seus habitantes uma vida digna e agradável.*" Para os articulistas, a presença do "progresso"

também era a presença de problemas urbanos. “*E que problemas!*” (CORREIO DO SUL, 1 out. 1977, p. 2, grifo nosso). O acelerado processo de industrialização da década de 1970, na região Oeste, trouxe consigo problemas sociais. A falta de infraestrutura urbana era um transtorno enfrentado pela maioria das pessoas moradoras dos bairros que contornavam a principal avenida de Chapecó. O entusiasmo com a instalação das indústrias, principalmente com a Sadia Avícola S.A., começava a dar espaço aos altos índices de pobreza e marginalização (PAIM, 2003).

Um mês após a circulação de várias manchetes em tom de denúncia por parte do *Correio do Sul*, o jornal *Folha d’Oeste* em editoriais mandava “recados” para o concorrente. No editorial de setembro de 1977 o editor afirmava que alguns têm “*história para contar e alguns apenas estórias, mas mesmo assim contam*”. O jornalista declarava positivamente as transformações da cidade porque “*Chapecó – Acolhe a todos. Protege a todos. Dá condições a todos*” (FOLHA D’OESTE, p. 2, 17 set. 1977, p. 2, grifo nosso). Ele ressaltava o trabalho pioneiro dos primeiros meios de comunicação do Oeste de Santa Catarina, assim como o editor ainda relatava as conquistas da cidade na substituição dos “*carreiros de animais para erguer prédios, indústrias e belas residências*” e, ao mesmo tempo, fortalecia a imagem do jornal *Folha d’Oeste* como uma imprensa “[...] que se preocupa com os problemas locais, que procura levar uma imagem bela de Chapecó sem se promover com a desgraça do outro.” Em tom ufanista, chamava-se a atenção para a “belíssima terra”, lugar acolhedor que também tem espaço “*para malfeiteiros, desajustados, desequilibrados, pessimistas, invejosos*”. O jornalista finalizou o editorial enfatizando que o jornal *Folha d’Oeste* assumia ser uma “*imprensa jovem, mas que pensa positivo e quer continuar vivendo com idealismo*”. Identificando-se com um “*soldado na manutenção e defesa dos ideais*”, os mesmos homens das famílias tradicionais da cidade e que serviriam de exemplo para os filhos, o articulista finalizou com a seguinte frase: “*Avante otimistas.*” (FOLHA D’OESTE, p. 2, 17 set. 1977, p. 2, grifo nosso).

Como vimos anteriormente, o jornal *Folha d’Oeste* incorporou a “visão” otimista como pautado discurso jornalístico durante o período ditatorial. O posicionamento do *Folha d’Oeste* frente às denúncias do *Correio do Sul* reforça o quanto a imprensa foi importante na construção de uma imagem positiva dos processos socioeconômicos e políticos daquele período.

As afirmações do jornal *Folha d’Oeste* provavelmente eram uma “reposta” das elites locais ao discurso jornalístico enunciado no *Correio do Sul*. Entretanto, as críticas do jornal *Folha d’Oeste* não silenciaram os editores do periódico. Na edição de novembro de 1977, os articulistas do *Correio do Sul*, ao problematizar as consequências do progresso, afirmavam: “*Vimos lá a marginalização manifestar-se através de situações que favorecem aos*

beneficiários privilegiados do despojamento, da paciência e da miséria dos outros.” (CORREIO DO SUL, 19 nov. 1977, p. 12).

Desde a sua primeira edição, o *Correio do Sul* anunciava a pretensão de ser “*eterno porta voz dos anseios e reivindicações das comunidades*”. O objetivo era “[...] *fazer um jornalismo autêntico, perfeitamente identificado com os problemas, cultura e costumes brasileiros, ou mais especificamente, sul-brasileiros.*” Um jornal feito por jornalistas conscientes desvinculados de “partidos políticos”, os quais assumiam interpretar e divulgar as informações “*dentro de um rigoroso senso de honestidade, imparcialidade e idoneidade profissionais.*” (CORREIO DO SUL, 1976, p. 2). Ou seja, o periódico representava um movimento no campo do jornalismo brasileiro que começa a incorporar a “voz” dos leitores e leitoras como pauta de produção jornalística. Como destaca Lohn (2012), a partir de meados da década de 1970, a imprensa brasileira não atuava mais apenas como “espectador”, mas também como “interlocutor”, sobretudo, em relação às questões políticas, sociais e econômicas. Vale observar que o *Correio do Sul* tinha uma seção dedicada a “ouvir” a comunidade. O espaço era recorrente às críticas à administração municipal em relação às obras inacabadas, à falta de investimentos em setores considerados essenciais, como educação, saneamento, habitação, entre outras.

Exemplo desse processo é a reportagem publicada em janeiro de 1978 com a história e uma criança que morreu brincando em um buraco de rua, aberto pela Prefeitura Municipal de Chapecó para a realização de escavações na cidade, com o objetivo de reformar a canalização para asfaltamento. Em edições anteriores, o jornal havia publicado a opinião insatisfeita da população frente ao grande número de valas abertas, as quais colocavam em *risco a vida alheia sem nenhuma sinalização*. Porém, a imagem do caixão levado pela comunidade, a morte de um “*menino que gostava de jogar futebol*” (CORREIO DO SUL, 14 jan. 1978, p. 6), por consequência de atos da prefeitura, comoveu a população chapecoense.

Imagen 6 – Morte em buraco de rua



Fonte: *Correio do Sul* (14 jan. 1978, p. 6). Acervo do CEOM.

Além de estampar na capa do *Correio do Sul* a imagem do buraco aberto sem nenhuma proteção, o periódico trazia a cobertura completa do velório realizado na residência da criança, vítima do acidente. O tom sensacionalista dado pelo editor na redação da matéria, provavelmente, deve ter alarmado a população. Afinal, uma criança inocente tinha sido vítima da falta de infraestrutura e segurança da Prefeitura Municipal. Concluiu a reportagem que o descaso da Equipe de Engenharia da Prefeitura ocasionou a morte do pequeno “Eterson” (CORREIO DO SUL, 14 jan. 1978, p. 6).

Aproximadamente dois meses após a publicação dessa matéria, em *box* na capa do *Correio do Sul*, Alfredo Lang, diretor do periódico, comunica aos leitores que “A Empresa Jornalística *Correio do Sul*”, por motivos ligados à “estruturação interna da sociedade, não mais poderia, sem exigir um sacrifício demasiado de seus integrantes, continuar a editoração do semanário” e, desse modo, a empresa seria dada à “Litografia Editora do Oeste”. Afirma o diretor:

[...] estamos neste momento, ao fazermos esta doação, com nossa consciência tranquila de havermos cumprido com o compromisso assumido; e como testemunho neste ramo de atividade, fica nossa saudosa bagagem do que foi escrito, deixando nesta despedida, a reiteração das metas basilares de nosso empreendimento: interpretar e divulgar informações, dentro de um rigoroso senso de honestidade, imparcialidade e idoneidade profissional, sem servilismo, sem demagogias. (CORREIO DO SUL, mar. 1978, Capa).

Após a publicação da reportagem sobre a morte da criança em função das obras da prefeitura, o prefeito de Chapecó Milton Sander telefonou para os anunciantes do *Correio do*

Sul para solicitar que eles se retirassem do semanário.²⁸ O jornal *Correio do Sul* sofreu um tipo de censura comum na imprensa escrita. Aquino (1999, p. 222) afirma:

Muitas e variadas são as formas de atuação da censura no âmbito da imprensa escrita. Existe um tipo que se exerce internamente e pode ser denominada de empresarial, pois é fruto de pressões econômicas, às quais, particularmente, os órgãos da grande imprensa cedem, já que parcela significativa de suas receitas se origina da publicidade. Essas opressões podem advir não apenas do grupo cujos interesses são representados pelos proprietários do periódico, mas também dos anunciantes. Ambos podem sentir-se incomodados com a divulgação de determinadas notícias e, assim, independente do contexto histórico, sendo inerente à estrutura de uma grande empresa capitalista, obrigada a fazer concessões e a ceder a pressões.

Em abril de 1978, o jornal *Correio do Sul* passou a pertencer à “Litografia Editora do Oeste”, dirigida por Wanderlei Nicodemos Marcilio, Nadir Dal Agnol e Amilton Martins Lisbôa. Nesse período, o jornal sofreu alterações na diagramação e nas escolhas das pautas jornalísticas, que passaram a ser mais favoráveis à administração local. As mudanças são visíveis nas primeiras edições no comando dos novos diretores. Na capa da edição 51 de 1978, em comemoração ao aniversário do município, o periódico trazia a seguinte frase “Quem muda, muda por alguma razão”. A reportagem principal em destaque na capa era sobre o trabalho desenvolvido pela coordenadora do projeto Menor, ligado ao Centro de Promoção Social do município. Iolanda Domingues, chamada pelo periódico de “mãe preta”, é fotografada junto a várias crianças e desfilando na principal avenida de Chapecó. A reportagem engrandece as ações realizadas pela coordenadora na tarefa de “servir a pessoa necessitada”, afinal, Chapecó “via suas ruas sendo invadidas por meninos desamparados, pobres e indigentes” e os moradores pensavam em ajudar a solucionar a “chaga humana que aos poucos ameaçava ser incalculável”. Entretanto, reafirma o jornal que o trabalho de “D. Iolanda, mulher negra, mãe de três filhos e viúva” é o grande responsável pelo funcionamento dos órgãos de assistência como a Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor (FUCABEM) e os Centros do Bem Estar do Menor (CEBEMs) (CORREIO DO SUL, 28 ago. 1978, p. 3).²⁹

As atividades da prefeitura começam a ser constantes neste novo formato do jornal, com as mudanças iniciadas em 1º de agosto de 1978. Outro exemplo significativo foi a capa de 17 de novembro, em que o prefeito Milton Sander é fotografado com “mais de mil pessoas” no ato de inauguração do projeto do governo federal Plano Comunidade Urbana para Renovação Acelerada (CURA), financiado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). A notícia enfatiza

²⁸ Informação obtida em entrevista realizada no dia 14 de novembro de 2019, nas dependências da rádio Índio Condá com Alfredo Lang, diretor e fundador do jornal *Correio do Sul*.

²⁹ FUCABEM- Política – Humberto solicitou para sinalizar.

as transformações realizadas pelo então prefeito em relação ao espaço urbano da cidade. Vê-se na imagem:

Imagen 7 – Jornal *Correio do Sul*, Cura Pop e Poc



Fonte: *Correio do Sul* (17 nov. 1978, Capa).

Desse modo, vê-se que durante o período as ações da prefeitura municipal foram evidenciadas pelo jornal, o qual desconstruía a imagem de imprensa que estava preocupada em trazer à tona os problemas sociais da cidade do progresso. Um ano depois, o jornal troca de administradores novamente e passa a ser comandado por Hilton Araldi e como editor o jornalista Hugo Paulo Gandolfi de Oliveira. Em janeiro de 1979, os editoriais indicam que o jornal *Correio do Sul* retomava o seu caráter crítico frente aos problemas sociais da cidade e região.

Hugo Paulo Gandolfi de Oliveira, jornalista recém-formado na Universidade Federal de Santa Maria, comprometido com o processo de redemocratização do País, produzia textos com teor crítico. O editorial “Posição”, assinado por ele, posicionava-se frente à situação não só do município, mas também do País. Temas como “Torturas”, em que o jornalista afirma “[...] um dos maiores desenvolvimentos que o Brasil conseguiu após a revolução de 64 foi no setor de repressão [...]”, estavam conectados com temas sobre a “Falta de água em toda a cidade” e os problemas em relação à falta de “transporte coletivo”. Crítico e realista, o jornalista apontava problemáticas sociais (CORREIO DO SUL, 27 mar. 1979). No final de 1979, o periódico publicou as últimas edições e fechou as portas.

Ao contextualizar a fonte documental é possível perceber a “pluralidade de significados sociais que os meios de comunicação não cessam de construir” (BARBOSA, 2014, p. 10). Deste modo, os elementos aqui apresentados permitem dizer que no projeto editorial do jornal *Folha d’Oeste* prevaleceram ideias de futuro e progresso como condutoras das experiências sociais desencadeadas pelas transformações socioculturais daquele período. A partir da produção de notícias no contexto em que era necessário divulgar uma imagem positiva da sociedade, o trabalho jornalístico atuou de acordo com os preceitos políticos que coordenavam a sociedade brasileira naquele período. Fundado no mês de abertura da ditadura civil-militar, por mais de uma década, o periódico representou no Oeste catarinense uma imprensa que contribuiu ativamente para a manutenção do regime militar, mantendo-se fiel ao discurso hegemônico, mesmo após o início do lento processo de redemocratização. A partir de 1977, na fase de encerramento da censura aos jornais impressos, surge em Chapecó um novo cenário e, assim como o jornal *Folha d’Oeste*, será produzido a partir do contexto histórico determinado. Neste caso, emerge uma imprensa formada por nova geração de jornalistas, profissionais preocupados em “motivar e apoiar a sociedade civil”.³⁰

2.3 OS NÚMEROS DAS NOTÍCIAS PRESENTES NOS JORNAIS *FOLHA D’OESTE* E *CORREIO DO SUL*

Após seleção das notícias acerca da criança/infância nos jornais *Folha d’Oeste* e *Correio do Sul*, entre 1970 e 1979, buscamos organizar o material. Tendo como suporte o protocolo de análise de conteúdo proposto por Ponte (2005), foi elaborado um inventário das publicações em cada um dos referidos periódicos. A partir de análise anacrônica e sincrônica foi possível responder as seguintes questões: Que eventos e questões foram consideradas matérias noticiáveis em cada jornal? Em que seções aparecem? Em que gêneros jornalísticos? Que mudanças ocorreram no tempo em relação aos temas de notícias? Que temas são notícias nos jornais? O que é comum e o que é diferente? É possível identificar uma agenda partilhada de assuntos? (PONTE, 2005, p. 178).

³⁰ De acordo com Lohn (2014, p. 17), “[...] na esteira de uma nova configuração política os jornais impressos incorporaram uma nova narrativa acerca das novas adesões sociais e do engajamento ao processo de transição para a democracia, influenciados por uma nova geração de jornalistas profissionais que se acentua com a criação do curso superior de jornalismo na UFSC.” Acerca do encerramento da censura à imprensa escrita, de acordo com Aquino (1999), é possível identificar o período de 1975-1978 como o momento em que os censores se retiram das redações, onde passaram mais de dois anos interrompidos.

Como vimos anteriormente, a produção das notícias na imprensa chapecoense no período em estudo ocorreu em contexto histórico caracterizado pela ditadura civil-militar, censura à imprensa, instabilidade econômica, mudanças na forma de fazer jornalismo e o movimento de redemocratização. O inventário permitiu perceber que nos dez anos existiu um repertório fixo de temas para tratar de criança/infância. Com base no protocolo, as notícias foram organizadas respeitando ano de publicação e edição, assim foi possível subdividi-las em dez temas, conforme o conteúdo. Os temas de notícia agrupados compuseram as duas categorias escolhidas para análise: *infância idealizada* e *a infância pobre*. Isto porque os temas das notícias sinalizaram de forma expressiva as dimensões relativas à classe social, a qual nesta pesquisa foi escolhida como marcador social principal (PONTE, 2005, p. 180).

A categoria *infância idealizada* foi composta pelos seguintes temas: família, espaço público, publicidade, aluno e infância ideal. Segue a apresentação deles:

- **Publicidade:** imagens de crianças em propagandas de lojas comerciais, indústrias e de órgãos públicos;
- **Família:** aniversários, em destaque os que fazem referência aos nomes dos familiares; crianças com os pais e/ou mães;
- **Espaço público:** peças que apresentavam crianças transitando em parques, festas da comunidade, comemorações, carnaval e atividades da administração pública; crianças presentes em eventos políticos, tais como comícios, posse de autoridades, entrevistas de prefeitos e presidentes da República;
- **Infância Ideal** (associada à infância romantizada): a criança representada a partir de imagem angelical; infância percebida enquanto período da vida de maior proximidade ao estado da natureza (PONTE, 2005, p. 33);
- **Aluno:** criança escolarizada.

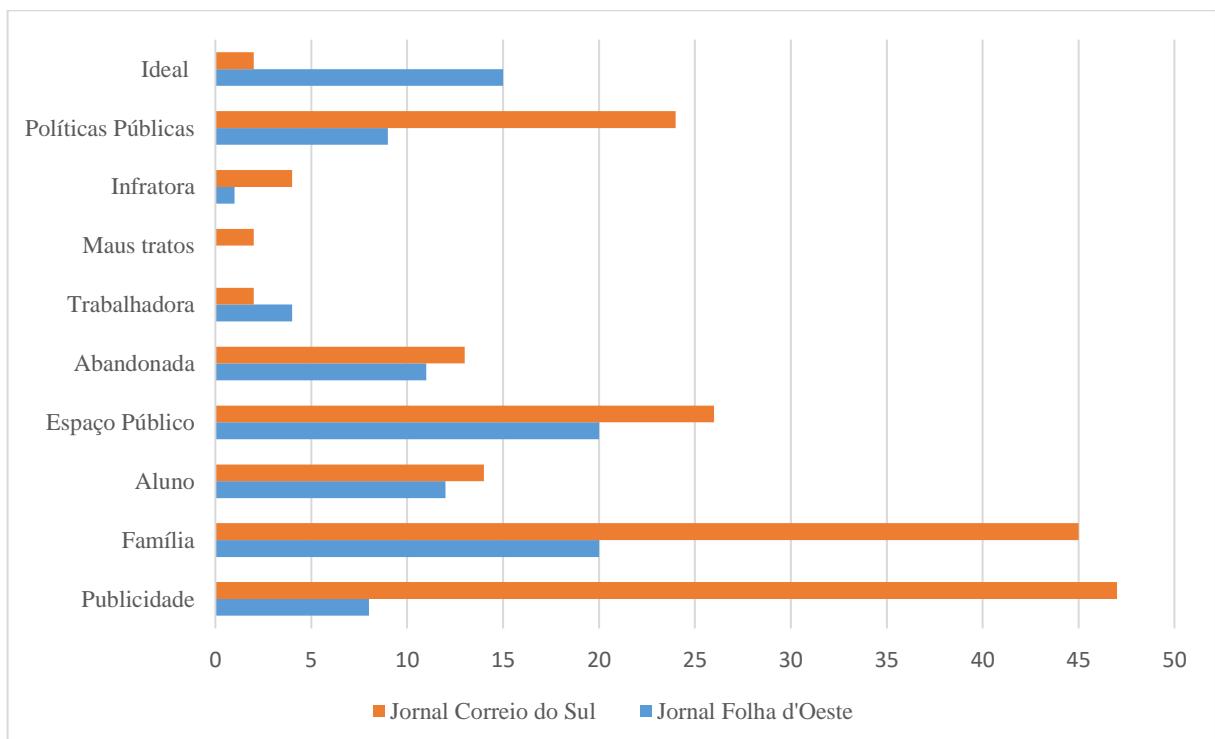
Os temas de notícia que compuseram a categoria *infância pobre* foram os seguintes: criança/infância abandonada, políticas sociais, maus-tratos, criança/infância infratora, trabalhadora. A seguir a apresentação deles:

- **Criança/infância abandonada:** crianças identificadas como sem famílias ou responsáveis. Abandonadas em portas de casas ou na rua. Usuárias de instituições de assistência sem a presença de figuras parentais;
- **Criança/infância “infratora”:** comparada com um adulto; não apresenta características consideradas como infantis. É apresentada a partir de estereótipos;

- **Políticas sociais:** peças jornalísticas que evidenciam ações de instituições governamentais ligadas às políticas públicas;
- **Maus-tratos:** violência física e psicológica. Pedofilia;
- **Criança/infância trabalhadora:** crianças que trabalhavam como vendedores ambulantes, domésticas e engraxates.

O Gráfico 1 apresenta como os temas estiveram distribuídos em cada periódico:

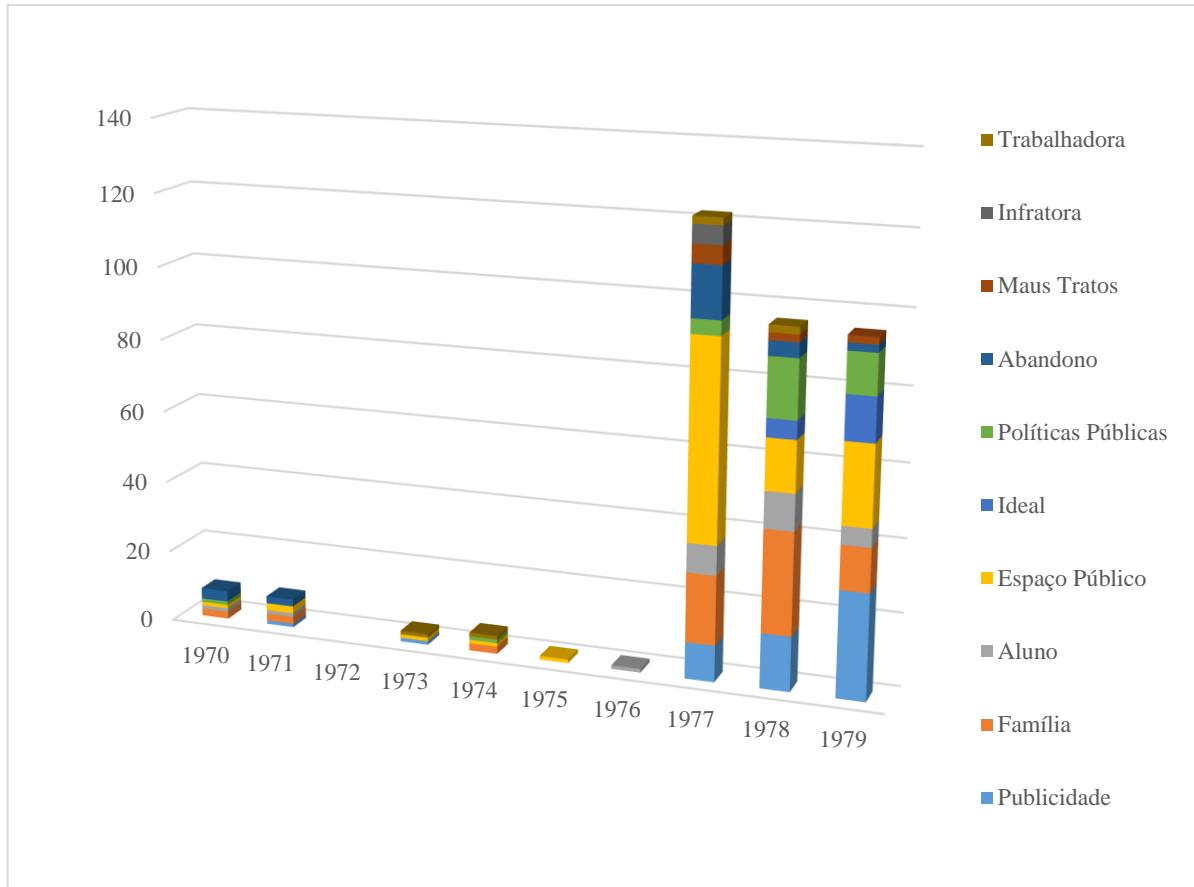
Gráfico 1 – Temas de notícia nos jornais *Correio do Sul* e *Folha d'Oeste* (1970-1979)



Fonte: *Folha d'Oeste* e *Correio do Sul* (1970-1979). Acervo do CEOM.

Mesmo sendo fundado em 1977, no curto tempo de existência o Jornal *Correio do Sul* apresentou significativo número de notícias sobre criança/infância. Publicidade, políticas sociais, abandono e família foram os temas que se destacaram no periódico. No Gráfico 2 é possível verificar como eles foram se alternando durante os anos pesquisados.

Gráfico 2 – Incidência de temas de notícias entre 1970 e 1979 nos jornais *Folha d'Oeste* e *Correio do Sul*



Fonte: *Folha d'Oeste* e *Correio do Sul* (1970-1979). Acervo do CEOM.

Até 1977, principalmente nos dois primeiros anos da década, o *Folha d'Oeste* abordou temas como criança/infância abandonada, espaço público e família com maior frequência. No *Correio do Sul*, o tema publicidade emerge com grande força de forma concomitante com o da família, presente ao longo de todo o período. O tema espaço público adquire destaque em 1977 devido aos “embates” no âmbito do discurso sobre a cidade de Chapecó, travados entre os dois periódicos apresentados anteriormente. Possivelmente, a presença de determinados temas de notícias, com exceção da publicidade, em um dos jornais influenciava a pauta do outro jornal. Este fato será demonstrado posteriormente.

Os temas de notícias que tratam das políticas sociais tomam vulto a partir de 1977, possivelmente porque neste período foi instalada em Chapecó a coordenadoria regional da FUCABEM. Estes temas declinam a partir de 1978 e quase não aparecem no ano de 1979.

O Quadro 3 apresenta os temas presentes no jornal *Folha d'Oeste*:

Quadro 3 – Temas de notícia do jornal *Folha d'Oeste* (1970-1979)

Temas	Número de peças
-------	-----------------

Família	20
Espaço público	21
Criança ideal	15
Aluno	12
Criança/infância abandonada	11
Políticas públicas	09
Publicidade	09
Criança/infância trabalhadora	04
Criança/infância infratora	01
Total	102

Fonte: *Folha d'Oeste* (1970-1979). Acervo do CEOM.

Como vimos no Quadro 3, no conjunto dos temas de notícias do jornal *Folha d'Oeste*, a família e o espaço público foram os mais frequentes. Já a temática criança/infância infratora é tratada pelo jornal apenas uma vez em uma década. Conclui-se, então, que o discurso acerca da infância idealizada ocupava um espaço privilegiado nesse jornal.

O Quadro 4 apresenta os temas de notícias do jornal *Correio do Sul*:

Quadro 4 – Temas de notícia jornal *Correio do Sul* (1970-1979)

Temas	Número de peças
Publicidade	47
Família	45
Espaço público	26
Políticas públicas	24
Aluno	14
Criança/infância abandonada	13
Maus-tratos	9
Criança/infância infratora	4
Ideal	2
Criança/infância trabalhadora	2
Total	186

Fonte: *Correio do Sul* (1970-1979). Acervo do CEOM.

As crianças da publicidade, a família e o espaço público, assim como no jornal *Folha d'Oeste*, são os temas de notícias mais abordados no jornal *Correio do Sul*. Neste periódico, o tema de notícia da publicidade ganhou maior visibilidade. Um tema de notícia que não está presente no jornal *Folha d'Oeste* e é abordado pelo jornal *Correio do Sul* é o dos “maus-tratos”.

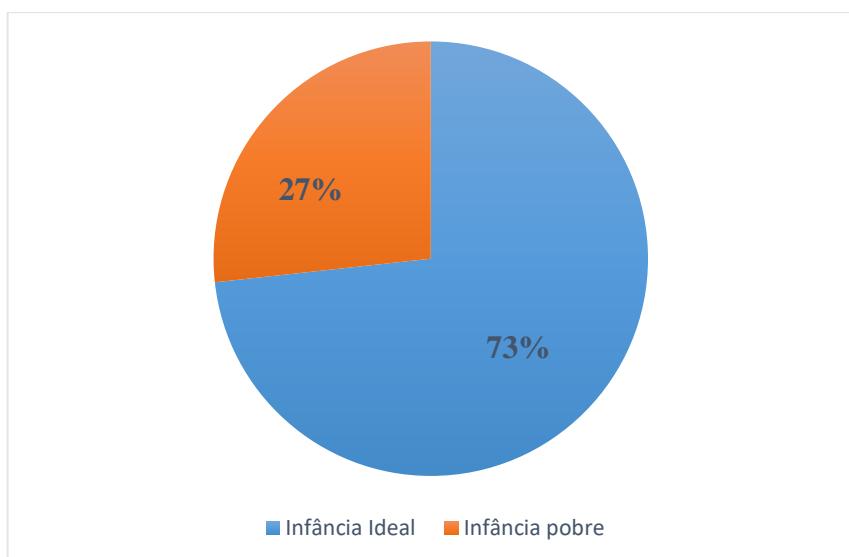
Os temas de notícias foram agrupados em duas grandes categorias – *infância idealizada* e a *infância pobre* –, para dar conta das representações sociais de criança/infância que circularam na imprensa escrita de Chapecó no período estudado. A definição das referidas categorias deu-se a partir de questões que norteiam a análise do discurso jornalístico: 1) quem produz o discurso (jornalistas/jornais); 2) para quem o discurso é produzido (leitores); 3)

intencionalidade do discurso; 4) o contexto histórico no qual o discurso foi produzido. Ponte (2005, p. 40) afirma o seguinte:

Haverá assim motivos, racionais e não racionais, para que as crianças e a infância sejam uma temática com noticiabilidade nos jornais de informação geral. A construção social da infância e das suas crianças é idealizada a partir do mundo dos adultos e das suas agendas – públicas e políticas – dos seus consensos profundos, mas também dos pontos de vista divergentes (e muitas vezes circunstanciais) que disputam nas diversas arenas.

O Gráfico 3 apresenta a distribuição de peças tendo em vista as duas categorias distribuídas nos dois periódicos:

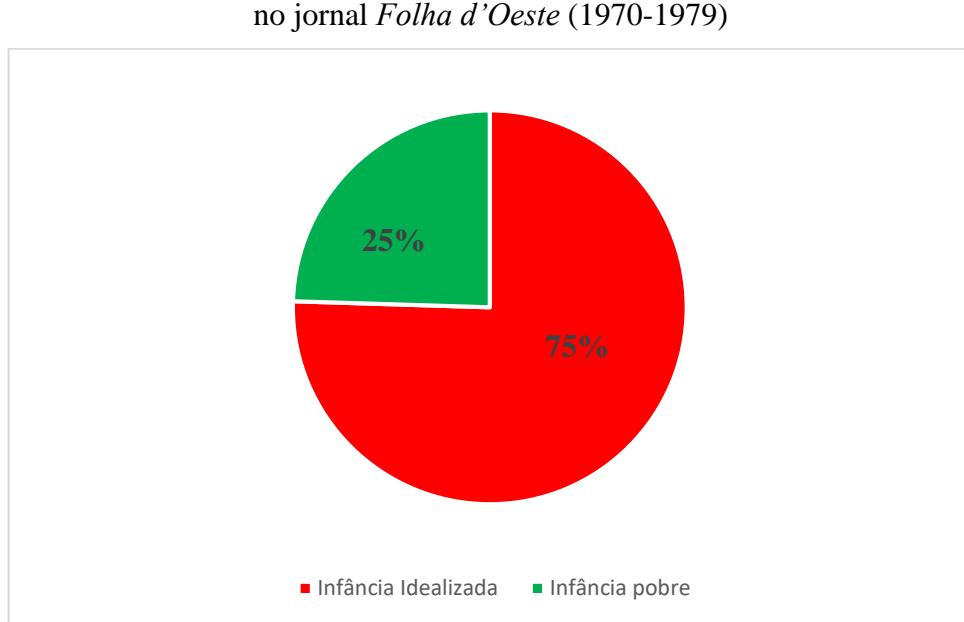
Gráfico 3 – Distribuição do total notícias nas categorias infância pobre e infância ideal nos jornais *Correio do Sul* e *Folha d'Oeste* (1970-1979)



Fonte: *Correio do Sul* e *Folha d'Oeste* (1970-1979). Acervo do CEOM.

Das 288 peças selecionadas a partir dos dois periódicos, 73% fazem referência à infância idealizada e 27% em relação à infância pobre. Os dados caracterizam o “abismo infranqueável” que prevalece na história da infância no Brasil entre uma infância considerada privilegiada e uma infância considerada pobre (PILOTTI; RIZZINI, 2009, p. 16). Na distribuição das peças por categorias, em cada periódico, os gráficos informam sobre a prevalência da infância idealizada. Conforme o Gráfico 4, a distribuição por categorias no jornal *Folha d'Oeste* é a seguinte:

Gráfico 4 – Número de peças sobre infância idealizada e sobre infância pobre



Fonte: *Folha d'Oeste* (1970-1979). Acervo do CEOM.

O Gráfico 4 demonstra que o discurso jornalístico do *Folha d'Oeste* produziu uma representação social de criança/infância construída, sobretudo, a partir da perspectiva do devir, ou seja, do(a) “brasileiro(a) de amanhã”, na família, na escola, no espaço público, entre outros. Os 25% dos temas de notícia que ganharam menor visibilidade foram agrupados na categoria infância pobre.

O Quadro 5 apresenta a distribuição das notícias por gêneros jornalísticos no jornal *Folha d'Oeste*:

Quadro 5 – Distribuição por gêneros jornalísticos no *Folha d'Oeste*

Notícia e notícia breve	
Coluna	28
Anúncio	26
Crônica	15
Fotocomentário	12
Reportagem	7
Fotolegenda	6
Mensagem, chamada, pronunciamento	4
Editorial	3
Total de peças	102

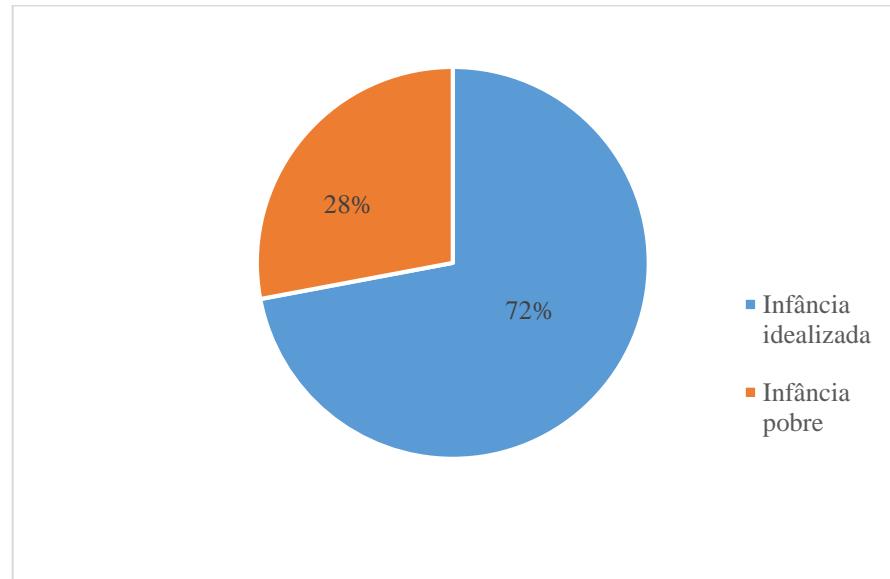
Fonte: *Folha d'Oeste* (1970-1979). Acervo do CEOM.

No Quadro 5 é possível visualizar que os gêneros jornalísticos também denunciam os espaços que as crianças circularam na década de 1970, elementos que serão abordados nesta tese. É possível perceber maior número de peças referentes a notícias e colunas sociais. Assim

como os espaços dos editoriais, vê-se com menos espaços as imagens acompanhadas de mensagens e pronunciamentos.

O Gráfico 5, a seguir, mostra a distribuição por categorias no jornal *Correio do Sul*.

Gráfico 5 – Número de peças sobre infância idealizada e sobre infância pobre no jornal *Correio do Sul* (1970-1979)



Fonte: *Correio do Sul* (1970-1979). Acervo do CEOM.

O jornal *Correio do Sul* acompanhou os mesmos índices do jornal *Folha d'Oeste*, ou seja, 72% dos temas de notícias referem-se à infância idealizada e 28% refere-se à infância pobre. Vimos anteriormente que o jornal do *Correio do Sul* apresentou um discurso com teor diferenciado do jornal *Folha d'Oeste*. Mesmo o periódico tratando dos problemas sociais, comunidade com maior ênfase, o número de notícias sobre a infância idealizada é significativo. Os temas de notícias que contribuíram para esses números foram os relativos à família e à publicidade.

O Quadro 6 apresenta as seções do periódico *Correio do Sul*, nas quais a criança/infância foram notícia.

Quadro 6 – Distribuição por gêneros jornalísticos no *Correio do Sul*

Anúncio	60
Notícia e notícia breve	41
Coluna	40
Reportagem	27
Chamada	7
Fotocomentário	3
Crônica	2
Fotolegenda	2
Editorial	3
Artigos	1
Total	186

Fonte: *Correio do Sul* (1970-1979). Acervo do CEOM.

Como se observa no Quadro 6, a presença de crianças na publicidade foi significativa no período de circulação do periódico *Correio do Sul*. As propagandas variaram de produtos direcionados à família, como roupas, eletrodomésticos e principalmente presentes para o Dia dos Pais. Chama a atenção que na data comemorativa do Dia das Mães as propagandas não aparecem. A relação da criança com o bem-estar da família é evidente e a publicidade glorificava este elemento como garantia na compra do produto. Em uma propaganda das Lojas Catarinenses, estabelecimento pioneiro na cidade, a imagem de três crianças sorrindo e brincando com bola ao ar livre com a figura do “Pai” de costas para o leitor e esforçando-se para pegar a bola jogada pelos filhos evoca a ideia de que comprar um presente era “lembra daquele que nunca esquece dos filhos”. Com isto, além de oferecer um produto, a propaganda reforçou papéis tradicionais de uma família estruturada socialmente (CORREIO DO SUL, 11 ago. 1978, p. 7).

A criança divinizada também fez parte da maioria dos anúncios do *Correio do Sul*. As mensagens natalinas e de ano novo foram espaços comuns de imagens de infância angelicais, anjos desejando felicidade em propagandas de diferentes instituições, como prefeituras, escolas, comércio e indústria. Em 1977, as Lojas Grazziotin apresentam a imagem de uma menina sorrindo, acompanhada da frase: “Fomos criados à imagem e semelhança de Deus. E o próximo ano é uma ótima oportunidade para começarmos a fazer por merecer esta graça.” (CORREIO DO SUL, 24 dez. 1977, p. 25). Percebe-se a evocação de uma infância sacratizada, infância “[...] divinizada, vestígio de Deus na terra, associando a felicidade diretamente ao sagrado, aproximando a imagem da criança a de Deus e que justifica o consumo do produto.” (BRITES, 2000, p. 250).

A historiadora Olga Brites (2000), em importante trabalho sobre a publicidade e a construção de imagens de infância a partir da imprensa escrita no Brasil, afirma que desde a década de 1950 a criança fez parte tematicamente da propaganda. Entretanto, os anúncios ainda

não tinham a criança como público preferencial, elas apareciam de forma indireta e a criança escolhida como personagem era aquela em que a família tinha acesso ao consumo.

Nesse sentido, a propaganda contribuiu de forma a significativa para elaborar imagens de infância e família. Atuou, ainda, como elemento importante na elaboração daquilo que se desejava para o social, englobando elementos de exibição pública. No produto, por meio da publicidade, depositaram-se valores que expressaram desejos, configurando um destino identificado a ‘prazer’ e ‘felicidade’. (BRITES, 2000, p. 274).

Apenas no ano de 1977, com a circulação do jornal *Correio do Sul* em Chapecó, o número de notícias sobre a infância pobre se aproxima do número de notícias acerca da infância idealizada, conforme se observa no Quadro 7.

Quadro 7 – Número de notícias sobre infância pobre e infância idealizada no jornal *Correio do Sul* e no jornal *Folha d’Oeste* (1970-1979)

Ano	Nº de notícias infância pobre	Nº de notícias infância idealizada
1970	3	5
1971	3	5
1972		
1973	1	2
1974	2	3
1975		1
1976		1
1977	30	42
1978	23	72
1979	15	80
Total	77	211

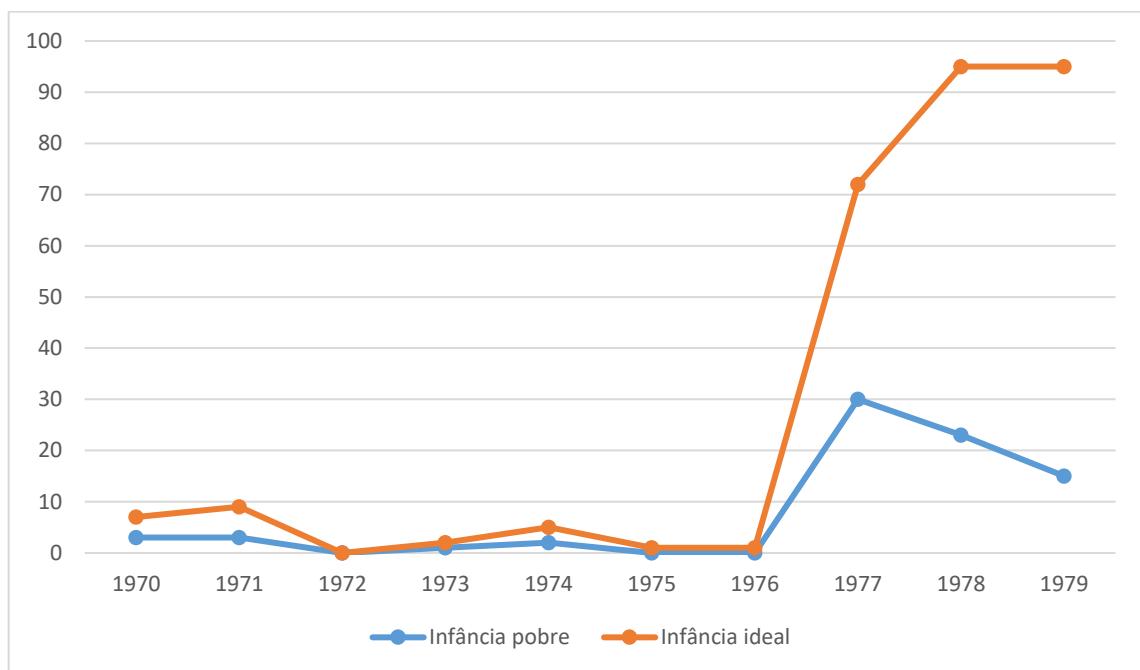
Fonte: *Correio do Sul* e *Folha d’Oeste* (1970-1979). Acervo do CEOM.

Os dados acima sinalizam aumento significativo de notícias sobre a infância pobre no final da década de 1970. O cenário da imprensa local é parte de um movimento mais amplo que marcou a imprensa brasileira, estando associado, por um lado, à difusão do discurso da Psicologia e da Sociologia Funcionalista e, por outro, às diretrizes emanadas da Organização das Nações Unidas (ONU) que instituíram 1979 como o “Ano internacional da criança”. Para Arend (2016), a presença de uma “agenda da infância” no discurso jornalístico nacional/local aconteceu também pelo “papel de destaque que a imprensa desenvolveu na difusão, elaboração e construção” de novas legislações para a população infantojuvenil brasileira no final da década

de 1970, especialmente em relação à construção do Código de Menores em 1979 (ARENDA, 2016, p. 2).³¹

O Gráfico 6 demonstra o crescimento de notícias acerca da criança/infância nos últimos anos da década de 1970.

Gráfico 6 – Número de notícias acerca da criança/infância por ano no jornal *Correio do Sul* e *Folha d’Oeste* (1970-1979)



Fonte: *Correio do Sul* e *Folha d’Oeste* (1970-1979). Acervo do CEOM.

Outra questão merecedora de destaque na análise do aumento de notícias acerca da criança/infância no período está associada à incorporação do público leitor de mulheres das camadas médias. Neste contexto, os jornalistas são vistos como mediadores de notícias com maior aproximação dos leitores comuns. Com isto, a construção da noticiabilidade é marcada por definições de interesse e a criança serve como “cabide noticioso”, tornando-se referência moral (PONTE, 2005). Para Cristina Ponte (2005, p. 89):

Neste jornalismo de proximidade que convoca vivências do quotidiano de classe média para as apresentar como notícia, a noticiabilidade da infância é definida a partir do olhar dos pais e de outras vozes de autoridade, como profissionais de educação, especialistas, líderes da comunidade a nível social, econômico e espiritual.

³¹ Para esta questão, ver Boeira (2018).

A multiplicidade de “vozes” que aparecem no discurso acerca da infância, principalmente nos últimos anos da década de 1970, evidencia a afirmação da autora. Na observação das notícias foi possível identificar diferentes “vozes” autorizadas a emitirem discursos acerca da população infantojuvenil. O jornal *Correio do Sul*, como vimos anteriormente, buscou produzir a “voz” do maior número de profissionais a serviço da comunidade por meio jornalismo investigativo. O Quadro 8 apresenta as “vozes” presentes nas notícias:

Quadro 8 – “Vozes” nas notícias do jornal *Correio do Sul*

Vozes nas notícias	Total
Políticos e figuras públicas	18
Família	15
Polícia	11
Médicos e enfermeiros	10
Assistente social	8
Professores	6
Pessoas da comunidade	5
Juiz	4
Crianças	3
Advogado	2
Religiosos (padre, bispo e freira)	1
Total de “vozes”	83

Fonte: *Correio do Sul* (1970-1979). Acervo do CEOM.

Das 186 notícias acerca da criança/infância presentes no jornal *Correio do Sul*, foram identificadas “vozes” em 83 delas. O número diversificado de “vozes” de especialistas, pessoas públicas e da comunidade está associado à perspectiva do jornalismo investigativo.

O jornal *Folha d’Oeste* mostrou-se tímido frente às mudanças da imprensa brasileira no fim da década de 1970. O periódico era o “porta-voz” do projeto político da ditadura civil-militar, portanto, as “vozes” dos políticos e das figuras públicas predominam largamente sobre as demais. O Quadro 9 apresenta os dados do jornal *Folha d’Oeste*:

Quadro 9 – “Vozes” nas notícias do jornal *Folha d’Oeste*

“Vozes” nas notícias	Total
Políticos e figuras públicas	20
Professores	5
Assistente social	3
Policiais	3
Juiz	2
Total de “vozes”	33

Fonte: *Folha d’Oeste* (1970-1979). Acervo do CEOM.

Com menos representantes externos, no *Folha d'Oeste* se evidencia número significativo de vozes dos políticos e figuras públicas, marca da pretensão do periódico, portavoz de determinado grupo político e social. É notória a presença de políticos e figuras públicas nos dois jornais, o que reforça as relações imbricadas das empresas jornalísticas com os políticos e administradores públicos de Chapecó e da região Oeste de Santa Catarina.

A ilustração e os dados apresentados evidenciam o distanciamento entre as duas categorias de análise: *infância pobre* e *infância ideal*. Esta tese sinaliza que durante a década de 1970 a imprensa chapecoense produziu discursos para transformar a ideia da sociedade em relação à criança pobre. De um problema para o progresso da cidade ela passou a ser compreendida como uma criança que atendesse os preceitos de normalidade presentes no discurso acerca da infância ideal. Desse modo, tencionou-se a normatização da criança pobre a partir do processo de escolarização em massa a partir da década de 1970, como tática de governamento dessa população.

Neste sentido, no tratamento jornalístico acerca das crianças tem sido destacado, sobretudo, o binômio das grandes categorias “[...] a *criança inocente* (a nossa criança) e a *criança demoníaca* (a outra, fora da ordem social dominante).” (PONTE, 2005, p. 8, grifo no original).

No próximo capítulo é apresentado como o discurso acerca da infância esteve articulado ao projeto hegemônico de sociedade e de que maneira a infância foi representada no contexto.



“[...] o ato de desenterrar um torso modifica a própria terra, o solo sedimentado – não neutro, trazendo em si a história de sua própria sedimentação – onde jaziam todos os vestígios.” (DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 175).

3 ENTRECRUZANDO DISCURSOS: ENUNCIADOS SOBRE A CRIANÇA POBRE

3.1 “OS FILHOS DE NINGUÉM”: UM CASO DESOLADOR, UM DESAFIO AOS CHAPECOENSES

No final da década de 1960, o leitor assíduo da imprensa de Chapecó se orgulhava de constatar, pelas páginas dos jornais, o quanto a cidade crescia. Os informes comerciais mostravam que as novas tecnologias deixavam ainda mais “civilizado” o cotidiano dos cidadãos. Propagandas de eletrodomésticos, automóveis e investimentos na estrutura física da cidade sinalizavam a aproximação do “progresso” no interior de estado de Santa Catarina. As grandezas advindas deste processo agradavam, sobretudo, à classe média moradora do espaço urbano que se desenhava naquele período.³²

Naquela época, o jornal *Folha d’Oeste* dedicava boa parte de suas páginas para divulgar as transformações que paulatinamente ocorriam na cidade e transformavam o “velho oeste” em “celeiro do progresso”³³. Propunha-se a narrar os acontecimentos locais e mostrar ao País que em “Chapecó tudo é belo, tudo precisa acompanhar um ritmo de grandeza” (FOLHA D’OESTE, 6 out. 1972, Capa). Com significativa circulação na região, o periódico também publicava notícias sobre os eventos cotidianos. Acontecimentos como festas, aniversários, comemorações e campanhas de entidades de assistência social eram os temas sobre o dia a dia das pessoas da cidade. Entretanto, também anunciaava que transitar pelas belas ruas, largas e iluminadas, contornadas por jardins de paisagens revigorantes, não parecia ser uma alternativa agradável, pois, a cada momento, os pedestres eram surpreendidos por “esmoleiros” e “pivetes” a suplicar por uma gratificação, o que não agradava às pessoas que residiam no centro da cidade.

Desde a sua fundação, no primeiro ano da ditadura militar, em 1964, os exemplares do *Folha d’Oeste* denunciavam problemas de ordem social que tiravam a tranquilidade dos

³² Nas décadas de 1960 e 1970, havia em Chapecó quatro jornais em circulação: *Folha d’Oeste*, *Oestão*, *Diário da Manhã* e *Correio do Sul*. O jornal *Folha d’Oeste* destaca-se no período por ser o único jornal em circulação a partir de 1964, com publicações de números semanais, como já citado anteriormente. Os demais jornais passaram a circular a partir de 1977, com tiragens maiores em decorrência do abrandamento da censura. É importante ressaltar que, até a década de 1970, a mídia impressa da região Oeste de Santa Catariana possuía forte influência da imprensa produzida no Rio Grande do Sul (PEREIRA, 1992).

³³ A expressão “celeiro do progresso” esteve presente, principalmente na década de 1960, na retórica política da região, veiculada com frequência pelos jornais locais. Para o historiador Fernando Vojniak (2004), estes discursos contribuíram para delimitar os contornos culturais, políticos e econômicos do oeste catarinense, que buscava consolidar uma imagem de região, nas palavras do autor: “Principalmente a partir dos anos 60, a imagem da região e de suas gentes parece ser produzida num sentido oposto àquela imagem que circulava entre os homens de todas as posições do Estado; uma região que parecia, nesses discursos, não querer mais ser identificada como a terra de ninguém e ter suas gentes comparadas ao inefável Jeca-tatu.” (VOJNIAK, 2004, p. 91).

administradores locais. Nos últimos anos dessa mesma década, o jornal, acompanhado por entidades assistenciais como o *Rotary Clube*, o *Lions Clube* e a *Câmara Junior*, realizou diversas campanhas para solucionar os problemas sociais que afetavam, principalmente, a imagem da cidade. As relações do periódico com essas associações se davam em decorrência de seu diretor, Homero Milton Franco, pertencer ao PSD e ao *Lions Clube*, além de exercer funções ligadas a órgãos públicos. Sua participação efetiva nas entidades assistenciais pode justificar o espaço dado pelo periódico às problemáticas que tinham como tema a pobreza, tão divulgadas pelos administradores locais.

Em notícia de 1967, afirmava o jornal *Folha d’Oeste* que, principalmente, à tardinha, o proletariado da periferia, todo a mesma hora, saía para o centro da cidade para iniciar sua importuna tarefa de “mendigar” em bares e repartições públicas, abordando homens e mulheres. Fazendo uso de linguagem apelativa, os articulistas solicitavam em “[...] nome do povo que os responsáveis pela ‘limpeza’ da cidade tomassem medidas cabíveis para evitar que menores e pessoas fisicamente sadias perambulassem pelas ruas da cidade, esmolando.” (FOLHA D’OESTE, 19 ago. 1967). Os munícipes, que desfrutavam de ruas largas, arborizadas e repletas de pessoas “cultas”, ora mais, ora menos, deparavam-se com meninos perambulando pela cidade. Afirmava a referida reportagem “o visitante que chega não deixará de enxergar o quadro doloroso do problema da mendicância”. A preocupação dos articulistas da imprensa e das entidades de cunho assistencial citadas nas reportagens como promotoras de campanhas em prol da diminuição dos esmoleiros se devia, principalmente, ao “vexame social” que a situação ocasionava a uma “sociedade desenvolvida” (FOLHA D’OESTE, 15 jul. 1967).

Estes episódios, registrados no centro da cidade, perduraram por algum tempo. Nos anos seguintes, com um tom moralizante, o discurso jornalístico convocou a comunidade para resolver a grande “chaga social”, através da divulgação de campanhas realizadas pelas entidades religiosas e assistenciais da região. Prevaleceu nas matérias a opinião dos redatores, os quais reivindicaram ações para “limpar a cidade” dos “pequenos vagabundos” que continuavam a perambular pelas ruas. Através da tarefa comunicativa de emitir mensagens, os articulistas julgaram o comportamento da comunidade em relação aos “esmoleiros”, prescrevendo atitudes de interferência na forma de lidar com os pequenos postados às portas de mercados, lojas e repartições públicas, “mendicando por um trocado”. A orientação dada pelo jornal era que, ao invés de esmolas, fossem doados “objetos de vestir, comer ou calçar”, pois o município estava promovendo uma “verdadeira escola de vagabundagem a ponto de transformar a cidade na “capital da mendicância” (FOLHA D’OESTE, 22 fev. 1969).

A retórica jornalística afirmava que a cidade experimentava um clímax relativamente ao seu progresso, com investimentos no comércio e na indústria, advindos da “euforia desenvolvimentista” patrocinada pelo regime militar. Assim, não era possível deixar aqueles “pequenos vagabundos” continuarem a atrapalhar os ideais de uma população preocupada com o progresso da região. Além disso, ficava evidente que era preciso investir em estratégias para conter os infratores da ordem estabelecida e diferentes discursos entravam em consonância com as exigências advindas de políticas sociais implantadas a partir do regime ditatorial. O que se pode perceber, através do discurso enunciado no periódico, é o protagonismo de jornalistas, filantropos e religiosos em ações que buscavam conter os que “atormentavam” a almejada ordem da cidade.

Com este propósito, no início da década de 1970, representantes das entidades assistenciais entravam pelos bairros da cidade em busca de elementos para compor o diagnóstico das problemáticas sociais que ocupavam lugar na agenda dos administradores municipais. O editor do jornal *Folha d'Oeste*, como membro do *Lions Clube*, possivelmente acompanhou seus colegas na tarefa de manter o “bem-estar social da comunidade” e confirmar aos leitores a veracidade dos fatos que atormentavam a cidade. Assim, os vigilantes da “ordem e do progresso” dirigiram-se a um dos bairros que rodeavam a cidade, o bairro São Pedro.

Logo na chegada, ficaram “alarmados” com o “quadro desolador” encontrado. De acordo com a matéria:

Suas casas são montadas com refugo de madeira, latas velhas, ramos de árvore, papelão, barro, na maioria 2x2 metros, onde habitam oito a dez pessoas, pois a prole dessa gente é sempre numerosa. Não é concebível como podem tantas pessoas se amontoar numa área tão ridgidamente pequena e imunda.

Quase todos não exercem atividade nenhuma, porque não sabem trabalhar e quiçá, nem tenham condições físicas e humanas para tanto.

Raras são as ‘casas’ que desfrutam de poço para água potável e quase nenhuma dispõe de instalação sanitária (fossa). O rio Passo dos Índios que atravessa aquela desalentadora vila, serve de ponto de abastecimento de água e ao mesmo tempo de depósito dos detritos, além de escoadouros das sujeiras. A mesma água, é consumida na cozinha e na higiene pessoal. Esse rio atravessa, mais abaixo, a cidade toda, trazendo consigo toda a sorte de impurezas e com elas a doença.

No bairro existe um grupo escolar estadual onde funcionam cursos de alfabetização e onde estudam 60 pessoas adultas, nada representando perante a multidão que habita o bairro, e ressalvados os trabalhos e o esforço da Campanha de Erradicação do Analfabetismo em Chapecó, cuja entidade, sozinha, não poderá operar milagres.

A alimentação daquela gente é ínfima, não passam de hidratos de carbono em porções mínimas, talvez um quinto do que seria ideal e, ainda, consumida sem os mínimos preceitos de higiene, a gerar a verminose em proporções avassaladoras.

O problema moral é outra grande vergonha, pois pai, mãe, filhas e filhos de todas as idades dormem juntos sobre os mesmos trapos e todas as atividades pessoais são feitas sem nenhuma individualização. A promiscuidade é levada pelos menores como herança do berço, crescendo o índice da prostituição, agora já quase total em meninas de 9, 10, 11, 12 e 13 anos. A proliferação das doenças venéreas é uma consequente,

bem como a geração de novos seres, numa desordenada, exagerada e desumana fábrica de monstros, carregando a sífilis, os defeitos físicos e mentais, a multiplicar a máquina geradora da miséria e do desespero social, na base do casamento extralegal. Uma situação aviltante a dignidade humana, nas condições destas, é de envergonhar uma cidade, desde os seus mais humildes integrantes, até suas mais altas expressões sociais e dignitárias.

Esse é um desafio mais do que humano, a tirar a tranquilidade dos que conseguiram alguma posição na vida, por modesta que seja [...]. (FOLHA D'OESTE, 2 fev. 1970, p. 8).

Imaginamos que ao término da investigação, após apurar os dados referentes às condições de vida das famílias da cidade, foi o momento de voltar ao jornal *Folha d'Oeste* e, com os colegas de profissão, comunicar ao povo chapecoense o enorme desafio que tinham pela frente. Coube aos articulistas do periódico anunciar o caso “desolador, capaz de causar vergonha em qualquer ser humano válido” e descrever para a comunidade as condições de habitação daquelas famílias, bem como demonstrar os problemas que afetavam a tranquilidade das pessoas que residiam e trabalhavam no centro, associados às condições de vida dos “pobres”. O sentimento de revolta e indignação daqueles que “levavam a vida a pedir esmolas e que não exerciam atividade nenhuma” fez com que os editores produzissem uma reportagem de página inteira do jornal *Folha d'Oeste*. Desde as campanhas no fim da década de 1960 contra as gratificações dadas aos esmoleiros, essa pode ser considerada a de maior espaço no periódico.

Com o compromisso de “intimar” a sociedade chapecoense a solucionar a problemática da mendicância, o discurso foi enfático ao convocar “a presença de todos os chapecoenses, numa batalha salvadora”, como noticiou o jornal:

[...] que no ano vindouro sejam 600 famílias indigentes e que daqui alguns anos sejam dezenas de milhares a mendigar, a assaltar, a roubar, a prostituir a cidade, a morrer de fome, a semear doenças infecciosas e, acima de tudo, a envergonhar um povo que progride e se enriquece pelo trabalho, mas que sente-se incapaz de enfrentar um problema humano. (FOLHA D'OESTE, 2 fev. 1970, p. 8).

Os editores do jornal *Folha d'Oeste*, ao finalizar a descrição a partir dos elementos estatísticos produzidos em um relatório de trabalho da Câmara Júnior e em meio à comoção diante de uma situação considerada tão difamatória e humilhante, resolveram, pela primeira vez, publicar com a matéria uma imagem que representasse a grande vergonha que tirava a “tranquilidade dos que conseguiram alguma posição na vida”. As dificuldades em registrar o contexto da pobreza, possivelmente, fizeram os editores encontrar uma imagem adequada à gravidade da situação. Atentos às notícias internacionais, pois a única banca de revistas na cidade recebia periódicos de vários países, os editores associaram o caso de Chapecó a um ícone publicado na revista americana *Life*, ainda em 1968, sobre as crianças vítimas da Guerra de

Biafra, em curso no continente africano no período. Certamente, aquela imagem apocalíptica de crianças famintas e órfãs da guerra estampadas na capa da revista norte-americana melhor representava as crianças vítimas da miséria e da pobreza de Chapecó.³⁴ Pela dramaticidade presente na edição da matéria, com a figura assombrosa de duas crianças, é provável que os articulistas almejassem provocar e projetar sentimentos em relação às vítimas da situação apresentada no oeste.

Os articulistas da imprensa chapecoense foram incisivos na comparação, não só em relação à imagem, mas também no parágrafo inicial de abertura da reportagem. Possivelmente, na tentativa de mostrar aos leitores que continuavam a alimentar a “escola da mendicância” no que se transformaria o oeste catarinense:

Dentro da cidade de Chapecó, apesar das flores que ornamentam suas avenidas, apesar dos edifícios que se sucedem, apesar da riqueza que circula, enfim, apesar da excelente impressão que deixa aos visitantes, Chapecó sofre de um grande mal, um câncer mesmo, uma Biafra em pleno Oeste Catarinense, capaz de causar vergonha a qualquer ser humano válido.

Estamos falando do Bairro São Pedro, onde habitam 300 famílias indigentes, ‘vegetando’ o dia a dia da mendicância, da prostituição, da promiscuidade, da fome, da doença, dentro de um autêntico sub mundo [...]. (FOLHA D’OESTE, 2 fev. 1970, p. 8).

Além de denunciar a degradação da família pobre e suas habitações, emergiu na narrativa jornalística a figura representativa, de um lado, de um povo que “progride e enriquece pelo trabalho” e, de outro, dos que “[...] não exercem atividade nenhuma, porque não sabem trabalhar e, quiçá, nem tenham condições físicas e humanas para tanto.” (FOLHA D’OESTE, 2 fev. 1970, p. 8). No decorrer da reportagem, a falta de trabalho aparece como justificativa da ausência dos preceitos necessários para viver em uma cidade moderna e civilizada. Para o historiador Fernando Vojniak (2004), a partir da década de 1960 construiu-se na cidade um discurso que reagia ao recorte regional como “terra do trabalho” ou “celeiro do sul do país” e, com isto, a necessidade de forjar novas identidades no contexto da própria produção do oeste catarinense como “terra civilizada”. Estes elementos são fundamentais para compreender como a imprensa contribuiu para homogeneizar um discurso a partir de identidades constituídas no decorrer do processo de construção da região, pautados nos desejos de modernidade.³⁵

³⁴ Em 1968, a revista *Life* publicou na capa a imagem de duas crianças vítimas da Guerra de Biafra, na África. Pode-se perceber grande semelhança entre a imagem da revista *Life* e a fotografia usada no jornal *Folha d’Oeste* para representar as crianças pobres de Chapecó.

³⁵ Ressaltamos que a modernidade significa “uma palavra cuja virtude não se esgota; porém, seu significado tem mudado ao longo da história” (LEFEBVRE, 1971, p. 155). Habermas (2000). Infere sobre o conceito de modernidade, apresentando como à medida que o cotidiano foi tomado pela racionalização cultural e social, dissolveram-se também as formas de vida tradicionais, que, no início da modernidade, se

Ao reforçar o discurso de que o Oeste era constituído por “povo trabalhador”, o jornal apontava para um ideal presente na retórica da elite chapecoense³⁶, principalmente a partir da concretização do processo de colonização, realizado desde as primeiras décadas do século XX. O historiador Francismar Ilha da Silva Petroli (2008, p. 17) infere o quanto os discursos e práticas, a partir de 1930, impulsionaram diversos mecanismos na tentativa de romper com o passado, com o “sertão” e tornar possível a construção da cidade “moderna”.

Chapecó, até fim da década de 1930, era reconhecida como Vila Passos dos Índios, um vilarejo no interior do estado de Santa Catarina. Somente no ano de 1939 recebeu o foro de cidade, atribuição conferida pelo poder público estadual. A vila era rodeada por florestas de araucárias; não possuía energia elétrica e as casas eram construídas de madeira. A partir dos anos 1940, esta situação começou a ganhar novas configurações, impulsionadas pelo processo de colonização. Em 1931, após disputas políticas violentas na região Oeste, o interventor federal interino do estado, coronel Luiz Carlos Moraes, decreta que a sede do município e da comarca estará definitivamente fixada no povoado Passo dos Índios, atual município de Chapecó, onde a empresa colonizadora Ernesto F. Bertaso possui sua sede, assim demarcando o início da dominação política da referida família em Chapecó.³⁷

Em um contexto marcado pela complexidade de relações políticas atreladas aos interesses do governo de Getúlio Vargas, que priorizou os mandatários locais para assumir o poder político, o município adotou, a partir daquele momento, uma política de intervenções pautadas nos interesses dos governos federal e estadual. Os “coronéis” escolhidos para assumir a administração local eram aqueles que representavam o poder econômico. É neste contexto político e econômico que o “coronel” Ernesto Bertaso passa a ter grande poder na região. Um

diferenciaram, principalmente em função das corporações de ofício. No entanto, a modernização do mundo da vida não foi determinada apenas pelas estruturas da racionalidade com respeito a fins. Citando as concepções de Durkheim e G. H. Mead, afirma que estes autores viram que o mundo da vida racionalizado é caracterizado antes por um relacionamento reflexivo com tradições que perderam sua espontaneidade natural pela universalização das normas de ação e uma generalização dos valores que liberam a ação comunicativa de contextos estreitamente delimitados, abrindo-lhe um leque de opções mais amplo; enfim, por modelos de socialização que se dirigem à formação de identidades abstratas do eu e que forçam a individualização dos adolescentes (HABERMAS, 2000, p. 4). Para Habermas (2000, p. 27), “[...] os conceitos morais dos tempos modernos são talhados para reconhecer a liberdade subjetiva dos indivíduos. Fundam-se, por um lado, no direito do indivíduo de discernir como válido o que ele deve fazer; por outro, fundam-se na exigência de que cada um persiga os fins do bem-estar particular em consonância com o bem-estar de todos os outros. A vontade subjetiva ganha autonomia sob leis universais.” Deste modo, na modernidade, “[...] vida religiosa, o Estado e a sociedade, assim como a ciência, a moral e a arte transformam-se igualmente em personificações do princípio da subjetividade.” (HABERMAS, 2000, p. 28).

³⁶ Sobre o conceito de elite, ampara-se na contribuição de Bobbio (1997, p. 385), que a define como a “[...] teoria segundo a qual, em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada.”

³⁷ A respeito desse tema, ver Hass (2001).

dos fatores que legitimaram a soberania do mandatário foi que, das várias empresas colonizadoras presentes na região a partir de 1917, apenas os proprietários da Empresa Colonizadora e Industrial Ernesto F. Bertaso S/A residiam na área de colonização, assim como a maioria dos lucros eram investidos na região (WERLANG, 2006, p. 50).

Nesta época, as iniciativas de transformar um território considerado inóspito pela administração pública estadual e federal em uma cidade moderna tinham origem numa política baseada em laços de dependência, alicerçada na prática clientelista. Em relação à economia, as ações estavam associadas ao comércio de terras e ao desenvolvimento do setor industrial (HASS, 2001, p. 98). Até 1940, as empresas colonizadoras instaladas na região desde 1917 realizavam o extrativismo e a exploração da mata através do comércio de madeira e da erva-mate. Antes da chegada dos colonizadores que, em sua maioria, vinham do Rio Grande do Sul, as terras da região Oeste, consideradas devolutas, eram ocupadas por uma população indígena Kaingang e por posseiros luso-brasileiros, que praticavam a agricultura de subsistência. A partir da colonização, em 1919, o estado de Santa Catarina começou a conceder terras. Estas, em sua maioria, foram concedidas a empresas colonizadoras em troca da construção de estradas. Para Werlang (2006, p. 35), “[...] as principais empresas beneficiadas foram: a Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense, a Bertaso e Maia, a *Brazil Development and Colonization Company*, subsidiária da *Brazil Railway*, construtora da Ferrovia do contestado.” Um processo marcado pelos interesses do governo catarinense e dos empresários sul-rio-grandenses que exploravam a região e adquiriam capital com o comércio de madeiras e de terras.

Rosseto (1989) afirma que, a partir de 1934, a Empresa Colonizadora e Industrial Ernesto F. Bertaso S/A passou a promover a instalação de diversos empreendimentos na localidade. As transformações decorrentes desta nova configuração econômica possibilitaram que uma elite política empresarial, apoiada no discurso nacionalista e modernizador implantado pelo regime do Estado Novo, desse início a um projeto de construção de uma cidade moderna (PETROLI, 2008). O empresário Ernesto Bertaso, por décadas, esteve no comando da economia e da vida política da cidade. Primeiro, comercializando terras e produtos na/da região e, depois, na figura do seu filho Serafim Bertaso em cargos públicos. Articulados aos interesses da política estadual e federal, foram porta-vozes do partido do PSD em Chapecó. Principalmente na década de 1970, Serafim Bertaso estará à frente da SNO, exercendo grande influência junto aos interesses públicos estatais.³⁸

³⁸ Sobre a SNO, ver Siqueira (2016).

As transformações, impulsionadas em grande parte pelas estratégias políticas exercidas no contexto social de Chapecó, fizeram com que, principalmente a partir da década de 1950, transformações ainda mais diretas acontecessem no espaço da cidade. A historiografia sobre esse período identifica um movimento, organizado principalmente em torno do processo de industrialização, com o intuito de atrair para a cidade novas famílias. Monica Hass (2003) destaca que o início dos anos 1950 pode ser caracterizado como um momento em que Chapecó prosperava em termos econômicos. Havia casas comerciais, hospital, escolas, um jornal, rádio, obras de assistência social e até sociedades recreativas e desportivas. A autora comenta que o “[...] progresso se fazia presente na abertura de novas ruas, no alargamento e calçamento das antigas e na remodelação da praça, tudo facilitado pela colonização planejada.” (HASS, 2003, p. 54). Alguns acontecimentos, porém, incomodavam a população, especialmente os frequentes incêndios. Ao que tudo indica, este foi um dos motivos que levou à morte quatro homens, acusados de incendiar a igreja católica local para furtar residências. O crime foi executado em 16 de outubro de 1950, por pessoas da comunidade, no comando do delegado local e com a participação de representantes religiosos e do poder público. A exposição negativa da cidade, principalmente na revista *Cruzeiro*, de circulação nacional, foi determinante para as futuras transformações no município que, após o linchamento e as disputas políticas acirradas entre os três principais partidos da região – PTB, UDN e PSD –, alteraram a composição política na administração pública da cidade.³⁹

Outro elemento que contribuiu para estas mudanças foi a composição dos partidos políticos. Até a década de 1950, o poder local estava sob o comando do PSD, composto por empresários ligados a atividades de colonização e exploração madeireira. Os partidos políticos da UDN e do PTB tinham como integrantes, predominantemente, comerciantes que, no fim da década de 1940, começaram a apresentar números expressivos de votos, marcando o início do processo de reorganização do poder local. Com a vitória da oposição em Chapecó, em 1950, ano do linchamento e da derrota do PSD, a estrutura da administração pública local sofreu alterações significativas com a entrada de novos atores sociais em funções de cunho burocrático na cidade (HASS, 2001, p. 258). As alterações no campo da política, atreladas a um novo contexto social, legitimaram as ações que ocorriam no meio urbano. A cidade de Chapecó, entre as décadas de 1940 e 1960, apresentou um crescimento demográfico significativo. Para Hass (2001), nesses vinte anos a população cresceu 291,75%, marca do desenvolvimento dos setores comercial e industrial, em ascensão na economia local.

³⁹ Sobre o tema, ver Hass (2003).

A historiografia regional destaca que a ideia de “abandono” por parte dos governos estadual e federal foi um discurso utilizado pela elite política local para cobrar das autoridades maiores investimentos na região. Desde o início da década de 1940, a imprensa local já denunciava esse abandono em campanhas em prol de “estradas e escolas”, e denunciava a falta de comprometimento dos governos estadual e federal para com um território que contribuía significativamente com os cofres do estado de Santa Catarina. Afirmam Silva e Hass (2017) que, depois do linchamento, as elites locais novamente cobraram do estado de Santa Catarina maior intervenção na região. Este fato se deu principalmente depois da visita realizada pelo governador Irineu Bornhausen, entre 20 e 25 de novembro de 1950.

Tendo em vista esse cenário, podemos afirmar que, a partir da década de 1950, a ideia de progresso será central para reconstituir a imagem da cidade que voltava a ser vista como violenta e a atender às novas configurações políticas e sociais que emergiam de um contexto ambíguo/indefinido. Desse modo, com a rearticulação do poder local, o linchamento e o enfraquecimento da exploração da madeira devido ao desmatamento e ao fechamento do mercado argentino, levaria a economia chapecoense a receber um novo estímulo por meio da instalação de um frigorífico no município, fundado por Plínio Arlindo De Nê, em 1952, após dois anos considerados de estagnação na região (SIQUEIRA, 2016, p. 56). A partir desse período, a agroindústria instalou-se na região Oeste de Santa Catarina, “articulando” os interesses dos empresários, dos pequenos proprietários de terra que utilizavam a mão de obra familiar e dos comerciantes (SILVA; HASS, 2017, p. 359). Foi nesse momento que os partidos políticos se reorganizaram em nome do desenvolvimento econômico, pautando-se em articulações permeadas pelos interesses da elite interessada em manter-se no poder. Para isto, foi necessário cumprir as regras impostas pelo regime ditatorial instaurado em 1964.⁴⁰

O historiador Reinaldo Lindolfo Lohn afirma o seguinte em relação a esse processo:

O pretenso apego ao trabalho disciplinado dos empresários de Santa Catarina foi base para a construção de vínculos entre ideais liberais e determinada ética cristã contra a suposta ameaça comunista. No interior do estado, principalmente em áreas de colonização europeia, a constituição de uma sociedade de proprietários, na qual o valor do trabalho disciplinado e a subordinação às relações de produção capitalistas foram fator de distinção e pujança econômica, teceu culturas políticas, acentuada por um sistema produtivo baseado na exploração da mão de obra de colonos-operários. (LOHN, 2014, p. 24).

⁴⁰ A composição da elite chapecoense é marcada, neste período, por alterações. Siqueira (2016, p. 87), ao analisar as trajetórias das figuras políticas de Chapecó, na década de 1960, afirma que “[...] na trajetória de muitas figuras políticas do município havia uma mobilidade importante entre as siglas, o que evidenciava a relatividade da ideologia e a primazia dos interesses individuais (na busca de um partido qualquer para concorrer a uma eleição) ou coletivos (quando o sujeito ‘alfa’ mobiliza seu capital político e social para cooptar outros sujeitos), demonstrando, em outros casos, que as alianças eram pragmáticas e que as oposições não propunham projetos tão distintos.”

Nessa realidade política e econômica a elite política da região Oeste se consolidou na administração local e teve a imprensa como “voz” dos discursos do progresso. Apoiada nas iniciativas realizadas pelo regime ditatorial, o final da década de 1960 demarca os passos mais largos nas mudanças em relação à industrialização da região. Com apoio e investimentos públicos advindos tanto do âmbito federal quanto do estadual, as transformações sociais foram a marca deste período.

A partir desta contextualização, fica evidente que nada poderia assombrar a cidade, pois “Chapecó pisava no progresso”.⁴¹ Todavia, a notícia publicada em fevereiro de 1970 afirmava o seguinte: “Famílias indigentes, vegetando o dia da mendicância, da prostituição da promiscuidade, da fome, da doença”. A população pobre era descrita, na matéria jornalística, por um discurso que a culpabilizava por sua própria condição social. A população pobre era anunciada também como “multidão” que vinha atormentar a tranquilidade dos que “conseguiram alguma posição na vida, por modesta que seja” (FOLHA D’OESTE, 2 fev. 1970, p. 8). A reportagem, que se caracterizava pelo investimento gráfico das imagens e do título em negrito, denunciou, em tom receoso, os temores das elites. O discurso jornalístico deixava transparecer que era preciso ficar atento, pois os pobres poderiam multiplicar-se em dezenas de milhares pelas ruas, causando desordens e infringindo as normas sociais. Num período histórico em que as “aglomerações” eram indesejáveis, a reportagem sugeria aos leitores a necessidade de ficar vigilante.

Em outro parágrafo da notícia, uma cena presenciada pelos redatores feria os princípios da moral considerada burguesa. A cena a que se referiam os redatores consistia em “pai, mãe, filhas e filhos de todas as idades dormirem juntos sobre os mesmos trapos,” com todas as atividades pessoais “feitas sem nenhuma individualização” (FOLHA D’OESTE, 2 fev. 1970, p. 8). Continuava o texto alertando o leitor e a leitora sobre as consequências desta forma de organização da família. Com autoridade, o redator concluía que o resultado desta situação era o seguinte:

A proliferação das doenças venéreas [...] bem como a geração de novos seres, numa desordenada, exagerada e desumana fábrica de monstros, carregando a sífilis, os defeitos físicos e mentais, a multiplicar a máquina geradora da miséria e do desespero social, na base do casamento extralegal. (FOLHA D’OESTE, 2 fev. 1970, p. 8).

⁴¹ Várias expressões e imagens aparecem no jornal *Folha d’Oeste*, indicando que o progresso chegara na região.

Desde 1968, período em que o regime militar endureceu, apareciam com frequência matérias referindo-se a invasões de “pivetes”, ou seja, meninos que perturbavam a tranquilidade da cidade. Nesses textos, a comunidade era responsabilizada pelo aumento significativo de “menores” pelas ruas. O discurso jornalístico, por um lado, anunciaava que era necessário tirá-los das ruas e, por outro, que era preciso conter aqueles que vinham dos arrabaldes. Para a historiadora Margareth Rago (1985), implantar estratégias de eliminação de surtos epidêmicos nas periferias era uma preocupação do Brasil desde o século XIX. O discurso médico-higienista da época pautou-se na crença generalizada de que nas habitações dos pobres proliferavam doenças (RAGO, 1985, p. 164). Na década de 1950, paulatinamente, essa visão começa a ser questionada através do movimento sanitário.

As repetidas descrições dos jornalistas da *Folha d'Oeste* em relação às doenças infecciosas associavam a figura do pobre ao “outro”, demonstrando, como afirma Pesavento (1994), que “as benesses da sociedade moderna não eram distribuídas de maneira justa”. Afirmava a autora:

Sem dúvida alguma, são cidadãos, mas de segunda ordem, e se o discurso liberal afirma que todos os homens são iguais, a dura realidade do mundo urbano demonstra que ‘uns são mais iguais que outros’... Os ventos do progresso embalam a crença nas virtudes redentoras entre a labuta de um banqueiro e a de um operário na forja. (PESAVENTO, 1994, p. 8).

Os pobres apareciam no discurso jornalístico como ameaças possíveis, ou seja, quase como criminosos. Sem mencionar as causas das problemáticas, a matéria jornalística apenas reforçava uma imagem negativa, dando a entender a seu(ua) leitor(a) a necessidade de disciplinar os pobres, impondo-lhes valores e práticas de ordem burguesa. É importante lembrar que o bairro escolhido pelos jornalistas para a investigação, e que com isso ganhou visibilidade, foi o lugar onde a principal empresa colonizadora da região despejou várias famílias consideradas “intrusas” na década de 1950, por terem construído seus barracos no centro da cidade.⁴² Os excluídos, mesmo alojados nos subúrbios da cidade, voltavam a atormentar a elite urbana.

⁴² Conforme indica a literatura da região, em 1950 um contingente populacional advindo do processo de migração, instala-se no perímetro urbano da cidade, criando problemas para a elite local principalmente aos representantes da Empresa Bertaso, que neste período já projetavam o espaço urbano nos moldes da modernidade. Segundo Gomes e Hass (1998), incomodados com a situação, a Empresa Bertaso impediu a vinda destes “intrusos” para evitar que Chapecó se transformasse em uma grande favela. Nesta mesma pesquisa realizada pelo autor em entrevista com uma das irmãs da Congregação Franciscana e coordenadora da Ação Social Diocesana (ASDI), a qual afirma que principalmente a partir da década de 1970 mais de duzentas famílias foram despejadas pela Colonizadora Bertaso e depositadas em terras da própria Colonizadora. É importante lembrar que nestas localidades onde as famílias foram colocadas havia

3.2 IMAGENS DRAMÁTICAS DE INFÂNCIA “STARVING CHILDREN”⁴³

Retomamos a imagem utilizada pelo jornal *Folha d’Oeste* para ilustrar a situação da população pobre e urbana de Chapecó na década de 1970, a qual ganhou uma página inteira do periódico, para dizer que as protagonistas do problema que colocavam em risco a “ordem e o progresso” eram duas crianças com idades entre quatro e seis anos, que na fotografia aparecem com corpo franzino, despidas e fisionomia frágil, em que a referência à Guerra de Biafra dava a entender que eram afrodescendentes. Não temos como mensurar a semelhança da imagem com a realidade capturada pelos olhares dos jornalistas da época. Entretanto, pelos relatos da historiografia regional sobre as ações da elite chapecoense em relação à população afrodescendente, poderíamos considerar a utilização da imagem como indicativa do quanto o discurso buscava colocar em questão problemas advindos das relações étnico-raciais, principalmente numa região composta por descendentes de indígenas, lusos, africanos, alemães, poloneses e italianos, como se havia transformado a região depois da década de 1920.⁴⁴

Com base em imagem “apocalíptica”, os redatores afirmavam, num discurso sensacionalista, que uma verdadeira tragédia humanitária ocorria em bairros da cidade. A família era responsabilizada pela proliferação de “seres monstruosos” (FOLHA D’OESTE, 2 fev. 1970, p. 8) a atormentarem a tranquilidade dos cidadãos. Ao mesmo tempo, em tom moralizante, as vítimas eram trazidas como seres infaustos a se “multiplicarem numa verdadeira afronta às altas expressões dignitárias da cidade” (FOLHA D’OESTE, 2 fev. 1970, p. 8). Por essa narrativa as crianças eram descritas como vítimas ominosas de seus progenitores, somente uma “batalha salvadora liderada pelo povo” (FOLHA D’OESTE, 2 fev. 1970, p. 8) chapecoense poderia salvá-las.

No caso de Chapecó, o que se pode ler através da reportagem, e que possivelmente “sensibilizou” seus leitores para uma “batalha salvadora”, foi o discurso da necessidade de

indústrias madeireiras, desse modo, também podemos supor que, para além de limpar o perímetro urbano daqueles que não se encaixavam nos padrões de modernidade e progresso, as famílias serviram como mão de obra nesses estabelecimentos. As famílias tinham cinco anos para pagar os terrenos, caso contrário, eram retiradas do local e colocadas na “Linha Baronesa de Limeira” – outra área da empresa Colonizadora Bertaso, bem distante da cidade. “A partir daí, todo expropriado que chegasse à cidade era colocado no loteamento São Pedro.” (HASS; ALDANA; BADALOTTI, 2008, p. 212).

⁴³ Este título é um recorte da frase utilizada pela revista *Life* para se referir as crianças vítimas da Guerra de Biafra. A chamada esteve presente na capa deste periódico, publicado em 13 de julho de 1968, no original: “Starving Children of Biafra War” (Crianças famintas da Guerra de Biafra).

⁴⁴ Hass (2003) afirma que em alguns estabelecimentos de Chapecó era proibida a entrada de pessoas afrodescendentes, como consta na ata do Clube Recreativo Chapecoense.

salvar os filhos e as filhas dos pobres de sua condição de pobreza. As únicas referências citadas na reportagem sobre ações realizadas com a população pobre foi o “trabalho pioneiro e elogioso das Irmãs de Cristo Rei, sob os auspícios da Ação Social Diocesana (ASDI)”. Elas atuavam na comunidade, “ministrando cursos de corte e costura, de arte culinária, de bordado”. Além destas atividades, as irmãs “ensinavam sobre medicamentos”, orientavam sobre os “preceitos de boa higiene, moral e trabalho.”⁴⁵

Em alusão ao trabalho caritativo das religiosas, os articulistas do jornal afirmavam que o problema era “muito maior, requerendo a presença de todos” (FOLHA D’OESTE, 2 fev. 1970, p. 8). Ecoa, a partir destes discursos, a intencionalidade política presente na propaganda do regime autoritário da necessidade de equacionar os problemas sociais através de práticas assistenciais lideradas pela comunidade. Tudo indica que a imprensa promoveu esse discurso ao convocar e valorizar a “benevolência do povo chapecoense e as figuras de ‘alma bondosa’” da cidade, a quem caberia a responsabilidade de salvar a “capital do oeste” da chaga que a assombrava.

Ao evidenciar o trabalho dos filantropos, a notícia também denunciava as condições paupérrimas das famílias que residiam nos arredores da cidade, indicando como as questões de ordem social eram abordadas pelos interlocutores que se utilizavam de suas técnicas e dispositivos para valorizar personalidades do poder local. A reportagem culpava os indivíduos por sua condição social, sem mencionar as responsabilidades da administração pública. Na ótica liberal, que norteou a construção do estado nacional no Brasil no século XIX, e em parte do XX, o indivíduo é considerado responsável pelas próprias ações.

A assistência social da população pobre de Chapecó, até meados da década de 1970, era realizada através da caridade e da filantropia. No Brasil, desde o período colonial, instituições asilares e hospitais estiveram sob o comando de religiosos e de pessoas ligadas à elite, as quais desenvolviam ações assistenciais, baseadas em um sentimento de fraternidade de cunho paternalista, sem pretensão de mudanças sociais. O Estado português, e depois o brasileiro,

⁴⁵ *Folha d’Oeste*, 7 fev. 1970. A ASDI foi fundada em outubro de 1959 pelo primeiro bispo católico de Chapecó, D. José Thurler, com lideranças políticas e econômicas de Chapecó. Desde 1930, Ernesto Bertaso fortaleceu ações sociais, ancorado na caridade religiosa. Com grande poder econômico, doou terrenos e ajudou a construir escolas e o primeiro hospital da cidade, comandado pela Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora. A esse respeito, ver Lorenset (2011), Modesti (2011) e Parisoto (2013). Um dos objetivos desta entidade era desenvolver trabalhos voltados à assistência de forma gratuita. A ASDI, nas décadas de 1960 e 1970, era conveniada com a Ação Caritas dos Estados Unidos. Em 1974, foi construída, no bairro São Pedro, uma casa para que as irmãs exercessem atividades educativas com as crianças e as famílias que residiam naquela localidade.

acompanhou este movimento, realizou convênios que o isentava da responsabilidade de resolver as questões sociais.

Com o fortalecimento das relações capitalistas e as transformações sociais emergindo, a necessidade de controle sobre a população se intensificou. A infância, considerada desvalida, abandonada e/ou exposta, apresenta-se como problemática de ordem social, para a qual se exigiam diferentes tipos de ações, pois salvar a criança significava salvar a sociedade. Foi neste contexto que a filantropia ganhou espaço, atrelada aos interesses do Estado, num processo de apropriação dos infantes pobres, vistos como “indivíduos úteis para a nação”. Para Donzelot (1986), desde o século XIX, a filantropia aparece como uma estratégia na garantia da difusão de técnicas de bem-estar e gestão da população, compreendida como:

[...] uma fórmula ingenuamente apolítica de intervenção privada na esfera dos problemas ditos sociais, mas sim como uma estratégia deliberadamente despoliticizante face à instauração dos equipamentos coletivos, ocupando uma posição nevrálgica equidistante da iniciativa privada e do Estado. (DONZELOT, 1986, p. 56).

A filantropia, apoiada por representantes do Estado e por representantes da caridade religiosa, foi potencializadora na efetivação da norma familiar burguesa. Desde meados do século XIX, propostas de políticas sociais foram fomentadas em favor da infância desvalida, em decorrência de legiões de crianças pobres que se tornaram presenças constantes nas regiões urbanas brasileiras.⁴⁶ A situação da infância desvalida, até esse período, ficava sob a égide da caridade, num discurso permeado de ambiguidades. Rizzini (2011), ao analisar decretos e legislações do Brasil Império, afirma que a Igreja Católica era a principal responsável por zelar pelos expostos, através de ações patrocinadas pelos cofres públicos. A preocupação com o recolhimento de crianças “órfãs e expostas” será a tônica do período, marcado por iniciativas de cunho religioso e caritativo (RIZZINI, 2011, p. 100).

Nas primeiras décadas da República, a preocupação em “salvar a criança pobre, órfã e abandonada” ganhou significativo espaço, principalmente no campo jurídico, pois a defesa da criança tornou-se também da sociedade, o que revela a crescente preocupação em torno das

⁴⁶ De acordo com Marcílio (2006), até meados do século XIX, o assistencialismo de ordem missionária, de inspiração religiosa, foi o que predominou no atendimento à infância desvalida. Como demonstra a autora, vigora uma fase caritativa que privilegia a caridade e a beneficência. Sua atuação se caracteriza pelo imediatismo, com os mais ricos e poderosos procurando minorar o sofrimento dos mais desvalidos, por meio de esmolas ou das boas ações – coletivas ou individuais. Em contrapartida, esperam receber a salvação de suas almas, o paraíso futuro e, aqui na terra, o reconhecimento da sociedade e o *status* de beneméritos. Ideologicamente, procura-se manter a situação e preservar a ordem, propagando-se comportamentos conformistas (MARCÍLIO, 2006, p. 134). Este discurso irá ecoar no século posterior, com iniciativas inspiradas neste modelo de assistência.

possíveis ameaças à ordem pública que elas poderiam causar. Segundo Rizzini (2011, p. 109), o problema da criança considerada desvalida adquiriu uma dimensão política de maior alcance, caracterizando a “urgência em intervir, educando ou corrigindo” aqueles que poderiam ser úteis ao País. Ao analisar a questão do abandono infantil nas décadas de 1930 e 1940 em Santa Catarina, Arend (2011, p. 250) comprehende a mendicância como uma das alternativas encontradas pela população infantojuvenil, pobre e urbana, para promover a própria subsistência.

A repressão à ociosidade foi parte da justificativa que autorizou o domínio de ações de cunho policial e jurídico sobre a infância. Rizzini (2009), ao analisar os projetos que se legitimaram no início do século XX, com a promulgação do primeiro Código de Menores do País, mostra como os discursos produzidos por diferentes agentes sociais refletiam a criação de estabelecimentos para recolher os “menores” para a regeneração, com base numa classificação que visava à prevenção. Para a autora, as ações dos agentes da lei transformaram-se “[...] em um verdadeiro escrutínio de suas vidas, vasculhando-se aspectos do presente, do passado, de sua família e de sua personalidade.” (RIZZINI, 2009, p. 123).

No caso apresentado pelos jornalistas de Chapecó, na década de 1970, a condição de pobreza da família justificava a necessidade da realização de intervenção dos operadores do Direito naquelas famílias.⁴⁷ Ao descaracterizar os filhos e filhas dos pobres, definindo-os como “mendigos e indigentes, vadios, monstros”, o discurso jornalístico afirmava que a assistência à infância abandonada dependia de uma filantropia baseada na científicidade e na gestão técnica dos problemas sociais, a partir de um modelo de normalidade “[...] que, em última instância, revelou-se preconceituoso, pois que definia a criança pobre quase sempre como ‘anormal’, ‘deficiente’ ou ‘delinquente’.” (ARANTES, 2009, p. 194).

A matéria jornalística foi construída a partir de um discurso moralizador, que atendia às exigências legais da época e reforçava a visão sobre a infância abandonada como potencial de perigo para o País. Além do discurso que vitimizava os filhos e filhas dos pobres, havia o da percepção dessas pessoas como potenciais subversivos. O apelo feito pelos redatores para que a comunidade se juntasse no combate para salvar a prole das famílias pobres demonstra os diferentes interesses presentes no texto (FOLHA D’OESTE, 2 fev. 1970, p. 8). O trabalho da

⁴⁷ Em análise do Artigo 6 do Código de Menores de 1927, Arend (2011, p. 250) afirma que o documento autorizava os representantes do Juizado de Menores a apreender os considerados infratores. A autora usa a expressão “sequestro” para designar estas ações que retiravam crianças e jovens de seus pais ou responsáveis, em função das condições de pobreza enfrentadas diariamente por essa população. Nos próximos itens deste estudo, poderemos visualizar, através do discurso da imprensa, como este dispositivo contribuiu para autorizar a repressão e o disciplinamento dos “menores” considerados “infratores”.

Folha d’Oeste foi o de divulgar no jornal uma iniciativa de caráter comunitário com os meninos e meninas que constituíam as populações pobres; demonstrar ainda o quanto os discursos jornalísticos estavam “amarrados” às políticas sociais do regime ditatorial, a políticas sociais que buscavam fazer a comunidade se envolver na solução dos problemas sociais para que eles não “explodissem” (ROSENBERG, 2016, p. 206). Possivelmente, ao ler a reportagem publicada em fevereiro de 1970, os(as) leitores(as) da época ficaram sensibilizados com o apelo da imprensa frente àquela situação tão próxima de seus lares. O ideário do progresso contrastava com uma realidade sem espaço “nas ruas largas e iluminadas da capital do Oeste”.

Em outra reportagem, publicada em maio de 1970, a resposta ao desafio que consternava os chapecoenses, em relação aos “menores abandonados”, parece ter sido indicada em uma das publicações da penúltima página do jornal *Folha d’Oeste*. Em tamanho reduzido, entre dicas de meditação, festas e propagandas de indústrias madeireiras, os redatores editaram uma fotografia com a mostra de apenas os pés de uma criança acorrentada. O foco da imagem estava no contorno da canela com um cadeado. Junto à imagem, a chamada utilizada pelos articulistas anuncia: “Resposta a um desafio”. Um breve texto acompanhava a figura. Com tom objetivo, a matéria afirmava que o “[...] abandono material e moral, a ausência tutelar da família, são os caminhos que levam tantos jovens à delinquência.” No segundo parágrafo, o jornalista concluía: “Somente um sistema organizado, planejado e integrado pode responder a esse desafio.” (FOLHA D’OESTE, 15 maio 1970). Na reportagem citada não encontramos referência sobre a instalação, na cidade, de alguma instituição, fosse asilar ou educativa, de amparo às crianças e aos jovens em situação de risco social.

O discurso jornalístico presente na *Folha d’Oeste* reforçava a necessidade de uma assistência social caritativa através de doações de objetos de higiene e vestuário, cursos para a preparação para o trabalho e comemorações festivas. Como se pode ler, esta foi a única reportagem do período que ganhou a capa do jornal e trouxe novamente a réplica da imagem das duas crianças vítimas dos arrabaldes da cidade. Foi no inverno rigoroso de julho de 1970 que os redatores do jornal *Folha d’Oeste* voltaram a presenciar uma situação “chocante”, de “fazer corar os clubes de serviço” e de “tirar o sono de qualquer pai de família” (FOLHA D’OESTE, 4 jul. 1970, capa). Com referência ao termo “fraternidade”, a matéria jornalística utilizava expressões dramáticas sobre a família dos pobres, culpabilizando-os, mais uma vez, pelo descaso com a sua prole. Em tom ufanista e apelativo, o discurso personificava as crianças novamente a partir de uma imagem negativa.

Afirmava o jornal:

Fraternidade uma dessas coisas chocantes

‘In Fratelli’, um nome tão gostoso de pronunciar e de se ouvir. Entretanto, quando alguém se refere a fraternidade, sempre se coloca na posição de receber do irmão e dificilmente de dar ao irmão.

Nossa reportagem presenciou um fato de fazer corar os clubes de serviço, de tirar o sono de qualquer pai de família.

Não podemos admitir em plena década da educação, e justamente no auge de uma campanha de erradicação de analfabetismo no município de Chapecó e quando tanto se fala em fraternidade, que crianças frequentem escolinha sem agasalho contra o impetuoso frio que atravessamos.

É confortador, ver uma criança frequentando a escola, e sabemos, muitas vezes os sacrifícios com que luta para poder estudar devido a desnutrição, a verminose e a falta de agasalhos contra a baixa temperatura.

No Grupo Escolar Aeroporto e noutras escolas de nossos bairros, isto é uma realidade gritante a desafiar as domadoras do Lions, as senhoras damas rotárias, da Câmara Junior, enfim a todos que ainda temos um pouco de sobra para alcançar a quem precisa.

Por amor de Deus, essas crianças precisam estudar, mas nunca tiritando de frio, como tivemos oportunidade de ver. Vamos agir chapecoense. (FOLHA D’OESTE, 4 jul. 1970, capa).

O tema da educação escolar aparece pela primeira vez no discurso jornalístico do período. Entretanto, era preciso alterar aquela “realidade gritante” da pobreza que os pequenos carregavam e que desafiava as “senhoras altruístas” das entidades filantrópicas. Para isto, foi necessário recorrer a uma linguagem norteada pelo melodrama para mobilizar seus leitores e leitoras. Os fatos apresentados pelo próprio noticiarista que, em plena “década da educação”, presencia um evento tão comovente, condenava e, ao mesmo tempo, interpelava as pessoas da comunidade para, através de um “ato fraternal”, se colocassem no lugar dos necessitados, principalmente das “crianças que precisam estudar”.

A reportagem que ganhou a capa do jornal e deu visibilidade à imagem das crianças pobres de Chapecó reforçou a estratégia de convocar a comunidade para a tarefa de “salvar” a população carente, compreendida como “desintegrada” dos processos de desenvolvimento econômico do período. É importante lembrar que naquele ano o País se encontrava em pleno “milagre econômico”. Rosemberg (2016) afirma que estas ações foram implantadas no Brasil após a Segunda Guerra Mundial, a partir da Legião Brasileira de Assistência. Esta teoria estava atrelada a uma concepção de sociedade na qual as desigualdades sociais eram explicadas através de processos de “causação circular”. A autora afirma que, nessa perspectiva, os pobres estariam por insuficiência “desintegrados” do processo de desenvolvimento. Para pôr fim a esse processo, era necessário atuar de forma integrada, principalmente junto a crianças e jovens, prevenindo-as do destino que a pobreza lhes reservava (ROSEMBERG, 2016, p. 211).

3.3 SOBRE OS MENINOS INFRATORES

No findar da tarde de meados de agosto de 1971, hora do costumeiro chimarrão, uma moradora antiga da cidade testemunhou o que pareceria ser rotina naquelas redondezas. Mais uma vez presenciou três meninos com idade entre 8 e 12 saindo em disparada de uma das residências próxima a sua e levando consigo objetos sem muito valor. Apavorada com a situação, e devido às dificuldades impostas pela idade, não conseguiu informar a polícia prontamente; apenas advertiu alguns vizinhos para que ficassem atentos aos “pequenos marginais” que rondavam suas casas. Durante aquela semana, nas conversas entre a vizinhança, em rodas de chimarrão do fim da tarde e até na porta de algumas lojas, o assunto era o mesmo: os roubos constantes que aconteciam na cidade. É provável que o episódio tenha chegado até a redação do jornal *Folha d’Oeste*, que na ocasião aproveitou para publicar o ocorrido e dissertar sobre um problema já conhecido das pessoas de Chapecó. Na labuta da comunicação e exercendo a autoridade, os redatores do jornal transformaram o fato em reportagem de página inteira com o título: “Apesar de tudo, a roubalheira continua”.

Ao produzir a notícia sobre os furtos praticados por “ladrões de menor idade que estavam a sacudir a cidade” (FOLHA D’OESTE, 21 ago. 1971a, p. 3), os articulistas projetaram um misto de sentimentos. Com a publicação da mesma figura de duas crianças com aspecto fragilizado, os redatores buscaram, ao organizar a notícia, colocá-las em outro espaço social, a rua (FOLHA D’OESTE, 7 fev. 1970, p. 08).⁴⁸ Percebe-se a intenção de transmitir a imagem de um ser híbrido que carrega consigo todos os tipos de males sociais. A fisionomia frágil e o conteúdo que acompanha a narrativa enquadram as crianças em condição social de pobreza e as personificam como infratores.

Ao editar as notícias, os redatores escolheram para compor a zona superior da página do jornal o fato de o furto ter sido praticado pelos meninos em residências da cidade. No lado esquerdo, na zona inferior, outra reportagem chamava atenção pelo título. Uma matéria construída a partir de uma correspondência enviada por outra cidade narrava um crime de roubo, porém, praticado por adultos. Duas matérias jornalísticas abordavam histórias diferentes, mas conectadas pelo tema, a criminalidade.

Na primeira, leem-se os crimes praticados por “ladrões de menor idade” (FOLHA D’OESTE, 21 ago. 1971a, p. 3); na outra, os praticados por “ladrões profissionais” (FOLHA

⁴⁸ A imagem utilizada é replica também na capa da reportagem: “Fraternidade, uma dessas coisas chocantes” (FOLHA D’OESTE, 4 jul. 1970). Publicada ainda no ano anterior, fazia referência às vítimas da Guerra de Biafra.

D’OESTE, 21 ago. 1971c). Para chamar a atenção, as narrativas utilizaram uma linguagem sensacionalista, melodramática e de interpelações, para garantir que o(a) leitor(a) não deixasse passar despercebida aquela problemática que arruinava os moradores da cidade. Antes de analisar o fato, transformado em acontecimento pela imprensa de Chapecó, é importante observar a reportagem editada ao lado sobre o desenrolar de um crime de assalto que terminou no assassinato de um homem em Passo Fundo.

A matéria jornalística fora construída a partir de correspondência enviada por um colega da imprensa do estado vizinho. O texto esclarecia, após a “descoberta de uma ossada”, o desenrolar de um assalto praticado em 1969, pelo “roubo de um carro” (FOLHA D’OESTE, 21 ago. 1971c). A narrativa iniciava afirmando que, após vinte meses de desaparecimento do motorista Ernesto José Longui, o delegado de polícia da cidade de Passo Fundo realizou a reconstituição do crime. Para esta ação utilizou o carro da vítima que, por sua vez, em 15 de outubro do mesmo ano havia feito “uma corrida” para a cidade de Carazinho. Porém, durante o percurso, Ernesto foi surpreendido pelos passageiros que o “prenderam, algemaram, encheram-lhe a boca de algodão, amordaçando-o e colocando-o no porta malas” (FOLHA D’OESTE, 21 ago. 1971c, p. 8). A notícia afirmava que, pressentindo a morte, a vítima implorara aos ladrões que levassem o carro e deixassem o “pobre homem viver para cuidar de suas duas filhas” (FOLHA D’OESTE, 21 ago. 1971c). Porém, os ladrões, “no meio do caminho, ainda em terras passofundenses, deram-lhe um tiro na cabeça” (FOLHA D’OESTE, 21 ago. 1971c, p. 8).

O tom realista na escrita da notícia tinha por objetivo, provavelmente, associar a imagem dos “ladrões de menor idade” que invadiam “[...] pátios, jardins e residências carregando roupas, calçados, garrafas vazias para vendê-los em qualquer parte ou usá-los em próprio benefício” (FOLHA D’OESTE, 21 ago. 1971a, p. 8), aos dos “terríveis bandidos” que tiraram a vida do “pai de família” enquanto trabalhava. Conectar as peças jornalísticas pode ter sido uma estratégia para justificar a necessidade de correção e represália dos meninos em Chapecó e assegurar a ordem estabelecida. Além disto, a notícia legitimava a imprensa como porta-voz do discurso oficial, para o qual era necessário conter as “classes perigosas” para manter-se no poder durante o regime autoritário.

Já nas primeiras linhas da reportagem sobre a onda de roubos que havia “sacudido a cidade nos últimos dias” (FOLHA D’OESTE, 21 ago. 1971c, p. 8) e preocupava a população oestina, os redatores afirmavam que as “autoridades já tomaram algumas providências”. De forma contraditória reiteravam que, embora desconhecessem as “providências”, elas deviam

ser benéficas. Não se fazia menção na reportagem sobre as ações praticadas nos casos de furtos cometidos por crianças e jovens naquele período, nem a outras matérias sobre este fato. Sabese que Chapecó não contava, naquela época, com espaços para abrigo de crianças e jovens que porventura praticassem algum tipo de infração. Em vários momentos da reportagem os articulistas informavam a polícia como o órgão convocado para agir. Presume-se que ela realizava as ações consideradas necessárias.

Associar práticas de furto realizadas por crianças e jovens pobres nas cidades brasileiras a crimes considerados “hediondos” foi uma prática comum na imprensa brasileira, principalmente num período marcado pela repressão a qualquer ação que “atormentasse a ordem estabelecida”.⁴⁹ Ecoa no conjunto das peças na página dedicada aos considerados crimes o discurso de que o “menor” poderia tornar-se uma ameaça à sociedade. Através da emissão de um enunciado provocador de temor, os sentimentos positivos para com a infância podem passar por um processo que os transfiguram em outros de diferentes naturezas. Possivelmente a compaixão com os “filhos e filhas” das famílias pobres, anunciados nas reportagens anteriores como vítimas de seus progenitores e da miséria, convertia-se em sentimentos de repulsa.

Os próprios articulistas do jornal anunciavam os fatos de forma negativa. Ao fazer interpelações sobre as possíveis causas que levavam os “infratores” a praticar os crimes de roubo, faziam da miséria das famílias um elemento propulsor da criminalidade infantojuvenil. Essa justificativa era parte de um conjunto de ações realizadas com base na implementação do regime ditatorial em 1964. As fontes que possivelmente alimentaram o discurso jornalístico foram as mesmas orientadoras das políticas sociais direcionadas à assistência à infância abandonada ou ao considerado menor infrator. O que lemos nas interpelações formuladas pelos articulistas é o consenso sobre a possível motivação da infração: as condições paupérrimas de suas famílias. Segundo os redatores da *Folha d’Oeste*:

Seria a fome a causadora disso tudo? Seria o condicionamento de miséria a que são submetidas algumas dezenas de famílias que mourejam os arrabaldes da cidade? Seria a vingança da classe pobre, paupérrima, contra as classes ‘melhor favorecidas’ [sic] economicamente? O povo pede a ação da polícia e os marginais pedem um pedaço de pão para ‘encostar’ o estômago. A lei proíbe a detenção de menores em casas de correção e apesar de todas as providências que o setor de segurança pública possa tomar, sua ação não pode ultrapassar os limites legais: deter o infrator, registrar a ocorrência, comunicar o Juiz de Menores e a partir daí, nada mais pode ser feito, se não devolvê-lo à liberdade, porque não existem casas especializadas para recuperar esses candidatos ao crime. (FOLHA D’OESTE, 21 ago. 1971c).

⁴⁹ Sobre esta situação, ver Frontana (1999).

Associar a infração às condições sociais de seus progenitores foi, como vimos até aqui, o viés do discurso jornalístico do *Folha d’Oeste* nas reportagens direcionadas aos problemas de ordem social. Este discurso foi utilizado por diferentes agentes sociais na história da infância brasileira, principalmente a partir de meados do século XX. A criminalidade, como decorrência do abandonado material, foi a justificativa para intervir no recrutamento da população infantojuvenil pobre, com o objetivo de impor padrões de comportamento para os que seriam “úteis à sociedade”. Amparados na racionalidade científica, diferentes profissionais – como médicos, juízes, pedagogos e psicólogos – desenvolveram ações para conter esta população, vista muitas vezes como “anormal” e/ou “delinquente”.

No campo do Direito, sobretudo desde o início do século XX, em função de movimentos no plano internacional em relação a crianças vítimas tanto do sistema fabril quanto das guerras, instituíram-se normativas. Por se perceber a necessidade da criação de uma legislação para a infância, os primeiros anos da República no Brasil foram cruciais para a formulação de um conjunto de ações assistenciais vinculadas ao Poder Judiciário. É neste contexto que a problemática do menor abandonado e/ou infrator começa a aparecer como uma questão de ordem política. Há a preocupação “[...] com a criança atingida pela pobreza, enfatizando-se as más consequências no futuro (para ela e para o país) – vadiagem e criminalidade.” (RIZZINI, 2011, p. 116).

A categoria “menor” foi empregada no discurso jurídico para designar a criança e/ou o jovem em situação de risco social, o infrator e o trabalhador. Carregada de interesses políticos, essa categoria resume uma multiplicidade de discursos sobre a infância pobre brasileira, como definidora das práticas com esta população, aproximadamente durante um século.⁵⁰ Juristas foram os principais protagonistas dos projetos e leis de proteção à infância que resultaram no primeiro Código de Menores em 1927. A legitimação de uma lei de caráter nacional direcionada à infância fez com que a discussão da assistência e da proteção fosse centralizada, pelo menos em tese, pelo Estado brasileiro. De acordo com Londoño (1996, p. 142):

⁵⁰ A palavra menor originária do campo jurídico começou a ser identificada a partir do fim do século XIX e início do século XX para se referir à criança em situação de abandono e marginalidade, “além de definir sua condição civil e jurídica e os direitos que lhe correspondem”. De acordo com Londoño (1996), até o século XIX, a palavra menor era usada como sinônimo de criança, adolescente ou jovem, assinalando os limites etários, que impediam as pessoas de ter direito à emancipação paterna ou assumir responsabilidade civis ou canônicas. Foi somente na passagem do século XX, com uma mudança acentuada no campo jurídico, que os juristas brasileiros começam a usar a categoria “menor” para se referir a crianças e jovens pobres (LONDOÑO, 1996, p. 129).

A atenção à criança passou a ser proposta como um serviço especializado, diferenciado, com objetivos específicos. Isso significava a participação de saberes como os do higienista, que devia cuidar da saúde, nutrição e higiene; os do educador, que devia cuidar de disciplinar, instruir, tornando o menor apto para se reintegrar à sociedade; e os do jurista, que devia conseguir que a lei garantisse essa proteção e essa assistência.

Uma das propostas do Código de Menores de 1927 era a inserção dos infantes em instituições, em função da pobreza de suas famílias ou das infrações por eles cometidas. Arend (2011), analisando as questões relacionadas ao abandono na capital do estado de Santa Catarina, escreve:

Na doutrina jurídica menorista, assim como na doutrina jurídica da periculosidade penal, que subsidiavam o trabalho dos representantes do Poder Judiciário em relação aos considerados abandonados e aos delinquentes, a condição de pobreza da pessoa justificava a intervenção social. (ARENDS, 2011, p. 105).

Com a criação do Código de Menores de 1927 e de um juizado específico para essas questões, principalmente nas capitais brasileiras, a assistência à infância adquiriu cada vez mais importância. Nas décadas de 1930 e 1940, instituições com diferentes finalidades foram criadas. Uma das iniciativas que marcam a história da infância no Brasil ocorreu em 1941, ou seja, durante o Estado Novo, quando foi criada a instituição do Serviço de Assistência aos Menores (SAM), para gerir a assistência à infância a partir de diretrizes enunciadas pela União.

Para Rizzini (2011), a criação do SAM marcou um movimento em torno da centralização das instituições de assistência à infância. Atrelado aos objetivos do governo ditatorial, o qual via a necessidade de salvar a criança para salvar a nação, o projeto foi implementado como um órgão para centralizar a assistência ao menor em todo o território nacional. Desde o início da década de 1940, o governo instituiu ações com o objetivo de preparar o futuro cidadão e garantir, desta forma, o “capital humano” para o País em pleno desenvolvimento. Neste período, foi criado também o Departamento Nacional da Criança (DNCr), órgão responsável pela coordenação das ações dirigidas à criança e à família. Além disto, foram criadas instituições de caráter social e de âmbito nacional, governamentais ou privadas. Entre elas, destacam-se a Legião Brasileira de Assistência (LBA), o Serviço Social do Comércio (SESC), o Serviço Social da Indústria (SESI), as campanhas nacionais de educandários gratuitos (RIZZINI, 2011, p. 263).

Após uma história marcada por imagem negativa perante a sociedade, em pleno regime militar, o SAM foi substituído pela Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), que introduziu, através da Lei n. 4.513, de 1º de dezembro de 1964, a Política Nacional do Bem-

Estar do Menor (PNBEM). A nova proposta de atendimento ao “menor” buscava romper com o passado assombroso do Serviço de Assistência ao Menor (SAM) e servir para instaurar uma nova ordem social.⁵¹ Em Chapecó, desde a instituição da FUNABEM, a “comunidade” levou a cabo a assistência à infância considerada abandonada e/ou infratora. Deste modo, é importante entender como essa política definia a comunidade:

De acordo com o discurso da FUNABEM, a sociedade sofre um processo de degenerescência em relação aos valores. Isso corresponde ao crescimento da população menor carenciada e infratora. Caberia às comunidades a tarefa de recuperação do chamado menor, através de organismos oficiais, religiosos e classes mais favorecidas. Mas o que se entende por comunidade? A imprecisão da definição levou-nos a emprestar-lhe um sentido amplo (considerado o urbano como elemento primordial de prevenção ao problema do menor e opondo comunidade urbana à rural); um sentido estrito (considerando-a uma instituição como igreja, família, ou, ainda, associações como o Rotary); ou até um sentido geográfico localizado (considerando áreas dentro do meio urbano que congregam associações). Em qualquer destes sentidos, a comunidade é algo que pode ser tomado isoladamente, apresentado um conjunto de elementos que devem ser preservados da degenerescência provocada pela modernização da sociedade. (PASSETTI, 1996, p. 158).

A substituição de instituições e programas sociais com o objetivo de controle da população infantojuvenil não alterou as condições sociais, nem as formas de atuação por parte dos indivíduos à frente desses estabelecimentos. À população infantil que persistia em “perambular” pelas ruas, continuaram a ser aplicadas formas de repressão, agora, porém, sob o *slogan* de uma “política de bem-estar”. A implantação, na gênese do regime autoritário, da FUNABEM e uma Política Nacional de Bem-Estar do Menor, estava atrelada aos princípios da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Para Rosemberg (2016), é possível localizar, na Guerra Fria, o “fermento” para a produção da DSN:

A posição central ocupada pela guerra na DSN, bem como sua concepção, são tributárias da visão de mundo bipolarizada em consonância com o momento da guerra fria. A DSN postulava que vivia-se um momento de guerra total entre o Ocidente cristão e o Oriente comunista; para o Brasil, alinhado ao Ocidente, os objetivos nacionais confundiam-se com a defesa do Ocidente e o combate ao comunismo. (ROSEMBERG, 2016, p. 209).

Em nome de uma possível “guerra” ou invasão do ‘comunismo internacional’, a DSN fortaleceu a ideia de segurança interna, implantou programas e políticas tendo como alvo principal as populações pobres, vistas como “desintegradas” do processo de desenvolvimento

⁵¹ A partir da década de 1950, as denúncias sobre violências, além dos desvios de verbas operadas pelos agentes que atuavam nas instituições, produziram no imaginário social a imagem das entidades geridas pelo SAM como “escola do crime”. Sobre o SAM, ver Rizzini (2011), Vogel (2009) e Passetti (1996).

e possíveis ameaças à segurança nacional.⁵² Além disto, era preciso identificar o inimigo, notado como uma ameaça, e tentar aniquilar os focos insurrecionais (PASSETTI, 1996, p. 163). Aquino (1999) destaca que um dos marcos da ditadura militar de 1964 foi a censura política, lentamente institucionalizada a partir de 13 de dezembro de 1968. Com base no Ato Institucional n. 5 (AI-5), os militares decretaram censura prévia à imprensa escrita para impedir a participação e a representação dos cidadãos. Para a autora, “[...] buscou-se mascarar a alteridade social, criando-se uma imagem de sociedade harmônica, livre de conflitos.” (AQUINO, 1999, p. 209).

Esses processos de cunho político são importantes para a análise das políticas direcionadas aos “menores” julgados “perturbadores da ordem”. Os pressupostos nos atos tinham ressonância no discurso jornalístico, quando os redatores, em tom vigilante, temiam a “invasão” daqueles vistos como “candidatos ao crime”. Em outro trecho da referida matéria jornalística, os articulistas reforçam a necessidade de vigiar e corrigir a infância para afastar esse possível “câncer da sociedade”:

Dante de tantos problemas que tocam a todos, profundamente, todos perguntamos pelas soluções e fatalmente jogamos o fardo nos ombros das autoridades a começar pela polícia que é chamada a agir. No combate aos ladrões como se uma corporação e uma repartição que mal tem recursos para os serviços corriqueiros, pudesse, num golpe de mágica, afastar esse câncer da sociedade.

Não, gente, nós temos culpas idênticas, ante tais problemas. E o leitor haverá de perguntar-se: ‘Eu? Não mesmo! Eu pago meus impostos, educo meus filhos, respeitos as leis, faço tudo pela minha cidade. Mas o caso dos pobres que tem fome, sede de saber e para isso chegam a roubar por aí, isso é problema dos outros’.

Claro leitor. Isso é problema dos outros. Mas, quem é esse ‘outro’? O dia que nesta cidade houverem mais famintos, maltrapilhos e ladrões que nas demais camadas sociais bastadas, você pensará diferente.

O dia em que eles os ‘filhos de ninguém’ forem maioria, não haverá policiamento suficiente para vigiá-los e corrigi-los. O duelo será fatal para a classe de ‘cima’, a classe de barriga cheia, de salário alto. Você dirá que isso é imaginação. Mas você esquece que hoje eles são cerca de dois mil e que a partir dos 14 anos já começam a procriar, numa multiplicação assustadora, enquanto você, porque quer, porque pode, numa vida inteira, limita seus filhos, fica nos dois, três ou quatro apenas.

Não estamos, através desse artigo, oferecendo soluções para um problema que não é apenas, de Chapecó. Ele existe até mesmo, e bem acentuadamente, nos Estados Unidos, o mais rico país do planeta. (FOLHA D’OESTE, 21 ago. 1971a, p. 3).

⁵²

É importante situar a Guerra Fria para pensar o movimento em torno da segurança nacional no âmbito brasileiro, em um período também marcado pelo regime ditatorial. Para Habermas (2000), a Guerra Fria entre os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas dominou o cenário internacional a partir da segunda metade do século XX e demarcou a luta pela supremacia entre duas grandes potências mundiais.

Comparando a região Oeste com o “país mais rico do planeta”, os articulistas do jornal *Folha d’Oeste* seguiram o protocolo da imprensa brasileira e mobilizaram a comunidade para combater aqueles que poderiam colocar em risco a ordem social imposta. Valendo-se de um tom imenso, o autor da reportagem propagandeou um dos objetivos da política de bem-estar do menor e convocou a comunidade para a tarefa de recuperar, por meio de organismos oficiais e religiosos, o “chamado menor”.⁵³ Com isto, atendia-se aos propósitos presentes na ideologia de Segurança Nacional, como manter a ordem intervindo sobre a população.

A expansão dos processos de industrialização e urbanização, com a intensificação dos fluxos migratórios, acarretou, a partir da metade do século XX, transformações significativas no País. As mudanças trazidas pelo desenvolvimento do sistema capitalista, acompanhadas do crescente aumento das desigualdades sociais, provocou uma intensidade nas formas de mobilidade social e na exteriorização das questões sociais. Durante a ditadura militar, o crescimento da economia brasileira, sobretudo a partir de investimentos internacionais, a modernização da estrutura econômica e produtiva, acentuaram mudanças no País, principalmente em relação à agricultura. Os interesses em torno da exportação impulsionaram investimentos nas indústrias, em detrimento da agricultura e da pecuária, as quais necessitavam ser modernizadas para aumentar a produtividade, processo facilitado por empréstimos bancários aos pequenos produtores que deixavam como garantia suas propriedades. Com a modernização na agricultura e na pecuária, estabeleceu-se, paulatinamente, um sistema de integração, em que o produtor participava com a mão de obra, e a agroindústria controlava toda a produção. O resultado deste processo foram as inúmeras vantagens para as agroindústrias, pois elas eliminaram a concorrência e acabaram com a autonomia dos colonos (PAIM, 2003, p. 22).

Na década de 1970, os frigoríficos instalados na região Oeste atraíram um grande número de pessoas vindas do campo e de outros municípios de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Paraná (PAIM, 2003, p. 17). Este fluxo migratório impôs necessidades básicas de habilidades para a população, assim como educação e saúde. Porém, essas pessoas não se constituíram como prioridades para as administrações municipais do período, inclusive as de Chapecó. De acordo com Paim (2003, p. 17):

⁵³ Retomamos aqui as contribuições de Passetti (1996, p. 59) sobre a função exercida pela comunidade que atuará, a partir das fragilidades da sociedade moderna, na necessidade de impor valores universais “[...] na dicotomia tradicional-moderno, que é construir outra fórmula para continuar sediando no Estado o prolongamento dos problemas sociais.”

Estes estavam preocupados, sim, em atrair o maior número possível de pessoas para mostrar, inclusive nacionalmente, que Chapecó crescia mais que qualquer cidade do país. A propaganda atraiu para o município um grande número de pessoas que não foram absorvidas pelas indústrias, em primeiro lugar, devido ao excesso de mão de obra, e, em segundo lugar, porque a maioria das pessoas era oriunda do meio rural, portanto não qualificada profissionalmente.

A exaltação do progresso, atrelado à “euforia desenvolvimentista” implantada pela política ditatorial, completava a retórica das lideranças locais que almejavam um futuro promissor para a “Capital do Oeste”. Compartilhando dos interesses políticos e ideológicos dos militares, os governantes municipais de Chapecó difundiram as ideias do chamado “milagre econômico”. É neste contexto que os cinturões da pobreza foram se formando na cidade, como assinalado na primeira reportagem sobre o “caso desolador”.

O tema da infração cometida pelos meninos, tratado na reportagem do jornal *Folha d’Oeste*, apresenta-se como importante para os governantes do período, por duas razões. Primeiro, pela ameaça que os infantes representavam na composição da população de trabalhadores e, segundo, por serem percebidos como “capital humano”. Sobre esta questão, Vogel (2009, p. 293) afirma o seguinte:

Em suma, a massa crescente de crianças e jovens marginalizados fazia prever, a curto e médio prazos, prejuízos consideráveis, quer do ponto de vista socioeconômico, quer do ponto de vista político. No primeiro caso, em virtude da riqueza que se deixava de gerar e do dispêndio com o qual se teria de fazer, face aos problemas sociais decorrentes da marginalização. No segundo, em virtude do risco de que o potencial construído por esses ‘irregulares’ viesse a ser capitalizado por forças contrárias ao regime.

O discurso jornalístico, ao enfatizar os “males e os crimes cometidos”, sugere o trabalho como uma obra social para salvá-los. Com um teor moralizador, os articulistas afirmavam o seguinte:

As ruas estão cheias de menores que pedem ajuda para seus males sociais, fome, frio, doença, analfabetismo, defeitos físicos e psicológicos. À noite desfilam disfarçadas de ‘andorinhas’ que, à procura de vender o corpo por alguns níqueis, buscam os desavisados que possam carregá-las para algum lugar, na prática de outro crime, a prostituição.

Alguns meninos, de forma louvável, se atiram na profissão de vendedores de frutas e saem pela rua oferecendo maçãs, laranjas, bergamotas, etc. E por incrível que pareça, a maioria das pessoas que compram normalmente essas frutas, preferem mercados ou tendas especializadas, sem perceber que comprando daqueles garotos, realizam uma obra social.

Há quem afirme que a sociedade precisa dar trabalho a esses seres humanos. Mas o que oferecer, se os mesmos não possuem qualificação profissional nenhuma? E ademais, alguns setores que se utilizam de mão de obra não especializada, como é o caso das firmas de reflorestamento, já empregam dezenas de adultos que possuem

numerosa prole e habitam os ranchos da Vila São Pedro. Mas enquanto o pai trabalha para sustentar parte das necessidades da família, a prole continua a perambular pela cidade, pedindo esmolas e ultimamente subtraindo os bens de consumo através do roubo.

Aqueles que vendem o corpo por alguns vinténs, defendem com o sexo a alimentação do corpo. Afinal, dizem que a prostituição é a profissão mais antiga do mundo. E para a prática desse ato, não se exige diploma, não se paga previdência social e o único risco é a doença venérea ou a gravidez. Graças a isso, os ‘filhos de ninguém’ continuam a povoar as ruas, a engrossar as fileiras dos que não tem lar, dos que, para encher a barriga fazem qualquer negócio. Enquanto nos lares abastados o planejamento familiar obedece um restrito esquema, nos lares pobres o nascimento de um filho por ano já se tornou tradição. Como é tradicional, também, a mortalidade infantil, um quadro dantesco e tão paradoxal como aquele velho adágio das regiões pecuaristas do Sul: ‘Para quem tem uma boiada um boi a menos não é nada’. (FOLHA D’OESTE, 21 ago. 1971b, p. 3).

O tom punitivo pela criminalização destacou-se nas linhas dos parágrafos da matéria, ela reforça a ideia de trabalho infantojuvenil como necessário para a reforma social e moral desses meninos e meninas. No conjunto das afirmações, a condição de abandono familiar impulsionava-os, responsabilizava-os por suas infrações, a condição de criança é esquecida para entrar num universo que os entende como “menores”. Nesta relação, o labor infantil somente contribui para a preservação de pauperização, ao invés de amenizá-la (ADORNO, 1993). Valendo-se de autoridade moral, os redatores apenas confirmavam o destino da infância pobre brasileira, que, naquele período, compunha parte do cenário de trabalhadores do País. As consequências inversas dessa condição recaem sobre as próprias crianças que, ao invés de encontrarem no trabalho adulto uma fonte de proteção, encontravam uma fonte de opressão.⁵⁴

Para contornar o problema que continuava a “assombrar a cidade”, a estratégia utilizada pelos articulistas foi novamente convocar a comunidade e para isso eles utilizaram a estratégia discursiva de interpelar o leitor e o enquadrar na tarefa de salvaguardar a cidade dos infantes que andavam pelas ruas. Eis o que afirma o redator:

O que estamos procurando é desafiar o leitor a pensar, sugerir, para que alguém neste mundo de materialidades possa minorar o sofrimento de um ente próximo rejeitado pela sorte.

Sorte? Perdoe-nos leitor, um pouquinho de culpa deve ser debitado aos próprios ‘filhos de ninguém’ que estão habituados a receber as coisas sem sacrifício, sem procurar promover-se sem fazer jus. Mas, convenhamos, essa comunidade chapecoense não se pode ‘mixar’ ante mais um desafio. Ofereça sua sugestão. A coluna deste jornal está às ordens. Escreva alguma coisa e mande-nos, que publicaremos com o maior prazer. E não precisa pagar, viu. Não estamos pedindo nada. Apenas a sua ideia. Vamos, mexa-se, acomodado! (FOLHA D’OESTE, 21 ago. 1971b, p. 3).

⁵⁴ De acordo com Adorno (1993), segundo o Censo de 1970, trabalhavam neste período 12,8% das crianças brasileiras. Os dados apresentados pelo autor sugerem uma das características da infância pobre no Brasil que foi a inserção precoce no mundo do trabalho.

Tendo em vista a inexistência de instituições para “recuperar” os meninos, a reportagem sinalizava que a lei proibia a detenção de menores de idade em casas de correção. Na tentativa de responder à comunidade, ou seja, mostrar que em Chapecó se buscava manter a ordem social, os articulistas publicaram, na mesma página da notícia sobre o furto, uma matéria anunciando que em uma “palestra” com a imprensa, o Dr. Rubem Odilon Antunes Córdova, juiz de Direito da Comarca de Chapecó, estava “[...] tomando as providências que a lei lhe autoriza para pelo menos amenizar a situação atual dos menores em Chapecó.” (FOLHA D’OESTE, 21 ago. 1971b, p. 3). A autoridade judicial fora respaldada como provedora da solução do considerado problema que atormentava a cidade, a referida matéria anunciava que o juiz de Direito acabava de proceder a um exame de seleção para o preenchimento do cargo de inspetor de menores para a cidade de Chapecó. Escolhida a pessoa que iria desempenhar aquela função, restava agora finalizar o encaminhamento do processo de nomeação para despacho do governador do estado (FOLHA D’OESTE, 21 ago. 1971b, p. 3). Sobre esta questão, não sabemos os encaminhamentos realizados pelas autoridades judiciárias. Em relação aos autores dos furtos, a polícia provavelmente utilizou práticas repressivas, populares em outras cidades brasileiras no período, como aprisionar esses jovens com os detentos adultos.⁵⁵ Ou seja, legitimar a violação dos direitos humanos, algo comum na época.

3.4 É PRECISO “EDUCAR” OS FILHOS DE NINGUÉM

Em 1974 a cidade de Chapecó realizava uma “calorosa recepção” a dois “ilustres visitantes” (WAGNER, 2005), o governador do estado Colombo Salles e o então presidente da República, Ernesto Geisel. A visibilidade dada ao evento demonstra como as relações políticas entre os administradores locais e os governos estadual e federal eram de grande importância. Isto pode ser percebido em uma das fotografias publicadas pela imprensa local, que mostra o momento em que os dois políticos foram recebidos pela elite chapecoense. O jornal *Folha d’Oeste* registra o evento como um “acontecimento histórico para a região”, pois era a primeira vez que um presidente da República “pisava em terras catarinenses oestinas”⁵⁶. Este

⁵⁵ Sobre esse tema, ver Dimenstein (1993).

⁵⁶ Tanto a imprensa quanto a retórica política à frente da administração pública local naquele período evidenciam como a visita foi “aclamada” pela elite local. Na obra produzida pelo prefeito da época, Altair Wagner, a visita é retratada como uma conquista para o oeste, principalmente pela visibilidade dada a Chapecó (WAGNER, 2005, p. 92). Além desta obra, a revista *Celeiro Catarinense*, pertencente aos mesmos editores do *Folha d’Oeste*, realizaram uma publicação sobre o evento em dezembro de 1974.

“acontecimento histórico”, contudo, pode ser interpretado como uma das estratégias publicitárias dos militares à frente do governo federal para legitimar as ações desenvolvidas no oeste que, naquela conjuntura, crescia economicamente a partir de investimentos nacionais e internacionais. O *Folha d’Oeste* anuncia as conquistas como resultado do “bom gosto” de um povo que investia na própria cidade. O periódico publicou a imagem de um poste de iluminação para afirmar Chapecó como cidade “progressista e humana, progressista e iluminada, porque assim quer o povo” (FOLHA D’OESTE, 6 out. 1974, Capa). Notícias com esse teor eram frequentes nas matérias de capa do jornal.

O periódico foi o primeiro a atualizar sua estrutura de produção, introduziu um novo estilo de jornalismo na região, com reportagens mais curtas. A partir de 1974, sob direção da Editora Antares, o jornal acompanhou o ciclo de modernização da imprensa catarinense naquele momento. Foi o primeiro jornal do oeste a aprimorar a maquinaria e implantar a impressão *offset*. O semanário também inovou no suporte papel ao consumir folhas em tamanho menor. A utilização da fotojornalismo em maior escala, uma das inovações da imprensa no estado, compunha as notícias.⁵⁷

Ocasionalmente, o jornal publicava matérias com tema conhecido por seus leitores. Na edição 488, em 10 de agosto de 1974, as crianças foram trazidas pela imprensa para noticiar as ações assistenciais realizadas com a população pobre, dos arrabaldes da cidade. Em tom de moralidade e autoridade, os articulistas enquadravam as crianças a partir da condição social. O protagonismo do jornal é compartilhado pela visibilidade dada para as ações de cunho religioso, e prevalece na tentativa de intensificar estratégias de controle, garantir a ordem e o progresso na região.⁵⁸ Ao observar a página dedicada às campanhas assistenciais, pode-se perceber um conjunto de informações interligadas. A página contém duas reportagens diagramadas do seguinte modo: uma delas, no lado direito, com o título “Não dê esmolas”, acompanhada de um texto com mais de cinco parágrafos, além de três fotografias. No lado esquerdo, a notícia “Promenor ganha Kombi”, destaca-se pelo tamanho da imagem, maior que as outras, e com o texto de apenas três parágrafos. Na primeira a notícia de caráter regional; na segunda a de caráter estadual.

⁵⁷ De acordo com Moacir Pereira (1992), a imprensa catarinense, a partir da década de 1960, vai inovar, mas continua sob influência dos partidos políticos.

⁵⁸ De acordo com Silva e Hass (2017), até a década de 1970, a Igreja Católica foi uma das instituições apoiadoras do projeto de hegemonia local. Os autores, ao analisar os discursos de empresariais e políticos da região, reafirmam o quanto os líderes religiosos foram promulgadores do projeto de “ordem e progresso” na região. A respeito, ver Silva e Hass (2017).

Pode-se inferir que as duas peças se conectavam pelo tema da infância abandonada, pois registravam acontecimentos referentes às políticas assistenciais em vigência naquele período. Isto porque a segunda reportagem apresentava uma comitiva estadual que simbolizava o trabalho realizado pela FUNABEM no estado de Santa Catarina. Na imagem, estão presentes o diretor do Plano de Prevenção da Marginalização do Menor, Edson Seda Morais, a primeira dama do estado, “Dona Daysi Werner Salles”, que, naquele ato, presidia a entidade, além do secretário dos Serviços Sociais. As personalidades aparecem na fotografia entregando uma “Kombi-74” à Sociedade Promocional do Menor Trabalhador (Promenor). Na imagem, consta a presença de aproximadamente 12 meninos, com idades de 7 a 12 anos. Todos vestiam uniformes, provavelmente da instituição. Além dessa fotografia, estão em destaque três imagens que transcrevem a estrutura física de um dos bairros da periferia da cidade. Um espaço com vasta vegetação, casas de restos de madeiras e rua de chão batido compõem o referido cenário. No momento de registrar a fotografia, o redator tentou focalizar o trabalho realizado pelas religiosas da Igreja Católica, coordenadoras das campanhas assistenciais naquele período. Isto porque, em duas das imagens da notícia, a “Irmã Franciscana” ganha visibilidade, primeiro acompanhada de uma das famílias pobres e na sequência de quatro crianças, fotografadas com enxadas nas mãos, parecem estar na labuta pela sobrevivência. O silêncio presente no texto sobre esta questão parece indicar sua intencionalidade em conectar as duas reportagens. O Pró-menor foi uma fundação criada a partir da PNBEM. Arend e Daminelli (2014, p. 197) afirmam que uma das primeiras iniciativas da FUNABEM em Santa Catarina ocorreu mais de uma década depois da sua criação, em 1972, com a implementação do Centro Educacional São Lucas, situado no bairro Barreiros, no município de São José. Segundo as autoras, “[...] a opção pela criação de um centro de ‘reeducação’ em caráter fechado privilegiou a resolução daquele visto pela ótica do Estado, como um problema ‘concreto’ em Santa Catarina [...]”, ou seja, o problema dos intitulados infratores.

Os meninos uniformizados, vinculados à Promenor, pareciam indicar o caminho que as crianças pobres de Chapecó precisavam “percorrer”. O tema da campanha realizada por todas as entidades assistenciais do Oeste era: “Não dê esmolas, mas promova”. O trabalho organizado pela ASDI, vinculada à Igreja Católica, exercia papel fundamental nas ações sociais com as populações pobres, com o respaldo na administração pública local. A campanha buscava a colaboração de escolas e interessados “em promover a pessoa humana”, realizar palestras em colégios da região, convocar os(as) discentes e familiares a conseguirem fundos para as ações “educativas” a serem realizadas com as populações pobres do município. Como afirmou a

reportagem, o lema seguido pelas religiosas era: “Conscientizar os alunos a respeito dos problemas sociais de nossa cidade; ele está sendo educado para que possa fazer algo de concreto”. A atribuição dos(as) discentes era a de entregar um folheto nas palestras e sugerir alguns tipos de colaboração, como: roupas, calçados, móveis, utensílios, brinquedos, remédios, ferramentas, materiais de construção, entre outros. Os objetos poderiam ser usados, “desde que tivessem alguma serventia”. A única ressalva era não doar “alimentos e dinheiro”. Para a entidade, conforme a reportagem, esta seria a forma de “ajudar as pessoas necessitadas” (FOLHA D’OESTE, 10 ago. 1974a, p. 10).

Para garantir que todos se envolvessem na campanha em prol dos necessitados, os “folhetos” seriam devolvidos para a escola contendo “[...] o que cada família ou pessoa doou; ainda: nome, endereço completo, rua e número da casa.” (FOLHA D’OESTE, 10 ago. 1974a, p. 10). Repassar esses dados, provavelmente, intimidou muitas famílias a participarem da ação, a qual pretendia “alcançar todas as pessoas e famílias” da cidade. A escola inseriu-se nas atividades assistenciais lideradas pelos filantropos, na tentativa de salvaguardar os considerados “necessitados”. O objetivo da ação compartilhada por diferentes atores sociais, pertencentes à escola, à Igreja, a grupos como Movimento Familiar Cristão (MFC), ao *Lions*, ao *Rotary*, à Câmara Junior, à Ação Jovem de Chapecó, aos círculos bíblicos, às zeladoras das capelinhas e até aos alunos da comunidade escolar (FOLHA D’OESTE, 10 ago. 1974a, p. 10), era o seguinte:

A finalidade desta campanha será angariar material útil, aos nossos irmãos necessitados e depois vendidos a eles. Os objetos seriam vendidos a preço simbólico, isto é: se uma camisa valesse Cr\$ 60,00 seria vendida a eles por Cr\$.....10,00 ou 5,00. Com isto, queremos destruir a ideia paternalista de dar. Tudo o que é dado não é valorizado e Não Educa. O nosso interesse é educar estas pessoas. Para isto necessitamos fazer funcionar mais a razão e menos o coração. Nós nunca educaremos dando. Eles têm necessidade de conquistarem as coisas necessárias para si. Só assim sairão do comodismo e assumirão um sentido mais positivo de sua vida. Por isso, não dê esmolas. Ajude-nos a construir a personalidade desta pessoa.

A ASDI espera contar com a colaboração de todos os chapecoenses. Qualquer informação pode ser obtida com as Irmãs do Cristo Rei, fone 349 Rua Nereu Ramos, 3165, ou Pe. Derci Pasqualotto, fone 445, Casa Paroquial, ou ainda com a diretoria, fone, 212. (FOLHA D’OESTE, 10 ago. 1974a, p. 10).

Além do texto, a fotografia que compôs o anúncio da campanha associava pobreza com crianças, pois elas apareciam despidas e com fisionomia frágil. Ao ler a notícia conectada com a reportagem sobre a “Promoção do menor trabalhador”, observa-se que o caminho enunciado pelo periódico era o da filantropia, e não mais o da caridade. O apelo relatado na campanha para “educar” teve o apoio de diversas instituições, inclusive das escolas. Desde o fim do século XIX, diferentes agentes sociais buscavam “normalizar” as famílias pobres brasileiras. A

necessidade de comprovar que essas pessoas não tinham capacidade e demandavam de ações tutelares com o objetivo de aliar preceitos sanitários e educativos a métodos de vigilância econômica e moral (DONZELOT, 1986, p. 85).

De acordo com o autor:

Se quisermos compreender o alcance estratégico desse movimento de normalização da relação adulto-criança, é preciso entender que o que essas medidas visavam era de natureza indissociavelmente sanitária e política; elas procuravam, sem dúvida, corrigir a situação de abandono em que poderiam se encontrar as crianças das classes trabalhadoras, mas também, na mesma medida, reduzir a capacidade sócio-política dessas camadas, rompendo os vínculos iniciáticos adultos-criança, a transmissão autárquica dos saberes práticos, a liberdade de movimento e de agitação que resulta do afrouxamento de antigas coerções comunitárias. (DONZELOT, 1986, p. 76).

Sem dúvida, o trabalho assistencial realizado nesse período tinha um caráter político, levando-se em consideração as aproximações entre as religiosas e os interesses da administração pública local, como já mencionado no início deste capítulo. Entretanto, o que pretendemos reforçar, através desta análise, é como um discurso focado na educação emergiu como “caminho” para governar os pobres, e teve na criança um de seus alvos principais. As reportagens, em conjunto, expunham as estratégias de um discurso oficial que pretendia retirar as crianças de suas famílias e enviá-las a espaços correcionais com o *slogan* da prevenção e da promoção social. Além disto, reforçavam o ideal que animou tanto as políticas públicas do período quanto as ações de cunho filantrópico e religioso que pretendiam modificar o comportamento da população pela educação, sem modificar sua condição de pobreza. Segundo Passetti (2016, p. 357):

A intenção principal ao se adotar a nova metodologia científica, fundamentada no conhecimento ‘biopsicossocial’, era de romper com a prática repressiva anterior, criando um sistema que considerasse as condições materiais de vida dos abandonados, carentes e infratores, seus traços de personalidade, o desempenho escolar, as deficiências potenciais e as de crescimento. Crianças e jovens eram caracterizados como ‘menores’ provenientes das periferias das grandes cidades, filhos de famílias desestruturadas, de pais desempregados, na maioria migrantes, e sem noções elementares da vida em sociedade. A nova política de atendimento, organizada para funcionar no âmbito nacional, pretendia mudar comportamentos não pela reclusão do infrator, mas pela educação em reclusão – uma educação globalizadora na qual não estava em jogo dar prioridades à correção de desvios de comportamentos, mas formar um indivíduo para a vida em sociedade.

“Educar” os pobres era uma das estratégias utilizadas em relação a uma população vista em muitos momentos como “perigosa”. Esse processo fica evidente ao longo da década nas reportagens do jornal *Folha d’Oeste*, e também do jornal *Correio do Sul*, que, a partir de 1977,

inicia suas atividades na região. O jornal *Correio do Sul*, em uma de suas primeiras edições, dedica a capa do periódico às questões sociais dos arrabaldes da cidade de Chapecó. Como compromisso de noticiar de maneira “independente”, já em suas primeiras edições, os articulistas mostram o protagonismo da imprensa. Com letras em negrito, a chamada em destaque era acompanhada de quatro frases que resumiam a notícia. Na parte superior da notícia, uma foto registrava a frente de uma casa construída com pedaços de madeiras em meio a um espaço com “mato” e chão batido. A imagem ganha visibilidade pela presença de seis crianças, com idades entre 4 meses e 10 anos. Além das crianças, uma mulher grávida à frente com os braços na cintura. A manchete era a seguinte:

Aqui, as crianças nem sempre são batizadas. Muitas vezes não são registradas. E quantas nem mesmo conhecem seus pais. A maioria não sabe o que significa Natal. (CORREIO DO SUL, 19 nov. 1977, Capa).

Logo abaixo da fotografia, que ocupava toda a parte central da página, ainda na zona superior, o jornalista afirmava: “É o desespero tomado conta dos arrabaldes”. Entretanto, na parte inferior, entre as cinco chamadas referentes às notícias que compunham o periódico, o jornal afirmava: “Chapecó cresce...”. Deixava-se em suspense uma contradição com a qual aquela edição estaria preocupada: os avanços do setor econômico, conjugados com os avanços da pobreza e da miséria que caracterizaram o “milagre econômico” durante a década de 1970. A matéria, assinada por “Bandeira”, afirmava:

Você certamente já passou por uma rua ou algum local onde as crianças, seminuas, pés descalços e sujas, com a boca aberta, ficam olhando você passar. Assim como já devem ter ouvido falar que maridos ficam em casa (sem trabalhar) e mandam a esposa dormir fora a fim de ganhar dinheiro. Ou ainda, alguém deve ter-lhe contado que em sua maioria as famílias dos subúrbios têm filhas ‘jogadas na vida’, mas que são obrigadas a repartir em casa o dinheiro ganho com a prostituição. (CORREIO DO SUL, 19 nov. 1977, Capa).

Concluía o articulista:

O centro estava lindo, cheio de flores, enfeites de Natal. Os bairros, alguns, também estavam bem organizados e com ritmo de progresso. Entretanto, o mesmo não ocorria com os arrabaldes. Lá a imagem era muito diferente.

Foi-nos possível observar a existência, em várias áreas, do fenômeno da marginalização crescendo na medida em que as grandes decisões vão sendo tomadas em função dos interesses de classes ou grupos e não função dos interesses do povo. Vimos lá a marginalização manifestar-se através de situações que favorecem aos beneficiários privilegiados do despojamento, da paciência e da miséria dos outros. (CORREIO DO SUL, 19 nov. 1977, Capa).

Essa foi a notícia que mais utilizou imagens de crianças. É importante observar que o bairro São Pedro foi o local escolhido para realizar a reportagem, o mesmo da matéria jornalística da *Folha d'Oeste*. As crianças, em número de 15, foram fotografadas sempre do lado de fora das residências. Elas tinham idades entre 5 meses e 10 anos. Os bebês foram fotografados no colo de outras crianças e sua fisionomia indicava “situação de risco social”.

Este enredo da matéria jornalística do *Correio do Sul* foi redigido em linguagem literária, de cunho realista, os personagens vão conduzindo o(a) leitor(a) a imaginar o drama vivido na periferia. O primeiro personagem, um homem caracterizado apenas como alguém “com olhar triste e cansado”, descrevia, em dois parágrafos, as condições precárias de suas casas e reivindicava maior atenção do poder público. Ele finalizava afirmando que os pobres do subúrbio “[...] não têm possibilidade nenhuma de participação como cidadãos e que os mesmos são privados do reconhecimento da dignidade que Deus deu ao homem.” (CORREIO DO SUL, 19 nov. 1977, p. 12). Acompanhando-lhe os passos por cerca de cem metros pelas ruas de chão batido, contornadas por pequenas casas, o jornalista descrevia a seguinte cena:

A mulher segurava nos braços uma criança que chorava. Chorava com as poucas forças que lhe restavam. Sua mãe a sacudia de um lado para outro e de repente começou a sacudir a pequena criatura com raiva de cima para baixo, e, por fim, jogou-a de encontro ao solo. Como se fosse uma coisa... O homem voltou a andar, sem mais olhar para trás. A mulher, então, agora chorando, ajoelhou-se e juntou a criança que parecia ter desmaiado. Sentando-se novamente, no mesmo lugar, olhou para nós e começou a falar. (CORREIO DO SUL, 19 nov. 1977, Capa).

A segunda personagem presente na narrativa da matéria jornalística era uma mulher:

Meu nome é Maria. Tenho 17 anos de idade. Já fui mãe duas vezes. O primeiro filho morreu. E este, certamente, terá o mesmo destino. Quando engravidéi a primeira vez, tinha 15 anos. De quem fiquei grávida não sei, talvez do filho do patrão, lá no centro da cidade onde eu trabalhava. Afinal, eu ganhava 200 cruzeiros por mês, e, quando dormia com o filho do patrão, ou com o próprio, ganhava outro tanto. Certo dia, contei para a patroa que estava esperando neném do filho dela. Foi a minha desgraça. Me botou porta fora a ponta pés. (CORREIO DO SUL, 19 nov. 1977, Capa).

O trecho acima narra as experiências de muitas mulheres brasileiras que trabalhavam como empregadas domésticas nas residências das famílias das camadas médias e das elites no País. A notícia segue abordando os problemas enfrentados pela protagonista em relação aos seus filhos:

Meu filho nasceu aqui no bairro. Quem a parteira foi não sei. Sei apenas que ele nasceu e morreu. Alguns dias depois, me juntei com um homem que morava no bairro. Ele tinha a mulher dele, mas ficava uma noite comigo e outra com a esposa. Fui formando

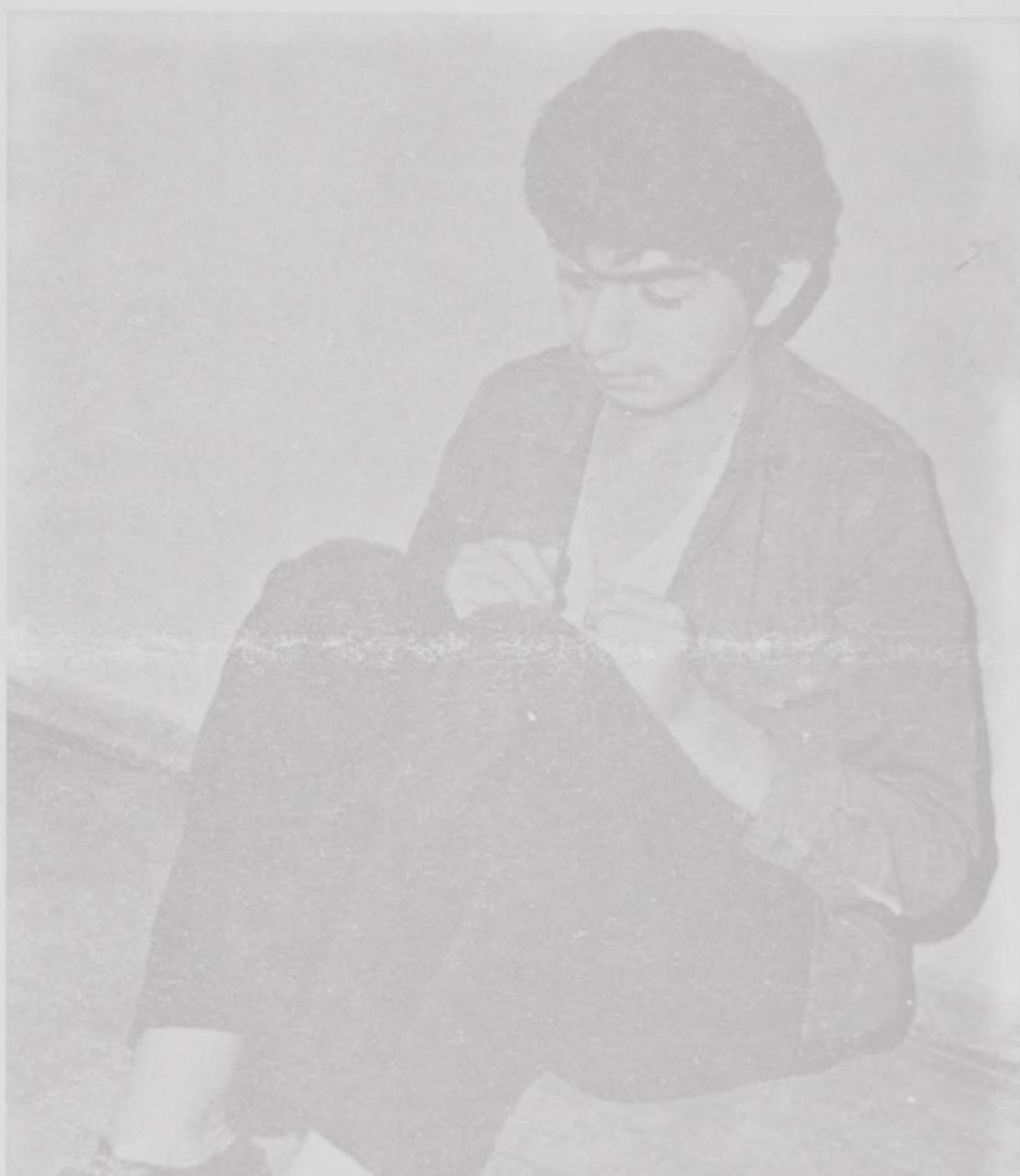
um círculo de amizade e um dia resolvi não ficar mais esperando por ele. Comecei a sair todas as noites com as minhas amigas e ir levando do jeito que Deus quer. Tornei a ficar grávida e aí outro filho. Não sei quem é o pai dele. Nem tenho condições de cuidar dele. Se ninguém quiser ficar com ele, vai acabar morrendo também. (CORREIO DO SUL, 19 nov. 1977, Capa).

A “voz” da mulher na notícia, conectada por imagens que sinalizavam o abandono infantil, apenas reafirmava que as populações pobres deveriam ser educadas. Na última página, quando o redator questionava a população chapecoense para a situação alarmante do local, a imagem de uma menina, entre 7 e 8 anos, sozinha, ao lado de um casebre, sintetizava o discurso balizado na matéria: “A mãe foi embora e deixou o companheiro, a filha e o cachorro.” Durante a década de 1970, os jornais *Folha d’Oeste* e *Correio do Sul* noticiaram as consequências das relações capitalistas ao produziram uma população pobre, indicavam às próprias famílias trabalhadoras a “culpa” daquela situação. Conclui-se que a imprensa do período foi um importante veículo para legitimar as desigualdades sociais da região Oeste de Santa Catarina.

MENOR NA CADEIA

DE CHAPECÓ

DESDE OS SEIS ANOS DE IDADE



4 OS FILHOS DO ESTADO: “OS ANJOS DE CARA SUJA”⁵⁹

A partir das matérias jornalísticas dos jornais *Folha d’Oeste* e *Correio do Sul*, este capítulo analisa os enunciados acerca da infância pobre. A expressão “anjos de cara suja”, utilizada no título deste capítulo, foi escolhida por apresentar indícios de como o discurso jornalístico produzido no decorrer da década de 1970 descreveu meninos e meninas pobres da cidade de Chapecó. “Anjos de cara suja” foi o título de uma série de reportagens realizadas pela imprensa local para apresentar à comunidade regional as políticas sociais implementadas naquele período pelo Estado brasileiro. O adjetivo “anjo” utilizado para se referir às crianças atendidas pelas entidades assistenciais não foi enunciado por acaso, havia nessas expressões vestígios de uma representação de infância desejada como ver-se-á a seguir.

4.1 MENOR NA CADEIA DE CHAPECÓ DESDE OS SEIS ANOS DE IDADE: A HISTÓRIA DO PEQUENO PRISIONEIRO⁶⁰

A prisão, essa região mais sombria do aparelho de justiça, é o local onde o poder de punir, que não ousa mais se exercer com o rosto descoberto, organiza silenciosamente um campo de objetividade em que o castigo poderá funcionar em plena luz como terapêutica e a sentença se inscrever entre os discursos do saber. (FOUCAULT, 2014, p. 250).

Em uma manhã de sábado do mês de outubro de 1977 o leitor assíduo dos jornais locais levantou cedo e foi tomar o seu habitual cafezinho em um bar localizado no centro da cidade.⁶¹ Já acostumado com as manchetes do jornal *Correio do Sul*, possivelmente naquele dia de 1977, o(a) leitor(a) tenha se comovido com a notícia que afirmava ter um menino confinado no presídio municipal desde os seis anos de idade.

A referida matéria, destacada em duas páginas inteiras, afirmava que após a redação do jornal ter recebido a denúncia sobre o fato de uma criança estar desde os seis anos de idade encarcerada no presídio municipal rapidamente encaminhou o caso para um dos repórteres policiais a fim de averiguar o fato. O repórter, acompanhado do fotógrafo, dirigiu-se

⁵⁹ Correio do Sul (21 a 27/11/1979, Capa). O título também pode ser uma referência ao filme americano “Anjos de Cara Suja” produzido no fim da década de 1930, em que meninos de um orfanato ganhavam centralidade no trabalho de um religioso, personagem principal que tentava regenerá-los a partir do bom exemplo. O filme “Angels with dirty Faces” (Anjos de Cara Suja) é de Michael Curtiz (EUA, 1938).

⁶⁰ Correio do Sul (8 out. 1977, Capa).

⁶¹ Era costumeiro encontrar nas manhãs dos sábados e domingos, na principal avenida de Chapecó, homens ligados às elites locais (vereadores, deputados estaduais e federais e comerciantes) em um café que até recentemente existia ao lado dele a principal banca de jornais e revistas da cidade.

imediatamente para a cadeia pública do município para obter informações sobre o caso. Ao chegar na instituição os profissionais foram barrados por um funcionário público que afirmou não saber do caso e se o repórter publicasse qualquer informação seria responsabilizado por desacato e desobediência.

Naquele momento o repórter começou a desconfiar da situação e a acreditar que algo estranho estava ocorrendo. Intrigado com a história decidiu procurar o “cabo Shenaider”, responsável pela cadeia municipal, pois como repórter a sua tarefa era “salvar aquela criança, ou pelo menos ajudá-la no que lhe fosse possível” (CORREIO DO SUL, 8 out. 1977, p. 8-9). Porém, o carcereiro afirmou que para averiguar o caso era necessária a autorização do Delegado Regional de Polícia, Dr. Pedro Fernandes Pereira. A principal autoridade policial da região naquele momento negou ao repórter o acesso à instituição.

Enquanto não conseguia adentrar no presídio e averiguar o fato que provavelmente ganharia a primeira página do jornal, o repórter ponderava sobre as condições do “pequeno prisioneiro, que nem o sol poderia sentir”. Cansado de ser impedido de apurar os fatos pelas autoridades policiais, o repórter buscou outro “caminho”. Dirigiu-se ao fórum municipal e procurou o juiz Dr. Rubem Odilon Antunes Córdova, porém não o encontrou. Recorreu então aos promotores públicos e para a sua surpresa o Dr. Paulo Speck já havia tomado conhecimento do caso. O promotor público e o magistrado concederam uma autorização para o repórter ingressar na cadeia pública e fazer a reportagem (CORREIO DO SUL, 8 out. 1977, p. 8-9).

Tendo em mãos a autorização, o repórter e o fotógrafo imediatamente se deslocaram para a cadeia municipal. O delegado Pedro Fernandes Pereira, responsável pela instituição, afirmou que o menino só poderia ser fotografado fora da instituição. O repórter, tendo ciência da importância da utilização da imagem do menino na construção da matéria jornalística, procurou novamente obter a autorização dos magistrados para realizar as fotos. O Juiz permitiu a entrada dos profissionais na cadeia, desde que não tivessem acesso à cela em que o menino estava e não fosse produzida matéria sensacionalista com o caso.

A matéria jornalística foi construída sem o tom sensacionalista, mas visando denunciar o caso. A chamada da capa era a seguinte: “Menor na cadeia de Chapecó desde os seis anos de idade” (CORREIO DO SUL, 8 out. 1977, Capa). Os redatores utilizaram uma fonte tipográfica diferente para chamar a atenção para o caso, o qual ganhou, além do editorial, duas páginas inteiras do periódico.⁶² Na matéria jornalística observa-se o predomínio das fotografias em

⁶² De acordo com Monteiro (2016, p. 77), no jornalismo investigativo às vezes é a imagem que cumpre a função de manchete, pois essa visa capturar a atenção do leitor e cumprir o papel de síntese visual da matéria. Sobre essa discussão, ver Monteiro (2016).

relação ao texto, numa prática que provavelmente buscava seduzir os(as) leitores(as) para acompanhar o desenrolar do caso. As imagens eram sobrepostas ao texto, em que tal fato demonstra a relevância do jornalismo investigativo que procura comprovar por meio da fotografia os cenários sociais.

A primeira fotografia presente no lado esquerdo da página da reportagem, na parte superior, mostra o menino sentado no chão da cela e indica a circunstância de abandono da criança em situação de cárcere, desde os seis anos. A segunda foto, ao lado direito da página, na zona superior, indica a importância do caso. O menino está em pé, em frente à cela e com os braços ao lado do corpo. O rosto apresentava uma leve expressão de sorriso, já a legenda afirmava: “Me tirem daqui!”. Ao fundo da fotografia as grades da cela confirmam a veracidade dos fatos. A terceira fotografia registrava a situação que o menino se encontrava. O rosto dele ganhou o espaço central da imagem, com o olhar abatido sobre o parapeito da janela da prisão, como se estivesse à espera da salvação.

Machado Junior (2015) destaca que a construção das imagens no fotojornalismo passa muitas vezes por um acordo entre o fotografado e fotógrafos. As poses do menino em cada fotografia indicavam a presença do fotógrafo no ato fotográfico, com vistas a construir uma narrativa visual em tom de denúncia (MACHADO JUNIOR, 2015, p. 120). A seguir, a imagem da capa:

Imagen 8 – Menor na cadeia de Chapecó



Fonte: *Correio do Sul* (8 out. 1977, Capa). Acervo do CEOM.

O que se percebe na construção da matéria jornalística em análise é a realização de uma operação entre o texto, as imagens e as legendas das fotos feita pela equipe editorial. Ou seja, as imagens e as legendas possuem “[...] uma função pedagógica do olhar, pois indicam pessoas, lugares e eventos, além de direcionar o olhar para o que ela aponta como meritório de se ver.” (MACHADO JUNIOR, 2015, p. 120). O auge do fotojornalismo, considerado como “era de ouro”, foi nos anos 1950 e 1960. Com origem na imprensa alemã da década de 1920, a “[...] fotorreportagem constitui-se numa forma jornalística historicamente determinada. Trata-se de uma narrativa baseada num novo tipo de relacionamento entre imagem e texto.” (MONTEIRO, 2016, p. 67). Para Monteiro (2016, p. 72), o fotojornalismo caracteriza-se por apresentar “[...] a atualidade, visando mostrar o que está acontecendo no calor da hora e com a ‘linguagem do instante’.” Para o autor, a partir da chegada da televisão, observa-se uma certa desvalorização deste o estilo de reportagem. A valorização da imagem fotográfica do menino deve-se possivelmente pela inexistência da televisão na região Oeste, o que só acontecerá anos mais tarde.

Conforme já mencionado, além da capa e do editorial, a matéria ganhou duas páginas inteiras do periódico. De acordo com as informações, José Machado encontrava-se em estado deplorável na cadeia. Cego, subnutrido e apresentando problemas físicos, dormia em uma cela embaixo de uma escada, além de conviver cotidianamente com presos considerados perigosos, “cujas sevícias eram corriqueiras nas altas madrugadas” (CORREIO DO SUL, 8 out. 1977, p. 8-9). O repórter constatou que há pouco tempo o menino começara a trabalhar algumas horas diárias na Delegacia de Polícia, limpando e varrendo o chão. A reportagem afirmava também que várias pessoas, incluindo o promotor de Justiça, Paulo Speck, tinham conhecimento do caso e já haviam levado alguns presentes (brinquedos) para a distração do menino durante o tempo de prisão.

Segundo os redatores, o menino José Machado, aos seis anos de idade, “batera como uma enxada na cabeça de sua irmã vindo esta a falecer”. Filho de José e Maria Machado, o menino foi trazido do município de Xanxerê (que pertencia à Comarca da Delegacia Regional de Polícia, com sede em Chapecó) e entregue às autoridades policiais da cidade de Chapecó. O recolhimento a Cadeia Pública de Chapecó foi autorizado pelo Juiz-Diretor do Fórum, Rubem Odilon Antunes Córdova, por não existir “local apropriado para deixá-lo” (CORREIO DO SUL, 8 out. 1977, p. 8-9).

Na matéria produzida sobre o caso, o jornal *Correio do Sul* convoca o promotor público e o juiz de Direito a falar, pois eles afirmavam ter conhecimento da situação. Segundo as duas autoridades, eles haviam apelado às entidades assistenciais, principalmente à FUCABEM, há poucos meses instalada na cidade. O texto faz apelo à coordenadora da fundação, Maria Lucia Sander. No término da reportagem, em um *box*, o pedido está acompanhado da fotografia do menino, em que ele aparece sobreposto a uma janela da cadeia municipal, com os braços soltos em cima do parapeito, uma imagem que o caracterizava à espera da redenção.

Por sua vez, os editores do *Correio do Sul* clamavam pela “necessidade urgente” de “salvação” do menino. O jornal afirmava:

Há quanto tempo....

Nós vos pedimos dispostos a ajudá-la D. Maria Lúcia Sander, Coordenadora Regional da Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor (FUCABEM): consiga ainda hoje, se possível, um local melhor para o pequeno José Machado, que está na cadeia pública de Chapecó, há mais de seis anos, ou melhor, desde seus seis anos de idade. (CORREIO DO SUL, 8 out. 1977, p. 8-9).

O apelo da imprensa para chamar a atenção dos gestores da FUCABEM está presente também no discurso do editorial, na mesma edição com destaque principal à “história, triste e

comovente de uma criança recolhida à prisão”. O editorial enfatizava que a situação só mudaria se órgãos, tais como “FUCABEM, LBA, INPS, ASDI”, tomassem a iniciativa de “salvar uma pobre criatura do mais terrível dos destinos: a completa marginalização social e a sua paulatina destruição biológica”. Intimando seus leitores a refletir se “somos mesmo uma sociedade cristã?”, os editores reafirmam seu propósito em problematizar as questões sociais da cidade e apelam para que a triste e longa história não sirva apenas para publicação naquele informativo (CORREIO DO SUL, 8 out. 1977, p. 2).

Como vimos no primeiro capítulo desta tese, o jornal *Correio do Sul*, ao que tudo indica em suas primeiras edições, tinha como pauta principal de suas matérias denúncias em relação às problemáticas sociais do município. Na reportagem sobre o menino preso essa característica fica evidenciada pela narrativa produzida de quase duas páginas, em que a “descoberta do repórter” foi exaltada. O foco da narrativa jornalística foi a denúncia do caso. Em meados da década de 1970 esta prática ganhava espaço nas pautas da imprensa brasileira, principalmente em relação às denúncias de violência, maus-tratos e negligência em torno da infância pobre e ou considerada infratora.⁶³

Após a denúncia feita pelo *Correio do Sul*, o jornal *Folha d’Oeste*, de forma mais modesta, também dedicou a segunda página do periódico para tratar do caso. Em um *box* ao lado esquerdo da página, espaço que contemplava desde o editorial até propaganda de pneus, duas fotografias apresentavam o menino José Machado no hospital municipal da cidade, sob cuidados médicos, recebendo “inúmeros presentes” (brinquedos) das mãos da Coordenadora da Assistência Social do município, Iolanda Domingues. A notícia breve afirmava que o “menor” “[...] encontrava-se encarcerado na Cadeia Pública local, por ter ‘assassinado sua irmã’, estava recebendo toda a atenção e solidariedade no ‘Dia das Crianças’.”. O texto finalizava destacando que, além dos problemas visuais, o menino encontrava-se em adiantado estado de deficiência física e também mental (FOLHA D’OESTE, 15 out. 1977, p. 2). Chama a atenção no discurso do *Folha d’Oeste* os redatores associarem a causa da prisão ao “assassinato”, palavra não mencionada no jornal *Correio do Sul*. Considerar o menino em “adiantado estado de deficiência mental” também foram palavras utilizadas pelo periódico. Sendo assim é possível dizer que a forma de enunciar o caso pela *Folha d’Oeste* tinha o intuito de minimizar os problemas sociais da região Oeste que naquele período ganhavam destaque na imprensa concorrente.

Uma semana após o Dia das Crianças, na edição 11, de 22 de outubro de 1977, José Machado ganha novamente a capa do jornal *Correio do Sul*. Em uma fotografia na zona inferior

⁶³ Sobre as denúncias realizadas pela imprensa brasileira acerca da infância neste período, ver Daminelli (2013).

da página, a seguinte chamada: “O menino que estava na cadeia, agora é levado a Florianópolis” (CORREIO DO SUL, 22 out. 1977, Capa), anuncia o desenrolar da “triste história”. Sem um expressivo espaço no periódico como na reportagem anterior, na página 14 os redatores destacam: “Mazaropi”⁶⁴ que teve sua liberdade após passar sete anos na cadeia havia sido transferido para capital do Estado, onde continuará recebendo tratamento através do Centro de Recepção e Triagem (CRT), órgão da FUCABEM. A reportagem ressaltava mais uma vez que o menino havia sido “descoberto” pelo repórter do *Correio do Sul* e que o jornal havia feito uma campanha imediata pela retirada dele da cadeia. Após a publicação da matéria, diversos “[...] grupos de chapecoenses sensibilizados com o fato prontificaram-se a pagar todas as despesas hospitalares.” O texto foi finalizado com um agradecimento à Coordenadora Regional da Fundação, Professora Maria Lúcia Sander, responsável pelo envio do menino para a capital (CORREIO DO SUL, 22 out. 1977, p. 14). Segundo a matéria jornalística, de acordo com o pronunciamento do juiz de Direito e do delegado que acompanhou o caso, o menino foi enviado ao presídio por não haver no município uma “instituição adequada”.

É importante sinalizar que, até meados da década de 1980, o município de Chapecó não contava com nenhum tipo de instituição de recolhimento para menores de idade considerados infratores e/ou abandonados. Na região Oeste havia naquele período apenas dois orfanatos, um no município de Xanxerê e outro no de Mondaí, destinados apenas ao abrigamento de crianças abandonadas ou órfãs.⁶⁵

Bonamigo (1999, p. 66) destaca que desde meados da década de 1950, no município de Xanxerê, onde o menino residia, havia o “Lar Bom Samaritano”, dirigido por missionários ligados à igreja Batista, neste local realizavam-se práticas de atendimento a crianças consideradas abandonadas. O orfanato foi criado inicialmente para atender as crianças indígenas “órfãs e abandonadas”. Posteriormente, passou a atender as demais crianças, uma vez que o problema dos “menores abandonados” era recorrente naquela localidade.⁶⁶

O fato de o menino de 6 anos ter sido recolhido na cadeia pública de Chapecó demonstra que o Código de Menores de 1927 não estava sendo cumprido pelos Operadores do Direito. O encarceramento apenas caracterizou práticas realizadas em descompasso com a legislação,

⁶⁴ Apelido do menino.

⁶⁵ O município de Xanxerê localiza-se a 44 km de Chapecó e 97,4 km de Mondaí. A respeito do tema, ver Amorim (2003).

⁶⁶ De acordo com Bonamigo (1999, p. 67), no início da década de 1980 o orfanato passou por reformas, a fim de atender o problema dos considerados menores de rua. Com base em depoimentos de diversos atores sociais, a autora destaca a prática de internação como forma de minimizar o recorrente número de crianças perambulando pelas ruas.

experimentadas por milhares de crianças e jovens brasileiros que, por algum motivo, entravam em conflito com a lei naquele período.

Nas reportagens publicadas durante a década de 1970, outro fato denunciado pelo *jornal Correio do Sul* chama a atenção no que tange à lei. Uma semana antes da reportagem em relação ao menino preso, o jornal publicou uma notícia narrando um episódio que aconteceu na cidade de Chapecó, numa manhã de 1977.

Através de uma chamada que ganhou um *box* pequeno na capa, o periódico afirmava “Criança usou Maverick para matar outra”. Diferentemente do caso apresentado anteriormente, a palavra “criança” ganhou destaque na notícia (CORREIO DO SUL, 1 out. 1977, Capa). A matéria em destaque na zona superior da página 9, com o título em negrito, a imagem fotográfica afirmava que um automóvel Maverick, no último domingo do mês de setembro, matara o menino Alberto. Narra o jornalista que “[...] ainda conversando sobre o ‘sermão do padre’, as famílias viram uma criança ser arrastada mais de 15 metros pelos pneus de um automóvel Maverick.” Diante de terrível cena, gritos de horror cortaram a distância de todas as famílias mais próximas, inclusive a da vítima, as quais ouviram vozes exclamando: “Ele matou o Albertinho” (CORREIO DO SUL, 1 out. 1977, p. 9).

A matéria com o título de “IRRESPONSABILIDADE” relata que Ademar Antônio Silvestre emprestou o veículo para o “menor” identificado pelo jornal como: “V.A.S.”, de 13 anos, o qual apanhou a rua e, de repente, atravessou para a esquerda, seguiu em alta velocidade na contramão até atropelar o pequeno Alberto de Oliveira Gomes, 11 anos de idade, filho de João e Maria Oliveira. De acordo com a notícia, “[...] testemunhas disseram que o crime havia sido premeditado, pois o responsável pelo automóvel, Ademar Antônio Silvestre, emprestara o carro simplesmente sem nenhuma recomendação ao menor causador do acidente fatal.” (CORREIO DO SUL, 1 out. 1977, p. 9).

A notícia finaliza afirmando que:

O processo sumário já foi instaurado na DEPECÓ. Resta saber qual será a decisão da justiça, não com o menor, a lei não permite que ele responda pelo que fez, mas com o Sr. Ademar Antônio Silvestre, que emprestou o veículo para alguém sem condições de dirigir. (CORREIO DO SUL, 1 out. 1977, p. 9, grifo nosso).

Com base na descrição desse caso, constata-se que havia uma compreensão por parte dos editores do jornal de que os menores de idade eram considerados inimputáveis, pois não possuíam o considerado discernimento. Ou seja, neste caso a questão do discernimento foi aventada, conforme previa o Código de Menores em vigência naquele período. Por que na

reportagem sobre o menino José Machado esta questão não foi discutida? Outra questão importante está relacionada à visibilidade dada ao considerado infrator. Enquanto o menino José Machado teve seu rosto estampado na capa do jornal, o “menor V.A.S.” foi intitulado como “criança” e teve somente a identificação pelas letras iniciais do nome.

Duas histórias que se conectam pela presença de crianças, porém se distanciam na narrativa produzida pelo discurso jornalístico. O que diferencia José Machado do “menor V.A.S.”? As duas notícias sinalizam que no campo social os casos foram tratados de forma diferente no âmbito do discurso. O menino que atropelou Alberto utilizava um carro Maverick, sonho dos jovens na década de 1970, o que indica que ele pertencia a uma camada social mais alta. Além disto, seus laços parentais foram evidenciados, diferente de José Machado, cujo pai havia falecido e a “mãe apresentava problemas mentais”.⁶⁷

Observa-se que as crianças eram descritas pela imprensa de Chapecó a partir não só das questões socioeconômicas, mas também pela configuração de família que possuíam. José Machado estava inserido em uma família considerada desestruturada, sendo assim não teve os seus direitos garantidos pelos representantes do Estado brasileiro. Rizzini (2009) destaca que até 1830 crianças e jovens na colônia e depois no Brasil eram severamente punidos sem maior discriminação em relação aos considerados infratores adultos. A partir da primeira lei penal do Império, Código Criminal de 1830, legislação que mantinha proximidades com as Ordenações Filipinas, ocorreram mudanças em relação ao tratamento com menores considerados infratores.

De acordo com a referida lei, os menores de 14 anos não eram considerados criminosos, (Art. 10, §1º). A legislação afirmava que se for provado que os menores de 14 anos cometem crimes e “obraram com discernimento, deverão ser recolhidos às casas de correção, pelo tempo que ao Juiz parecer, com tanto que o recolhimento não exceda a idade de dezasete annos. (Art. 14)”.⁶⁸ Identifica-se preocupação com o recolhimento de menores de idade em estabelecimentos especiais que visassem a correção (RIZZINI, 2009, p. 104).

Na transição do Império para a República, em meio a mudanças significativas no contexto social do País, principalmente o movimento em torno da abolição da escravatura impulsionou de alguma forma transformações nas legislações brasileiras. Em relação às crianças, adolescentes e jovens, observa-se a emergência de uma preocupação diferenciada, baseada prioritariamente em uma perspectiva jurídico-assistencial e demarca um novo ciclo em relação à trajetória da legislação sobre a infância. Transformações na sociedade, aliadas às

⁶⁷ De acordo com o depoimento do promotor de justiça na matéria (CORREIO DO SUL, 8 out. 1977, p. 8-9).

⁶⁸ Código Criminal de 1830. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lm/lm-16-12-1830.htm>. Acesso em: 20 maio 2020.

modificações no regime político e a reforma do sistema penal, influenciadas pelo movimento internacional, intensificaram as discussões em relação à promulgação de um novo Código Penal, em 1890, para regularizar o problema da infância considerada abandonada e delinquente (RIZZINI, 2009, p. 99).

Os resultados destas mudanças principalmente da associação entre a justiça e a assistência deram origem a uma legislação especial para a infância – o Código de Menores. É importante ressaltar que tais mudanças estão associadas às transformações no campo do direito penal e buscavam a “humanização da Justiça e do sistema penitenciário”. No “rastro” deste movimento, foi contemplado o caso específico dos considerados menores de idade, pois era necessário “compreender a pretensa criminalidade infantil”, promovendo o seu afastamento da área penal (RIZZINI, 2009, p. 111).

O Código Penal de 1890 apresentava estas mudanças: “*não serão criminosos os menores de 9 annos completos*, e os maiores de 9 e menores de 14 que obrarem sem discernimento” (Art. 27, §1º, §2º, 1890). O referido documento estabeleceu uma alteração em relação ao Código Penal do império ao incluir aqueles entre 9 e 14 anos que “obravam com discernimento”, devem ser encaminhados para “estabelecimentos disciplinares” sinalizando mudanças em relação às práticas punitivas, que a partir deste momento passam a ser vistas de forma negativa no campo jurídico.⁶⁹ A prática de correção passava a ser associada à disciplinarização dos corpos considerados infantis em instituições de caráter industrial que deixavam transparecer “[...] a pedagogia do trabalho coato como principal recurso para a regeneração daqueles que não se enquadravam no regime produtivo vigente.” (SANTOS, 2009, p. 216). Neste sentido, o problema da “delinquência infantil” visto como uma ameaça à ordem pública vigente ganhou outras dimensões. Segundo Rizzini (2009, p. 109):

‘O problema da criança’ começa a adquirir uma dimensão política, consubstanciada no que muitos denominavam de ‘ideal republicano’ na época. Não se tratava de ressaltar apenas a importância, mas sim a urgência de se intervir, educando ou corrigindo ‘os menores’ para que estes se transformassem em indivíduos úteis e produtivos para o país, assegurando a organização moral da sociedade.

Outro fator de destaque que influenciou para intensificar as preocupações advindas principalmente dos juristas brasileiros em relação à infância abandonada e infratora foram as

⁶⁹ De acordo com Rizzini (2009), nos primeiros anos da república, observa-se a uma preocupação diferente da registrado durante o Brasil Império. Para autora, “[...] a necessidade de reformar a justiça Brasileira, principalmente liderada pelo Desembargador Ataulpho de Paiva, caracteriza as mudanças em relação ao tratamento da infância. Adepto ao novo Direito e atento às mudanças no âmbito internacional defendia a “organização da assistência pública e a beneficência privada, defendendo durante as primeiras décadas a criação dos tribunais para menores.” (RIZZINI, 2009, p. 112).

rápidas transformações que a sociedade brasileira passou no início do século XX, com o intenso crescimento migratório e o acelerado processo de urbanização e industrialização, como destacado no capítulo anterior. Para Boeira (2018), grande parte das preocupações estavam atreladas às novas configurações sociais e ao aumento significativo da criminalidade, praticada por menores de idade que utilizavam da rua como “[...] extensão de suas casas, pois muitos moravam em casas de cômodos e estalagens. Essa população estava excluída do ambiente escolar e obrigada a labutar no mercado de trabalho formal ou informal.” (BOEIRA, 2018, p. 43). Segundo o autor:

O início do período republicano brasileiro colocou a criança e o jovem no centro de uma série de discussões que traziam em seu bojo o caráter civilizatório. Os novos saberes disciplinares que nasceram no transcorrer do século XIX – pediatria, ginecologia, ciências humanas, direito penal, etc. – davam credibilidade aos ideais que postulavam a tão almejada civilidade. Nos anos seguintes, a busca por esta sociedade ‘civilizada’ tornou-se um dos temas mais discutidos, primeiro, nas assembleias das câmaras provinciais; depois, nas estaduais e no Congresso Federal, sem contar o que se fazia no campo médico, pedagógico e jurídico nas diferentes regiões do país. (BOEIRA, 2018, p. 43).

A população infantojuvenil considerada infratora no início do século XX era um problema não só dos juristas, mas também da opinião pública. As denúncias de que menores de idade eram encaminhados para prisões com detentos adultos “afloravam” na época na imprensa (RIZZINI, 2009, p. 121).⁷⁰

Esse movimento colocou a infância no centro das discussões jurídicas, culminou na reformulação do Código Penal e trouxe novos direcionamentos. Leis, portarias e regulamentos foram promulgados e originaram um conjunto de instituições assistenciais, tais como o Instituto de Proteção e Assistência a Infância (IPA) criado em 1899 e o Juizado de Menores em 1924 no Distrito Federal, as quais foram decisivas para a promulgação do primeiro Código de Menores em 1927.

A primeira metade do século XX foi permeada pela construção de estratégias jurídico assistenciais e implementação de políticas sociais direcionadas à infância pobre, com o intuito

⁷⁰ Aqui é importante citar as considerações de Rizzini (2009) em relação à construção de duas categorias que classificam a população infantojuvenil pobre daquele período. Para a autora, a prática de classificar indivíduos de acordo com determinadas características resultou na incorporação de conhecimentos em voga, advindos, sobretudo, da antropologia criminal e da psiquiatria. Em relação aos menores de idade, categoria já discutida no primeiro capítulo desta tese, esta classificação transformou em verdadeiro escrutínio (RIZZINI, 2009, p. 123). De acordo com a autora, a identificação dos menores dava-se a partir de dois aspectos: a) o potencial de perigo para o futuro da nação, pois entendia-se que, entregues ao ócio, certamente engrossariam as fileiras dos vadios, vagabundos e criminosos que vagavam pelas ruas da cidade; b) a noção de que a infância constituía a fase ideal para moldar o indivíduo, educando-o ou reabilitando-o (RIZZINI, 2009, p. 124).

de “salvá-la” dos perigos que as ruas proporcionavam. Emergiram nesse período instituições, como as casas correções. Um exemplo destas instituições são os patronatos agrícolas que se disseminaram por diferentes cantos do País. O estudo de Daniel Boeira (2012) informa sobre as diferentes práticas utilizadas, principalmente pelas autoridades policiais para “capturar” aqueles considerados “perigosos” e encaminhá-los aos internatos, com o objetivo de formar mão de obra agrícola:

Os patronatos agrícolas deveriam ajudar a diminuir a defasagem técnica na agropecuária, implantando e disseminando o ensino agrícola no meio rural, tanto entre seus alunos quanto na comunidade onde estavam instalados. Soma-se a isso a intenção do Estado em manter o equilíbrio entre a população do campo e a das cidades. A profissionalização da educação no campo, através de instituições como os patronatos agrícolas, foi fundamental, uma vez que as entidades civis e governamentais viram neste 'estímulo' uma forma de fixar o homem no meio rural. Ao fixá-lo na lavoura, as cidades não teriam problemas com desabastecimentos futuros. (BOEIRA, 2012, p. 59).

As “instituições de correção” demarcaram a história da infância no início do século XX e foram percebidas como espaços disciplinares em que os considerados “desajustados” deveriam ser enquadrados a partir do trabalho e da educação escolar. Com essa realidade, em 1927, foi aprovado o primeiro código de menores brasileiro. Nos Códigos Penais de 1830 e de 1890 a responsabilização pelo considerado crime recaia sobre o indivíduo. O Código de Menores de 1927 modificou este cenário, pois o estado de abandono moral e material das pessoas passaram a ser levados em conta, pelo menos na letra da lei, para justificar as práticas dos atos infracionais.

Para Rizzini (2009), o Código de Menores de 1927 apresentou um conjunto de mudanças:

A impressão que se tem é que através da lei em questão procurou-se cobrir um amplo espectro de situações envolvendo a infância e a adolescência. Parece-nos que o legislador, ao propôs a regulamentação de medidas ‘protectivas’ e também assistenciais, enveredou por uma área social que ultrapassava em muito as fronteiras do jurídico. O que o impulsionava era ‘resolver’ o problema dos menores, prevendo todos os possíveis detalhes e exercendo firme controle sobre os menores, através de mecanismos de ‘tutela’, ‘guarda’, ‘vigilância’, ‘educação’, ‘preservação’ e ‘reforma’. (RIZZINI, 2009, p. 133).

Caracterizar o lento processo de reestruturação em relação às leis direcionadas aos considerados infratores no Brasil, principalmente no século XX, é importante para situarmos o caso do menino preso aos seis anos de idade, no município de Chapecó no início da década de 1970, período em que o Código de Menores de 1927 estava em vigor. Durante a ditadura civil-

militar, foram realizadas ações para a população infantojuvenil considerada abandonada ou em conflito com a lei, tendo em vista a DSN. Neste período houve um retrocesso em relação à legislação “menorista” e a penal vigente. O retrocesso ocorreu no governo Costa e Silva (1967-1969), com a revogação de uma conquista anterior, prevista no artigo 33 do Código Penal de 1940, a qual estabelecia a inimputabilidade dos menores de 18 anos. Segundo o referido artigo, “[...] o menor de 18 anos é inimputável, salvo se, já tendo completado 16 anos, revela suficiente desenvolvimento psíquico para entender o caráter lícito do ato e determinar-se de acordo com esse entendimento.”⁷¹ Essa realidade teve influência na trajetória de vida de milhares de crianças e jovens brasileiros e reforçou discursos autoritários em relação a essa população.

Os rumos da vida do menino José Machado, que passou a infância encarcerado na prisão, é um exemplo deste processo. Mesmo assumindo um tom discursivo que pretendia revelar um problema social, o jornal *Correio do Sul* não desconstrói a figura do infrator atribuída ao menino José Machado pelos representantes do Estado brasileiro. As imagens que enquadram a criança no espaço da cela apenas reafirmam o *status* de “criminoso”, para quem o destino era viver sem liberdade.

Como destaca Foucault (2015), desde o século XVIII no Ocidente, o conceito de crime não está associado somente à culpa individual. Para o autor, a prática do delito adquiriu o *status* de uma relação social na qual o indivíduo, rompendo o pacto social que o liga aos outros, entra em guerra contra a própria sociedade (FOUCAULT, 2015, p. 31).

A diferença entre o ato praticado por José Machado aos seis anos e o ato praticado pelo menino “V.A.S.” aos 13 anos demonstram que possivelmente as condições sociais aos quais pertenciam foram importantes para enquadrá-los em discursos que os transformaram em infratores merecedores da punição. No discurso jornalístico em relação ao menino José Machado foram descritas as suas patologias. O fato dele encontrar-se “desconfigurado”, “cego”, com dificuldade de andar e com “avançados problemas mentais” apenas reforçou o *status* de infrator. Ou seja, uma pessoa “[...] irredutível à sociedade, incapaz de adaptação social, que vive uma relação de agressividade constante com a sociedade, sendo estranho a suas normas e a seus valores.” (FOUCAULT, 2015, p. 34).

⁷¹ Vale destacar que com o advento da Constituição de 1969, no artigo 165, inciso X, ocorreu o segundo retrocesso mediante a permissão do trabalho de menores de 12 anos de idade: anteriormente a entrada dos adolescentes no mercado de trabalho só era possível aos 14 anos. Por outro lado, o Código de Menores, instituído pela Lei n. 6.697, permitia que o menor ficasse em poder da polícia por cinco dias para averiguação de sua participação como coautor ou autor de infrações penais. Desta maneira, revoga-se a disposição anterior que fixava esse prazo em 24 horas (RODRIGUES, 2001, p. 46).

A prisão do menino aos seis anos de idade e a trajetória da vida dele na prisão, conforme narrou a imprensa local, desvela como o Estado brasileiro assumiu a tutela daqueles considerados infratores. O *status* de criminoso o acompanhará para outros espaços de encarceramento. Mesmo clamando ajuda para sair da prisão, como afirma a matéria jornalística, a liberdade não foi concedida. Quem assumiria a educação do “ex-detento”, como apresentou o *Folha d’Oeste*? Teria condições de voltar à vida “normal” aquele que em tenra idade havia rompido com a normalidade esperada de uma criança de seis anos de idade? Mesmo com manifestações de compaixão dos leitores assíduos da imprensa local, o envio de presentes e até mesmo o pagamento da conta do hospital em que o menino se recuperou não alteraram o *status* de infrator, o destino dele era viver sem liberdade (FOLHA D’OESTE, 15 out. 1977, p. 10).

Na trama de discursos que atravessam a trilha percorrida pelo menino José Machado, é possível perceber a produção da criança infratora e as formas pelas quais a sociedade brasileira justificou as práticas de exclusão e o aprisionamento da população infantojuvenil. Ao produzir esse discurso, “[...] esquecemo-nos do que significa ser criança: ser vulnerável, impressionável e carente. Sobrevaloriza-se uma dimensão e ignoram-se todas as outras da sua vida quotidiana.” (KOTLOWITZ, 1996, p. 41-42 *apud* PONTE, 2005, p. 92).

4.1.1 Da prisão de adultos para “prisões mirins” – “Mazaropi levado a Florianópolis”⁷²

Meninos: nunca se esqueçam desta história; e, quando crescerem, tratem de imitar o Jeca. Se forem fazendeiros, procurem curar os camaradas da fazenda. Além de ser para eles um grande benefício, é para você um alto negócio. Você verá o trabalho dessa gente produzir três vezes mais.
(Monteiro Lobato).

Havia passado duas semanas em que o caso do menino encontrado na cadeia de Chapecó fora denunciado pelo *Correio do Sul*. Na edição de 22 de outubro de 1977, a seguinte chamada ganhava a capa do jornal: “Mais de mil casais vão se divorciar em Chapecó” em razão da aprovação da lei do divórcio. Em um *box* com menor expressão, mas complementando a diagramação da primeira página, o jornal anunciava que o menino, conhecido também como “Mazaropi”, tinha sido transferido para Florianópolis, onde continuaria recebendo tratamento especializado no CRT, órgão da FUCABEM, com acompanhamento da coordenadora regional dessa Fundação em Chapecó, a professora Maria Lúcia Sander (CORREIO DO SUL, 22 out. 1977, p. 14).

⁷² Correio do Sul (22 out. 1977, p. 14). A expressão “prisões mirins” foi emprestada do trabalho, que utilizamos como referência neste subtítulo, de Daminelli (2013).

Durante a década de 1970, a imprensa local abordou a questão dos “menores abandonados” como uma problemática que “assombrava” os cidadãos de bem, trabalhadores que volta e meia tropeçavam em “pivetes” a pedir um trocado, ou assistiam a furtos cometidos por “pequenos vagabundos”, chamando a atenção para a necessidade de haver no município “[...] instituições assistenciais para o abrigamento desses que se constituiriam em futuros criminosos.” (FOLHA D’OESTE, 21 ago. 1971a, p. 3). Em uma reportagem publicada no *Folha d’Oeste* de 1970, fazia-se menção ao trabalho da polícia no recolhimento de menores de idade que praticavam furtos pela cidade (FOLHA D’OESTE, 21 ago. 1971b, p. 3).

A partir de junho de 1977, com a instalação de uma coordenadoria regional da FUCABEM, em Chapecó, as práticas em relação à infância pobre começaram a ganhar outros contornos. No caso do menino José Machado, a coordenadoria assumiu a responsabilidade para encaminhá-lo às instituições responsáveis que, em Santa Catarina, concentravam-se em Florianópolis. De acordo com Amorim (2003), em análise da formação das primeiras instituições de acolhimento na cidade de Chapecó, até a década de 1980, adolescentes infratores de todo o estado, identificados como de alta periculosidade devido ao tipo de infração praticada, eram encaminhados ao Centro Educacional São Lucas, em São José, município da grande Florianópolis ou ao Centro Educacional São Mateus. As instituições localizavam-se no mesmo edifício e, como destaca a autora, eram comandadas pela FUCABEM.

Arend e Daminelli (2014) destacam que o problema da criminalidade infantojuvenil nas décadas de 1960 e 1970 emergiu da incapacidade de reverter a produção social da marginalização dessas pessoas. Durante o período ditatorial brasileiro, um conjunto de estratégias foram propostas pelo Senado Federal para “frear” o contingente infantojuvenil que entrava e saia das delegacias. Para as autoras, o exemplo mais significativo foi a Lei n. 5.258, de 10 de abril de 1967, que instituía a menoridade penal para 16 anos e restaurava o critério do discernimento, que não era colocada em prática desde 1920. “Este movimento deixava claro que a motivação era tirar de circulação os adolescentes em conflito com a lei por meio do encarceramento, modelo penal mais popular no Brasil naquele momento.” (ARENDE, DAMINELLI, 2014, p. 195).

Mesmo a lei sendo revogada em decorrência de manifestações, principalmente no campo jurídico, por ser considerada um retrocesso, os discursos em relação ao problema do menor em conflito com a lei permaneciam pautados na ideia de eliminar aqueles que perturbavam a ordem social e não se encaixavam nos preceitos de normalidade instituídos. Esse discurso atravessava a Política Nacional do Bem-Estar do Menor alinhada aos preceitos da DSN. O conjunto de ações realizadas pela FUNABEM em todo país era pautada na lógica da

institucionalização e da privação da liberdade, medidas compatíveis com o regime militar (KOSMINSKY, 1993, p. 153).

Em Santa Catarina, a política se consolidou em 1972 com a inauguração do Centro Educacional São Lucas, situado no bairro Barreiros, no município de São José. Logo depois, outras instituições foram fundadas na região de Florianópolis, centros exclusivos para os considerados infratores de alta periculosidade. Em outras cidades do Estado, tais como Chapecó, foram instalados Centros Educacionais administrados pela FUCABEM.

De acordo com Arend e Daminelli (2014, p. 200):

Esses centros, chamado de Unidades Regionais de Retaguarda, eram educandários mistos, ou seja, mantinham uma clientela infanto-juvenil variada em suas instalações, não se caracterizando como unidades exclusivamente voltadas aos considerados menores infratores. Como sugerido pelo título dessas unidades, o serviço prestado resumia-se, em tese, a um abrigo provisório, enquanto aguardavam a decisão do juiz de Menores, que poderia ser: a transferência para uma clínica psicossocial, o retorno à família, o encaminhamento a um asilo de órfãos ou ainda, no caso de adolescentes que haviam cometido infrações graves, ao Centro Educacional São Lucas.

Comparando as normativas da FUNABEM com as da FUCABEM, Daminelli (2013) destaca que a política estadual para o “bem-estar do menor” no estado de Santa Catarina pautou-se por ações pontuais, tais como conceder auxílios e subvenções, dar execução às sentenças da Justiça de Menores, além de admitir menores “efetivamente abandonados, segundo determinação judicial” (DAMINELLI, 2013, p. 199). A autora ressalta que em Florianópolis haviam dois tipos de instituições de atendimento aos considerados menores abandonados e/ou delinquentes. As instituições de cunho assistencialista e filantrópico que abrigavam crianças abandonadas ou em situação de pobreza e outras vinculadas à FUCABEM que abrigava os menores em conflito com a lei. Antes de ser encaminhado a essas instituições, crianças, adolescentes e jovens passavam pelo Centro de Triagem, anexo ao juizado de menores.

De acordo com a notícia publicada no *Correio do Sul*, José Machado foi encaminhado para o CRT, destinado aos menores em conflito com a lei. Kosminsky (1993) afirma que as unidades pertencentes à FUCABEM eram de três tipos: recepção, triagem e educacional. A pessoa considerada menor era encaminhada a essas unidades de acordo com a categorização estabelecida pela FEBEM (abandonado, carente e infrator) e, ainda, segundo as características pessoais (sexo e idade) (KOSMINSKY, 1993, p. 153).

Desse modo, mesmo com um discurso que previa priorizar o atendimento na comunidade e na família e estabelecer-se como lugar exemplar de educação, as instituições de internação e abrigamento continuaram a ser espaços privilegiados para resolver a questão

daqueles considerados infratores. Passetti (2009, p. 358) afirma: “[...] as unidades da FEBEM em cada estado se mostraram lúgubres lugares de tortura e espancamentos.”

José Machado, possivelmente, seria encaminhado ao Centro Educacional São Lucas. Segundo Daminelli (2013), as pessoas que cometeram homicídios e latrocínios eram encaminhados para uma cela especial da Penitenciária Estadual de Florianópolis onde esperariam a decisão do Juiz de Menores que os encaminharia para o Centro Educacional São Lucas, por serem considerados de “alta periculosidade” (DAMINELLI, 2013, p. 148).

Em relação a essas instituições mantidas pela FUCABEM em Florianópolis, Daminelli (2013) complementa que:

[...] o Centro Educacional São Lucas, e também o São Mateus, situados no município de São José, na Grande Florianópolis, *ficaram conhecidos como verdadeiras prisões mirins*, uma vez que concentravam os jovens que a FUCABEM não tinha esperanças de reeducar. (DAMINELLI, 2013, p. 197, grifo nosso).

A autora analisou as notícias do jornal *O Estado*, publicadas durante as décadas de 1970-1990. Por meio de denúncias feitas por meninos e meninas que viviam nessas instituições, verifica-se as gravíssimas irregularidades nos estabelecimentos mantidos pela FUCABEM. Possivelmente a trajetória de José Machado depois de sua partida de Chapecó não foi tranquila. Fica claro que em meio ao contexto permeado por estratégias que reafirmaram o enclausuramento de crianças e jovens brasileiros a “voz” que ecoou na notícia não seria ouvida: “Me tirem daqui, arrumem alguém para cuidar de mim!” (CORREIO DO SUL, 8 out. 1977, p. 8-9). Podemos dizer que as palavras do menino apenas ficaram registradas nas páginas do jornal como testemunha de um “[...] cenário institucional que deixa transparecer meios de reprodução da violência e em uns *lócus* privilegiados de afirmação da identidade delinquente.” (ADORNO, 1993, p. 207). Ou seja, ao sair da cadeia e ser encaminhado para “prisão mirim”, apenas reforçou-se o *status* de infrator.

Rodrigues (2001), ao analisar a trajetória de crianças e adolescentes institucionalizados na década de 1970, relata o processo discursivo que os categorizou como desviantes de forma irreversível. O autor firma que ao passarem por uma Unidade de Triagem, como José Machado em Florianópolis, as pessoas eram submetidas a inúmeras entrevistas, testes de nível mental, psicomotor e pedagógico. A partir destes dados o quadro das inferências aludiria qual unidade que seria a mais viável. Para o autor:

Não obstante, um jovem que a priori fosse classificado como altamente perigoso, desprovido de amor ao próximo, destituído de valores morais, após alguns meses ou

anos de reclusão receberia outro veredicto consubstanciado no olhar atento da equipe técnica, alguns mediante a FEBEM, reintrojetaram os valores pedidos ou nunca incorporaram; outros mantiveram a postura inicial, sendo vistos como portadores da marginalidade para quem apenas a prisão é o último estágio a ser trilhado, quando não a morte que os espreita ao longo de toda a sua vida. (RODRIGUES, 2001, p. 172).

O historiador Humberto da Silva Miranda, analisando as memórias de pessoas em Pernambuco entre 1964-1985, afirma que a prática de tortura estava presente nas instituições ligadas à FUNABEM. Conectando reportagens jornalísticas e memórias de pessoas que viveram suas infâncias em instituições de internamento, o autor afirma “[...] que a prática da tortura acontecia e que a política não representou o fim da punição física, muito pelo contrário, ganhou um viés de ação institucional estabelecendo relação com o momento político da sociedade brasileira da época.” (MIRANDA, 2014, p. 98).

O autor conclui em sua análise que:

Nesse sentido, é possível afirmar que existia uma cultura da violência nas instituições de privação de liberdade. A partir dos estudos historiográficos sobre a política construída na Ditadura Civil-Militar, a tortura era uma política do Estado, estabelecida nas normas sancionadas, nas leis promulgadas, nos estatutos e regimentos das instituições que serviam diretamente aos governos militares. Os estudos sobre as crianças internas na Febem me fazem afirmar que esta política não se voltava apenas aos presos políticos e sim àqueles que representavam ameaça à ordem estabelecida, entre eles meninos e meninas que viviam em situação de abandono ou eram considerados ‘menores delinquentes’. (MIRANDA, 2014, p. 98).

Na mesma direção, Isabel da Cunha Frontana (1999) afirma que durante o regime militar o Estado brasileiro promoveu diferentes ações com o intuito de apropriação econômica e o exercício da dominação política. Em análise da grande imprensa escrita paulistana, a autora investiga discursos que descrevem os problemas das instituições de recolhimento. A criança ou jovem em conflito com a lei, sob a guarda do Estado, estaria impossibilitado de escapar às situações-limite de violência e desamparo, restando-lhe como única opção seguir uma trajetória de vida que o aprisionaria, inexoravelmente, ao papel social de menor infrator (FRONTANA, 1999, p. 161). Na obra a “Operação Camanducaia”, a autora destaca uma situação ocorrida em outubro de 1974, envolvendo meninos que ocupavam o centro de São Paulo. Segundo a autora:

Numa das habituais operações de ‘limpeza do centro da cidade’, empreendida mediante ação conjunta entre a Polícia Militar e a Patrulha Bancária, aproximadamente trezentas crianças foram ‘apreendidos’ e encarceradas nas dependências do Departamento Estadual de Investigações Criminais de São Paulo-DEIC. Sem que o juizado de Menores fosse comunicado, 93 desses meninos foram colocados, ‘na calada da noite’, dentro de um ônibus que partiu em direção ao Estado de Minas Gerais, pela rodovia Fernão Dias. Treze policiais, levando cães e munidos de metralhadoras, revólveres, cassetetes e pedaços de pau com pregos na ponta, acompanharam o percurso: quatro deles ocuparam um opala que seguiu à frente, cinco

mantiveram vigilância dentro do ônibus e mais quatro, numa perua C-14, seguiram atrás, completando a escolta.

Durante toda a viagem, os garotos, alguns com apenas 9 ou 10 anos de idade, espremidos entre os bancos e o corredor do ônibus, ficaram sem saber o que de fato estava acontecendo, para onde estavam sendo conduzidos. [...] A cerca de 135 quilômetros de São Paulo, nas proximidades da cidade mineira de Camanducaia, o motorista parou no acostamento e abriu a porta do ônibus para os policiais que viajavam nos carros particulares. Aos berros, os policiais ordenaram que todos se despissem, para em seguida soltar os cães sobre os garotos, rasgar-lhes as roupas e espancá-los. O pânico tomou conta dos meninos, que foram atirados para fora do ônibus, despencando pela ribanceira à beira da estrada. (FRONTANA, 1999, p. 164).

Nesse mesmo contexto, a tese de Daniel Boeira (2018) sobre a CPI do Menor, realizada em 1975, pode esclarecer o viés do pensamento que pairava sobre os discursos dos governantes que organizavam e conduziam ações em relação aos “menores infratores”. Para o autor, o “protagonismo dado ao menor” durante a década de 1970 deve-se em boa parte às pressões da sociedade e aos eventos que envolveram os percebidos como menores e o tratamento a eles conferido. A CPI emergiu com o objetivo de investigar as “motivações que produziam os problemas relativos à infância e a juventude pobre no Brasil” (BOEIRA, 2018, p. 77). Pairava sobre os discursos governamentais e as “vozes” autorizadas convocadas a falar na CPI que as motivações da “marginalização” de crianças, adolescentes e jovens, advindos das classes desfavorecidas, estavam associadas ao contexto do crescente processo de urbanização gerador de problemas em relação a “desagregação familiar”, “falta de instrução” e a “distância da população infantjuvenil do mercado de trabalho”. A partir do referido debate era necessário dar um destino ao considerado menor, contemplando-o com educação escolar, trabalho e um ambiente familiar (BOEIRA, 2018).

A história de José Machado é um exemplo que sinaliza as formas pelas quais o Estado brasileiro tutelou abandonados e/ou delinquentes no período ditatorial. Principalmente em relação aos chamados transgressores, os governantes não hesitaram em enquadrá-los como perigosos.

Em importante trabalho sobre os discursos produzidos pelas mídias, Cecília Coimbra (2001) afirma que os meios de comunicação de massa se constituem em importantes equipamentos sociais, no sentido de produzir esquemas dominantes de significação e interpretação do mundo e de produção de subjetividades. Pela via do espetáculo e do sensacionalismo produz-se identificações demarcadoras daquilo que é aceitável ou não pela sociedade. Para Coimbra (2001, p. 131), “[...] fugir desses territórios modelares significa ingressar na enorme legião dos ‘perigosos’, daqueles que devem ser olhados com desconfiança e, no mínimo, afastados e evitados.”

Retomando a notícia que anunciou a transferência do menino José Machado para Florianópolis, emergem as minuciosas técnicas de poder que tencionaram para a produção da identificação desejada. O apelido dado a José pelos prisioneiros adultos da cadeia de Chapecó e incorporado pela imprensa é importante para essa análise. Ao ser comparado ao artista brasileiro “Amácio Mazaropi” que, nas décadas de 1960 e 1970, fez lotar os cinemas brasileiros com interpretações cômicas do personagem de Monteiro Lobato – Jeca Tatu, simbolizando o caipira brasileiro, o caboclo, homem “preguiçoso, bebedor de pinga, doente e idiota”, o discurso jornalístico produzia, reforçava, uma determinada imagem da infância pobre brasileira.

A história de Monteiro Lobato que caracteriza o personagem Jeca Tatu como uma pessoa medrosa e que após receber a atenção médica “vira valente e trabalhador construindo uma fortuna”, vai ao encontro do discurso que pretendia transformar em corpos dóceis, úteis à Pátria, aqueles considerados uma ameaça à segurança nacional. Como destaca o jornal *Correio do Sul*, “Mazaropi” fora levado a Florianópolis para receber tratamento adequado. Eis o que afirma o jornal:

‘MAZAROPI’ LEVADO A FLORIANÓPOLIS

O pequeno José Machado, ‘Mazaropi’ que teve sua liberdade após passar praticamente sete anos na Cadeia de Chapecó, para onde foi levado aos seis anos de idade, foi, ontem, transferido para Florianópolis, onde continuará recebendo tratamento através do Centro de Recepção e Triagem, órgão da Fundação Catarinense de Bem Estar do Menor (FUCABEM). (CORREIO DO SUL, 22 out. 1977, p. 14).

A ideia de que o progresso seria alcançado pelo trabalho foi o discurso da imprensa nas décadas de 1960 e 1970, como destacado no capítulo anterior. Ao utilizar negrito no título, reforçar com aspas e letras maiúsculas a chamada da notícia, o jornal reafirma a representação negativa da infância considerada infratora.

O anúncio da passagem do menino José Machado para outra instituição em Florianópolis foi a última publicação encontrada na imprensa local durante a década de 1970 em relação ao caso. Após a mudança de direção do *Correio do Sul*, em março de 1978, o tom das denúncias em torno das problemáticas da cidade passaram a ser mais amenas e as notícias sobre a infância pobre e abandonada adquiriu outro “tom”. A ênfase em fazer circular a presença da FUCABEM em Chapecó e as “vozes” autorizadas de professoras, psicólogas, policiais e juízes passaram a ser mais evidenciadas no jornal naquele período.

4.2 DELINQUÊNCIA: INFÂNCIAS CAPTURADAS⁷³

Pouco depois aquelas quase três dezenas de meninos do Centro de Promoção Social e da Fucabem, retornaram para o ponto de partida e foram guardar seus instrumentos como se fossem soldados treinados há muito tempo. (CORREIO DO SUL, 25 ago. 1978, p. 3).

A capa do jornal *Correio do Sul*, de 10 de dezembro de 1977, exprimia por meio de imagem fotográfica as contradições que demarcaram a história da infância pobre no Brasil no século XX. Por um lado, a imagem apresenta um território repleto de casas tomando quase todo o espaço em destaque. Por outro, uma estrutura de concreto com a chaminé da grande indústria em plena atividade na região. A chamada principal da capa que ganha a zona superior da página logo acima anuncia: “A impaciência de uma cidade”. Abaixo, a seguinte frase indica a reportagem no interior do periódico: “Nós somos o que somos, em grande parte devido aos nossos administradores”. Na parte inferior, conectando-se com as demais chamadas que compõem a capa com letras em negrito, novamente utilizando como estética a fonte do “velho oeste americano⁷⁴”, o jornal informa: “Delinquência: uma chaga social. Soluções”. A distribuição das imagens e seus enunciados destacam que, junto ao progresso da cidade, problemas sociais continuam a atormentar os oestinos, contudo, a reportagem jornalística comunica as breves “soluções” (CORREIO DO SUL, 10 dez. 1977, Capa).

Folheando o jornal até a referida matéria “Delinquência: uma chaga social: soluções”, é possível, num primeiro momento, perceber pela diagramação tratar-se de um assunto que merecia destaque. A notícia ganhou o lado esquerdo da página inteira, títulos em negrito e uma fotografia destacando as autoridades locais, incluindo no centro da imagem o prefeito municipal Milton Sander. Do lado direito do prefeito está a coordenadora regional da FUCABEM, Maria Lúcia Sander, ao lado esquerdo o juiz de Direito Rubem Odilon Antunes Córdoba; complementando a mesa, assistentes sociais e representantes do Comando da Unidade Militar. A imagem denunciava uma certa intenção dos editores em centralizar a figura do prefeito e de duas autoridades locais na ponta principal da mesa, mirando o ângulo da fotografia para as expressões faciais que caracterizam uma certa avidez diante da discussão de “especialistas” “reunidos para pensar, em conjunto, no menor indigente de Chapecó” (CORREIO DO SUL, 10 dez. 1977, p. 16).

⁷³ Correio do Sul (10 dez. 1977, Capa).

⁷⁴ Conhecida como letra do estilo faroeste e utilizada em logotipos de marcas, títulos de filmes, logotipos de TV, gibis etc.

O texto da notícia informava sobre as ações realizadas em torno dos “menores considerados delinquentes” e apresentava o pronunciamento do juiz de Direito Rubem Antunes Córdoba para afirmar que, nos próximos dias, os “[...] menores serão cadastrados pelo Setor de Assistência Social da Municipalidade, receberão credencial, uniforme e serão encaminhados ao trabalho, na venda de revistas e jornais, na lavação de carros ou nos serviços de engraxate, sob orientação e fiscalização das autoridades.” (CORREIO DO SUL, 10 dez. 1977, p. 16). O juiz concluía com a afirmação: “[...] muitos desses menores, não têm o mínimo interesse em trabalhar, preferindo levar a vida ociosa, esmolando e até praticando furtos.” (CORREIO DO SUL, 10 dez. 1977, p. 16, grifo nosso).

Os editores reiteravam e justificavam que “[...] Chapecó desperta na população regional o sonho de uma vida melhor e que o homem do meio rural esperançoso para uma vida confortável vende seu pedaço de terra e vem para cidade grande. Não transcorre muito tempo está ele vivendo na periferia.” (CORREIO DO SUL, 10 dez. 1977, p. 16). Em referência ao processo de industrialização que nesse período motivou a imigração do rural para o urbano, como já destacado no capítulo anterior, o discurso jornalístico culpabilizava os indivíduos por criarem “cinturões de pobreza” na cidade. Concluía a notícia que o resultado desse processo “[...] são filhos que crescendo livres, por aí, sem orientação, subnutridos, perambulando pelas ruas da cidade a qualquer hora do dia ou da noite formarão pequenos grupos de ‘menores delinquentes’ que passarão a uma nova atividade: o roubo.” (CORREIO DO SUL, 10 dez. 1977, p. 16).

Na sequência da notícia novamente a “voz” do juiz de Direito Rubem Odilon Antunes Córdova era convocada para comunicar que a responsabilidade em relação aos considerados menores era dos pais por permitirem que os filhos “perambulassem pela cidade até incentivando a esmolar”. Acrescenta o operador de direito:

[...] o Juizado de menores vai tomar *séria providencia no sentido da captura desses menores* encaminhando-os ao setor de Assistência Social quando for o caso ou até mesmo para outros *setores de internamento e isolamento*. (CORREIO DO SUL, 10 dez. 1977, p. 16, grifos nossos).

Ao analisar as “vozes” presentes no discurso jornalístico, a partir da matéria em destaque, é possível perceber que a liberdade das crianças advindas das classes desfavorecidas ao percorrer a cidade era considerada pelos operadores do direito um “grave problema”. A “voz” autorizada do juiz de Direito “ecoa” na notícia como a da autoridade máxima diante das famílias das crianças, faz emergir as táticas de poder utilizadas pelos agentes da ordem com a

finalidade de capturar a infância pobre e impor uma disciplina normalizadora para que no futuro fossem pessoas dóceis. Novamente reforça-se o estigma da delinquência como identidade daqueles que preferem a vida ociosa ao invés do trabalho, tendo como consequência a produção da marginalização da população infantojuvenil.

Valemo-nos das contribuições de Michel Foucault sobre o conceito de delinquência. Para o autor, é a partir das análises econômicas da delinquência no século XVIII e a relação dela com os mecanismos e processos de produção que no exato momento em que “[...] os fisiocratas definem o delinquente [pelo ângulo da] produção, também o caracterizam como inimigo da sociedade; é a própria posição do delinquente relativamente à produção que o define como inimigo público.” (FOUCAULT, 2015, p. 43). Nesse contexto, a vagabundagem é dada como categoria fundamental da delinquência e a ociosidade aparece como uma oposição à sociedade, o ponto de partida para a produção do criminoso.

O tom acusatório do juiz de Direito ao mencionar a necessidade de providências e “capturar os menores” e credenciá-los para o trabalho demonstra as práticas necessárias para a transformação das pessoas. Era necessário “capturá-los, uniformizá-los” para torná-los iguais. Na análise de Foucault (2015, p. 48), a caçada em massa seria uma estratégia para “fixar no trabalho todos aqueles que tinham tendência a mover-se”.

Este mesmo discurso está presente na referida matéria que reitera a necessidade de imposição do trabalho como “prevenção da delinquência”, caso contrário, essas crianças, adolescentes e jovens continuariam a ser considerados “chagas” e “inimigos da sociedade”.

Com efeito, a partir do momento em que a sociedade se define como sistema de relações entre indivíduos que possibilitam a produção, permitindo maximizá-la, dispõe-se de um critério que possibilita designar o inimigo da sociedade: qualquer pessoa que seja hostil ou contrária à regra da maximização da produção (FOUCAULT, 2015, p. 49).

A ameaça presente no discurso das “vozes” autorizadas, tal como a do juiz de Direito, foi reproduzida pelo jornal, infere sobre a possibilidade de “internar” e “isolar” aqueles que fugissem à ordem estabelecida. Tudo indica que o encontro dos “especialistas” e o planejamento de ações em relação ao “problema do considerado menor delinquente” teve êxito na cidade. Alguns meses depois da referida notícia, o *Folha d’Oeste* publica: “FUCABEM RECOLHERÁ MENORES NAS RUAS SEGUNDA-FEIRA”. Na página 9, na zona inferior, acompanhado da fotografia do juiz de Direito Rubem Odilon Antunes Córdova, o qual em entrevista para a imprensa informa que, no dia 15 de maio de 1978, as autoridades realizarão uma “blitz” no centro e nos bairros a fim de recolher os menores que perambulam pela cidade. Após o recolhimento, os menores serão entrevistados com a finalidade de saber o motivo pelo qual se

encontram “[...] na categoria de ‘abandonados’, será feita ficha cadastral e em seguida serão encaminhados aos núcleos de assistência social da FUCABEM.” (FOLHA D’ OESTE, 13 maio 1978, p. 3).

A FUCABEM iniciou oficialmente suas atividades no município de Chapecó em 27 de agosto de 1977, e a coordenadoria contemplava 37 municípios do Oeste e Extremo-Oeste de Santa Catarina. De acordo com reportagem publicada pelo *Folha d’Oeste* de 24 de junho de 1978, os municípios que apresentavam problemas mais acentuados eram: Chapecó, Xanxerê, Dionísio Cerqueira, São Miguel do Oeste, Maravilha, Itapiranga, Mondaí e Palmitos, considerados como “áreas preventivas”. Em Xanxerê, onde funcionava o orfanato “Lar do Bom Samaritano”, que abrigava 85 meninas com até 18 anos, era considerado “área terapêutica” (FOLHA D’OESTE, 24 jun. 1978, p. 14). Estas denominações se davam pelo respectivo trabalho realizado pelas CEBEMs conectadas às normativas de aplicação da Política de Bem-Estar do Menor.

Segundo Daminelli (2019), de acordo com as prioridades estabelecidas na normativa da PNBEM, previa-se no referido documento atuar com o “menor atingido pelo processo de marginalização”, em duas esferas: a do tratamento voltado aos menores em situação de abandono, exploração ou conduta antissocial; e a da prevenção. Em relação ao aspecto de prevenção, vale citar que ela estaria direcionada: “[...] a carência de condicionamentos positivos no desenvolvimento integral da infância e da adolescência, através da “criteriosa utilização do tempo livre.” Neste sentido, as duas prioridades estabeleciam ações voltadas ao “tratamento dos menores” e “ao condicionamento” para eliminar elementos negativos reforçando os positivos (DAMINELLI, 2019, p. 119).

Em relação ao condicionamento, a autora afirma o seguinte:

A terminologia adotada pela instituição para referir-se às influências e estímulos oriundos do meio social, vetores do desenvolvimento infantojuvenil, bem como de sua marginalização, foi sumariada através do conceito de ‘condicionamento’. Definia-se como condicionamento positivo ‘do menor’ o ‘atendimento de suas necessidades básicas’ e por condicionamentos negativos ‘todo e qualquer tipo de disvirtuamento [sic], instrumental ou final, desse atendimento’. (DAMINELLI, 2019, p. 117).

De acordo com as matérias jornalísticas que apresentaram, entre os anos de 1977 e 1979, os relatórios das atividades realizadas pela FUCABEM na região Oeste de Santa Catarina, crianças e jovens que realizavam trabalhos como engraxates, vendedores ambulantes e que possuíam elos parentais encontravam-se nas “áreas preventivas”. Aqueles(as) considerados(as) abandonados(as) pelo grupo familiar eram encaminhados para os abrigos, pertencentes às

“áreas terapêuticas”. No caso da cidade de Chapecó, o foco das ações foi nas “áreas preventivas”, utilizando como eixos as prioridades da PNBEM.

Daminelli (2019) ressalta que os encaminhamentos das crianças e jovens aconteciam por três vias:

Consistiam em três caminhos, portanto, a orientação da rede de assistência social no encontro com a sua demanda: os informes por parte da população, a mediação dos agentes de segurança e a condução dos próprios membros das entidades assistenciais na execução dos planos de ação. Uma vez tendo-se identificado, nos termos da Política Nacional, a criança ou adolescente como inserida/o em processo de marginalização, requeria-se o estudo de caso individual cujo objetivo era a caracterização de um perfil para avaliar a forma adequada de encaminhamento para cada situação. Segundo inferia o Conselho Nacional, tal estudo poderia ser realizado mediante o recolhimento imediato do ‘menor’, não obstante, tencionando a não alteração de seu quadro de vida e ‘adotando-se o recolhimento somente nos casos em que se tornar absolutamente necessária essa medida’. (DAMINELLI, 2019, p. 123).

O trabalho da FUCABEM em Chapecó esteve atrelado ao Centro de Promoção Social veiculado à Secretaria da Educação, Cultura e Promoção Social da Prefeitura Municipal e, ao que tudo indica, seguiu as orientações da Política do Bem-Estar do Menor. Segundo os “informes” que circularam na imprensa local, o objetivo da entidade era “atender as necessidades prioritárias promovendo a integração do homem na sociedade”. O departamento mantinha convênio com a FUCABEM e realizava suas ações por meio do Programa do Bem-Estar do Menor, com o objetivo de “[...] atender as necessidades básicas do menor, proveniente em sua maioria, de zonas urbanas marginalizadas.” (FOLHA D’OESTE, 3 jun. 1978, p. 12).

Os CEBEMs constituíam-se em espaços de atuação com as famílias e as crianças que se encaixavam na categoria preventiva. Estes espaços buscavam preencher o “tempo livre” das crianças, oferecendo atividades de educação, lazer e recreação. Como afirma Daminelli (2019, p. 128):

Estes espaços ofereciam atividades no contraturno escolar, que poderiam ser oferecidas no mesmo espaço da instrução formal, caracterizando-se atendimento em período integral. A criança ou o adolescente retornava para seu núcleo familiar no período noturno. Quando possível, conforme dispunham as Diretrizes da Política Nacional, as Unidades Educacionais Substitutas da Família poderiam abrigar estas atividades, cumprindo o dispositivo que se referia à integração dos internados à comunidade local. Nas grandes e médias cidades, os Centros de Bem-Estar do Menor operariam a descentralização dos serviços prestados a nível municipal, em razão de que um mesmo município poderia criar tantos Cebems quanto fossem convenientes.

Em Chapecó, o programa era conduzido pela diretora do Departamento de Promoção Social da Prefeitura Municipal, Iolanda Domingues, e a coordenadora regional da FUCABEM, Maria Lucia Sander. Além destas gestoras públicas, o projeto contava com uma assistente social

Rose Marly Schroeder e a professora Laura Prates que coordenava o Projeto do Menor. A coordenadoria geral ficava no prédio da Secretaria do Oeste, no centro da cidade e os CEBEMs funcionavam em casas de madeira nos bairros: Palmital, São Pedro, Santa Maria e Aeroporto.

Nesses espaços havia atendimentos para crianças e jovens que possuíam entre três e 18 anos. Os trabalhos aconteciam em locais cedidos pela comunidade e prefeitura, em que funcionavam: Jardim de Infância, Estudos Dirigidos, Atividades Laborais, Artesanato, Artes Femininas, Grupos e profissionalização. Além dessas atividades, aconteciam paralelamente atendimentos aos “[...] pais por meio de visitas domiciliares; Palestras, Entrevistas, Clubes de Mães, Grupos de Casais, Grupos de Jovens, Cursilhistas com orientação das coordenadoras do Programa do Bem-Estar do Menor.” (FOLHA D’OESTE, 3 jun. 1978, p. 12). Caberia à coordenadoria da FUCABEM planejar e executar treinamentos para estagiários, além de estudos e levantamentos sobre a situação do considerado menor na região Oeste, integração de atividades com a prefeitura e divulgação do trabalho realizado, principalmente via a imprensa local.

No dia 10 de março de 1979, em entrevista à imprensa, cumprindo sua tarefa em divulgar as atividades realizadas pela FUCABEM no Oeste catarinense, o discurso da referida instituição informa sobre o número de crianças atendidas. De acordo com os dados:

Número de crianças atendidas

Respondendo a pergunta do repórter, a Coordenadora Regional da FUCABEM disse que a entidade atende atualmente mais de 2 mil crianças, assim distribuídas: Em Chapecó nós atendemos a cerca de mil, em Xanxerê 400, em Dionísio Cerqueira 50, em São Miguel d’Oeste 200, Maravilha 100, Itapiranga 125, Mondaí 200 e Palmitos 150, além dessas 90 crianças do Lar Bom Samaritano, em Samburá. (FOLHA D’OESTE, 10 mar. 1979, p. 5).

Os dados em destaque sinalizam um número expressivo de crianças que circulavam pelas ruas das cidades e foram consideradas pelas autoridades locais como abandonados, indigentes, delinquentes e futuros criminosos. Crianças que percorriam as avenidas, às vezes pouco agasalhadas, abrigavam-se nas portas de estabelecimentos locais e muitas vezes pediam um “trocado” aos adultos que ali passavam (FOLHA D’OESTE, 8 set. 1973, p. 13). Mas, afinal, quem eram as crianças que “perambulavam pelas ruas?” Que “menores” deveriam ser capturados pela polícia e levados às instituições assistenciais ligadas à FUCABEM? Quem frequentava os CEBEMs? Quem eram essas crianças que desafiavam os poderes dos “especialistas” e até mesmo do prefeito? O discurso jornalístico nos dá algumas pistas!

Em matéria publicada em 1978 pelo jornal *Folha d'Oeste*, é possível identificar algumas características daqueles que “atormentavam” constantemente as autoridades locais. Com o título “Problema do Menor – uma preocupação constante”, novamente “vozes” autorizadas foram evidenciadas pela imprensa. O discurso do juiz criminal Dr. Genésio Nolli foi evocado pelos redatores para salientar a importância da colaboração da comunidade chapecoense para o encaminhamento dos menores abandonados às entidades assistenciais, a fim de que eles não se transformem em “párias da Sociedade”. O juiz afirmava que o Centro de Promoção Social, dentro dos itens preconizados, está “[...] *encaminhando os menores à disposição dos interessados na prestação de serviços ao alcance dos mesmos.*” (FOLHA D' OESTE, 24 jun. 1978, p. 14, grifo nosso). Eis aqui uma primeira pista, ou seja, crianças, adolescentes ou jovens que poderiam servir de mão de obra para o comércio local.

Além da “voz” do juiz criminal, a coordenadora regional da FUCABEM, Maria Lúcia Sander, também salientou em uma matéria publicada no *Folha d'Oeste*, para fins de relatório dessa Fundação, que os CEBEMs tinham caráter profissionalizante em seus atendimentos e sinalizava com base no levantamento das informações: “*as crianças atendidas não eram efetivamente ‘abandonadas’*”. Com dados estatísticos, os editores do jornal transcreveram o discurso do relatório:

Ao final, o relatório conclui que *poucas as crianças*, do total de 56, são *menores efetivamente abandonados*, e explica: apenas 1% não tem alguém responsável; 57,15% tem pais e 33,82% só possuem mãe. ‘Dessa forma verifica-se que os menores atendidos necessitam de muita atenção e compreensão pois o problema maior reside na família’, deduziu Maria Lucia Sander, recomendando que seja feito um estudo mais profundo das famílias destes menores e uma conscientização dos direitos e deveres que os pais tem com os filhos’. (FOLHA D' OESTE, 8 jul. 1978, p. 13, grifos nossos).

Culpabilizar as famílias pelo “problema do menor” foi a retórica que justificou diferentes práticas de intervenção em relação à infância pobre ao longo do século XX, principalmente no contexto de vigência da PNBEM, a qual orientava a FUNABEM e as instâncias estaduais, como já destacado anteriormente. O viés discursivo em relação à família pautava-se na norma familiar burguesa e esteve presente nas ações realizadas pelas unidades estaduais como a FUCABEM em Santa Catariana.

Para compreender melhor essa questão é importante o trabalho realizado pelo historiador da infância Humberto Miranda, ao analisar os relatórios da FUNABEM do fim da década de 1960. A partir da análise documental, o pesquisador destacou que o discurso construído pela FUNABEM em relação à família vinha acompanhado da ideia de “disfunção”.

As famílias pobres eram vistas pelos representantes do Estado como um grupo social que necessitava de intervenção, pois a disfunção atrapalhava a “harmonia da vida familiar” (MIRANDA, 2018, p. 287). Segundo o autor:

No entender da Funabem, a família representava o ‘átomo da sociedade civil’, sendo a responsável pelo gerenciamento dos ‘interesses privados’, cujo bom andamento é fundamental para o vigor dos Estados e o progresso da humanidade. Cabe-lhe um número de funções. Elemento essencial da produção, ela assegura o funcionamento econômico e a transmissão dos patrimônios. Como célula reprodutora, ela produz as crianças e proporciona-lhes uma primeira forma de socialização. (MIRANDA, 2018, p. 287).

A imprensa foi um dos principais porta-vozes ao divulgar e reforçar as ações realizadas pelas instituições que buscavam “[...] criar um discurso por meio do qual as famílias pobres passavam a conceber o Estado como tutor da sociedade, responsável por sua manutenção.” (MIRANDA, 2018, p. 296). Em Chapecó, a imprensa local cumpriu essa tarefa exaltando a figura do juiz de Direito e da coordenadora da FUCABEM, como autoridades que atuavam na intervenção direta sobre as crianças e jovens pertencentes às famílias pobres.⁷⁵

Na mesma direção, Boeira (2018) também destaca o enfoque no discurso de “desagregação familiar” presente na retórica dos depoentes na CPI do menor. Assim como a pobreza, a família considerada desestruturada era percebida pelos governantes como uma das “causas da marginalização do menor”. Segundo o autor:

Os laudos utilizados nos campos da Psicologia, do Serviço Social, da Pedagogia, entre outros, para encontrar as chamadas causas da marginalização do menor, reproduziam o padrão das elites no que dizia respeito à família, ao trabalho e à moradia. Assim, a família era percebida como um pilar para a recuperação dos jovens denominados ‘infratores’. Contudo, o ‘modelo’ se espelhava na família nuclear burguesa. Por exemplo, ‘no caso de um jovem não contar com a presença do pai na família, esta já era considerada como desagregada ou desestruturada’. (BOEIRA, 2018, p. 90).

Além da família, o discurso em torno do trabalho também esteve presente nos enunciados da imprensa local, por meio dos “dados estatísticos” das pesquisas realizadas pelos representantes da FUCABEM. De acordo com as investigações apresentados pela coordenadora da fundação, 44,50% das crianças entrevistadas não frequentavam a escola e suas famílias possuíam renda baixa variando entre Cr\$ 300 a Cr\$ 1 mil. Concluía, então, a especialista que era necessária a “[...] promoção dos menores para que estudem e, assim consigam empregos melhores e aumentem a renda familiar; a conscientização da comunidade e o oferecimento de

⁷⁵ A *Revista Brasil Jovem* era o principal periódico de divulgação dos ideários da Política Nacional do Bem-Estar do Menor e da FUNABEM. Acerca dessa questão, ver Daminelli (2019).

empregos aos menores [...]”. A ideia de educar e formar o indivíduo para o trabalho ficou evidente na ênfase dada pela imprensa local às ações das políticas sociais como forma de prevenção da delinquência. O discurso revelou a intenção de uma educação que contribuísse para profissionalização e regulamentação das atividades laborais exercidas pelas crianças. Como vimos nas informações que circulavam na imprensa local, grande parte das crianças atendidas pelas FUCABEM eram filhas e filhos de trabalhadores pobres e estavam fora da escola porque, provavelmente, desenvolviam atividades laborais para contribuir com o grupo familiar.⁷⁶

Desde o início do século XX tínhamos no Brasil debates em torno das questões relativas ao trabalho infantil articulados com a frequência escolar. Diferentes discursos buscavam regulamentar por meio de leis atividades laborais dos menores de idade visando proteger o corpo das crianças. A responsabilidade em garantir o sustento da família, como já destacado anteriormente, tencionou para que a entrada da escola não acontecesse. Veiga (2016) destaca que até mesmo as leis trabalhistas instituídas a partir da década 1940 foram contraditórias e possibilitaram que meninos e meninas não frequentassem a escola.⁷⁷

Além das características das famílias, os dados sobre a idade e as atividades laborais realizadas pelas crianças também foram evidenciados na matéria sobre a pesquisa realizada pelos técnicos da FUCABEM:

Quanto a idade dos entrevistados, o maior percentual recaiu na faixa dos 11 anos (21,36%), 14 anos (19,52%) e 12 anos (16,02%) o induziu ser necessária a manutenção de cursos profissionalizantes para esses menores. A metade dos garotos é composta de vendedores ambulantes, 25% são engraxates e 25% exercem outros serviços. Para a coordenadora Maria Lucia Sander, *estes dados atestam a necessidade dos cursos de nível profissionalizantes como instrumento propulsores da renda familiar, geradores de prosperidade.* (FOLHA D'OESTE, 8 jul. 1978, p. 13, grifos nossos).

O discurso jornalístico não trouxe em nenhum momento uma matéria específica em relação ao trabalho infantojuvenil, entretanto, fez emergir nos enunciados sobre as políticas sociais, até mesmo em outras peças jornalísticas, a experiência de uma parcela das crianças pobres do Oeste catarinense na época. Em algumas peças jornalísticas selecionadas para análise, crianças de aproximadamente 8 a 10 anos foram fotografadas em meio à comunidade carregando caixas de isopor. Eram os vendedores ambulantes que aproveitam as comemorações religiosas e festas comunitárias para vender pastéis, doces e balas. Práticas que, na década de

⁷⁶ Se considerarmos o salário mínimo da época equivalente a Cr\$ 1.560,00, o valor ganho pelas famílias é baixo, conforme salienta a coordenadora.

⁷⁷ Acerca da temática das relações de trabalho infantojuvenil, ver Veiga (2016).

1970, com o agravamento da crise econômica, faziam parte do cotidiano de crianças e adolescentes oriundos de famílias pobres que buscavam nas ruas meios de sobrevivência (ALVES-MAZZOTTI, 1997).

A socióloga Zahidé Machado Neto pesquisou o cotidiano dos “meninos e meninas trabalhadoras”, em 1979, na cidade de Salvador, capital do estado da Bahia. A autora sinaliza que as relações de gênero atravessam as experiências laborais das crianças e indicam atividades como ambulantes mais ocupadas por meninos. As meninas, por sua vez, realizavam atividades ligadas ao cuidado de outras crianças e, principalmente, as relativas aos serviços domésticos no interior das próprias casas e em alguns casos em outras residências, de forma remunerada. Histórias que se conectam com as das crianças trabalhadoras do Oeste catarinense no período.

Mesmo não tendo como tema o trabalho infantojuvenil, os jornais locais informavam sobre essa realidade social de meninos e meninas pobres. Em matéria publicada pelo *Correio do Sul* de novembro de 1977 sobre o trabalho das empregadas domésticas, uma criança de aproximadamente 10 anos aparece em uma fotografia lavando roupas. Esse era o “destino” de várias meninas que saiam da “roça para trabalhar em casas de família na cidade”. A matéria indicava as condições de trabalho das profissionais que acompanhavam a vida dos patrões com poucas folgas para o descanso e afirmava que a esperança das empregadas domésticas era a seguinte: “um dia casar, ter filhos e ser patroa” (CORREIO DO SUL, 26 nov. 1977, p. 8). Mesmo o texto não fazendo referência ao trabalho infantojuvenil, os depoimentos das jovens trazidos na matéria e associados à fotografia da menina de aproximadamente 10 anos fornecem algumas pistas sobre as realidades sociais de meninas pobres do Oeste catarinense.

O primeiro depoimento da jovem Rosa Maria, com 17 anos, sinalizava que o trabalho infantil era uma prática comum nas famílias de agricultores. Afirmava a matéria que, “cansada da lida na roça”, Rosa Maria foi buscar na cidade um emprego como empregada doméstica. Em tom sensacionalista, os redatores reforçavam as recomendações da mãe da jovem no momento da despedida da zona rural. Segundo o jornal:

Vai minha filha, este será o teu destino, e depois, eles precisam de ti. Mas, cuide-se. A vida lá na cidade é bem diferente desta que nós levamos aqui no interior. Trabalhe direitinho, ouça sempre tua patroa, e nunca saia de casa sozinha, principalmente à noite. Nunca confie em promessa de rapaz algum. Venha nos visitar sempre que possível. E lembre-se um dia quero vê-la, muito bonita, subindo um altar vestida de branco. (CORREIO DO SUL, 26 nov. 1977, p. 8).

Não sabemos se realmente o depoimento da jovem Rosa Maria foi transcrito pelos redatores do modo apresentado acima, entretanto, fica evidente que, para além do tema do

trabalho doméstico, observa-se no discurso a ausência da perspectiva dos direitos sociais. Além deste caso, a história de Noemi também chamou a atenção. Com o subtítulo o “Futuro das domésticas”, os redatores apresentaram o depoimento da moça com 23 anos. Noemi afirmava trabalhar como empregada doméstica desde os 12 anos de idade. A perspectiva do casamento e da ascensão social estava presente na narrativa das entrevistadas. Conforme elas, caso “não encontrassem alguém para casar o futuro era viver sozinha” (CORREIO DO SUL, 26 nov. 1977, p. 8).

A historiadora Silvia Maria Fávero Arend (2018, p. 107) coloca em destaque as “[...] permanências nas relações sociais vigentes entre a população infantojuvenil pobre do sexo feminino.”

Em relação ao trabalho doméstico, a autora ressalta:

Historicamente, as pessoas passaram, desde os oito anos de idade a desenvolver habilidades para realizarem os serviços domésticos, bem como para efetuarem a maternagem dos bebês e/ou cuidar de crianças pequenas. É importante lembrar que, sobretudo a partir do século XIX, no mundo ocidental, os serviços domésticos e a maternagem, consideradas atividades do âmbito privado, passaram a ser desenvolvidas preferencialmente pelas mulheres pobres. Sendo assim, as meninas, depois que alcançavam determinada faixa etária, eram percebidas como ‘potenciais’ trabalhadoras nas famílias pobres urbanas. Em uma sociedade como a brasileira, cujo o processo de industrialização no século XX foi gradual e concentrado em algumas regiões (sobretudo nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul), a saída encontrada, especialmente pelas mães, para a subsistência da família, era empregar as filhas na condição de empregadas domésticas e/ou de babás em residências das classes médias ou das elites. (ARENDE, 2018, p. 110).

A matéria reforça a imagem da menina pobre e trabalhadora do Oeste catarinense e pode ser conectada às trajetórias de vida de várias meninas pobres brasileiras que, desde cedo, desempenharam atividades laborais em casas de famílias da classe média, da elite e de suas próprias famílias.⁷⁸

Fukui, Sampaio e Brioschi (1985, p. 25), em importante e pioneira pesquisa sobre a questão do trabalho infantil em três jornais da grande imprensa paulista, na década de 1970, relatam que esse tema não era de interesse da grande imprensa. Para as autoras, a irrelevância

⁷⁸ Como vimos no segundo capítulo desta tese, com o acelerado processo de industrialização, várias famílias do interior buscavam na cidade condições melhores de vida. As crianças que migraram do meio rural para o meio urbano, provavelmente, continuaram a desempenhar atividades junto as suas famílias.

da discussão acontecia, sobretudo, pelo discurso jornalístico abordar o trabalho como forma de recuperação e prevenção e ser considerado necessário e inevitável para as classes subalternas.⁷⁹ Nas análises realizadas pelas investigadoras, os jornais têm sobre o tema a mesma posição. O trabalho é visto como benéfico aos “menores desfavorecidos”, um meio de evitar a ociosidade e a marginalização (FUKUI; SAMPAIO; BRIOSCHI, 1985, p. 37). Em relação aos jornais analisados nesta tese, é possível encontrar semelhanças com a pesquisa citada, uma vez que foi possível perceber o discurso favorável às campanhas governamentais, as quais entendiam que as crianças pobres deveriam se tornar trabalhadores e trabalhadoras desde cedo.

Ao problematizar os enunciados jornalísticos, foi possível identificar que, ao fortalecer as campanhas em relação à proteção e prevenção dos considerados menores, o discurso da imprensa local reafirmava a necessidade de encaminhar as crianças pobres ao mercado de trabalho. Conclui-se que, pelo viés de uma política social, essa visava “educar” para formar um indivíduo útil à sociedade. Na sombra das “vozes” autorizadas de especialistas, como professores, juízes, psicólogos e assistentes sociais, procurava-se forjar corpos dóceis e disciplinados numa trama de saber e poder que objetivava normalizar a infância pobre. Como destaca Foucault em relação ao dispositivo disciplinar:

Nela há juízes da normalidade em toda parte. Estamos na sociedade do professor-juiz, do médico-juiz, do educador-juiz, do ‘assistente social’ – juiz; todos fazem reinar a universalidade do normativo; e cada um no ponto em que se encontra, aí submete o corpo, os gestos, os comportamentos, as condutas, as aptidões, os desempenhos. A rede carcerária, em suas formas concentradas ou disseminadas, com seus sistemas de inserção, distribuição, vigilância, observação, foi o grande apoio, na sociedade moderna, do poder normalizador. (FOUCAULT, 2014, p. 299).

As contribuições do autor são importantes para ler o discurso jornalístico, já que numa sociedade disciplinar a prisão não está sozinha, mas ligada a uma série de outros dispositivos “[...] aparentemente bem diversos – pois se destinam a aliviar, a curar, a socorrer, mas que tendem todos como ela a exercer um poder de normalização.” (FOUCAULT, 2014, p. 302). Um exemplo desta prática discursiva é o que vimos no fim da década de 1970, quando a imprensa escrita utilizou outros discursos para evidenciar o trabalho realizado pelas entidades assistências veiculadas a FUCABEM.

Aproximadamente um ano após a reunião entre “os especialistas sobre a questão do menor e inserção dele nas entidades assistenciais ligadas a FUCABEM” em Chapecó, o jornal

⁷⁹ Dados apresentados nas investigações de Fukui, Sampaio e Brioschi (1985) indicam que em 1973 cerca de 2,9 milhões de pessoas, ou seja, 7% da população brasileira menor de 15 anos, eram consideradas economicamente ativas.

Correio do Sul, naquele momento com nova direção, trazia como reportagem principal, na data do 61º aniversário do município, a imagem da diretora do Departamento de Promoção Social da prefeitura de Chapecó, Iolanda Domingues, com a seguinte chamada: “Nós te amamos mãe preta” (CORREIO DO SUL, 25 ago. 1978, Capa).

A imagem que compõe a capa e ganha aproximadamente metade da página, na zona inferior, deixa em destaque a figura de Iolanda Domingues, mulher negra, sorridente, com olhar fraterno expressando alegria e entusiasmo. Contudo, a imagem ao fundo registrava outra cena. Com olhar fixo para o compasso na avenida principal da cidade uma mulher branca conduzia várias crianças que, por suas vestimentas, aparentavam ser escolares. A maior parte das crianças tinha de 8 a 10 anos e usavam uniformes. As meninas usavam blusa tergal na cor branca e manga comprida. Saia de tergal lisa, na cor preta, e vasê com pregas, meias três-quartos na cor branca e tênis estilo conga. Os meninos usavam bermudas na cor preta e camisa tergal branca, mangas compridas, meias três-quartos e tênis estilo conga. O modelo de uniforme utilizado pelas crianças acompanhava as orientações das escolas públicas de Santa Catarina daquele momento. Contornando a avenida é possível identificar várias pessoas atentas à passagem dos escolares.

A capa organizada pelos redatores, pela posição das fotos, indica que os jornalistas fizeram uma montagem colocando a imagem da responsável pelo projeto de assistência social sobreposta à imagem dos escolares. Ou seja, mesmo fazendo a referência a outras crianças de instituições não escolares, a representação social de infância estampada na capa do jornal é das crianças que frequentavam as escolas públicas do município. Outro ponto a ser destacado são os uniformes. As crianças atendidas pelos CEBEMs, programa coordenado pela diretora Iolanda Domingues, apontadas pelo discurso jornalístico como “menores abandonados”, utilizavam outros uniformes no desfile. Os meninos que representam os engraxates e os vendedores ambulantes usavam um macacão na cor verde militar com identificação nominal, com golas na cor laranja, bonés verde-militar e tênis no estilo conga na cor preta. A estética da vestimenta assemelha-se ao macacão utilizado pelos trabalhadores industriais. A imagem do registro da passagem dos meninos na principal avenida só aparece no interior do periódico em uma fotografia de pouca expressão.

Ivanir Ribeiro (2012) pesquisou sobre a utilização dos uniformes escolares como referência estética. Para autora, principalmente durante a ditadura militar, a adoção da vestimenta estava associada às questões políticas e representava a possibilidade de uniformização de ideias e de valores. Outra contribuição importante deste estudo, e que nos

auxilia a pensar sobre as imagens apresentadas pela imprensa em relação aos uniformes, é a capacidade das vestimentas marcarem os lugares sociais dos alunos (RIBEIRO, 2012, p. 129).⁸⁰

Ao referenciar em seu trabalho os desfiles e comemorações, a autora afirma:

No contexto lugar transitório da rua, o uniforme escolar caracteriza-se por servir como uma extensão do poder regulador que atua sobre os corpos, uma vez que os sujeitos que os vestem, representam a instituição através dos trajes, dos símbolos, das cores e da organização espacial e física (ordem de apresentação de cada grupo). Assim, o uniforme como estratégia de padronização dos alunos, na escola e fora dela, exprime fundamentalmente a necessidade de marcar lugares sociais, reforçando por sua vez, o papel da instituição escolar na sociedade e nos planos políticos do governo militar em relação ao processo de desenvolvimento político – social e econômico do país. (RIBEIRO, 2012, p. 144).

Nesse sentido, alguns questionamentos são pertinentes em relação à imagem de capa. Por que a diretora do Centro de Promoção Social não foi fotografada com as crianças atendidas pela instituição? Qual a relação dos escolares com a precursora do trabalho em “prol do menor”? Que representações sociais de infância apresentam as imagens das crianças? Que discursos atravessam essas imagens de notícias?

Ao ler a matéria que ganha o mesmo título da chamada da capa, é possível identificar algumas pistas em relação aos discursos normalizadores que atravessaram a retórica da imprensa local. Após a chegada da FUCABEM na região, aqueles considerados “delinquentes” encontravam-se uniformizados e identificados na narrativa jornalística como “crianças” que haviam se tornado “soldados treinados”. De acordo com a matéria em destaque especial com bordas na cor vermelha e contornos dos títulos, no dia da comemoração do aniversário do município, a população chapecoense foi surpreendida por um verdadeiro espetáculo.

No último domingo, pela parte da manhã a avenida Getúlio Vargas foi enfeitada com um desfile jamais visto nem imaginado, acreditamos, pela maioria. Pouco antes de dar início ao acontecimento, poucas pessoas estavam ao longo do trecho interrompido pela PM. Não sabiam o que iria acontecer. As rádios e jornais haviam divulgado pouco o assunto, todos acharam insignificante. Por coincidência, quando os tambores começaram a soar, e a missa das dez estava terminando, e centenas e centenas de pessoal puderam assistir ao espetáculo de duzentas e cinquenta crianças, engraxates e vendedores ambulantes, pertencentes ao Centro de Promoção Social e Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor - FUCABEM, através dos CEBEMs do bairro Aeroporto, Santa Maria, Palmital. (CORREIO DO SUL, 25 ago. 1978, Capa).

⁸⁰ A pesquisa que merece destaque sobre o tema é o estudo de Lima (2017). Para a autora, o discurso da dignidade do trabalho se insere no ideário do Estado brasileiro deste período por meio das políticas de incentivo ao trabalho e da moralização através do labor que se direcionavam especialmente às pessoas menos abastadas. Em relação ao uso dos uniformes que também é abordado pela autora em análise sobre a Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba (CAPEJO), “[...] há uma relação com o uniforme como sua vestimenta de trabalho, marcando propositalmente uma diferenciação entre esses meninos e os outros que transitavam pelas ruas [...]”, numa estratégia disciplinarizadora (LIMA, 2017, p. 103).

Mudanças associadas às práticas normalizadoras que no Oeste catarinense, no tardar da década de 1970, colocava em cena em plena avenida principal da cidade, não mais os “menores indigentes”, mas “meninos e meninas uniformizados(as) que no ritmo dos tambores, aos olhos de centenas de pessoas, vão desfilando como se fossem “soldados treinados há muito tempo” (CORREIO DO SUL, 25 ago. 1978, Capa). Propositalmente ou não, o jornal publicou a imagem das crianças pertencentes ao CEBEM em duas fotografias de pequeno tamanho.

No conjunto de estratégias para confinar as crianças e jovens pobres, os gestores governamentais arregimentaram profissionais, tais como médicos, psicólogos, assistentes sociais e professores, para atuarem como especialistas em um “saber” que autorizou intervenções diretas sobre as crianças e suas famílias. Para Rizzini e Celestino (2016, p. 238), a entrada destes profissionais garantia “[...] maior racionalidade e sofisticação, agregando análises e discursos técnico-científicos inscritos na lógica tecnocrática.” É importante observar que a imprensa local possibilitava que estes profissionais pudessem enunciar as suas falas nas matérias jornalísticas.

A matéria de destaque na capa do jornal *Correio do Sul*, de novembro de 1979, descreve as formas como este discurso atuou para prescrever e mensurar a vida cotidiana das crianças pobres que receberam diferentes estigmas desses considerados especialistas. Na edição 110, a coordenadora regional da FUCABEM ganhou novamente espaço privilegiado na capa do periódico. Sua fotografia na parte superior da capa, com a chamada “Os anjos de cara suja”, anunciaava mais uma entrevista da professora para a imprensa local, com objetivo de apresentar os dados e as práticas realizadas pela entidade na região Oeste de Santa Catarina. Os redatores divulgavam a matéria como uma série de reportagens sobre o “classificado” pelos “sociólogos” como o “Problema do menor carente em nossa sociedade” (CORREIO DO SUL, 21 a 27 nov. 1979, Capa).

Na página 4, na parte superior, o jornal divulgava entrevista completa com o título: “Os anjos de cara suja: o que a FUCABEM está fazendo por eles” (CORREIO DO SUL, 21 a 27 nov. 1979, p. 5). Com textos pequenos, num primeiro momento os redatores apresentavam a opinião da professora, considerada com “amplos conhecimentos sobre o problema do menor abandonado, especificamente na região” e, em seguida, transcreveram suas falas em relação às causas do abandono e às diferentes “classificações”: “menor abandonado”, “carente” e “outros casos” (CORREIO DO SUL, 21 a 27 nov. 1979, Capa).

Ao fazer a distinção entre estas nomenclaturas, como já citado anteriormente, em categorias construídas para referir-se as crianças pobres, fica evidente a opinião da

“especialista” em relação aos “menores abandonados”. Para a coordenadora, “menores abandonados” eram aqueles que não possuíam famílias e eram encaminhados para os dois orfanatos da região, um em Xanxerê – Orfanato Samburá – e outro em Mondaí – Orfanato Porto Feliz. A categoria “carentes” referia-se aqueles meninos e meninas em conflito com a lei. Para a professora, “um dos maiores problemas” era o menino que se encontrava na Cadeia Pública de Chapecó e aguardava uma vaga no CRT, em Florianópolis, onde seria encaminhado para triagem e para um “tratamento adequado”⁸¹.

Havia ainda as crianças atendidas pelos programas sociais na região com a denominação “outros casos”. Vale transcrever aqui as palavras da coordenadora regional da FUCABEM de Chapecó. Segundo a reportagem:

OUTROS CASOS

Quanto a menores envolvidos por outros problemas, esclareceu d. Maria Lucia Sander ‘Esse outro tipo de menor, que ainda tem família, que não é ainda delinquente, a FUCABEM procura atender através dos Centros do Bem estar do Menor, CEBEMs, como é conhecido, onde o menor recebe alimentação, roupas além de educação complementar, recreação, enfim uma série de atividades, incluindo artesanato, recebendo completo atendimento...’ (CORREIO DO SUL, 21 a 27 nov. 1979, p. 5).

Nesse momento os redatores abrem um espaço entre o texto e perguntam: E depois? Esclarece Maria Lucia que na sequência do atendimento:

[...] dentro de nosso programa, não é o que gostaríamos que fosse, pois o *menor rejeita ficar lá, ele prefere andar pelas ruas*. Então, nos dedicamos a outro trabalho que abrange os engraxates e os vendedores ambulantes, *crianças que trabalham pelas ruas*, em atividades laborais. Nesses casos, através de reuniões semanais, orientação, damos uniformes, padronizando suas caixas, e principalmente, educando-os no sentido de como tratar as pessoas, formando esses meninos para uma vida futura, com melhores e maiores relações na vida, que venham a frequentar uma escola, o MOBRAL, para que façam um curso profissionalizante... (CORREIO DO SUL, 21 a 27 nov. 1979, p. 5, grifos nossos).

Fica em evidência na matéria o viés discursivo das “vozes” autorizadas nas peças selecionadas para este capítulo, as crianças pobres subdivididas em categorias que as classificavam como carentes, delinquentes e abandonados, de acordo com as condições sociais. Os que não possuíam famílias eram considerados abandonados. Os que vinham de famílias consideradas desestruturadas eram os carentes e possíveis delinquentes. Os que tinham famílias, mas ainda não se tornaram delinquentes, eram os possíveis de serem “capturados”. Estes foram

⁸¹ Sobre a categoria menor, no segundo capítulo foi abordada a construção do termo. Optamos por não voltar neste tema.

descritos nas páginas dos jornais como “pequenos trabalhadores” que precisavam ser “reformados”.

Em relação às políticas de assistência direcionadas à população infantojuvenil pobre e as diferentes ações nos Estados brasileiros nesse período, Rodrigues (2001, p. 18) destaca:

Crianças e adolescentes, sob a terminologia de menores abandonados ou infratores, emergiram atônitos como os verdadeiros ‘filhos do mundo’, cujo destino passava pela esfera jurídica: seus atos seriam avaliados como indicadores de anomalias a serem combatidas. Submetidos num universo de valores normativos seriam transformados em objetos de estudo por psicólogos, psiquiatras, pedagogos, assistentes sociais, além dos juristas que referendariam a necessidade de intervenção do Estado com a criação de verdadeiros reformatórios como a FUNABEM/FEBEM.

As crianças pobres do Oeste catarinense eram em sua maioria filhos e filhas de famílias trabalhadoras que labutavam cotidianamente para sobreviver numa sociedade cada vez mais desigual em termos econômicos. O que pode ser sinalizado a partir do discurso da coordenadora da FUCABEM, transscrito pela imprensa local no fim dos anos de 1970, é que as crianças possivelmente preferiam a rua, pois era o principal lugar possível para elas viverem as infâncias. A seguir procuraremos descrever essas infâncias plurais.

4.3 CENAS DE INFÂNCIA: QUE INFÂNCIAS?

Psicólogos e especialistas se debatem todos os dias, em todo o mundo, tentando encontrar uma razão para tanta mudança no comportamento da juventude. A cada instante, novos problemas vão surgindo e os jovens são quem os geram. Por quê? O que está acontecendo com a humanidade adolescente? Por que os vícios alcançam índice tão elevado junto a estas pessoas que aparentemente, tem tudo o que de melhor se pode oferecer? Quem, mais forte do que a verdade, estaria a desumanizar as nossas crianças? A torná-las espiritualmente vingativas, assassinas e perversas? E um grande mistério se depara diante de nós: A televisão. (CORREIO DO SUL, 8 out. 1977, p. 2).

A edição do jornal *Correio do Sul*, que abriu este capítulo, apresentou outras infâncias presentes no discurso jornalístico durante toda a década de 1970. Para concluir convocamos a capa do periódico para evidenciar o conjunto de enunciados em relação à infância que o discurso jornalístico fez emergir. Cenas de infâncias traduzem a representação social de infância “universal”, projeto que se instaurou a partir do fim da década de 1970 como veremos adiante.

Imagina-se que ao mesmo tempo o leitor mirava o seu olhar para o menino sentado ao chão do presídio municipal, a imagem que estava ao lado, várias crianças sentadas no espaço interno de uma sala de aula, conduzidas por uma professora, provavelmente interpelou os

leitores a refletirem sobre os motivos daquela criança cometer uma infração nesta idade da vida. O editorial dessa edição sinalizava o seguinte:

Da Redação

Ocupando destaque especial nesta edição, a história, triste e comovente de uma criança recolhida à prisão de Chapecó. Trazendo o estigma de ter assassinado sua irmã, o menino José Machado tem pouca coisa de bom a contar sobre sua vida. As circunstâncias que o envolvem, a sua presença num local nada apropriado para uma criança e a complacência das autoridades diante da questão são pontos que o leitor deverá pesar ao ler a matéria publicada em nossas páginas. Como diria qualquer sociólogo, o pequeno assassino e seu triste destino são provas evidentes de que a estrutura do mundo está completamente errada. (CORREIO DO SUL, 8 out. 1977, p. 2).

Ao anunciar a triste história do menino que carrega consigo o estigma de ter assassinado sua irmã, os redatores confirmavam a prisão como um lugar inadequado para uma criança e, naquela situação, era “prova de que a estrutura do mundo estava errada”. Possivelmente a história do “pequeno prisioneiro” era, aos “olhos” dos jornalistas, uma confirmação das transformações sociais provocadas pelos processos de modernização “estavam refletindo de forma negativa na estrutura familiar” (CORREIO DO SUL, 8 out. 1977, p. 2).

Imagen 9 – Capa com cenas de infância



Fonte: *Correio do Sul* (8 out. 1977, Capa). Acervo do CEOM.

A capa em destaque trazia duas fotografias que se conectam pela presença de crianças em imagens. No lado esquerdo, próximo a zona inferior da página, várias crianças ganham centralidade em um espaço que caracteriza uma sala de “Jardim de Infância”, com mobílias adaptadas ao tamanho infantil e desenhos animados contornam as paredes. Com vestimentas diversas, tais como vestidos rodados, saias e camisetas, meninos e meninas acompanham os movimentos da professora que, no interior da imagem, ao lado esquerdo, parece conduzir uma canção infantil. As crianças com idade entre 5 e 6 anos demonstravam estar atentas à mestra, reproduzindo os movimentos com gestos (CORREIO DO SUL, 8 out. 1977, Capa; CORREIO

DO SUL, 8 out. 1977, p. 8-10). Ao lado direito, numa peça de mais expressão, o menino José Machado é fotografado sentado ao chão do presídio, cabeça baixa, braços sobre as pernas, a expressão o caracteriza como estando algemado, reforçando o “estigma de assassino”. Por um lado, as chamadas enunciavam a “Televisão: um problema sério na educação dos filhos” e do outro “Menor na cadeia de Chapecó desde os seis anos de idade”. Além da capa, as duas matérias jornalísticas foram apresentadas na sequência no interior do periódico. Lê-se nas páginas 8 e 9 a “triste e comovente história do pequeno prisioneiro”, como reforçou o editorial e na página 10 a matéria: “Televisão: a destruição humana?” (CORREIO DO SUL, 8 out. 1977, p. 8-10).

Qual é a relação entre as peças jornalísticas? Que conexões podem ser percebidas em seus enunciados? De que maneira as crianças nas imagens interrogam seus leitores? Por que a escola e a prisão foram colocadas lado a lado? Estas questões norteiam a leitura sobre as matérias e fazem emergir um conjunto de enunciados que neste capítulo foram sendo abordados de forma correlata com as histórias das crianças pobres do Oeste catarinense.

O que se pretende sinalizar é que colocar em cena a infância pobre foi um artifício do discurso jornalístico para inferir sobre outro enunciado que atravessou as matérias aqui apresentadas. Para além de denunciar a situação da criança no presídio, os redatores também seguiram a cartilha das políticas sociais que previam reforçar o papel da família no controle da educação dos filhos e filhas.

Na matéria sobre os problemas provocados pela televisão, os(as) leitores(as) foram intimados(as) pelos especialistas a assumirem seus papéis como responsáveis pela educação de seus filhos, pois como destacado na epígrafe deste título: *Quem, mais forte do que a verdade, estaria a desumanizar as nossas crianças? A torná-las espiritualmente vingativas, assassinas e perversas?* Nesta direção, o discurso jornalístico convoca diferentes especialistas para inferir sobre a educação das crianças.

A matéria inicia com uma interpelação direta ao leitor(a) com o termo “você” para se referir àqueles que não acreditavam que a “[...] criança de hoje se desenvolve mentalmente de forma mais rápida do que antigamente e que poucas horas após o seu nascimento já começam a se sentir seguras ou inseguras.” O discurso inferia sobre a responsabilidade da família na formação educacional e no desenvolvimento integral da criança. Na sequência, os redatores convocam os especialistas para manifestarem-se. O profissional da psicologia afirmava o seguinte:

Os psicólogos são unâimes em dizer que *a realidade influí muito* mais sobre a criança do que possa parecer à primeira vista. Muitos chegam a afirmar que, já no período pré-natal, a criança sente muitas *situações ambientais*. Principalmente no plano afetivo, o pequeno ser humano é muito sensível desde os primeiros dias. Ele ainda não raciocinou, mas sente. Segundo o pensamento de certos psicólogos, aos três anos de idade, a criança está com seu caráter formado. É por isso que se diz que das primeiras experiências mentais e afetivas da infância dependem as linhas mestras que sustentarão a personalidade do adulto. (CORREIO DO SUL, 8 out. 1977, p. 10, grifos nossos).

A enunciação de que as situações ambientais eram responsáveis pelo desenvolvimento intelectual da criança é evidenciado no discurso que reforça as experiências como mestras para construção da “personalidade adulta”. A criança aparece como dependente desse ambiente e o grupo parental como responsável na condução das experiências mentais e afetivas na infância, já que o “pequeno ser humano não raciocina, mas sente”. Deste modo, a infância torna-se o período da vida ideal para formação do adulto esperado pela sociedade (CORREIO DO SUL, 8 out. 1977, p. 10).

O discurso do jornal *Correio do Sul* estava alinhavado aos discursos da imprensa brasileira daquele período, com destaque para revistas e jornais de grande circulação, tais como a *Folha de São Paulo* e a *Revista Pais & Filhos*, ambos periódicos presentes no cotidiano da classe média brasileira. Em relação ao jornal *Folha de São Paulo*, Valesca Gomes Rios (2019) ressalta como foi frequente durante a década de 1970 o posicionamento de jornalistas brasileiros, em relação a temas como família, juventude e meios de comunicação, demonstrando suas preocupações com as mudanças trazidas pela “vida moderna”. Além dos jornalistas, a autora destaca em sua análise o papel do professor Sammuel Pfromm Netto, referência indicada no Manual Básico da Escola Superior de Guerra (ESG), em publicações que circularam no jornal *Folha de São Paulo* durante a década de 1970.

Com críticas bem próximas às encontradas no jornal *Correio do Sul*, a autora enfatiza que, para Sammuel Pfromm, os meios de comunicação de massa exerciam uma função de “escola paralela” em que as crianças acabam sendo educadas por eles e, em muitos casos, “[...] acabam passando mais tempo em contato com esses meios do que com a escola formal.” (RIOS, 2019, p. 7). Acompanhando o viés discursivo, a “televisão” seria a causadora da mudança de padrões e até mesmo do monopólio das famílias.⁸²

⁸² Sobre está questão é importante destacar o trabalho de Stemy (2018). A autora realizou uma análise sobre o longo processo de censura que permeia a sociedade brasileira, destacando os preceitos da DSN veiculados aos discursos de censura. Para Stemy (2018, p. 179): “Um dos tópicos da Doutrina afirmava que uma das principais armas do inimigo era a propaganda veiculada por intermédio dos meios de comunicação de massa, que se encarregaria de desencadear o processo subversivo pelo afrontamento aos valores morais, aos fundamentos da família e pela disseminação de maus hábitos, especialmente entre os jovens.”

Apoiado nestas referências advindas do campo da Psicologia, o discurso jornalístico divulgava a ideia de que o ambiente familiar era responsável pela formação dos indivíduos, reforçando mais uma vez o modelo de família nuclear que permeou os ideários daquele período. A criança ideal era aquela que vivia em um ambiente propício que promovesse o seu desenvolvimento. A falta de atenção dos “pais”, como a atitude de não controlar os programas televisivos que as crianças assistiam, “poderia ser um sério problema para sua educação” (CORREIO DO SUL, 8 out. 1977, p. 10).

Além das “vozes” dos especialistas, as próprias crianças foram convocadas pelo discurso jornalístico, numa demonstração de que o perigo da televisão era verdadeiro. Os redatores realizaram uma pesquisa perguntando aos meninos e meninas da cidade o que gostariam de ganhar de seus pais no Dia das Crianças. Os presentes solicitados foram “metralhadora, revólver e carros de combate”, considerados pelos redatores como “o símbolo da violência” e a demonstração da influência de filmes transmitidos pela televisão brasileira, filmes que nos “Estados Unidos” já tinham sido proibidos e até “processados pelo FBI” (CORREIO DO SUL, 8 out. 1977, p. 10).

Algumas das entrevistas informavam que o tempo livre das crianças era dedicado a assistir televisão. Enunciando que as “crianças aprendem o que vivem”, os redatores prescreveram elementos necessários para a educação das crianças. Para isto, a conselheira familiar e escritora americana Dorothy Law Nolt foi convocada a “falar”. Eis o trecho da matéria:

‘As crianças aprendem o que vivem’
 Se a criança vive com críticas
 Ela aprende a condenar
 Se a criança vive com hostilidade
 Ela aprende a agredir
 Se a criança vive com zombarias
 Ela aprende a ser tímida
 Se a criança vive com humilhação
 Ela aprende a ser culpada
 Se a criança vive com tolerância
 Ela aprende a ser paciente
 Se a criança vive com incentivo
 Ela aprende a ser confiante
 [...] Se a criança que vive com elogios,
 Ela aprende a apreciar.
 Se a criança aprende com retidão,
 Ela aprende a ser justa.
 Se a criança aprende com segurança,
 Ela aprende a ter fé.
 Se a criança vive com aprovação,
 Ela aprende a gostar de si mesmo.
 Se a criança vive com aceitação e amizade,
 Ela aprende a encontrar amor no mundo.

(CORREIO DO SUL, 8 out. 1977, p. 10).

De acordo com o texto publicado pelo jornal, para a formação de uma “personalidade adulta segura” era necessário propiciar um ambiente repleto de incentivos que atuassem na autoestima da pessoa. Caso contrário, os resultados seriam adultos frustrados, agressivos e hostis. A jornalista Ariane Pereira (2018) analisou os discursos em relação à maternidade normalizadora, a partir da revista *Pais & filhos*, durante quatro décadas. A autora informa que, até o fim dos anos de 1970, prevaleceu o discurso de que em um ambiente familiar sem “amor, carinho e compreensão” era desencadeador de problemas psicológicos. Uma “infância feliz” seria aquela em que o bem-estar físico e psíquico deveriam ser garantidos pela mãe, que também deveria zelar pelo desenvolvimento intelectual e afetivo da criança (PEREIRA, 2018, p. 65).

A imprensa local, ao prescrever os modos de educação ideal para as crianças, tendo como suporte as “vozes” dos especialistas, demonstrava que a ausência dessas práticas seria nociva para as crianças. A reportagem sobre o caso de José Machado, publicada junto a esta matéria, informava sobre o percurso de uma criança que vivera em outra configuração de família. Em um trecho da publicação, os redatores afirmam o seguinte:

Uma criança de sete anos reflete profundamente o que lhe aconteceu aos três ou quatro anos. E assim, sucessivamente, se formos caminhando para trás, podemos dizer que o comportamento do primeiro mês já é consequência do que houve no período intra-uterino. (CORREIO DO SUL, 8 out. 1977, p. 10).

Imaginemos que após ter se comovido com a denúncia sobre a criança que desde os seis anos de idade sobreviveu aos maus-tratos na prisão, num ambiente que demarca a negação ao universo infantil, o leitor da imprensa local tenha concluído que era preciso estar atento aos malefícios da televisão e até repensado sobre os modos de educar os filhos e filhas. Já que ao deixar os filhos livres para assistirem a filmes “destrutivos e prejudiciais à formação humana” resultaria na “desumanização dos jovens e na formação de espíritos vingativos, perversos e assassinos” (CORREIO DO SUL, 8 out. 1977, p. 10).

Nesta narrativa vimos que as crianças advindas de famílias pobres foram no discurso jornalístico descritas como possíveis indigentes, párias da sociedade ou ainda delinquentes. O dispositivo da família normalizadora fora convocado para justificar os desvios de normalidade impregnada na infância pobre. Daminelli (2019), ao analisar a principal revista de divulgação das políticas sociais implantadas durante o regime militar, ressalta que em parte da América Latina as mudanças culturais que coincidiram com o período ditatorial favoreceram para a “[...] emergência de contraofensivas conservadoras que buscavam reestabelecer valores

“tradicionalis, como por exemplo os da família nuclear, patriarcal e indissolúvel.” (DAMINELLI, 2019, p. 140).

Tendo em vista a conexão entre as duas matérias é possível afirmar que o discurso da “família nuclear” evocava o desejo de “[...] impor a todas as crianças uma concepção de infância derivada da vida familiar da classe média.” (PONTE, 2005, p. 46). Lembremo-nos que, na matéria sobre o menino preso, o promotor de justiça afirma que ele estava na prisão por “se tratar de uma criança sem pai, e a mãe”.⁸³

Trazer à tona as duas matérias colocadas em sequência é importante para sinalizar o movimento que o discurso jornalístico vai desenvolvendo durante toda a década de 1970 em relação a infância pobre.

Assim, o discurso jornalístico fez emergir dispositivos de saber que vão constituir campos de governamentalidade acerca da população infantil pertencente às classes desfavorecidas. Utilizando dos “saberes considerados verdades”, ao confirmar que a falta de um ambiente acolhedor e de uma família ideal é o verdadeiro motivo da má formação da personalidade, o discurso enuncia que para estes só resta políticas sociais capazes de uniformizar e domesticar aqueles para quem eram negados os espaços privilegiados de “infância feliz”. Com isto, o discurso jornalístico assumiu o ideário que prevaleceu nos enunciados das políticas sociais, o de “[...] impor a população infantil pobre um modelo de infância que evoca a criança romantizada, inocente, a precisar de proteção, orientação, disciplina e amor familiar.” (PONTE, 2005, p. 46).

Além do saber da Psicologia, a escola foi convocada na imagem como representação social do lugar ideal para o desenvolvimento da criança. Ecoam nas imagens do “jardim de infância” enunciados que apresentam a educação escolar como antídoto para a má formação da personalidade infantil. Além disto, a escola ao lado da prisão aparece como resposta ao desafio de construir a criança “universal”. De acordo com Ponte (2005, p. 47):

A sala de aula e o aparato ideológico da educação foram cruciais porque exigiram uma verdadeira infância nacional, que ignorava diferenciações de classe entre cidade e campo. A construção da criança como aluno envolvia diretamente todas as crianças, ao contrário do conceito de delinquência juvenil. E a criança escolarizada estava sempre disponível para finalidades políticas, normalmente a reforma da moral da classe trabalhadora.

⁸³ De acordo com a matéria: “O pequeno José, a partir daquela data, nunca mais ouviu falar de sua família (o pai já é morto) e seu mundo passou a ser entre as paredes de uma e outra cala, onde foi colocado.” O próprio promotor de justiça que é convocado na notícia afirma que: “Em conversa mantida com os elementos que atendem a cadeia, fui informado que ele se encontrava ali por se tratar de uma criança sem pai, e a mãe, segundo consta, vive aqui na região, mas tem problemas é débil mental.” (CORREIO DO SUL, 8 out. 1977, p. 9).

Seria a escola um lugar possível para universalizar a infância? A escola seria o antídoto para aqueles considerados fora da normalidade? Que outros discursos atravessam as notícias que colocam lado a lado a prisão e a escola enquadrando diferentes infâncias? Estas questões abrem o próximo capítulo que buscará analisar os discursos jornalísticos na dimensão pedagógica e apresentará como a escola, no fim da década de 1970, torna-se um lugar de direito da criança.

Não sabemos a trajetória do menino José Machado, nem das centenas de meninos e meninas do Oeste catarinense capturados pelas políticas sociais da década de 1970. Entretanto, reconhecemos que todo o poder implica em resistências e, como afirma Rago (2015, p. 256), “[...] se a vida é capturada é atravessada pelos dispositivos do biopoder, da biopolítica, ou da governamentalidade, a ‘réplica política’ se manifestará na luta pelo direito à vida, à felicidade, ao direito de ser outro do que se é [...]”.

Nessa direção, esta narrativa procurou trazer à tona histórias das infâncias que não foram privilegiadas na imprensa.

O Ano é Crianc

Em 1979,
não esqueça da criança que existe
em você e de todas as crianças
sozinhas que existem lá fora.

VENHA CONVERSAR CONOSCO
S. MARINHO IMÓVEIS LTDA.

"TEMOS A CASA PARA TODA A FAMÍLIA"

PIRELLA



5 “É PRECISO EDUCAR PARA GARANTIR O PROGRESSO E O FUTURO DA NAÇÃO”

“Amanham-se as plantas pela cultura e os homens pela educação. Se o homem nascesse grande e forte, seu porte e sua força seriam inúteis até que ele tivesse aprendido a deles servi-se. Ser-lhe-iam prejudiciais, impedindo os outros de pensar em assisti-lo e, abandonado a si mesmo, ele morreria de miséria antes de ter conhecido suas necessidades. Deplora-se o estado da infância; não se vê que a raça humana teria perecido se o homem não começasse sendo criança.” (ROUSSEAU, 1995, p. 10).

Era um domingo de agosto de 1979 na “Cidade das Rosas”. A natureza parecia exuberante, uma verdadeira festa. Flores exalando o seu bom perfume e embelezando as paisagens, folhas novas brotando, atmosfera mais pura, os pássaros mais “barulhentos” (FOLHA D’OESTE, 13 out. 1979). Em um mesclar de garoa fina e um sol indisposto, crianças corriam pela rua da principal avenida da localidade. Um momento de lazer, afirmava o jornal *Correio do Sul*, em que a alegria e o barulho eram contagiantes. Crianças de bicicletas, *skate*, carrinho de brinquedo, correndo e pulando. Em seus rostos um sorriso espontâneo. Tudo era lindo. Tudo era alegre. Entretanto, afirma a redatora da notícia que, olhando atentamente, via-se em meio a tanta festa “uns que a vida não deixou tomar parte em nada”, eram os engraxates e vendedores de sorvete e pipoca que aproveitando do momento ganhavam alguns “cruzeirinhos”, crianças inteligentes, olhos lindos, sorriso invejável, gestos hábeis, porém sem lazer (FOLHA D’OESTE, 13 out. 1979).

O que vimos a partir dessa narrativa é que, no final dos anos de 1970, a imprensa escrita de Chapecó dedicou boa parte do discurso em relação à infância para fazer circular uma representação da “criança ideal”, descritas de forma diferente, agora eram identificadas naquilo que tinham em comum na denominada “natureza infantil” (FOLHA D’OESTE, 13 out. 1979).

O discurso da imprensa nesse período divulgava uma representação social de criança, que neste trabalho foi identificada como “criança ideal”, a qual pode ser entendida como uma síntese feita de prescrições advindas dos diferentes saberes que objetivavam a produção de um futuro (FOLHA D’OESTE, 13 out. 1979). Nesse sentido, a imprensa deu “voz” aos diferentes especialistas, contribuindo para legitimar uma concepção de infância que homogeneizava corpos e projetava um cenário para essa idade da vida repleto de felicidade. O capítulo buscou analisar os discursos que procuraram construir uma representação social da “criança ideal” a partir de diferentes saberes durante a década de 1970. Esse posicionamento da imprensa foi importante para legitimar a implementação de políticas sociais pelos governantes, campanhas

publicitárias internacionais e fortalecer determinado discurso estigmatizante em torno da infância pobre brasileira.

5.1 “É DE PEQUENINO QUE SE TORCE O PEPINO”

O provérbio em destaque no subtítulo foi o título usado pelo jornal *Folha d’Oeste* em janeiro de 1978, para comunicar a necessidade de educação das crianças, já que como anuncia “é de pequenino que se torce o pepino”. O interesse em relação à educação e ao cuidado da criança desde a mais tenra idade fez parte da retórica de médicos, psicólogos e educadores, desde o início do século XX no Brasil, e incorporados por políticas sociais implementadas sobretudo pelos governantes, além de compor na imprensa escrita um rol de prescrições acerca da infância.

O discurso emergiu atrelado ao movimento higienista que justificava a degradação do “homem” pobre brasileiro em função da ausência de educação escolar e cuidados sanitários (REIS, 2000). De acordo com Reis (2000), que estudou os programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene efetuados no Brasil nas primeiras décadas do século XX, a criança foi representada como “bálsamo do futuro” e “cera maleável”. Nesse sentido, realizar intervenções nos primeiros anos de vida seria uma alternativa para “moldá-la”. A Liga Brasileira de Higiene organizava diversas ações visando educar a população infantil e tinha a imprensa escrita como porta voz de diferentes profissionais, como pediatras, educadores e psiquiatras, os quais evocavam situações consideradas problema, com a finalidade de “aperfeiçoamento do psiquismo” das crianças através da atuação médico-pedagógica. A família e a escola foram “lugares possíveis para reconhecer o desajustamento infantil” e para atuação desses profissionais (REIS, 2000). É importante destacar que o ideário higienista enunciado pelos profissionais que do centro do País era difundido para os vários Estados da federação, sobretudo, através da atuação dos médicos. O estudo do historiador Ismael Alves (2014) sobre a atuação dos médicos na cidade de Criciúma na década de 1950 demonstra esse fato.⁸⁴

Na década de 1970, observa-se permanências desse discurso com pretensão de educar as crianças para garantir no futuro adultos felizes e úteis para o país. Na matéria do jornal *Folha d’Oeste*, assinada pelo jornalista Antonio Zancanaro, o discurso jornalístico ressalta que a chegada de um bebê não pode ser percebida como “mais uma boca para alimentar” e sim associada a uma “criança cheia de vida que espera carinho e amor” (FOLHA D’OESTE, 21 jan.

⁸⁴ Ver Alves (2014).

1978, p. 8). Convocando o leitor, a matéria conclui: “*Vamos procurar fazer com que nasçam mais crianças felizes, isso dará alegria a nós, a eles e fará com o amanhã seja menos hostil. É nesses pequenos seres que está o futuro e um futuro feliz depende, em grande parte, de quem o traz ao mundo*” (CORREIO DO SUL, 8 abr. 1978, p. 2, grifo nosso).

Delegar a responsabilidade da educação da criança para família foi um discurso enunciado durante toda a década de 1970. Isto porque, como deixou explícito em um editorial o colunista Ogeni Luiz Dal Cin, “Criança é família” e se não atentarmos a isso “é fechar os olhos para o verdadeiro mundo da criança. Assim, a família novamente é intimada a assumir sua tarefa na educação e formação do “ethos do indivíduo”. A matéria em destaque na principal página do jornal reafirmou que o problema social das crianças nos países pobres estava associado não a carência econômica, mas sim a ausência de “amor, afetividade, carinho, compreensão e orientação moral”. Para resolver esta problemática era necessário “a segurança de ser amada incondicionalmente pelo que ela é” e ter “aquele olhar amigo e sempre presente”. Conclui a matéria que o “único meio natural” para desempenhar isso seria a “família” (CORREIO DO SUL, 8 abr. 1978, p. 2). Para problematizar o discurso que valoriza a criança, continua a matéria jornalística:

A criança não pode ser vista abstratamente, mas como um ser dentro da família. A família como meio, é claro, nunca como fim. O equacionamento do problema da criança só pode ser feito a partir da família. E se nos pombos a pensar sobre o valor moral da família – valor esse esquecido pelas nossas elites – nós entraríamos nas verdadeiras causas da depredação do mundo infantil. É muito cômodo atribuirmos as desgraças à sociedade como se ela continuasse uma realidade autônoma a nos conduzir e condicionar. É o supra-sumo do abstratismo apriorístico. Destruímos as verdadeiras e naturais sociedades como a família, por exemplo, para exaltarmos uma sociedade abstrata, matemática, que oferece as medidas exatas do planejamento tecnocrático. O que se vê são apenas indivíduos de idades variadas e diferenciados pelo sexo. Por isso, se fala apenas de criança. (FOLHA D’OESTE, 3 fev. 1979, p. 2).

Neste contexto, principalmente por meio das propagandas efetuadas pelo regime ditatorial, o ideal de família foi exaltado na tentativa de salvaguardar a “moral e os bons costumes” ameaçados pelas transformações sociais decorrentes do processo de modernização pelos quais passavam a sociedade brasileira.

Donzelot (1986) afirma que, desde a segunda década do século XX, emergiram discursos sobre a importância das relações sociais no âmbito da infância para a constituição do indivíduo na fase adulta, a partir de um montante de prescrições “Psi”, advindos sobretudo dos saberes da Psicanálise. Para o autor, o que se lê no período é a emergência em fortalecer a família, como estratégia para manutenção do poder:

Também estão interessados na manutenção do poder jurídico da família todos aqueles que tem privilégios sociais a defender, já que é através da continuidade das filiações e do jogo de alianças que as situações adquiridas podem se reconstituir ou melhorar. Pois a família orgânica é o melhor suporte para as relações verticais de dependência e de prestígio. (DONZELOT, 1986, p. 161).

Com início nos anos 1930 na Europa, o movimento em torno do discurso da família moderna, visto como “família feliz”, fez parte de um projeto de ativação pedagógica da vida familiar com quatro objetivos:

- a. ensinar aos pais a se educarem e a se instruírem mutuamente a fim de fazer de seus filhos futuros valores sociais e morais; b. trabalhar para o renascimento do espírito familiar; c salvaguardar os direitos da família sobre a criança; d. realizar a união sagrada em torno da família. (DONZELOT, 1986, p. 171).

O movimento familialista esteve ao lado da psicanálise num conjunto de técnicas discursivas que buscou empreender a vida relacional. Ao citar o movimento da “Escola de Pais” criada na França neste período, Donzelot (1986, p. 180) infere acerca das finalidades dessa corrente de pensamento, a qual possuía como objetivo “adaptar a antiga e rígida moral familiar as exigências da vida moderna”. Além da grande guerra que afrouxara os vínculos de autoridade, o autor também destaca o surgimento de várias teorias pedagógicas que acreditavam na espontaneidade da criança e “novas formas de enquadramento da juventude como o escotismo”. De acordo com o autor, ao encontro dessas mudanças a “Escola de Pais” pretendia “[...] registrar essas inovações e conciliá-las com o que fosse essencial aos antigos valores familiares.” (DONZELOT, 1986, p. 180). Nesse contexto surgiu a necessidade de convocar uma série de especialistas para prescreverem sobre a infância e sua educação e “[...] sobre os problemas da adolescência, o futuro da juventude, os perigos do cinema, das leituras corruptas, da rua, e de toda essa ‘contra-educação’, segundo seus próprios termos.” (DONZELOT, 1986, p. 180).⁸⁵

De acordo com Donzelot (1986, p. 185), o discurso familialista proclamava a hegemonia declarada da escola sobre as outras formas de socialização. Assim, as orientações prescritas procuravam estabelecer “uma vigilância minuciosa da criança contra todas as fontes de corrupção e de iniciação”. Nessa abordagem, o discurso em relação à educação da criança demarcava a necessidade de uma negociação permanente entre os pais e os educadores num

⁸⁵ De acordo com Donzelot (1986, p. 185), esse discurso se situa num contexto, inicialmente, por uma hegemonia declarada da escola sobre todas as outras formas de socialização. Assim, as orientações procuram estabelecer uma “uma vigilância minuciosa da criança contra todas as fontes de corrupção e de iniciação”.

contexto permeado, cada vez mais, de produções midiáticas que faziam circular essas preocupações. Conforme Ariane Pereira (2018), a *Revista Pais & Filhos*, mencionada em capítulo anterior, utilizava de diferentes saberes de caráter prescritivo com vistas à educação das crianças e do respectivo grupo parental. Enunciados semelhantes ao veiculado na revista de circulação nacional estão próximos dos discursos da imprensa chapecoense dos anos 1970, pois, ao reafirmar a criança como sinônimo da família, apresenta-a como “[...] elemento comprovador de um disfuncionamento da família, o elemento ideal para nela fazer intervir modificações internas, porque é ponto de encontro entre o desejo social e o desejo familiar.” (DONZELOT, 1986, p. 193).

Conforme a reportagem acima mencionada, o valor da família parecia esquecido, com isso os problemas gerados iriam ao encontro de uma devastadora formação do “ethos individual”. O resultado da ausência de valores morais sucederia na delinquência, discurso analisado no capítulo anterior. Desse modo, era necessário normalizar as relações familiares para estabelecer uma harmonia social. A imprensa escrita convocava pais e mães a exercerem seus papéis como vigilantes da moral e dos bons costumes. Discurso presente no término da reportagem, quando o redator infere sobre as consequências da “sociedade do consumo” que “brinca com os sentimentos mais nobres do interior humano” (FOLHA D’OESTE, 3 fev. 1979, p. 2) e afirma:

E os pais aceitaram sem titubeios esta moderna e sofisticada forma de invasão domiciliar, em nome do direito a um pouco de sossego. Enquanto sossegam, as crianças são entretidas pela babá eletrônica e envenenada por um conceito de vida que nada ou muito pouco tem a ver com o da realidade. Não admira, pois, que estejamos assistindo estarrecidos ao surgimento de uma geração de tensos, frustrados e neuróticos, porque não treinados a encarar a vida num sadio realismo. (FOLHA D’OESTE, 3 fev. 1979, p. 2).

O discurso familista era veiculado também na coluna “Conhecendo a Verdade”, assinada pelo representante da igreja Batista, Pastor Hartmann, que dedicava boa parte de suas publicações para fazer circular prescrições sobre a educação das crianças e, principalmente, convocar os pais a assumirem a responsabilidade em relação aos filhos (FOLHA D’OESTE, 14 jul. 1979, p. 11). Em um dos textos publicado, o Pastor apresenta a triste história da jovem Luiza. Na narrativa, o pai da jovem, sabendo que a filha estava grávida, vai ao encontro do suposto companheiro dela, chamado Otávio, portando um revólver. Numa violenta discussão, após tiroteios, ficaram estendidos ao chão dois corpos sem vida. A mãe da jovem, não suportando a tragédia, vem a falecer em seguida. Após o terrível acontecimento, o futuro que resta à jovem Luiza é a condenação e a degradação moral. A jovem vive então boa parte da vida

como prostituta, até tomar a decisão de suicidar-se. Contudo, foi salva por “pessoas” que procuraram cuidar não só do estado físico, mas também do aspecto espiritual dela. É neste momento que a jovem conheceu a “palavra de Deus” e recomeçou uma nova vida, afirmava o religioso. No texto, a “voz” da própria Luiza era convocada para intimidar os leitores a “lerem as memórias da jovem e buscarem alcançar a mesma fé” (FOLHA D’OESTE, 14 jul. 1979, p. 11). No fim do texto o Pastor concluía:

Esse acontecimento nos leva uma vez mais a pensar nas preciosas vidas jovens que, mal orientadas, se enveredam pelos atalhos da vida. E nós pais, somos os maiores responsáveis pela felicidade ou desgraça de nossos filhos e depois, quem sabe, a própria sociedade. Por essa razão nossa linha de pensamento e de ação é sempre no sentido de alcançarmos as crianças e os jovens dando-lhes um ambiente espiritual sadio, desenvolvendo sua capacidade criativa e propiciando a edificação de uma vida digna, honesta e valorizada em Deus. (FOLHA D’OESTE, 14 jul. 1979, p. 11).

O apelo do pastor em suas várias matérias em relação à responsabilidade familiar com a educação da criança “pode ser lido como uma profecia”. Os “conselhos” enunciados pelo religioso faziam parte de uma sequência de matérias publicadas para os leitores, sobre os modos de vida numa sociedade que se urbanizava de forma mais acelerada. Discursos que preconizavam uma normalidade pela qual a família era a principal responsável. Segundo Rose (2011, p. 227):

Agora, a família deve cumprir suas obrigações sociais através da promessa de realizar as suas aspirações pessoais de seus membros, da mesma forma como adultos veem a maximização do bem-estar físico e mental de seus filhos como o caminho privilegiado para a sua própria felicidade. No momento em que tal ética passa a governar a vida familiar, indivíduos podem avaliar e normalizar suas condutas como pais de família e como cônjuges com referência a padrões, criados por especialistas, de mãe, pai, casal parental e famílias consideradas normais.

Alcançar a criança e os jovens era o objetivo desses discursos de caráter familista (que se amalgava com o de caráter religioso) que interpelavam os leitores e leitoras a repensar os novos atrativos oferecidos na cidade de Chapecó. Bailes, “festinhas”, clubes de Dancing’s e cinemas foram abordados nos textos da coluna como verdadeiros espaços de orgia, os quais se proliferavam assustadoramente (FOLHA D’OESTE, 16 jun. 1979, p. 11). Levar crianças e jovens a esses ambientes poderia desvirtuá-los do caminho “sublime da liberdade cristã”. Assim, o discurso do pastor batista afirmava a necessidade de: “Salvar as crianças e os jovens da vida corrupta e mundana que muitos adultos oferecem, que levam essas preciosas almas para o abismo, para o caos moral e espiritual.” (FOLHA D’OESTE, 14 jul. 1979, p. 11). Ou seja, a narrativa sobre a trágica história de Luiza era o exemplo do que poderia acontecer se os pais

levassem uma vida considerada mundana. É importante lembrar que nesse período o discurso da Contracultura começava adquirir maior vulto (ARENDA, 2013) entre os jovens brasileiros das camadas médias urbanas.

Margareth Rago (2015, p. 867) destaca:

Así, las primeras organizadoras de los grupos y periódicos feministas, a mediados de aquella década, iniciaron un movimiento de recusa radical de los patrones sexuales y del modelo de feminilidade que sus antecesoras habían ayadado a fundar, em los comenzos del siglo XX. Más que nunca, las feministas colocaron en cuestión el concepto de mujer definido como sombra del hombre que le daba el derecho a la existencia apenas como auxiliar del cricimiento masculino, en lo público o en lo privado.

Além disso, vale ressaltar que a responsabilidade delegada à família na educação das crianças também resultaria na garantia de um futuro promissor, não só para a criança, mas também para o adulto. Percebe-se o fato na matéria publicada pelo jornal *Correio do Sul*: “O futuro está nas crianças”, de 8 de abril de 1978. Ao lado do editorial do jornal que comunicava a transferência do periódico para a Litografia Editora Oeste Ltda. e marcava o término das atividades de Alfredo Lang nessa imprensa escrita, os redatores anexaram ao texto, na parte superior da página, a foto de um menino com aproximadamente 4 anos de idade. Numa postura que o enquadra com olhar de serenidade, fixo para câmera do fotógrafo e demonstrando, possivelmente, a veracidade do texto que se localiza na parte inferior da página. Já no início do texto as crianças são retratadas como “seres indefesos” totalmente dependentes dos adultos, seja para alimentação, seja para algo que, na opinião do redator, pode parecer inútil, mas que é de fundamental importância para a felicidade das pessoas: o carinho e a atenção. De acordo com o texto:

Todas as crianças, desde recém nascidas, necessitam de um carinho todo especial por parte dos pais, o que influenciará o resto de suas vidas. Um bebê que recebe atenção e amor dos seus pais tem as suas reações totalmente diferentes de um bebê que é tratado com indiferença como se fosse um objeto. Por esse motivo torna-se necessário que os pais, ao tomarem conhecimento da vinda de uma criança procurem aceitá-la da melhor maneira possível, lembrando-se que mesmo os fetos sentem quando são desejados ou não. Uma gravidez sadia e sem problemas, na medida do possível, é o início de uma vida também sadia, pelo menos com menores problemas. (CORREIO DO SUL, 8 abr. 1978, p. 2).

O amor e o cuidado foram o “viés” das prescrições em relação à criança, desde os cuidados com o “banho do bebê” (CORREIO DO SUL, 24 dez. 1977, p. 6) até a importância da amamentação infantil, como inferiu o pediatra Any Rui Werlang. Para o especialista, a criança amamentada pelo seio materno era diferente da alimentada com os famosos “leites

Nestlé". O médico prescrevia que crianças com aleitamento materno eram mais seguras emocionalmente recebendo "vacinas e anticorpos", prevenindo diarreias, resfriados e gripes, elas ainda "demonstrariam mais preparo na vida" (CORREIO DO SUL, 10 set. 1977, p. 3). Aqui mais uma vez a responsabilidade pela formação de um adulto era em grande parte outorgada às mulheres.

Além desses cuidados com higiene e alimentação, no início do ano de 1979, o jornal *Folha d'Oeste* também publicou sete dicas para ajudar as crianças:

Você já percebeu quantas vezes fala alguma coisa sem perceber o que as suas palavras estão realmente querendo dizer? E com as crianças isto é muito perigoso. Elas acreditam em tudo o que os pais falam. Veja a lista que preparamos de sete coisas que não devem ser ditas às crianças.

1 – Causar medo e ameaçar não são métodos pedagógicos. Isto é, a criança precisa ser educada. Ela precisa aprender as coisas e não ser atemorizada sobre o que pode ou não pode fazer.

2 – A criança pequena acredita em todas as ameaças, mesmo naquelas que a própria mãe não leva a sério.

3 – Nunca ameace seus filhos com coisas como: diabo, bicho-papão, lobo mau, saci Pererê, mula sem cabeça ou barbaridades do gênero. Estas figuras, quando usadas como elementos de coação ou de chantagem só geram insegurança.

4 – Nunca diga a uma criança desobediente que você a abandonará. Até mesmo as crianças mais velhas se sentem amedrontadas e perdem a confiança na mãe.

5 – As crianças pequenas não tem a noção do perigo. Daí a razão de uma bronca simples, enérgica e dada em voz baixa, surtir muito mais efeito do que uma ameaça feito aos gritos.

6 – Não se esqueça de ameaças feitas ao acaso e sem o menor cuidado são as mais perigosas. Podem ocasionar traumas e problemas futuros.

7 – Crianças que manifestam medos por animais não devem assistir a filmes de monstros ou ver figurinhas que mostram animais excessivamente ferozes. (FOLHA D'OESTE, 20 jan. 1979, p. 7).

A matéria traz as dicas que podem ajudar as crianças, mas não teve assinatura, os editores apenas registram que o texto havia sido extraído do "Boletim 'O Leão do Oeste'", possivelmente ligado ao *Lions Clube* da cidade, pois a instituição tinha espaço na imprensa e socializava alguns textos e notícias, além da marca da entidade. O que lemos nas "dicas" é novamente o discurso para reforçar a importância dos pais na formação educacional das crianças. Para alcançar a almejada formação, a família precisa rever suas formas de educação tradicional, adequando-se aos novos métodos educacionais advindos, em parte, do campo pedagógico.

Especialmente nas Colunas Sociais, espaços privilegiados para fazer circular fotografias de crianças, bem como comunicar nascimentos, comemorações de aniversários, batizados etc., havia a representação social da família normalizada. Como se lê na coluna "Sociedade", publicada em novembro de 1978, no jornal *Correio do Sul* sobre o ritual religioso de batismo

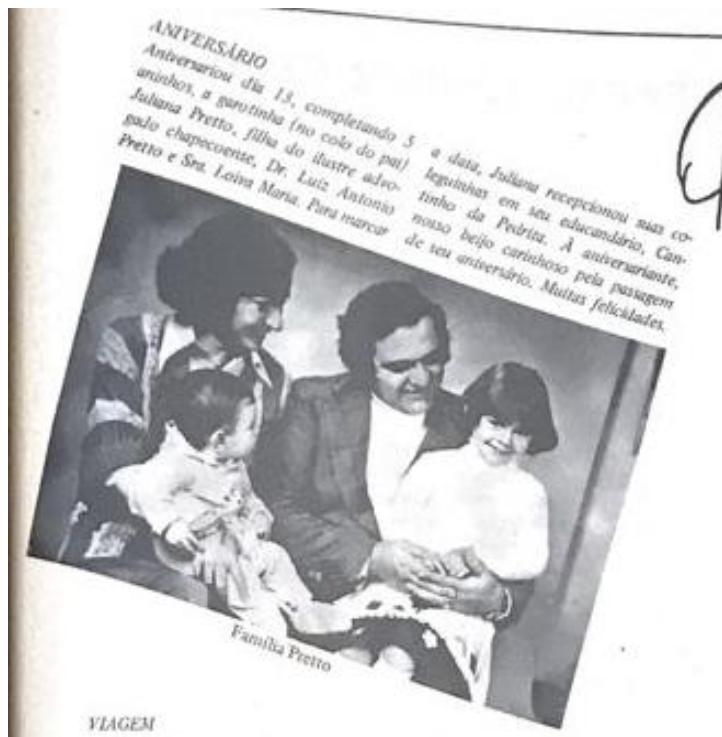
da pequena Simaya. Além da imagem fotográfica que registra o padre e os familiares ao redor da menina, com olhares direcionados para o rosto dela, enquadrado pelo fotógrafo no centro da imagem mirando o olhar para mãe. Na legenda, o colunista questiona ao leitor: “És cristão?”. E com o mesmo tom evocativo responde em um breve texto abaixo da imagem: “Sim, sou cristão, pela graça de Deus” e afirma que pelo santo batismo a menina Simaya, filha de Lia Mara e Dejair Zonta, tornou-se cristã em um domingo com grande festa oferecida pelos “avós corujas” aos familiares, para complementar o ato ceremonial (CORREIO DO SUL, 3 nov. 1978).

A historiadora Olga Brites, ao analisar a presença de imagens de infância em revistas nas décadas de 1930 e 1950, destaca que alguns elementos na composição dessas imagens as aproximam das representações na imprensa escrita chapecoense. Para a autora:

As crianças neles representadas eram, na sua maioria, brancas e possuíam vida familiar estruturada (pai, mãe) e condição social privilegiada. As fotos das crianças, em algumas circunstâncias, eram produzidas em estúdios fotográficos e destacavam a beleza e felicidade. Seus trajes e adereços ajudavam a compor a imagem de criança bem nascida e feliz. (BRITES, 2000, p. 161).

Os trajes e os adereços estavam conjugados a uma linguagem sempre afetuosa em relação às garotinhas, filhinhos e filhinhas enquadradas sorrindo no aconchegante colo de uma pessoa da família. Tal fato é percebido na imagem acerca do aniversário da filha de um “ilustre advogado” da cidade de Chapecó. A fotografia sugere que a imagem foi feita em estúdio fotográfico. A pequena Juliane completava “5 aninhos” e estava enquadrada em uma pose rodada das figuras materna, paterna e do irmão caçula. O sorriso da mãe e o olhar atencioso do pai na direção da menina denotavam uma imagem de família e infância vinculadas às camadas médias.

Imagen 10 – Família Pretto



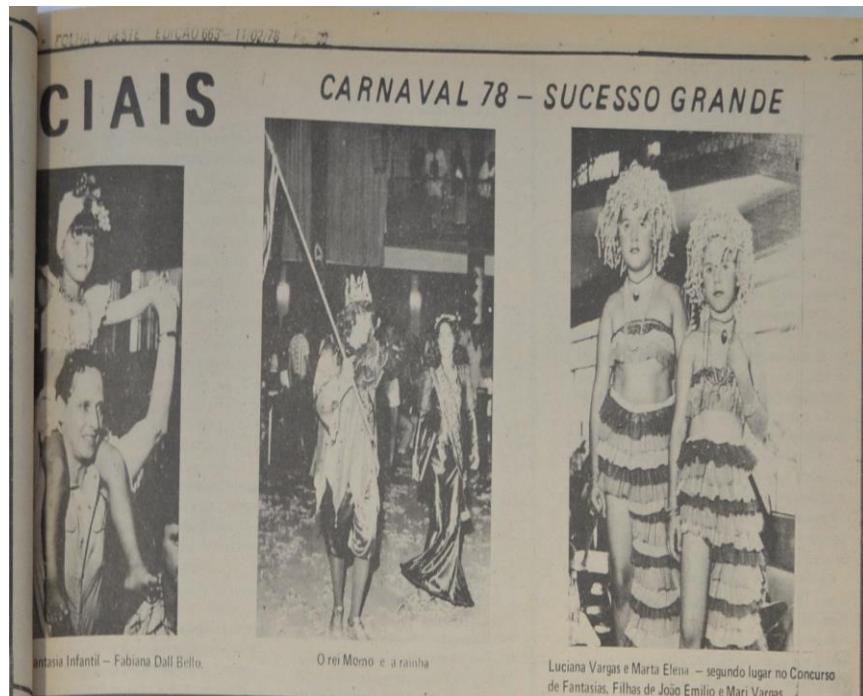
Fonte: *Correio do Sul*. Acervo do CEOM.

Ao realçar a filiação e a profissão dos pais, o jornal indicava o posicionamento social dessas crianças. Imagens de filhos(as) de comerciantes locais, prefeito, advogados e funcionários públicos foram as que tiveram um espaço privilegiado nas colunas sociais dos dois jornais. Sempre “bem vestidas” e sorrindo em espaços diferenciados, como parques e estúdios fotográficos, sinalizavam que as crianças pertenciam à elite local. Crianças, como a filha do “Dr. Alfredo Lang e Sra. Clara Miriam”, as quais o jornal “não poderia deixar de lembrar”. Iara Lang, “estudiosa, simpática, uma graça de menina, num clima de muita alegria”, recebe os amigos e amiguinhas no aniversário. Essas crianças que apareciam nas páginas da imprensa chapecoense, participavam ativamente da vida social da cidade. Sempre acompanhadas e protegidas pelos adultos eram fotografadas em bailes, festas comunitárias, entregas de premiações e eventos públicos. Para a historiadora argentina Isabella Cosse (2018, p. 221):

Las galerias de fotografías infantiles havían sido una característica de las revistas em las primeras décadas del siglo XX. En éstas, era posible verlos ataviados y cuidados. Las fotos eran enviadas por los padres y las madres que proyectaban en ellas sus expectativas de reconocimiento social.

As imagens evocavam a alegria, o sucesso e o entusiasmo de uma “infância feliz”, como vemos na legenda da fotografia que registrou um momento provavelmente do baile infantil do carnaval de 1978 e o concurso de fantasias mirins:

Imagen 11 – Carnaval 78 – Sucesso Grande



Fonte: *Folha d'Oeste* (11 fev. 1978). Acervo do CEOM.

As fotografias e textos que acompanhavam as imagens das crianças reforçaram o discurso que projetava o futuro desejado: “[...] *sucesso por meio de determinada vida profissional ativa e escolaridade, cuidado com a família bem estruturada, saúde, beleza.*” (BRITES, 2000, p. 163, grifo nosso). O padrão que estava presente na maior parte das peças jornalísticas nos dois jornais, em relação às “infâncias felizes”, foi o de uma criança considerada saudável, estudiosa, adaptada ao ambiente familiar, escolarizada, religiosa, disciplinada, “bem comportada”, com aspecto higienizado e livre dos estigmas visíveis da carência social (CORREIO DO SUL, 8 abr. 1978, p. 2).

O discurso em torno da criança feliz, como sinônimo do adulto de sucesso, vai ao encontro do que a jornalista Ariane Pereira (2018) destaca como “o trinômio felicidade – autoestima – sucesso”, um imperativo presente no discurso jornalístico analisado por ela na revista *Pais e Filhos*, publicada no mesmo período. A autora chama a atenção sobre o discurso enunciado na revista, o qual “depositava” na criança a necessidade de ser feliz em um lar repleto de carinho, atenção e amor. Segundo Pereira (2018, p. 63):

Felicidade. Condição inerente à criança que deve ser estimulada de modo a fazê-la perdurar por toda a vida. Porém, quando se é adulto, ser feliz, além de um estado de espírito, também passa pela obtenção do sucesso, resultado da convergência de suas realizações, a pessoal e a profissional. E para isso é preciso despertar, e desde bem cedo, a inteligência, entendida aqui não apenas como tradicional, ligada à habilidade com as letras e /ou com os números, mas também aquela chamada emocional. Capital humano que engloba autoestima, autoconfiança, criatividade, aptidões comunicacionais e destreza nos relacionamentos, no trato com os outros indivíduos, por meio da simpatia e da empatia.

As imensas expectativas listadas pela autora estavam presentes nas afirmações dos diferentes redatores, os quais abordaram o tema da família feliz na imprensa chapecoense, durante a década de 1970. Os enunciados do jornal *Correio do Sul* afirmavam o seguinte: “[...] um bebê que recebe atenção e amor dos seus pais é totalmente diferente de um bebê que é tratado com indiferença como se fosse um objeto.” (CORREIO DO SUL, 8 abr. 1978, p. 2). Assim, a criança feliz era resultado dos investimentos feitos pela família, desde a tenra idade. Esses investimentos perpassavam pelo carinho, atenção e alimentação, pois “[...] desde recém nascidas necessitam de um carinho todo especial dos pais, o que influenciará por toda a vida.” (CORREIO DO SUL, 8 abr. 1978, p. 2).

Em uma das publicações na coluna “Conhecendo a verdade”, o pastor Hartmann iniciava o texto apresentando supostamente mensagens de crianças. Na matéria “O que será que seu filho e filha pensa a seu respeito”, o religioso destacava cinco frases que teriam sido proferidas, em tom de reclamação, por muitos filhos e filhas: “1) Eu preciso de segurança; 2) Eu preciso de incentivo; 3) Eu quero também uma preocupação; 4) Eu preciso de um lugar dentro de casa; 5) Eu quero e preciso conversar com vocês.” (FOLHA D’OESTE, 21 jul. 1979, p. 11).

O pastor incluía no texto um personagem infantil, para narrar os desejos da criança em relação a família:

Mas eu tenho que lhes contar alguma coisa. Tenho algumas perguntas a fazer. Desliguem um pouco a televisão e vamos conversar em família. Eu preciso desse diálogo. Sabem, eu não vou viver sempre no nosso lar. Eu vou sair, vou ter que viver no mundo, no meio dessa sociedade que vocês acham tão corrompida. Por isso ensinem-me a viver. Eu preciso saber me defender. Outra coisa, por favor! Não discutam na minha frente. Eu fico triste e sem jeito. Não sei quem tem razão. Quero encontrar a paz e a tranquilidade em nosso lar [...]. (FOLHA D’OESTE, 21 jul. 1979, p. 11).

As mudanças operadas nas famílias brasileiras, sobretudo nas camadas médias, passavam a ser objeto de crítica do discurso familista, enunciado pelo pastor. Essas mudanças

estavam associadas em parte ao processo de ingresso em larga escala das mulheres das camadas médias no mercado trabalho. Segundo Arend (2013, p. 156):

[...] o movimento Feminista da segunda onda trouxe como bandeira a igualdade de direitos, especialmente no campo do trabalho. As mulheres das classes médias, aos poucos, começaram a galgar postos antes ocupados somente por homens no mercado de trabalho e no ensino. Este processo, que na Europa e América do Norte se verificou nas décadas de 1960, no Brasil tomou força na década de 1970. O ingresso no mercado de trabalho proporcionou para as esposas uma maior autonomia financeira, bem como as levou a questionar a autoridade masculina no interior da família. Os maridos deixavam então de ser a única – ‘voz’ presente no lar. A alteração de artigos do Código Civil, sancionada em 1962, pelo presidente João Goulart, conhecida como Estatuto da Mulher Casada, preconizava este fato.

O jornal também designou a responsabilidade da educação para as mães, as quais eram enunciadas nos discursos como verdadeiras “heroínas” no “milagre que é a educação dos filhos” (FOLHA D’OESTE, 12 maio 1979, Capa). Vejamos a capa do jornal *Folha d’Oeste* de 1979, em comemoração ao dia das mães:

Imagen 12 – Mãe, milagres repetidos



Fonte: *Folha d’Oeste* (12 maio 1979, Capa). Acervo do CEOM.

Com o título “Mãe, milagres repetidos”, a capa publicada pelo jornal *Folha d’Oeste* em comemoração ao dia das mães, apresentava a figura materna como uma personagem “sagrada” responsável pelo “milagre da vida” e da educação das crianças. O texto abaixo da imagem afirmava que nos países civilizados se comemorava o dia das mães. A mãe, comparada a uma “santa”, passava por uma das mais árduas experiências, ou seja, “consagra sua existência que é

fazer a ‘felicidade dos filhos’” (FOLHA D’OESTE, 12 maio 1979, Capa). Bujes afirma o seguinte acerca das crianças:

[...] endeusá-las, para fazê-las conteúdo de sonhos políticos, de promessas redentoras, para identificá-las como matéria-prima para operar a transformação de um mundo até aqui imperfeito. As crianças podem ser vistas, se considerarmos essas duas premissas como alvos/objetos de ações que visam produzir, nelas, determinadas mudanças/transformações, tema central de projetos educativos e sociais de todos os matizes. (BUJES, 2015, p. 259).

Os enunciados que emergem a partir do discurso jornalístico sinalizam a necessidade de investir na infância para produzir indivíduos moldados pelos preceitos de normalidade, impostos por diferentes agentes do saber. Nesse contexto, a criança e sua família constituem-se em alvos de práticas de governamento, com o intuito de “[...] conduzir-lhes a conduta, para enfatizar que tais práticas correspondem temporalmente a determinadas matrizes de inteligibilidade que se transformam para tender a interesses mutáveis de poder, que se caracterizam por uma permanente recomposição.” (BUJES, 2015, p. 260).

Foucault (2014) afirma que a “arte de governar” as crianças aparece no século XVI como uma problemática central da pedagogia. Tais práticas se modificam no decorrer da história, acompanhando os processos históricos e as transformações sociais. Destaca o autor que, na mudança para o século XVIII, a família vai desaparecer dentro de um modelo de governo, para se tornar um elemento no interior da população e, com isso, um segmento da população. A família torna-se um “[...] segmento privilegiado, à medida que, quando se quiser obter alguma coisa da população é pela família que se deverá passar.” (FOUCAULT, 2014, p. 425). Prescrever normas de conduta, investir em campanhas de cuidado, educação e saúde são táticas de governamento para alcançar a população pela via da família.

Aqui apontamos para o conceito de governamentalidade de Michel Foucault como:

[...] o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. (FOUCAULT, 2014, p. 429).

O discurso em torno da infância acompanhou o conjunto de estratégias em torno da garantia do progresso que, como já apresentado nesta tese, constituía a retórica da imprensa local. Mobilizava-se uma representação de criança para atender a um rol de exigências que definia um perfil ideal de “homem”, capaz de dar continuidade às transformações na região.

Discursos que compõem um rol de estratégias para o controle da população e a homegeinização dos sujeitos.

Para alcançar o progresso era necessário constituir sujeitos sociais que atendessem às novas estruturas sociais. Os elementos em relação aos novos sujeitos atravessaram os discursos jornalísticos que, além de projetarem expectativas em relação a um futuro promissor, também depositaram na criança esperanças em relação à garantia desse futuro. Uma infância forjada para atender os preceitos de um determinado grupo social que pretendia garantir a hegemonia local. Nas afirmações do autor, fica evidente a imagem do prefeito de Chapecó, Milton Sander, entre 1977-1983, a qual circulou na imprensa nos últimos anos da década de 1970.

Em várias peças jornalísticas, o prefeito aparecia na companhia de crianças para o lançamento de um determinado projeto ou inauguração de ginásios de esportes. As crianças (meninas e meninos) eram fotografadas ao lado do administrador, geralmente em posição de sentido, com olhar atento ao fotógrafo, como pode ser observado na imagem da capa do jornal *Folha d'Oeste*, em 9 de junho de 1979.

Imagen 13 – O que as crianças de hoje receberão amanhã



Fonte: *Folha d'Oeste* (9 jun. 1979, Capa). Acervo do CEOM.

O político eleito pela ARENA afirmava que em sua administração, além de “Chapéco estar pisando no progresso” (FOLHA D’OESTE, 3 mar. 1979, p. 7), estaria com um futuro garantido. Observa-se que o prefeito Milton Sander “convidara” para “representar” a imagem

do futuro apenas por meninos, desse modo reafirmam-se os lugares sociais, uma vez que historicamente a cidade fora administra por governantes do sexo masculino. A imagem veiculada era a da criança branca, escolarizada (com os uniformes da disciplina Educação Física) e com postura disciplinar, ou seja, a criança considerada ideal.

5.2 A CRIANÇA UNIVERSAL E OS DISCURSOS PEDAGÓGICOS

Nos olhos ternos de uma criança / Brilha a promessa / Canta a esperança / Os seus sorrisos / De mil belezas/Dão lenitivos / Para as tristezas... / na sua face / Serena e bela / o céu se espelha / Deus se revela / Se tu desejas / Fruir venturas / Como as crianças / Viver procura! (FOLHA D'OESTE, 13 out. 1979, p. 11).

Como vimos anteriormente, as crianças idealizadas pelo discurso jornalístico eram meninas e meninos em condições socioeconômicas favoráveis, uma configuração de família pautada na norma familiar burguesa escolarizada. Contudo, além destas características, estavam presentes nas matérias jornalísticas representações sociais sacralizadas nas quais a criança foi retratada, ora como um ser curioso, repleto de uma ingenuidade invejável que vive a “aventura” da “infância” (FOLHA D’OESTE, 20 jan. 1979, p. 12), ora a imagem e semelhança de Deus, como lê se na propaganda das lojas Grazziotin.

Imagen 14 – Criança à imagem e semelhança de Deus



Fonte: *Correio do Sul* (24 dez. 1977, p. 23). Acervo do CEOM.

Como destaca a historiadora Olga Brites, em relação às propagandas presentes na imprensa escrita, as imagens evocavam “[...] uma dimensão divinizada da infância, vestígios de Deus na terra, associando a felicidade diretamente ao sagrado.” (BRITES, 2000, p. 250). Esses discursos publicitários contribuíam para a construção de uma representação social ligada ao sagrado, com apelos a imagens de crianças comparadas a anjos. É importante lembrar que as imagens de anjos utilizadas como símbolo de alegria e prosperidade circulavam nas épocas natalinas no período, com mensagens de agradecimentos das empresas que publicavam nos dois jornais (CORREIO DO SUL, 22 dez. 1978). Caracterizadas com vestimentas de anjos, vê-se nas peças publicitárias uma criança branca, com adereços que remetem à ingenuidade,

inocência e pureza. Abaixo mais duas peças publicitárias, uma da loja Multimarcas e outra da Recauchutadora Dois Irmãos (loja de pneus):

Imagen 15 – Crianças anjos



Fonte: *Folha d'Oeste* (24 dez. 1977). Acervo do CEOM.

A coluna “Conhecendo a Verdade”, de responsabilidade do pastor Hartmann, também enfatizava a semelhança da criança à pureza divina e evocava ainda outro elemento como parte da retórica jornalística: comparar a criança à natureza. Segundo os textos do pastor, a beleza infantil assemelha-se às flores que na primavera, com o bom perfume, embelezam a paisagem numa demonstração da “força exuberante da natureza”. Afirmou o religioso que: “[...] as crianças são flores desabrochando para a vida e, que como flores, precisam ser cuidadas e desembaraçadas das ervas daninhas para não serem sufocadas e sua beleza e exuberância serem prejudicadas.” (FOLHA D’OESTE, 13 out. 1979, p. 11). Enfatiza-se a importância de que o próprio mestre Jesus deu flores às crianças e com isso o pastor reforça a imagem de uma “criança pura, de amor genuíno, em sua humildade, em sua fé. Crianças sinceras e autenticas” (FOLHA D’OESTE, 13 out. 1979, p. 11).

O conceito de naturalização tem suas raízes no século XVIII com a influência de Jean Jacques Rousseau. O filósofo francês, que realizou uma verdadeira revolução na Pedagogia, colocava a criança no centro de sua teoria e forjava uma nova representação de infância. É em uma de suas principais obras, “Emílio ou Da Educação”, que Rousseau (1995) caracteriza a ideia de educação natural e fortalece as bases teóricas de uma pedagogia romântica como base

para os discursos pedagógicos dos séculos XIX e XX. Para Franco Cambi (1999, p. 345), a obra aproxima-se de um “romance psicológico e um manifesto educativo”, ao mesmo tempo, exprime uma concepção precisa do homem natural, racional e moral.

A centralidade das necessidades das crianças, o respeito ao ritmo das crianças e a valorização de suas especificidades fizeram parte de uma proposta de educação que deve ocorrer de modo natural e longe das influências corruptoras do ambiente social. A ideia de natureza explícita no conceito de Rousseau é compreendida a partir de três significados diferentes: como oposição aquilo que é social; como valorização das necessidades espontâneas das crianças e dos processos livres de crescimento; como exigência de um contínuo contato com o ambiente e físico não – urbano, por isso considerado mais genuíno (CAMBI, 1999, p. 345).

A infância aparece como idade autônoma e com características específicas. Ao analisar as obras do filósofo francês, dedicadas à puerícia, Cambi (1999, p. 349) destaca:

Nestas páginas a infância é tratada como uma idade caracterizada por ‘fraqueza’ e ‘dependência’, por ‘curiosidade’ e por ‘liberdade’, embora esta última deva ser ‘bem regulada’. É uma idade pré-moral e pré-racional, toda voltada para interesses presente e substancialmente feliz.

Historicamente, foram construídas representações de criança como expressão dos contextos sociais nos quais as imagens foram produzidas. Tanto nas teorias clássicas que viam na “natureza” da criança algo corruptível quanto nas teorias pedagógicas modernas que percebiam essa “natureza” como inocência e originalidade, dissimulam a relação entre crianças e adultos e a sociedade (CHARLOT, 1983, p. 104). Como pensado pelo filósofo Jean Jacques Rousseau, o ideário de “natureza infantil”, o qual norteou a construção de uma nova teoria da Educação, em meados do século XIX, teve grande repercussão no século XX na América Latina e ficou conhecida como Escola Nova. Fundamentada na crítica às teorias tradicionais da Educação, a Escola Nova pautava-se em uma maneira diferente de interpretar a educação e os sistemas escolares.⁸⁶

No fim do século XIX, a Pedagogia Nova irá inaugurar um movimento em torno da valorização da “natureza infantil”, forjando um modelo universal de criança em plena harmonia

⁸⁶ Sobre esta questão, ver Saviani (2012). Para o autor, a pedagogia nova “[...] deslocou o eixo da questão pedagógica do intelecto para o sentimento; aspecto lógico para o psicológico; dos conteúdos cognitivos para os métodos ou processos pedagógicos; do professor para o aluno; do esforço para o interesse; da disciplina para a espontaneidade; do diretivismo para o não diretivismo; da quantidade para a qualidade; de uma pedagogia de inspiração filosófica centrada na ciência da lógica para uma pedagogia da inspiração experimental baseada principalmente nas contribuições da biologia e da psicologia.” (SAVIANI, 2012, p. 9).

com a natureza. O “amadurecimento” da criança seria espontâneo e a infância era representada como um período de maturação. Para essa corrente teórica, a Educação deve contribuir para o desenvolvimento harmonioso da natureza infantil. A criança deveria vivenciar acontecimentos considerados felizes e situações de seus interesses (SNYDERS, 1974, p. 69).

Para Georges Snyders (1974), nessa concepção, a infância possui significado e sentido próprios. A criança não é mais vista como um ser incompleto ou incapaz porque possui valor em si mesma:

A educação será dessa maneira integrada na existência da criança, irá aparecer-lhe como um aspecto, um pedaço da sua vida – e não uma necessidade a que terá de sujeitar-se, custe o que custar, para adquirir, ao longo prazo, títulos e um emprego. (SNYDERS, 1974, p. 70).

Sobre a Pedagogia Nova, Charlot (1983, p. 121) reforça que: “A infância é humanidade e simboliza o que há de melhor na natureza humana: inocência, confiança, liberdade, criatividade, perfectibilidade. À infância, assim idealizada, opõe-se à idade adulta.” Constitui-se em um período maleável, dinâmico para o desenvolvimento. Uma representação de infância como uma etapa da vida retratada como possibilidade de “controle do futuro” (VEIGA, 2017, p. 27).

Essa concepção de infância pode ser observada no discurso do diretor do jornal *Folha d’Oeste*, Celso Nunes de Moura, que exaltava a criança e as diferenças dela em relação ao adulto. Ao reforçar a responsabilidade social pelo Ano Internacional da Criança, em janeiro de 1979, o jornalista afirmava:

Criança não é só aquele ser pequenino que depende de nós. Não é aquela criatura que espera uma formação e principalmente um exemplo. Criança é a própria terra. São as árvores. Os pássaros. Os rios, o Mundo todo, porque todos eles precisam de nossos cuidados e atenções. Mas falando em criança, na verdadeira expressão da palavra, nós recordamos que é imprescindível que os adultos assumam também um papel de criança. Que façam suas ações pensando com carinho. Pensando com cuidado. Estudando todos os ângulos e sem malandragens. (FOLHA D’OESTE, 6 jan. 1979, p. 7).

Há pouco tempo na gestão do jornal *Folha d’Oeste*, era assim que o diretor comunicava aos leitores e leitoras, “[...] contra as desavenças, os problemas diários, guerra, o ódio era necessário deixar transparecer aquela criança que existe em cada um.” Era preciso ter “coragem para ser criança” porque as crianças compreendem e são compreendidas”. E desejando um ano novo repleto de conquistas a matéria finalizava convocando os leitores e leitores a brincar “uns com os outros, sem ódio e sem inveja, no grande parque de nossas vidas” (FOLHA D’OESTE,

6 jan. 1979, p. 7). É importante lembrar, no fim da década de 1970, estávamos no início do processo da redemocratização brasileira. Entre um mesclar de promessa de futuro, beleza, ingenuidade e o desabrochar de uma flor, educar a criança seria também preservá-la da corrupção. Para Charlot (1983, p. 122): “Educar a criança é salvaguardar nela a infância; fazer dela um homem é preservá-la dessa corrupção que separa da humanidade que ela carrega em si. Toda a educação deve, portanto, apoiar-se nas necessidades e nos interesses naturais da criança.”

O discurso da imprensa chapecoense, na década de 1970, evocava essa criança idealizada pelos saberes de uma pedagogia romântica. O texto escrito e assinado por Glenda Lunardi enfatiza uma “criança que brinca despreocupada, livre sem compromisso”, com um “riso de som cristalino que ecoa sem obstáculos”, com movimentos “espontâneos e graciosos, sem barreiras que os tolham”. “Na aurora da vida essa criança está completamente ligada à natureza ouve o murmúrio do vento”, criado para acompanhá-la e com uma “alma livre”. Para a escritora:

Ela esgota suas energias no vai-e-vem, no corre-corre, no sobre e desce, nas brincadeiras intermináveis que ela cria para si, e senta exausta, ofegante, agora só querendo momentos de sossego, feitos de paz, para que novas energias sejam acumuladas e para que novas brincadeiras sejam praticadas. A criança sabe que o limite de sua capacidade de movimento chegou. Ela sabe que é hora de descanso, que sem isso, tudo que for tentado será em vão. Então ela repousa e nesse momento, em que está desligada de coisas para fazer, de coisas para cuidar, descobre que a grama é macia para o repouso, que aquela flor é tão amarela como o sol, que apenas uma árvore é compartilhada por muitos pássaros que, em sinfonia, cantam para ela, especialmente, uma canção de ninar. Sente que o vento, correndo antes tão veloz junto dela, agora é brisa serena, para acalmá-la. (FOLHA D'OESTE, 1 abr. 1978).

Além de exaltar uma criança que vive em comunhão com o mundo natural, a criança também foi retratada como uma “observadora de coisas pequenas do mundo natural”, como a “vida das formigas que carregam folhas secas para lhe ensinar”. A criança “[...] observa os insetos e sabe que eles estão passando ali por sua causa, para ensiná-la a trabalhar ordenadamente e com os outros, para mostrar que a carga parece enorme, mas pode ser carregada.” (FOLHA D'OESTE, 1 abr. 1978). Assim, criança e natureza viveriam em uma harmonia constante.

A liberdade das crianças nessa abordagem é construída a partir de uma imagem mítica que simbolizava uma infância nos moldes dos discursos pedagógicos. Para essas e outras crianças foram dedicados espaços privilegiados na imprensa de Chapecó. Crianças consideradas inteligentes, saudáveis e estudosas eram descritas pelos jornalistas como “modernas”, merecendo os “maiores eventos do mundo”, como foi noticiado pelos redatores do jornal *Correio do Sul*, ao fazer referência à vinda de uma peça teatral infantil para a cidade.

A peça de teatro “Praça de Retalhos” foi anunciada como “um espetáculo alegre para a criança moderna”. Em notícia sobre uma artista de teatro proveniente de Chapecó, a qual fazia sucesso em espetáculos de Porto Alegre, a criança “moderna” foi representada ao lado da atriz, no espaço livre de um parque, para assim evocar a imagem da experiência, da infância como propulsora de um desenvolvimento saudável e exitoso:

Imagen 16 – Criança em teatro



Fonte: *Correio do Sul* (1 jun. 1979, p. 12). Acervo do CEO.

Além de peças teatrais, as crianças de Chapecó na época também contavam com uma “Escolinha de Artes”, do Departamento de Cultura, da Secretaria da Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Chapecó. A instituição artística, localizada na Biblioteca Pública da cidade, frequentemente ganhava espaço nas páginas dos dois jornais por meio de anúncios publicitários. Com a imagem de um bebê dentro de uma banheira, como se ele estivesse produzindo as primeiras obras artísticas, a propaganda pretendia colocar em destaque a importância das experiências das crianças desde cedo. Podiam frequentar a “Escolinha de Artes”, de acordo com o anúncio publicitário, meninos e meninas a partir dos 7 anos de idade, ou seja, que possivelmente já estavam frequentando a escola. Não sabemos qual era o currículo dos cursos ministrados na referida escola nem mesmo se eles preparavam as pessoas para exercer uma profissão na vida futura.

Imagen 17 – “Escolinha de Artes” de Chapecó



Fonte: *Correio do Sul* (4 maio 1979). Acervo do CEOM.

Peças teatrais, ruas de lazer, jardins de infância, escolas de arte, foram os espaços direcionados àqueles que deveriam ser protegidos, cuidados, e que receberiam educação diferenciada, a qual contemplasse as especificidades e, principalmente, as necessidades das crianças. Como ficou evidente na notícia: “Parques e praças”, a qual mostra que o prefeito de Chapecó, a ocasião Milton Sander, estudava a possibilidade de “instalação de um minizoológico” para atender as crianças chapecoenses que “procuram diversão e lazer” nas duas praças em funcionamento na cidade. O projeto do prefeito incluía, além da instalação do minizoológico, com animais de pequeno porte, a construção de “[...] um tobogã de concreto e a aquisição de um trenzinho rebocado por trator de rodas, para transportar as crianças em contínuas viagens pelo parque.” Com a intenção de “entreter as crianças”, o prefeito pretendia, no ano vindouro, transformar Chapecó “na cidade com maior arborização e melhores áreas de lazer de Santa Catarina.” (CORREIO DO SUL, 13 out. 1978, p. 13).

Os discursos produzidos no conjunto de peças acerca das crianças fazem parte de enunciados que durante o século XX foram exaltados em nome da pretensa universalização da infância. Um discurso apoiado, principalmente, em saberes pedagógicos que contribuíram para a construção simbólica de uma infância civilizada. Nesse conjunto de enunciados que atravessam os discursos jornalísticos, “a infância é valorizada como possibilidade para projetar o adulto civilizado” (ARROYO, 2009, p. 124). Deste modo, é preciso legitimar a infância ideal não “[...] tanto para igualar a diversidade de crianças e de adultos, mas medi-los e classificá-los, a partir de um parâmetro ideal único ou idealizado como estatuto universal.” (ARROYO, 2009, p. 139).

Acolher todas as crianças parece ser o novo *slogan* das peças jornalísticas destinadas ao público infantil e que circularam na imprensa chapecoense no fim da década de 1970. São formas de representação e adjetivação da infância como símbolo de inocência, a qual tece projetos sociais e visa o futuro. Para Ponte (2005, p. 37):

O sentimentalismo atingiu todas as camadas sociais: a nova criança sacralizada veio ocupar um mundo especial e separado, regulado pelos afectos e pela educação, não pelo lucro que dela se podia recolher. Era mantida fora do mercado e das ruas, sem utilidade, mas amada, protegida e vigiada. Não desapareceu o seu valor econômico, transformou-se: o trabalho das crianças e o seu custo passou a ser definido em termos educacionais e não instrumentais.

Conforme já sinalizado no início deste capítulo, nos discursos jornalísticos aparece a necessidade de uma metodologia pedagógica para educar as crianças ou ajudá-las no próprio desenvolvimento.⁸⁷ É como se os saberes pedagógicos advindos, especialmente de uma abordagem romântica, fossem incorporados pelos discursos jornalísticos que prescreviam não só a educação ideal para favorecer o desenvolvimento da natureza infantil, mas também para fazer circular uma representação universalizada de infância. Era preciso educar para garantir o progresso, sendo assim, a infância idealizada ganhava os “contornos” dos enunciados advindos dos saberes pedagógicos.

5.3 “EDUCAÇÕES PRÉ-PRIMÁRIAS, UMA NECESSIDADE”: OS DISCURSOS PEDAGÓGICOS

“A escola não é, particularmente, para pobres ou para ricos. A escola é para a criança, considerada como valor humano, elemento de um povo, unidade de uma civilização.” (Cecília Meireles, Escola para pobres, Rio de Janeiro, Diário de Notícias, 11 de maio de 1932).⁸⁸

Nos dois últimos anos da década de 1970, as propagandas que compunham os jornais *Folha d’Oeste* e *Correio do Sul* indicavam que a Cidade de Chapecó se tornaria “cada vez mais moderna e humana”. Os anúncios emitidos pela prefeitura municipal ganhavam amplo destaque nos periódicos e informavam sobre as obras concluídas pela administração pública, como o Aeroporto Serafim Bertaso e a reforma e ampliação do Estádio de Futebol Índio Condá. Esta obra possibilitou o ingresso da Chapecoense, time de futebol profissional da cidade, em

⁸⁷ Expressão utilizada em das reportagens sobre dicas de como cuidar a criança. A primeira dica, já apresentada no texto anterior, reforça a necessidade de “métodos pedagógicos” na condução da educação da criança. (FOLHA D’OESTE, 20 jan. 1979, p. 7).

⁸⁸ Disponível em Meireles (2017, p. 166-167).

competições do Campeonato Brasileiro de Futebol. Além disso, o leitor se entusiasmava com o projeto de pavimentação das principais ruas da cidade, pois isso beneficiaria mais chapecoenses por redes de água, esgoto e centros de lazer. As notícias com destaque ao desenvolvimento da cidade inferiam os acontecimentos como resultado do trabalho coletivo do povo chapecoense e dos administradores locais, pois eles suavam a “camisa pela própria cidade, como um grande time” (FOLHA D’OESTE, 2 dez. 1978).

O discurso sobre o trabalho hercúleo do povo chapecoense resultaria no progresso da cidade, como era evocado pelos políticos locais vinculados à ARENA. Na matéria publicitária da prefeitura municipal, que estava sob administração de Milton Sander e Ivan Bertaso, pessoas de diferentes idades foram convocadas para representar com alegria e satisfação “a gente chapecoense”. Neste conjunto de pessoas, as crianças ganhavam a centralidade na imagem fotográfica. No centro da imagem, um bebê no colo de uma mulher, a qual sorri demonstrando satisfação, faz um bocejo como se estivesse tranquilo em relação ao futuro que lhe esperava, já que no presente a Prefeitura Municipal estava garantindo o progresso com obras que envolviam o saneamento, a cultura e a educação. Além do bebê, dois meninos estavam à frente da imagem. Vale destacar que as crianças da imagem era todas brancas. A seguir a imagem do anúncio publicitário:

Imagen 18 – Chapecó Vitórias



Fonte: *Correio do Sul* (12 jan. 1979). Acervo do CEOM.

Como vimos anteriormente, o prefeito de Chapecó, Milton Sander, utilizava periodicamente da imprensa para divulgar as ações da Prefeitura Municipal em projetos de

reflorestamento, inaugurações de ginásios, festas da comunidade, instalação de parques e pavimentação de ruas. Uma estratégia de *marketing* político que provavelmente lhe favoreceu a continuar na cadeira de prefeito municipal até 1983 e depois se reeleger em 1989. Na maioria das fotografias, o prefeito municipal estava acompanhado de crianças, sendo que em várias das reportagens fazia menção aos espaços de lazer e a educação para o público infantil. Tal fato sugere os ideais que pautavam a administração pública municipal naquele período, a necessidade de “educar a infância para garantir o progresso”.

Em uma matéria publicada em 1978, a professora Nelcinda Terezinha Moraes anuncia a fundação de uma escola de educação infantil, localizada no bairro Palmital, próximo a uma das instalações das CEBEMs/FUCABEM, que recebeu o nome de “Leãozinho” porque se tratava de uma parceria entre prefeitura municipal e *Lions Clube*.⁸⁹ Tudo indica que no final da década de 1970 a educação da criança pequena perpassava a pauta dos administradores locais, reflexo de um movimento que neste período ganhou força em todo território brasileiro. Na referida matéria sobre a fundação da escola, a professora faz questão de ressaltar que a “escolinha” era uma conquista de todos os chapecoenses. De acordo com a matéria, a escola infantil buscava amparar o “menor abandonado” ao abrigar dezenas de crianças que receberiam, além da alimentação farta, uma educação adequada que os prepararia “para enfrentar com dignidade o dia de amanhã” (FOLHA D’OESTE, 1978, p. 15).

Retomando a questão da problemática do menor abandonado na cidade, a professora afirmava o seguinte:

Eles precisam, acima de tudo, do nosso carinho da nossa compreensão. Eles não têm culpa de procederem da maneira como o fazem; temos que levar em consideração o modo como vivem e foram criados, mendigar nas portas e ruas da cidade, andar maltrapilho, ser às vezes até delinquente, tudo isso é consequência do meio em que vivem. Eles não têm culpa de nada disso. Se dermos a eles melhores condições de vida, naturalmente, corresponderão e não nos vai custar nada ajudá-los um pouquinho. É por isso mesmo, por não ser uma tarefa difícil e impossível que nós, do *Lions* – Universidade faremos dessa escola, um exemplo para as demais. Se Deus quiser, dentro de pouco tempo, iniciaremos as reuniões com os pais daquelas crianças, preparando-as para, daqui para a frente, ajudarem seus filhos na caminhada pela estrada do saber e do trabalho.

Queremos tanto as crianças quanto seus pais, e orientando-os, estaremos colaborando com nossa cidade, formando jovens dignos de representá-la futuramente. (FOLHA D’OESTE, 1978, p. 15).

⁸⁹ O historiador Gustavo Henrique de Siqueira ressalta que, como a maioria das associações voluntárias, o *Lions Clube Chapecó* (LCC) também contava com a “reciprocidade da mídia local para popularizar seus eventos”, com isso garantia uma visibilidade perante o público local (SIQUEIRA, 2016, p. 177).

A educação escolar era um tema que desde a década de 1940 fez parte da retórica jornalística, principalmente, em relação à instalação de escolas na região Oeste de Santa Catarina. Em 1969, o jornal *Folha d’Oeste* anunciava que a década de 1970 seria a “década da Educação”. Com várias reportagens sobre o plano estadual de Educação, o jornal reafirmava o discurso que pairava sobre os administradores locais de que “povo culto é a salvação dos mais elevados princípios morais e materiais” (FOLHA D’OESTE, 23 ago. 1969). Diferente do período anterior, os jornalistas afirmavam que “educar não vale apenas para os filhos da elite chapecoense, todas as crianças pobres ou ricas precisam ser escolarizadas” na década de 1970.⁹⁰

A década de 1970 foi marcada pela expansão da educação escolar em todo o País. O discurso em torno da necessidade de “educar” para garantir o “progresso do Brasil” foi parte da retórica dos governantes militares. Como já mencionado no capítulo anterior desta tese, o ideário da Política Nacional de Bem-Estar do Menor estava amparado no discurso em torno da educação ao invés da punição. Não só no campo da assistência social, mas também no que diz respeito às reformas educacionais, um novo modelo de educação escolar, que atendia aos interesses do governo, começava a ganhar força no cenário das políticas direcionadas à infância e à juventude e se legitimar em discursos em que a educação era vista como um antídoto para minimizar as mazelas que emergiam de um período marcado pela desigualdade social (SAVIANI, 2008).

No final dos anos de 1960, os governantes militares estabeleceram vários acordos internacionais, principalmente entre Brasil e os Estados Unidos, promovendo uma verdadeira reforma no ensino brasileiro e fortalecendo o setor privado que se expandirá neste período. Leis e decretos vão alterar primeiramente o Ensino Superior e, por seguinte, o Ensino Primário como estratégia para atender principalmente os interesses capitalistas que se fortalecem naquele momento. A implementação dos parques industriais, tal como o dos frigoríficos na região Oeste de Santa Catarina, as novas configurações urbanas e a necessidade de um maior número de trabalhadores, foram o pano de fundo para as políticas sociais direcionadas à infância e à juventude. A Lei n. 5.692, aprovada em agosto de 1971, representa um pouco disso, porque⁹¹:

⁹⁰ Em relação às campanhas da imprensa local em prol do processo de escolarização da infância, ver Lazarotto e Arend (2018).

⁹¹ Sobre as reformas no ensino superior ocorridas na Ditadura Militar, ver: Saviani (2008). Paulo Ghiraldelli Júnior entende a Lei n. 5692/71 como um “monstrenguês do legislativo brasileiro daquele período”. Para o autor, a implementação do ensino profissionalizante obrigatório baseado na Teoria do Capital humano consubstanciada na tese de que “[...] o país deveria progredir a qualidade da mão de obra nacional através de uma rede de ensino voltada para a capacitação técnica do trabalhador.” (GHIRALDELLI JÚNIOR, 1990, p. 186 *apud* SAVIANI, 2008).

[...] unificou o antigo primário com o antigo ginásio, criando o curso de 1º grau de 8 anos e instituiu a profissionalização universal e compulsória no ensino de 2º grau, visando atender à formação de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho. (SAVIANI, 2008, p. 298).

As reformas educacionais implantadas durante o regime militar estão alinhadas a uma concepção pedagógica para atender aos interesses do governo autoritário. A expansão da escola e o fortalecimento da ideia de que a educação poderia resolver os problemas sociais da infância e da juventude se traduz, como destaca Saviani (2008, p. 296):

[...] pela ênfase nos elementos dispostos pela ‘teoria do capital humano’; na educação como formação de recursos humanos para o desenvolvimento econômico dentro dos parâmetros da ordem capitalista; na função de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho atribuída ao primeiro grau de ensino; no papel do ensino médio de formar, mediante habilitações profissionais, a mão-de-obra técnica requerida pelo mercado de trabalho; na diversificação do ensino superior, introduzindo-se cursos de curta duração, voltados para o atendimento da demanda de profissionais qualificados; no destaque conferido à utilização dos meios de comunicação de massa e novas tecnologias como recursos pedagógicos; na valorização do planejamento como caminho para racionalização dos investimentos e aumento de sua produtividade; na proposta de criação de um amplo programa de alfabetização centrado nas ações das comunidades locais.

Além dessas alterações, a necessidade de educar os meninos e meninas fora do âmbito familiar, desde os primeiros anos de vida, será o pano de fundo dos discursos em torno de projetos sociais que tinham como objetivo “tomar a criança por completo”. Tal fato fica evidente nas campanhas em torno da educação escolar que permeou o discurso jornalístico durante toda a década de 1970 na imprensa. Este discurso era constituído por “vozes” autorizadas de psicólogos, professores e assistentes sociais que prescreviam a necessidade da educação primária como garantia à formação do(a) cidadão(ã) do futuro. Escolas e creches veiculadas à assistência social foram construídas para atender as crianças pobres e os “jardins de infância”, de cunho privado, foram inaugurados para atender aos filhos e filhas das famílias da elite e das camadas médias da cidade.

Em Chapecó, os primeiros registros de instituições educativas são datados da década de 1930, quando grupos escolares foram instalados pelo poder público na região Oeste. Os grupos escolares caracterizavam-se por escolas multisseriadas vinculadas ao Departamento de Educação do Estado de Santa Catarina.⁹² Entre as décadas de 1940 até 1970 houve a criação de instituições educativas de cunho assistencial, vinculadas à Igreja Católica, em localidades mais

⁹² A denominação grupos escolares foi criado primeiramente em São Paulo (1893). Os grupos escolares se destacavam pela racionalização na distribuição das matérias de ensino por meio da seriação, cada série dirigida por um professor. “Acrescenta-se a isso o fato de serem dotados de diferentes instalações com vistas a uma educação ampliada (moral, intelectual e física) [...].” (VEIGA, 2017, p. 34).

desfavorecidas da cidade. Além dessas, o setor privado, principalmente no referido período, fundou os chamados “jardins de infância” para atender as crianças pertencentes à elite chapecoense.⁹³

É importante ressaltar que, tanto a matéria da professora Nelcinda Teresinha de Moraes que anuncia a criação da “escolinha” quanto os documentos da Secretaria Municipal de Educação, referem-se às instituições educativas de cunho assistencial como creches e escolas. Já as instituições educativas voltadas à elite chapecoense eram identificadas como “jardins de infância”, demarcam-se as diferenças entre as crianças pobres e as demais crianças. Vejamos como isso fica evidente no começo da matéria sobre “O Leãozinho”, em que a professora Nelcinda interrogava os(as) leitores(as):

Garanto que você pensou que esse era o título de um livro editado somente para crianças; ou então, o nome de um clubinho ou jardim de infância que seria fundado em nossa cidade ou ainda, quem sabe, seria o nome de uma peça infantil; bem poderia ser, por que não... Mas não é nada disso [...]. (FOLHA D’OESTE, 1978, p. 15).

Aos leitores e leitoras a professora afirmava que “Leãozinho” era uma escola preocupada em “salvar” aqueles que insistiam em mendigar pelas portas, ou seja, os considerados “maltrapilhos e delinquentes”. Solicitando o apoio da comunidade, a docente confirmava a necessidade de “capturá-los”, por meio da escola, para que tivessem futuro entendido como digno.

A história das instituições para crianças entre 0 e 6 anos é marcada por essa dicotomia entre instituições para crianças pobres, as creches e os asilos e os “jardins de infância” para crianças abastadas. Entretanto, há evidências de aproximações quando se leva em consideração não só os aspectos assistenciais, mas as preocupações em torno da educação da criança. Para o historiador Moysés Kuhlmann Jr. (2001, p. 5), já no século XVIII há registros de instituições criadas para atender as crianças pobres que adotavam orientações pedagógicas, como o exemplo citado pelo autor das primeiras escolas na Europa:

⁹³ De acordo com o projeto político-pedagógico da Secretaria de Educação, em 1965 foi criada uma pequena instituição educativa como creche no bairro São Pedro, iniciativa das Irmãs de Caridade ligadas à Igreja Católica. Essa instituição tinha como objetivo “prestar trabalho assistencial junto as famílias carentes”. No segundo capítulo desta tese, foram abordados elementos em relação ao trabalho das religiosas com as famílias carentes de Chapecó. Para saber mais, ver: <<https://web.chapeco.sc.gov.br/documentos/Secretarias/Educa%C3%A7%C3%A3o/PPP%202019/PPP%20SEDUC%202019/PPP%20SEDUC%202019.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2020. As instituições de educação infantil do município tiveram caráter assistencial até 1985.

A ‘escola de principiantes’ ou ‘escola de tricotar’, criada por Oberlin em 1769, na paróquia rural francesa de Ban-de-la-Roche, tem sido reconhecida como a primeira delas. De acordo com os seus objetivos, ali a criança deveria: perder os maus hábitos; adquirir hábitos de obediência, sinceridade, bondade, ordem etc.; conhecer as letras minúsculas; soletrar; pronunciar bem as palavras e sílabas difíceis; [...]. (KUHLMANN JR., 2001, p. 5)⁹⁴.

Escolas, casas de asilo e creches, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, incorporaram essa dimensão educativa no atendimento de crianças de 0 a 6 anos, com o objetivo de fornecer as condições adequadas para um bom desenvolvimento, constituindo-se em um lugar melhor do que a casa (KUHLMANN JR., 2001, p. 8). Esse viés também é ressaltado na matéria sobre a escola “Leãozinho”, como vimos na afirmação da professora. Segundo a docente, as crianças não tinham culpa de “mendigar nas portas e ruas da cidade e até de serem delinquentes”, tudo isso era consequência do “meio em que viviam” (FOLHA D’OESTE, 1978, p. 15). Desse modo, a necessidade de educar crianças de 0 a 6 anos em instituições, como creches, escolas e asilos, fez parte das estratégias para garantir condições melhores de vida para as crianças pobres.

No final do século XIX e início do século XX, a circulação das ideias da necessidade de educar os pequenos como garantia para um futuro de progresso e modernidade vai contribuir para a legitimação do ideário de infância. Como bem destaca Veiga (2017), em relação à construção da noção de infância:

Vários foram os acontecimentos possibilidadores da elaboração da infância como uma unidade de referência de tempo geracional. Dentre eles, podemos destacar: o desenvolvimento dos saberes científicos, tais como: o higienismo, a medicina, a psicologia, a eugenia e a pedagogia; o desenvolvimento da família nuclear e seu entorno, tais como a intimidade e o privado; o desenvolvimento de uma nova e cada vez mais abundante materialidade e incremento de novos hábitos de consumo; a elaboração de novas formas de lazer e comemoração de festividades; as reformas urbanas e previsão ao final do século XIX de construção de parques infantis; a proliferação de muitos equipamentos destinados à criança a reelaboração das leis trabalhistas na segunda metade do XIX e a regulamentação do trabalho infantil (VEIGA, 2017, p. 36).

A escola primária, as creches e os “jardins de infância” foram instituições por excelência na condução da educação da criança, tendo como base um conjunto de concepções pedagógicas que, neste período, estão alicerçadas numa concepção romântica que valoriza os interesses e as necessidades da criança, defende o desenvolvimento considerado natural e a ênfase no caráter lúdico das atividades infantis (KRAMER, 1991, p. 25 *apud* VEIGA, 2017, p. 36). Um movimento caracterizado como inovador que produzirá uma série de discursos acerca da infância e fortalecerá as distinções geracionais que acarretará na especialização da escola como

⁹⁴ Sobre esta questão, ver Kuhlmann Jr. (2001, p. 3-31).

espaço homogeneizador da educação moral, física e intelectual das crianças (VEIGA, 2017, p. 36).

Esse modelo de educação, adotado na Europa Ocidental, no fim do século XIX, que se expandirá por meio de instituições de educação para diversos países, transformou a criança em aluno(a). Afirmação defendida pela historiadora Maria Luiza Marcílio, ao identificar os quatro pilares desse movimento:

1) transformou crianças em escolares e generalizou uma relação pedagógica, inicialmente com a infância; 2) criou estruturas curriculares e formas que foram adquirindo, no quadro do projeto histórico da escola de massa, novas formas de organização do tempo, do espaço, da ação didática, que estão no coração do modelo escolar, 3) estabeleceu-se um processo de profissionalização dos professores, elemento central para a compreensão do modelo escolar. A profissionalização implicou uma política de normalização e de controle do Estado, notadamente através da consolidação das escolas normais. Estas assumiram a missão de disciplinar e de incorporar os agentes do projeto social e a política da modernidade; 4) formou-se uma pedagogia moderna com discurso científico da educação; o papel da pedagogia visou à transformação das pessoas. (MARCÍLIO, 2017, p. 43).

O que a autora reforça nestes quatro pilares é uma pedagogia que buscava introduzir regras, com base “científica” associada ao desejo moderno de formar um “cidadão responsável” (MARCÍLIO, 2017, p. 43). Um exemplo deste fato são as primeiras teorias pedagógicas, conhecidas como “teorias românticas” que, por meio de seus “jardins de infância”, contribuíram para a constituição de uma representação universalizada de infância e expansão das instituições educativas para crianças desde a mais tenra idade.

Os jardins de infância, criados por Friedrich Froebel, na Alemanha, conhecidos como *Kindergarten*, tinham por base uma filosofia educacional que representa o ápice do pensamento romântico, constitutivo da pedagogia moderna. A proposta valorizava a “[...] evolução natural da criança, enfatizando o simbolismo infantil e a importância do desenvolvimento que provinha de atividades espontâneas e construtivas que integravam o crescimento físico, mental e moral.” (KRAMER, 1991, p. 27 *apud* VEIGA, 2017, p. 37). De acordo com Kuhlmann Jr. (2001, p. 10), o jardim de infância criado por Froebel foi uma das mais bem-sucedidas instituições do século XIX. A pretensão era contrapor as demais instituições e estabelecer a exclusividade de uma concepção pedagógica que projetava reformar a educação pré-escolar com vistas na estrutura familiar. Uma proposta pedagógica que se disseminou no fim do século XIX, demarcou a expansão das relações internacionais e levou as instituições de educação das crianças para diversos países. De acordo com Kuhlmann (2001, p. 13):

Este fenômeno acompanha a difusão de uma série de outras iniciativas reguladoras da vida social, que envolvem a crescente industrialização e urbanização. O avanço científico e tecnológico, as descobertas no campo da microbiologia, a eletricidade e a iluminação pública, assim como as instituições de educação popular – em cuja base encontram-se as escolas dos pequenos, sem o caráter de obrigatoriedade da escola primária – tornam-se parâmetros para caracterizar os países ditos modernos e civilizados.

Para Marcílio (2017, p. 44), a implantação do modelo escolar e o da universalização da escola começaram a aparecer no Brasil, com alguns impasses nas últimas décadas do século XX. Foi com a intervenção científica na escola, principalmente da Psicologia, que possibilitou formas de socializar distintamente as crianças (VEIGA, 2017, p. 32). É neste contexto que se expandiram de forma gradual instituições de atendimento educacional para as crianças pequenas. Creches, escolas maternais e jardins de infância serão criados mantendo uma estreita relação entre a dimensão educacional e a assistencial.⁹⁵

Um marco em relação a esta expansão é a década de 1940, com a criação do DNCr. Conforme Vieira (1988, p. 4), o DNCr foi uma instituição de múltiplos objetivos e finalidades que centralizou durante trinta anos a política de assistência à mãe e à criança no Brasil. As creches integravam a política de proteção à maternidade e à infância e com a LBA cuidavam do atendimento à criança pequena (VIEIRA, 1988, p. 4). A LBA estava presente em Chapecó desde a década da 1940, conforme demonstra o estudo da historiadora Michele Rodrigues Tumelero (2010).⁹⁶ A atuação do órgão assistencial toma vulto no período em estudo com o lançamento do Projeto Casulo em 1976, considerado o primeiro programa brasileiro de educação infantil de massa, implantado pela LBA (ROSENBERG, 2016, p. 206).

O Projeto Casulo, na década de 1970, fez parte de uma série de estratégias organizadas pelo governo militar em relação à educação das crianças. De acordo com Kuhlmann Jr. (2000), já nos primeiros anos do regime foi elaborado um plano de assistência ao pré-escolar com o DNCr, o qual fazia parte do Ministério da Saúde como o órgão responsável pelas creches. Para o autor, “[...] a elaboração do plano segue as prescrições do UNICEF e parece ter sido feita apenas para cumprir exigências relacionadas a empréstimos internacionais.” (KUHLMANN JR., 2000, p. 10). Adiante veremos as articulações entre governo e as políticas internacionais, principalmente as relativas ao UNICEF.

⁹⁵ De acordo com os estudos historiográficos de Moysés Kuhlmann Jr., ambas estão presentes na história das instituições de educação infantil, principalmente no fim do século XIX quando a “[...] assistência passa a privilegiar as políticas de atendimento à infância em instituições educacionais e o jardim da infância foi uma delas, assim como a creche e as escolas maternais.” (KUHLMANN JR., 2001, p. 26).

⁹⁶ A respeito, ver Tumelero (2010).

Os problemas sociais que eclodiram na década de 1970, principalmente em relação ao descaso social com a criança pobre brasileira, eram gravíssimos. A mortalidade infantil e a falta de assistência social colocavam em xeque as políticas assistenciais direcionadas à população infantojuvenil. O Projeto Casulo era implementado pela LBA com o objetivo de desenvolver atividades que envolvessem as crianças pobres e as respectivas famílias para, assim, levar a cabo ações que não só visavam minimizar os estágios avançados da pobreza da população, mas também combater os ideais considerados “subversivos” que continuavam a atormentar o regime. A educação das crianças ganhava o cenário das políticas sociais, por meio de programas de educação infantil que serviram de estratégias no combate “ao expansionismo do ‘comunismo internacional’” (ROSEMBERG, 1998 *apud* ROSEMBERG, 2003).

Há, durante a década de 1970, a expansão do processo de escolarização e um tensionamento em relação ao discurso de que lugar de criança era na escola. Rosemberg (2003) cita alguns dos princípios que colocaram em cena a necessidade de educar as crianças pequenas no período:

- A expansão da EI constitui uma via para combater a pobreza (especialmente desnutrição) no mundo subdesenvolvido e melhorar o desempenho do ensino fundamental; portanto, sua cobertura deve crescer;
- Os países pobres não dispõem de recursos públicos para expandir, simultaneamente, o ensino fundamental (prioridade número um) e a EI;
- A forma de expandir a EI nos países subdesenvolvidos é através de modelos que minimizem investimentos públicos, dada a prioridade de universalização do ensino fundamental;
- Para reduzir os investimentos públicos, os programas devem apoiar-se nos recursos da comunidade, criando programas denominados ‘não formais’, ‘alternativos’, ‘não institucionais’, isto é, espaços, materiais, equipamentos e recursos humanos disponíveis na ‘comunidade’, mesmo quando não tenham sido concluídos ou preparados para esta faixa estaria e para seus objetivos. (ROSEMBERG, 2003, p. 180).

Esse modelo apresentado pela autora foi elaborado e divulgado pelas organizações internacionais UNESCO e UNICEF, por meio de estratégias junto a diferentes países (ROSEMBERG, 2003, p. 180). Além disso, como destaca Vieira (2017), ao longo do século XX a educação da criança pequena passa do domínio privado para o público, um movimento que marcou a necessidade de educar fora do âmbito familiar. Para a autora:

No Brasil esse fenômeno é particularmente visível no fim dos anos 1970, atingindo sobretudo a criação das creches comunitárias nas periferias de cidades maiores, ao lado da expansão da oferta pública, notadamente dos municípios, visava às crianças das classes populares. Instituições privadas para famílias das elites, das camadas intelectualizadas, foram também disseminadas nas grandes cidades. (VIEIRA, 2017, p. 144).

A implementação da educação pré-primária, já reconhecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1961, expandiu-se na década de 1970 por meio dos jardins de infância, que visam também uma preparação da criança para o ensino de 1º grau, na tentativa de resolver os graves problemas de reprovação. Por isso, observa-se nesse período a criação por decreto governamental das classes pré-primárias, anexas às escolas primárias, interpretadas como uma nova maneira de implementar a educação pré-escolar reconhecida pela lei (VIEIRA, 2017, p. 147). Para a referida autora:

Nos anos de 1960, o lugar emprestado à ‘preparação para a aprendizagem futura na escola primária’ é aumentado, através das atividades físicas, mentais e socioemocionais. Outras finalidades são definidas permitindo o convívio, a formação de hábitos e atitudes para manter a saúde geral da criança e o desenvolvimento da expressão espontânea e criativa da criança. (VIEIRA, 2017, p. 151).

Um reflexo também do interesse pela educação da criança advém do campo acadêmico que buscava, a partir da década de 1970, estudar a “pequena infância e sua educação”, predominando nas investigações a preocupação com a criança pré-escolar e seu desenvolvimento, sempre associadas à ideia de privação cultural (BUSS-SIMÃO; ROCHA, 2017, p. 159). A necessidade de valorizar o desenvolvimento integral da criança fez parte dos discursos pedagógicos que atravessavam as notícias sobre o trabalho dos jardins de infância. Em Chapecó, de acordo com Dalla Riva e Martins (2018), o registro da criação do primeiro jardim de infância em 1941, instituição fundada pelas Irmãs Franciscanas ligadas à igreja católica, sinalizava que o objetivo da instituição era “auxiliar no desenvolvimento e adaptação da criança até a idade escolar”.⁹⁷

Outro espaço educativo que também estava preocupado com a educação das crianças pequenas de Chapecó era o Jardim de Infância Elza Bertaso, fundado em 1968 pela professora e filha do prefeito daquele momento, Delci Destri. O nome da instituição homenageava a então esposa do Coronel Ernesto Bertaso, sendo construída e mantida pelas relações sociais vigentes entre a família Destri e a família Bertaso que, naquela ocasião, administrava a SNO. A filha do prefeito e proprietária do jardim de infância conseguiu, além do terreno e da construção da instituição, a manutenção de seus funcionários por meio do governo do Estado de Santa Catarina. As mensalidades recolhidas custeavam os serviços gerais e uma psicóloga para atender as crianças ricas e suas famílias.⁹⁸

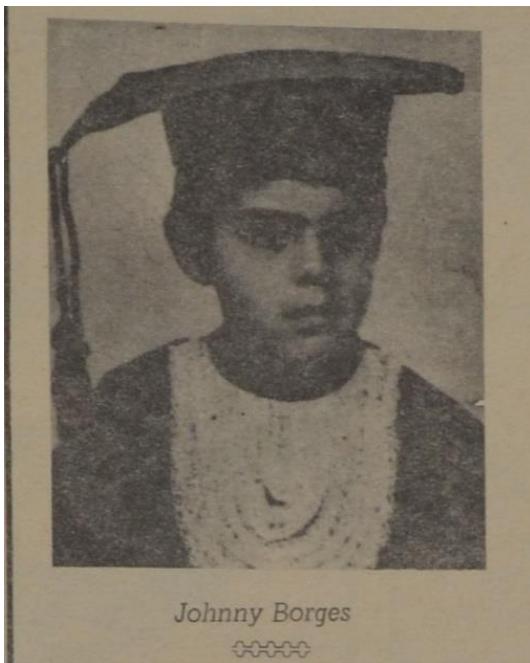
⁹⁷ Sobre esta questão, ver Parisoto (2013) e Riva Dalla e Martins (2018).

⁹⁸ Sobre o Jardim de Infância Elza Bertaso, ver: Thomas (2018).

As crianças que frequentavam o Jardim de Infância Elza Bertaso realizavam atividades diferenciadas, como afirmava a coluna social do jornal *Correio do Sul* ao publicar uma fotografia de Jonny Borges, o menino havia participado da “cerimônia pomposa” na qual “crianças de quatro e seis anos receberam os canudos”. A cerimônia havia sido realizada no Jardim de Infância Elza Bertaso e contou com a entrega de diplomas e até com a presença de um paraninfo, nas palavras do colunista “dava a impressão de formatura de Direito ou coisa parecida” (CORREIO DO SUL, 17 dez. 1977).

O menino em destaque na imagem da coluna social, como “formando”, era o filho de Sebastião e Inelva, proprietários da Vidraçaria São Pedro. O menino, com olhar sério, posicionou-se em frente à câmera para registrar aquele acontecimento, manteve postura próxima a de um formando adulto. O colunista finalizou a notícia desejando aos “recém formados, mil felicidades e muitas outras formaturas pela vida” (CORREIO DO SUL, 17 dez. 1977).

Imagen 19 – Foto de formatura



Fonte: *Correio do Sul* (17 dez. 1977). Acervo do CEOM.

Vimos novamente o discurso que reforçava a representação de uma criança ideal, com um futuro grandioso, pois já experimentava na infância as conquistas de uma pessoa feliz e com sucesso. A comparação que o redator faz, da formatura no Jardim de Infância com a de um curso universitário, sinalizava os caminhos pelos quais as crianças deveriam trilhar e reforçava

a educação pré-escolar como preparação para o ensino de primeiro grau e até mesmo das escolhas profissionais.

Em outra matéria, publicada em 1979, com menção a outro jardim de infância privado da cidade, o jornal *Correio do Sul* traz, além da capa, uma página inteira dedicada à educação “pré-escolar” e reafirmava na chamada da matéria a relevância institucional. A matéria constitui-se em uma entrevista realizada pela então bacharel de Jornalismo, Mariangela Lopes de Oliveira, com a professora Marisa Salete Sulzbach Silva, proprietária do jardim de infância Cantinho da Pedrita.

A matéria inicia com o anúncio “O Ano Internacional da Criança” e traz consigo a possibilidade de dias melhores para as crianças e uma “maior sensibilidade para com os problemas da juventude”, enfatiza-se a necessidade de “um cuidado especial desde a idade infantil”. Para legitimar o discurso, a jornalista convoca a professora Marisa Salete Sulzbach Silva, pois “como educadora pode falar sobre a criança” (CORREIO DO SUL, 5 jan. 1979, p. 16).

Para reforçar a “expertise” da docente em relação ao universo infantil, a matéria traz características da professora e enfatiza, desde a formação inicial dela no curso normal até uma especialização em Educação Pré-primária, realizadas nas cidades de Joaçaba e de Florianópolis. Além da formação acadêmica, a redatora informa que, há cinco anos, a professora é proprietária do Jardim de Infância Cantinho da Pedrita e, pelo envolvimento com a instituição e com a educação primária, cedeu a entrevista. A matéria segue com perguntas da jornalista e os depoimentos da professora.

Como vimos em outros capítulos, era uma prática dos jornalistas convocar as pessoas portadoras de “vozes” consideradas autorizadas para justificar as prescrições em relação às crianças. Rose (2011) destaca que a atribuição de autoridades, com relação à “condução de atitudes da sociedade” é uma das táticas presentes nas práticas de governamento da população. Convocar o especialista, o médico, psicólogo e o professor, enunciados como autoridades do saber, perpassam três aspectos, que são importantes para compreender como estabelecemos relações com os outros e com nós mesmos. Para Rose (2011, p. 218):

Em primeiro lugar, a fundamentação da autoridade em uma reivindicação de científicidade e objetividade estabelece de forma ímpar a distância entre sistemas de autorregulação e órgãos formais de poder político, que é necessária dentro de racionalidades liberal-democráticas de governo. Em segundo lugar, a expertise pode mobilizar e ser mobilizada dentro de um argumento político de maneiras distintas, produzindo uma nova relação entre conhecimento e governo. Um papel específico é dado à expertise na formulação de programas de governo e nas tecnologias que procuram dar-lhes efeito. Em terceiro lugar, a expertise opera através da sua relação particular com as capacidades de autorregulação

dos sujeitos. Isto porque a plausibilidade inerente a uma reivindicação de científicidade e eficácia racional liga a subjetividade à verdade, bem como sujeitos a especialistas, de maneiras novas e potentes.

Convocar e valorizar o conhecimento pedagógico em relação à importância da educação das crianças faz parte de um conjunto de táticas e procedimentos de regulação da população infantil que começaram a emergir desde o final do século XIX. Ao evocar o saber pedagógico e caracterizar sua científicidade em relação à criança, vão emergindo elementos que compõem o discurso da normalidade, como veremos a seguir nas questões feitas pela jornalista para a professora.

A primeira questão colocada pela jornalista foi em relação à importância do jardim de infância para a formação da criança. A professora enfatizou que a escola infantil ajudava a construir “sólidos alicerces para o futuro”. A pré-escola seria a oportunidade de a criança desenvolver “todas as suas faculdades físicas, intelectuais, emocionais e sociais”. Conforme afirmou a professora: “[...] o Jardim tenta, através da prática, auxiliá-la a desenvolver a habilidade de pensar e ajudá-la a extrair o máximo de suas potencialidades.” (CORREIO DO SUL, 5 jan. 1979, p. 16).

Lê-se no discurso a presença da criança advinda do saber pedagógico pautado em uma tendência cognitiva em que fica demarcado o sujeito que pensa e a pré-escola como o lugar de se tornar inteligente (KRAMER, 1991, p. 28 *apud* VEIGA, 2017, p. 45). Essa perspectiva tem suas bases epistemológicas em um dos principais estudiosos que influenciaram a educação brasileira, o epistemólogo Jean Piaget. Kramer demonstra como os trabalhos de Piaget foram difundidos na década de 1970:

Várias foram as propostas curriculares implementadas pelos sistemas públicos de ensino (como por exemplo, as ‘Novas metodologias para o ensino de 1º grau’, lançado pela Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, em 1976). Houve, também, propostas piagetianas adotadas pelo sistema público, mas produzidas por entidades privadas (como o programa Alfa, elaborado pela Fundação Carlos Chagas, de São Paulo, em 1977, sob a coordenação de Ana Maria Poppovic, e comprada por várias Secretarias de Educação, principalmente das regiões Norte e Nordeste do país), além de programas curriculares elaborados por escolas particulares de menor abrangência, como por exemplo, a proposta do Centro Educacional e Experimental Jean Piaget, no Rio de Janeiro. Especificamente em relação à pré-escola, cabe mencionar o ‘Programa de Educação Pré-Escolar’ (PROEPRE-Campinas) adotado por alguns sistemas educacionais de ensino. (KRAMER, 1991, p. 32 *apud* VEIGA, 2017, p. 45).

É importante ressaltar que o trabalho de Piaget não buscou criar um método de ensino, mas uma teoria do conhecimento em que vários psicólogos e pedagogos utilizaram para concretizar propostas didático-pedagógicas. Um dos principais objetivos da educação, a partir

da teoria Piagetiana, consiste na “[...] formação de homens ‘criativos, inventivos e descobridores’, na formação de pessoas críticas e ativas e, fundamentalmente, na construção da autonomia.” (KRAMER, 1991, p. 30 *apud* VEIGA, 2017, p. 46). A teoria Piagetiana valoriza uma representação de criança universalizada, como um ser ativo no processo de elaboração do conhecimento.

Ao ser questionada sobre a possibilidade de o jardim de infância despertar na criança a atividade criativa, identifica-se o referencial teórico utilizado pela docente. A docente afirmou:

Marisa - O Jardim procura de todas as maneiras deixar a criança usar livremente a sua auto-expressão criadora. Se perguntarmos a uma criança: ‘Gostas de cachorinhos?’ e ela simplesmente te responder que gosta, nada distingue essa resposta de uma afirmação qualquer. No entanto, se ela te responder: ‘Eu gostaria mais se eles cantassem canções em vez de latir’, aí sim terias realmente a auto-expressão criadora da criança. Poderias então ter certeza de que ela revelou o seu verdadeiro ‘eu’. (CORREIO DO SUL, 5 jan. 1979, p. 16).

Mais adiante, quando a professora é questionada sobre os problemas enfrentados pelas crianças em relação aos estudos, a ideia de que “[...] cada criança é um indivíduo com sua própria personalidade e então, alguns enfrentam problemas e outros não.” O importante, de acordo com a educadora, era ter um lar “ajustado”, pois as crianças oriundas de lares “desajustados” apresentavam sintomas nítidos e negativos na aprendizagem, como também no comportamento e desenvolvimento. Conforme a docente:

Como sabemos, para que uma criança possa estar bem ajustada a seu meio, ela necessita estar bem em quatro aspectos: físico, intelectual ou mental, emocional e social. Esses aspectos são como linhas paralelas que devem estar harmoniosas entre si, para que a criança possa realmente descobrir seu maravilhoso EU. Enfim, uma criança terá que contar com um lar bastante sólido que lhe dê a segurança necessária para tirar de si mesma o máximo proveito possível. (CORREIO DO SUL, 5 jan. 1979, p. 16).

A construção de uma Pedagogia com vistas ao modelo universal de infância preocupa-se com a formação do “eu” infantil e reforça a função de regular as subjetividades e atuar diretamente na condução da vida e na garantia da normalidade. Com um vocabulário advindo do saber da Psicologia, o saber pedagógico ia constituindo regras e padrões que determinam as relações que as pessoas estabelecem com o mundo que os rodeia e os interliga “a um sentido colectivo de missão e de progresso” (BLOCH; POPKEWITZ, 2000, p. 35). Para Bloch e Popkewitz (2000), a Pedagogia foi se constituindo, no fim do século XIX, em uma estratégia central na administração social, capaz de permitir governar a individualidade das crianças e dos pais através de conceitos organizadores, como crescimento e desenvolvimento. De acordo com

os autores é no “[...] quadro destas múltiplas influências que se torna possível compreender a difusão da escola de massas.” (BLOCH; POPKEWITZ, 2000, p. 41).

Neste sentido, valemo-nos das contribuições de Resende, ao afirmar:

Dos vários lugares organizados para ‘abrigar’ e/ou ‘capturar’ as crianças, a escola, na época moderna, tornou-se espaço de referência para a orientação infantil em diferentes setores sociais com a geração de discursos especializados e a implementação de técnicas com vistas à produção de resultados previstos para a adequação social da infância na gestão da população. (RESENDE, 2015, p. 131).

A entrevista continuou reforçando a necessidade de matricular as crianças na pré-escola, já que as pesquisas indicavam que “[...] a aprovação na primeira série em um grupo que frequentou o Jardim é 80,32 por cento, contra 57,89 por cento num grupo que não passou pelo pré-primário.” Desse modo, além de fazer parte de um “lar ajustado”, as crianças deveriam frequentar os jardins de infância para terem sucesso na escola. Mas, a própria jornalista problematizou com a professora que “nem todos os pais tem condições de manter uma criança num jardim de infância” e interrogou-a perguntando o que a proprietária de um estabelecimento particular pensava em relação a esta questão. A professora informou que, quando houvesse uma maior conscientização da importância da formação pré-primária, haveria também mais estabelecimentos públicos com capacidade de atender “as necessidades das crianças nessa faixa etária”. Assim, “todas as famílias teriam a oportunidade de manterem seus filhos em escolas pré-primárias” (CORREIO DO SUL, 5 jan. 1979, p. 16).

O desfecho da notícia indicava a necessidade de manter as pessoas na escola, desde a tenra idade. Um discurso que acompanhou o processo de escolarização em massa marcou o fim do século XX e colocou no centro do debate a relação entre a infância e a juventude e a obrigatoriedade escolar. Como destaca Veiga (2017, p. 32):

A difusão da escolarização para todas as crianças se apresentou como um novo lugar de socialização da infância como prévia de organização das coletividades do futuro. A monopolização da escola pelo Estado se apresentou como fator fundamental de desenvolvimento do imaginário de coesão social pela socialização da infância.

A década de 1970, no Brasil, foi marcada por grande evasão escolar, principalmente a partir da Lei n. 5692/71, a qual prolongou de 4 para 8 anos a duração do ensino de 1º grau. Com a baixa qualidade do ensino e a falta de vagas nas escolas públicas, muitas crianças continuaram sem acesso à educação. É nesse contexto que as políticas sociais direcionadas à educação da criança, principalmente a criança pobre, que é a mais atingida pela evasão, emergiu com base no discurso de compensar as carências econômicas advindas, principalmente, do âmbito da

família. Utilizando-se de estratégias que buscavam a participação comunitária, os programas para creches e pré-escolas expandem-se e o discurso em torno da necessidade de manter as crianças nas instituições educativas também.

Como vimos até aqui, prevaleceu nas instituições de educação para as crianças pobres o discurso de preparação para o futuro, como afirmou a notícia sobre a criação da escola Leãozinho. Inicialmente era preciso orientar os pais daquelas “crianças para ajudarem seus filhos a caminharem pela estrada do saber e do trabalho”, já que: “Queremos tanto as crianças quanto seus pais” (FOLHA D’OESTE, 1978, p. 15). Já nas escolas particulares que se expandiram nesse período, graças aos investimentos públicos no setor privado, a proposta era “[...] deixar a criança usar livremente sua expressão criadora, revelar o seu verdadeiro ‘eu’, desenvolvendo seus aspectos físicos, intelectuais, emocionais e sociais.” (CORREIO DO SUL, 5 jan. 1979, p. 16). A partir do fim da década de 1970, iniciou-se um processo de instalação de jardins de infância na cidade de Chapecó, incluindo não só os bairros que necessitavam de atendimento mais assistencial, mas também naqueles em que a maior parte eram filhos e filhas dos trabalhadores das indústrias.⁹⁹ Além disso, novas escolas foram construídas e, em pouco menos de duas décadas, a escolarização tornou-se uma obrigatoriedade para as crianças.¹⁰⁰

5.4 1979 – ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA: A CONSTRUÇÃO DO STATUS DA CRIANÇA ALUNO

A criança não pode esperar. Não pode ser desnutrida, não deve ficar abandonada. Ao esforço do Governo precisa somar-se o esforço da comunidade, o esforço de cada um de nós, a fim de que o Ano Internacional da Criança assinale o início de erradicação da desnutrição e suas dramáticas consequências em todo o País.
(FOLHA D’OESTE, 24 fev. 1979, p. 14).

O cenário das políticas educacionais direcionadas à infância e à juventude no Brasil, especialmente a partir de meados da década de 1970, ocorreu com articulações realizadas entre os governantes e os organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências. A ONU foi fundada em 1945, após a Segunda Guerra Mundial e, desde então, atua na mobilização em torno da defesa dos direitos da criança e do adolescente, por meio de

⁹⁹ Como professora de Estágio na Educação Infantil do Curso de Pedagogia da UNOCHAPECÓ, realizei com os estudantes estudo e análise de alguns projetos político-pedagógicos de Centros de Educação Infantil do Município de Chapecó. Os documentos revelam a emergência de instituições de educação infantil na década de 1970 e fazem referência ao movimento da comunidade em prol de tais instituições.

¹⁰⁰ De acordo com a Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013, que altera a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade.

seus órgãos como o *United Nations Children's Fund* (UNICEF) e a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO).¹⁰¹

A agência é apoiada por organizações que arrecadam fundos no setor privado, no governo nacional e local, em doações individuais e empresariais e atuava realizando assessoramento no processo de construção de políticas públicas, em parceria com diversos ministérios brasileiros e bancos privados.¹⁰²

O ano de 1979, proclamado como o Ano Internacional da Criança pelo UNICEF, assinalava o vigésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos da Criança e demarcava o início das discussões que, na próxima década, deram origem à Convenção sobre os Direitos da Criança (1989). O movimento simbolizava o lento processo de construção dos direitos da criança e da juventude que, no século XX, adquiriu força devido aos acontecimentos relativos a Segunda Guerra Mundial (MARCÍLIO, 1998).¹⁰³ De acordo com a autora:

Depois da Segunda Guerra Mundial, ante a existência de milhares de crianças órfãs ou deslocadas de seus pais e família, a ONU resolveu criar um Fundo Internacional de Ajuda Emergencial à Infância Necessitada. Surge assim o Unicef – United Nations International Child Emergency Fund – em 11 de outubro de 1946, com o objetivo de socorrer as crianças dos países devastados pela guerra. Em seus primeiros três anos, os recursos do Fundo foram encaminhados para o auxílio emergencial (sobretudo em alimentos) às crianças dos 14 países arrasados pela guerra da Europa e da China, como também às crianças refugiadas da Palestina (1948 a 1952) vítimas da criação do Estado de Israel. Pela primeira vez tinha-se o reconhecimento internacional de que as crianças necessitavam de atenção especial (MARCÍLIO, 1998, p. 48).

Os diálogos promovidos pelas organizações internacionais acarretaram na criação de “[...] normas comuns, fundamentadas em uma ética universal, normas estas que deveriam ser respeitadas pelos Estados nacionais.” (MARCÍLIO, 1998, p. 46). Em 1948, aconteceu a primeira Assembleia Geral, organizada pelas ONU, para aprovar a Declaração Universal dos Direitos Humanos. O texto da normativa internacional articulava o conceito de cidadania oriundo do Liberalismo com as questões colocadas pelo paradigma jurídico dos Direitos

¹⁰¹ Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

¹⁰² O UNICEF é constituído pelo encontro de trinta membros de diferentes nações. Este grupo se reúne para estabelecer normas políticas e programas de prioridade direcionados ao universo infantojuvenil. Possui um diretor executivo, indicado pelo secretário-geral da ONU, e escritórios regionais e nacionais em todo o mundo. Disponível em: <<http://centrodireitointernacional.com.br/esclarecendo-unicef-e-unesco/>>. Acesso em: 15 fev. 2021. Para Lemos *et al.* (2018, p. 189), o UNICEF é um organismo multilateral, o qual inscreve na sociedade, práticas de cuidado de si e dos outros, disciplinando e orientando condutas. Ele foi criado com o objetivo de gerir, garantir e promover a proteção dos direitos da criança, sendo orientado pela Convenção sobre os Direitos da Criança, atuando em vários países.

¹⁰³ Sobre a Declaração dos Direitos da Criança, ver Monaco (2005).

Humanos, o qual voltava à cena após as violências de toda ordem praticadas pelos países beligerantes, às populações civis e militares (ARENDA, 2015, p. 31).

Ainda no início do século XX, discussões no âmbito internacional já tinham produzido normativas internacionais em relação à infância e à juventude. Em 1924, a denominada Declaração de Genebra propôs reflexões que deram origem, em 1959, à normativa considerada emblemática, no que diz respeito ao avanço das conquistas dos direitos, para as crianças, adolescentes e jovens. Em 1959, os membros da ONU aprovaram a Declaração Universal dos Direitos da Criança, que realizou uma mudança de paradigma ao considerar as crianças, adolescentes e jovens como “sujeito de direitos”. Em relação a esse processo, Marcílio afirma o seguinte:

A criança passa a ser considerada, pela primeira vez na história, prioridade absoluta e sujeito de Direito, o que por si só é uma profunda revolução. A Declaração enfatiza a importância de se intensificar esforços nacionais para a promoção do respeito dos direitos da criança à sobrevivência, proteção, desenvolvimento e participação. A exploração e o abuso de crianças deveriam ser ativamente combatidos, atacando-se suas causas. (MARCÍLIO, 1998, p. 49).

Em 1979, a ONU constitui um grupo de trabalho – *Working Group on the Question of a Convention on the Rights of the Child* – visando a elaboração do texto da Convenção sobre os Direitos da Criança, cujos debates duraram mais de dez anos. A ONU promulgou o texto da Convenção sobre os Direitos da Criança em 1989, e no mesmo ano o governo brasileiro ratificou a normativa internacional, sem cláusula de reserva. Esse documento é considerado um dos mais importantes no que diz respeito à garantia dos direitos humanos, conforme assinala Arantes (2012, p. 46):

Contendo um preâmbulo e uma parte substantiva, onde são apresentados os direitos da criança, e duas outras partes, dedicadas ao seu cumprimento e monitoramento, a Convenção é considerada um dos documentos mais importantes de direitos humanos aprovado pela comunidade internacional, afirmando quatro grandes princípios ético-filosóficos e jurídicos em relação aos quais deve-se ler toda a Convenção. São eles: 1) não discriminação; 2) melhor interesse da criança; 3) direito à sobrevivência e ao desenvolvimento e 4) respeito à opinião da criança.

Os debates sobre os direitos das crianças, impulsionados pelas organizações internacionais, ecoaram em diferentes espaços, principalmente aqueles relativos aos meninos e meninas que se encontravam em situação de risco. Para Rosemberg (2009, p. 51):

Iniciou-se um processo de fragmentação da pobreza em subgrupos ou temas como ‘meninos de rua’, ‘prostituição infantil’, ‘gravidez adolescente’, ‘erradicação do

trabalho infantil', 'abuso sexual', entre outros. Tais campanhas, sem dúvida humanitárias, focalizaram tais subgrupos como representativos da infância pobre no geral. Partindo de 'estimativas' imaginárias, chegaram a cifras astronômicas (guesimates) que apelavam por ações governamentais urgentes e focalizadas. Tais temas e subgrupos ocuparam o proscênio da agenda de políticas sociais para a infância, especialmente do mundo em desenvolvimento.

A ONU e a UNICEF encontram "terreno fértil" no Brasil para efetivar as políticas em questão, uma vez que na década de 1970 o País caracterizava-se por um cenário marcado pelas violações dos direitos humanos, no âmbito da infância e da juventude. Outro fator que facilitou as conexões entre essas organizações internacionais e o governo dos militares foi a falência de projetos que buscavam resolver o "problema" das crianças e jovens em situação de risco social.

Em relação a educação escolar, desde as décadas de 1960, os gestores da UNICEF formularam estratégias para a expansão de um modelo de educação infantil aos países considerados subdesenvolvidos, incluindo o Brasil. Rosemberg (2009) afirma que este modelo era de baixo custo e visava legitimar as ações da UNICEF com os governos nacionais e demarcar a entrada da organização na esfera da educação. Segundo a referida autora:

Essa nova estratégia acarretou a expansão da ação da UNICEF para além do binômio saúde-nutrição que constituía a prioridade daquela instituição até então, envolvendo-se, de início, em projetos educacionais e, posteriormente, voltando sua atenção para a 'transmissão de valores às novas gerações' até ocupar-se da criança como um todo. (ROSEMBERG, 1999, p. 16 *apud* ROSEMBERG, 2009, p. 52).

Rosemberg realizou estudos acerca das relações imbricadas entre o UNICEF e o governo dos militares e destaca que o "Programa Educação Pré-Escolar: uma nova perspectiva", fundado em 1975, absorveu em sua totalidade as recomendações da referida instituição internacional e da UNESCO. A partir das análises a autora ressalta:

Educação, nutrição e saúde deveriam ser atendidas de forma integrada; utilização de espaços físicos disponíveis (ou ociosos) na comunidade; a família e a comunidade fariam parte integrante das atividades de educação pré-escolar, objetivando despertar a consciência sobre a importância da idade pré-escolar e o barateamento dos programas; os meios de comunicação de massa deveriam ser utilizados para atingir populações distanciadas do espaço escolar. (ROSEMBERG, 1999, p. 18 *apud* ROSEMBERG, 2009, p. 53).

A educação infantil ganhou impulso nesse cenário que conjugava interesses internacionais e nacionais. Na década de 1970, a imprensa chapecoense fez circular, como vimos anteriormente, matérias que reforçavam a necessidade da educação da infância. Nas matérias jornalísticas tínhamos presente os símbolos e o discurso das organizações internacionais. No último ano da década de 1970, por meio de campanhas jornalísticas em torno

do “Ano Internacional da Criança”, esse discurso intensificou-se e fez circular o símbolo da UNICEF, como é possível observar na capa do jornal *Correio do Sul*, de 5 de janeiro de 1979:

Imagen 20 – Ano Internacional da Criança, 1979



Fonte: *Correio do Sul* (3 jan. 1979). Acervo do CEOM.

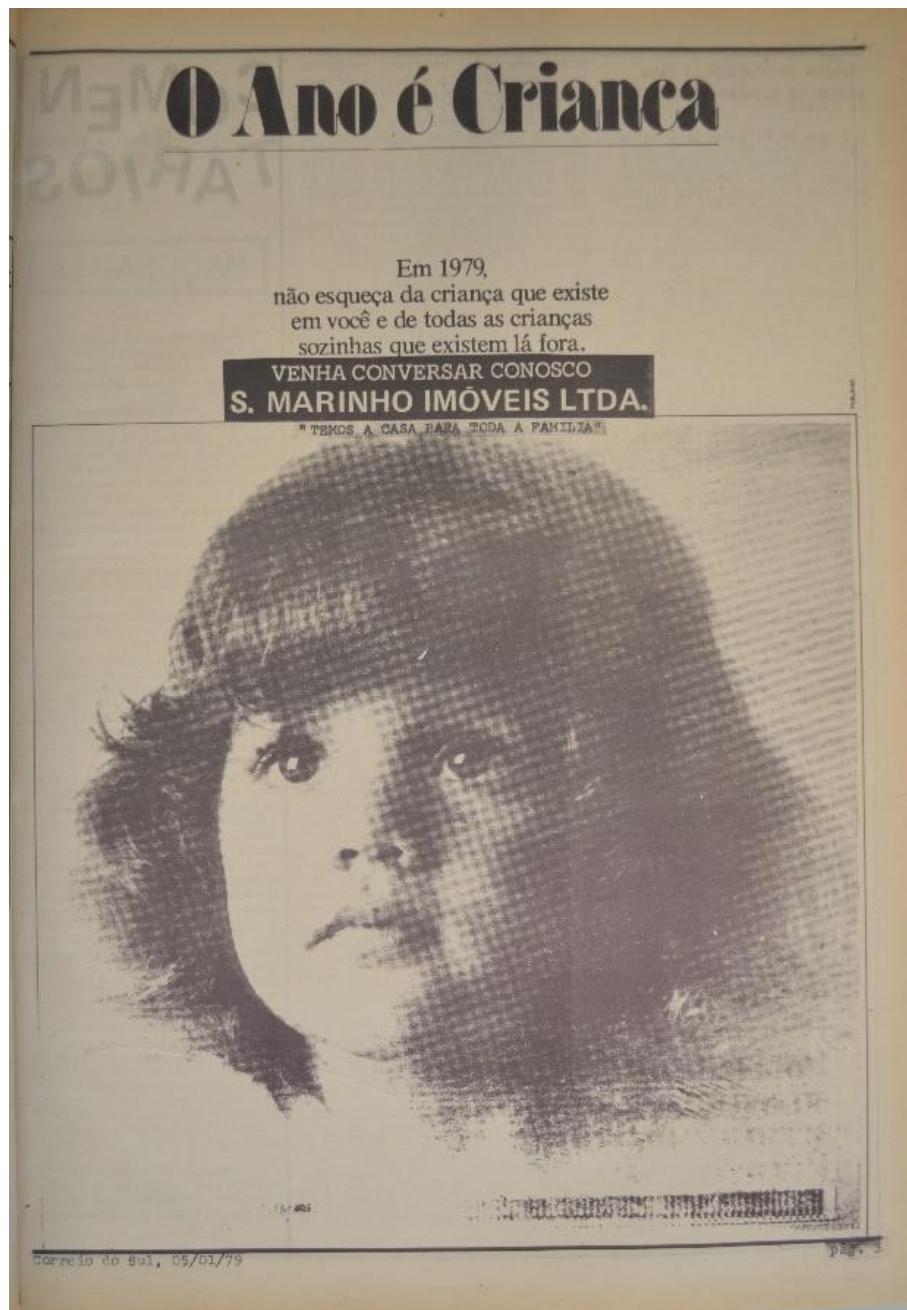
As cores diferenciadas para anunciar as chamadas de capa sinalizam a importância daquela edição do *Correio do Sul*, ao afirmar: “Um ano inteiro dedicado à criança”. Na parte superior da página, observa-se o símbolo do UNICEF, que acompanhou todas as edições daquele ano de 1979. A presença desse símbolo em todas as edições do ano de 1979 possibilitou aos leitores e leitoras algum tipo de conhecimento sobre a instituição. Convocar as comunidades para assumirem a problemática da infância foi um dos princípios desta organização que, neste período, incorporou o discurso da educação escolar como necessária para a formação do futuro

cidão. O texto introdutório da matéria publicada no jornal *Folha d'Oeste*, em fevereiro de 1979, apresentava uma mensagem do então ministro do Trabalho e Previdência Social, Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, a qual enfatizava a necessidade de mobilização social em torno da situação mundial da infância. Dirigindo-se ao leitor, com a expressão “você”, o texto reforçava a responsabilidade do “simples cidadão” que, através de ações comunitárias, poderá tornar o “Ano Internacional da Criança em um ano significativo” (FOLHA D’OESTE, 24 fev. 1979, p. 14).¹⁰⁴

Para atender aos objetivos do UNICEF, os dois jornais procuraram, possivelmente, desenvolver ações “[...] de modo a incrementar a consciência pública para a gama imensa de problemas que afetam a criança em todo mundo.” (FOLHA D’OESTE, 24 fev. 1979, p. 14). Não sabemos se a instituição internacional ou os representantes do governo pagavam por esta publicidade. Esse discurso provavelmente foi bem recebido pelos anunciantes dos jornais *Folha d’Oeste* e *Correio do Sul*, pois eles utilizavam as propagandas comerciais para fazer circular imagens de crianças e frases que interpelavam os leitores e leitoras, reforçando a importância da campanha em prol ao “Ano Internacional da Criança”. Na propaganda da empresa S. Marinho Imóveis LTDA, de 5 de janeiro de 1979, verifica-se tal fato:

¹⁰⁴ Em relação ao Ano Internacional da Criança, ver: Moody (2016).

Imagen 21 – Publicidade S. Marinho Imóveis LTDA



Fonte: *Correio do Sul* (5 jan. 1979). Acervo do CEOM.

Para sensibilizar seus clientes, a S. Marinho Imóveis LTDA evocou a criança com olhar no horizonte que simbolizava a esperança e a garantia de um futuro promissor. Mais uma vez era utilizada a imagem de uma criança de aproximadamente dois anos, para reafirmar a noção de uma infância ordeira capaz de mobilizar até os “corações mais duros”, pois, como afirmou o texto junto a imagem, “[...] não esqueça da criança que existe em você e de todas as crianças sozinhas que existem lá fora.” (CORREIO DO SUL, 5 jan. 1979, p. 3).

Acompanhando os ideais do Estado brasileiro e dos objetivos das agências internacionais, o discurso jornalístico sinalizava as estratégias que emergiram no fim da década de 1970, para o papel da educação escolar como antídoto para minimizar as desigualdades sociais. As palavras do ministro do Trabalho e Previdência Social na mesma matéria demonstram que era preciso salvaguardar a infância brasileira, “sem medir esforços, sem omissões”, pois:

[...] ‘o homem é uma vasta sombra que a criança projeta no tempo; formar uma criança é preparar a futura história do mundo’. O futuro do Brasil depende da atenção que concentrarmos nas crianças de hoje. E as crianças que nasceram em 1979 – Ano Internacional da Criança – estarão atingindo a maioridade no ano de 2000. Somos responsáveis por esse futuro – pelos homens que terão em suas mãos os destinos do país no século XXI. (FOLHA D’OESTE, 24 fev. 1979, p. 14).

Segundo o ministro, um novo “caminho” seria traçado para “assegurar a integridade física e mental da criança brasileira” (FOLHA D’OESTE, 24 fev. 1979, p. 14). O “caminho” através de uma formação integral ocorreria no processo de escolarização, assim o “futuro será garantido” (FOLHA D’OESTE, 24 fev. 1979, p. 14). A criança, alvo dos discursos das agências internacionais e do governo dos militares, era uma “criança de menos de dez anos”, uma “espécie em perigo” (FOLHA D’OESTE, 24 fev. 1979, p. 14). O texto ressaltava a preocupação da ONU com as “[...] muitas crianças, especialmente nos países em desenvolvimento, subnutridas, sem acesso a serviços médicos adequados e ‘privadas de uma preparação educacional básica para seu futuro’, além de carecerem das necessidades elementares para a vida.” A matéria referia-se ao Ano Internacional da Criança como um acontecimento histórico que pretendia o seguinte: “Com a participação ativa de todos entrar na História, almejando deliberadamente aprimorar permanentemente o ‘status’ de todas as crianças” (FOLHA D’OESTE, 24 fev. 1979, p. 14).

Assim, como vimos no segundo capítulo desta tese, os discursos sociais direcionados à infância pobre, por um longo tempo, tencionaram para a transformação do “status” da criança e do adolescente, hora referenciadas como delinquentes, indigentes, abandonados. No fim desta mesma década, novamente, evoca-se a necessidade de “aprimoramento do *status*”, incluindo neste argumento “todas as crianças”. Ou seja, é necessário incluir para homogeneizar a infância. Ao referir-se ao verbo “aprimorar”, a matéria enuncia o interesse em universalizar a infância. O verbo possui várias significações: do latim, primor significa perfeição, delicadeza e excelência, sinalizando as intenções do discurso em transformar as crianças em corpos dóceis, forjando um “status” para melhor governar as vidas.

O discurso jornalístico utilizou uma imagem de criança para representar o símbolo da criança considerada universal. São importantes as contribuições de Cristina Ponte (2005) em relação à representação da criança aluno e o papel que a escola desempenhou na construção de um novo tipo de infância, a partir de meados do século XIX. Nas palavras da autora:

A sala de aula e o aparato ideológico da educação foram cruciais porque exigiram uma verdadeira *infância nacional*, que ignorava diferenciações de classe entre cidade e campo. A construção da criança como aluno, envolvia diretamente *todas* as crianças, ao contrário do conceito de delinquência juvenil. E a criança escolarizada estava sempre disponível para finalidades políticas, normalmente a reforma da moral da classe trabalhadora. (PONTE, 2005, p. 47, grifos no original).

A imagem que ganhou a capa do jornal *Correio do Sul*, nos primeiros dias do ano de 1979, localizava-se na zona superior da página, com destaque na cor vermelha das bordas e na chamada que compunha a notícia, como vemos na imagem a seguir.

Imagen 22 – A criança universal



Fonte: *Correio do Sul* (5 jan. 1979). Acervo do CEOM.

A imagem da criança símbolo da comemoração escolhida pelo jornal *Correio do Sul* era um menino de aproximadamente dois anos, com acessórios que remetiam a objetos escolares. A mochila escolar e o traje que representava a pequenez o enquadram em uma representação de criança aluno. O sorriso alegre do menino e a bola que carregava nas mãos sinalizam a infância desejada, ou seja, repleta de brincadeiras e alegrias. O traje e as características físicas, sinalizavam para o cuidado e a proteção, elementos essenciais do discurso em torno da criança universal.

Entende-se que a imprensa chapecoense foi uma das porta-vozes dos discursos das autoridades do regime autoritário, construído em consonância com as agências internacionais. Em uma publicação intitulada “12 fatos acerca do estado da infância nos países atualmente em desenvolvimento”, publicada pelo UNICEF, em março de 1979, como parte da campanha em torno do Ano Internacional da Criança, percebemos tal fato. Vejamos as duas matérias publicadas pelo jornal *Folha d'Oeste*:

FATOS

12 FATOS ACERCA DO ESTADO DA INFÂNCIA NOS PAÍSES ATUALMENTE EM DESENVOLVIMENTO

1. Os serviços de saúde atingem apenas uma em cada vinte crianças no mundo atualmente em desenvolvimento.
2. Mais de cem milhões de crianças nascem a cada ano nos países em desenvolvimento. Sete entre cada dez, ou seja, 70 milhões nascem sem auxílio especializado.
3. Mais de 200 milhões de crianças sofrem de vários tipos de desnutrição.
4. Cerca de 85% das crianças em áreas rurais não tem acesso a um fornecimento adequado de água potável.
5. Uma em cada cinco crianças morre antes de atingir os cinco anos de vida.
6. Severa deficiência de vitamina A faz com que mais de 100 mil crianças por ano tornem-se cegas.
7. Nos países em desenvolvimento, no mínimo 100 milhões de crianças, dos 7 aos 10 anos, são educacionalmente carentes – não aprendem a ler, escrever ou lidar com números.
8. Calcula-se que cerca de 40% das crianças matriculadas frequentam as escolas por alguns anos apenas e depois recaem no analfabetismo.
9. Menos de 1% das crianças em idade pré-escolar tem acesso a serviços de creche.
10. Metade da população das favelas é composta de crianças. As populações faveladas aumentam três ou quatro vezes mais rápido do que as populações das áreas mais modernas das cidades muitas vezes a uma taxa anual de 10 a 15%.
11. Mais de 810 milhões de bebês e crianças estão sendo criados em áreas rurais remotas, onde as taxas de mortalidade infantil são muito altas e onde poucos serviços básicos – se é que os há existem para auxiliá-las.
12. A inflação atinge a todos e, devido a ela, os fundos de programas a longo prazo para auxiliar a infância estão se desvalorizando, ameaçando o já precário acesso à saúde, à vida e ao futuro de milhões de crianças. (Publicado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância, UNICEF - New York, NY - 10012). (FOLHA D'OESTE, 3 mar. 1979).

O título em negrito, com letras em caixa alta, visava chamar a atenção do leitor e da leitora. Em doze itens que abordavam o tema da infância, eram apresentadas as estatísticas para mostrar uma situação considerada alarmante em relação às crianças pobres dos “países em desenvolvimento”. A desnutrição, a mortalidade infantil e as doenças eram mencionadas nos primeiros itens, em seguida, a pobreza era apontada como impulsionadora do não desenvolvimento infantil, capaz de gerar a evasão escolar e o analfabetismo (FOLHA D'OESTE, 3 mar. 1979). É importante destacar que o texto não fazia menção à situação socioeconômica do País naquele momento histórico, a qual gerava a condição de pobreza de

uma parcela significativa da população brasileira. No discurso do UNICEF era delegada à educação infantil um papel crucial na garantia da formação integral de adultos úteis para sociedade.

Na outra matéria sobre a situação da infância pobre, o símbolo do UNICEF aparecia na zona inferior da página, dividindo espaço com uma propaganda de um refrigerador da marca Consul (empresa de Santa Catarina). O texto afirmava:

Direito:
 À afeição, ao amor e a compreensão.
 A alimentação a cuidados médicos adequados.
 A educação gratuita.
 A oportunidades plenas para brincar e para a recreação.
 A um nome e uma nacionalidade.
 A cuidados especiais, se deficiente.
 A ser entre os primeiros a receber socorro em épocas de calamidade.
 A aprender a ser um membro útil da sociedade e a desenvolver as suas atividades individuais.
 A crescer dentro de uma atmosfera de paz e fraternidade universal.
 A gozar desses direitos, independentemente de raça, cor, sexo, religião e origem nacional ou social. (FOLHA D'OESTE, 3 mar. 1979).

A criança, com aproximadamente 2 anos, associada ao símbolo do UNICEF, marcava o movimento de consolidação da infância na agenda política e social, impulsionada pelo acentuado processo de urbanização e a crescente entrada das mulheres, oriundas de diferentes classes sociais no mercado de trabalho. As creches emergiam como “estratégia de investimento” na infância, por parte das entidades governamentais, as quais visavam garantir a permanência da mão de obra feminina no mercado de trabalho, e o possível “abandono” das crianças. Essas ações, como demonstrado anteriormente, foram implementas “em migalhas” pelos governantes em Chapecó.¹⁰⁵

A criança sorridente, bem vestida, protegida, branca e robusta que vislumbrava o futuro com seu olhar no horizonte, era a representação do que se considerava adequado socialmente naquele período. A imprensa escrita serviu então como verdadeira “máquina de ressonância” do discurso em torno da universalização da infância e das práticas de governar a população infantil. De acordo com Veiga-Neto (2015, p. 55):

[...] se governa a infância a fim de que aqueles que não estavam aí passem a estar aí, de modo que aqueles que não faziam parte da nossa cultura passem a fazer parte dela, a fim de que os não integrados integrem-se a nós.

¹⁰⁵ Sobre está questão, ver, principalmente, Rosemberg (2003).

Uma das matérias que sintetiza esse discurso foi publicada pelo governo do Estado de Santa Catarina em setembro de 1979, conforme mostra a imagem:

Imagen 23 – O futuro está nas crianças



Fonte: *Folha d'Oeste* (8 set. 1979). Acervo do CEOM.

A imagem que ganhou a página inteira do jornal apresenta em destaque várias crianças de raça, sexo e idades diferentes. Além disso, o texto que acompanha a chamada em negrito, “Olhe o futuro de Santa Catarina sorrindo para você”, reforça com tom apelativo a necessidade

de olhar para as crianças como “nossas maiores riquezas” e o texto incluía crianças “brancas, negras, ricas e pobres”.

A mensagem que o governo do Estado de Santa Catarina divulgava era a de que a educação se constituía naquela ocasião em “meta prioritária” para atender “as necessidades reais de todas as crianças e jovens”. Utilizando a expressão “você” para interpellar o leitor e a leitora e atribuir-lhes a responsabilidade em participar das propostas do governo, a matéria destacava as ações realizadas em relação a esta meta no campo da educação. Nesses aspectos, foram anunciados: “[...] a valorização dos professores, a integração entre a comunidade e a escola e o aprimoramento quantitativo e qualitativo do ensino.” (FOLHA D’OESTE, 8 set. 1979). O texto afirmava que, para atender as necessidades “reais” das crianças e jovens catarinenses, era necessário o apoio de todos “participando, estimulando a boa vontade e acreditando” (FOLHA D’OESTE, 8 set. 1979).

As crianças recebiam o *status* de aluno e serviam como artefato das campanhas políticas dos governantes do período. O sorriso infantil preenche grande parte da página do jornal *Folha d’Oeste*, valorizando uma imagem e impondo aquilo que a sociedade desejava e considerava como normal. O discurso produz uma generalização do que é ser criança, escamoteando as várias infâncias que, ao longo do tempo, foram construídas (RESENDE, 2015, p. 138). Com efeito, como destaca Arroyo (2009, p. 139):

Nesta direção a crítica ao caráter regulatório não focalizaria tanto as estratégias e pedagogias corretivas, mas o ideal único e universal de infância que nasce com a pretensão de se constituir como o parâmetro único, consequentemente regulador das formas corretas ou incorretas de ser crianças. Regulador, porque classificatório, da infância x a não infância, civilizada x não civilizada, rude, bárbara, indisciplinada, selvagem. Esse protótipo único não apenas regula estas ou aquelas crianças em seus comportamentos, corpos e mentes, regula o imaginário social e cultural para classificar as infâncias por sua aproximação ou distanciamento ao protótipo idealizado como universal. Um dos efeitos mais perversos tem sido não tornar as infâncias mais iguais, antes legitimá-las como desiguais.

O parco investimento, tão clamado nos discursos governamentais e ancorado nas perspectivas das agências internacionais, as quais ganharam espaço na imprensa chapecoense, não era suficiente para resolver a situação vivida por uma parcela significativa das crianças do município. O processo de escolarização em massa e os programas de educação infantil serviram apenas para mascarar a situação de milhares de crianças brasileiras que permaneciam vivendo em condições extremamente precárias. Além disso, mesmo em meio a um processo de redemocratização, abertura política e o fortalecimento dos discursos em relação aos direitos das

crianças e jovens, as mudanças ocorriam de forma bastante lenta. Foram necessárias mais de duas décadas para a situação paulatinamente ser alterada. Mas, muito ainda há por fazer...

6 DESFECHOS

Na análise foi possível identificar permanências e continuidades em relação ao discurso sobre criança e infância na imprensa escrita da cidade de Chapecó, localizada no Oeste de Santa Catarina. Houve continuidade em relação à representação da infância universal e mudanças em relação às representações acerca da infância pobre. A primeira se configurou em personagem principal de narrativas romantizadas; a segunda, constituiu-se em garantia para o futuro promissor. Nas linhas que compuseram as notícias, a infância universal prevaleceu como um dispositivo para todas as crianças.

Os periódicos apresentaram convergências acerca dos discursos em relação à criança e a infância. O Jornal *Folha d'Oeste*, com um discurso favorável ao regime ditatorial, intensificou representações ordeiras de crianças que evocavam a infância como tempo de pureza e da idade de ouro. O jornal *Correio do Sul*, voltado às mudanças no campo jornalístico, atrelado ao movimento em torno da reabertura política, fortaleceu a representação da criança feliz a partir de propagandas e de um espaço privilegiado para elas nas colunas sociais. Como destaca Ponte (2005, p. 47, grifo nosso), “*muito mais para serem vistas do que ouvidas*”, as crianças representaram em ambos os periódicos uma infância idealizada. Estes discursos foram atravessados pelas expectativas dos grupos editoriais.

Os discursos jornalísticos, sobretudo do *Correio do Sul*, também denunciaram o abismo que demarca a história da infância brasileira. Por um lado, as crianças consideradas saudáveis e escolarizadas. Por outro, aquelas vistas como problema social, crianças pobres representadas a partir de imagens estereotipadas as quais apelavam para as benfeitorias das pessoas da comunidade ou das instituições sociais criadas pelo governo autoritário (FEBEM). Os “filhos de ninguém”, como intitulou o jornal *Correio do Sul*, foram direcionados a instituições educativas para incorporarem preceitos de uma infância ordeira e dócil, o que garantiria a manutenção do considerado progresso na região.

Grande parte do discurso acerca da infância nos jornais em destaque foi norteado pelos discursos oficiais e se conectavam com as ações implementadas através de políticas públicas e instituições não governamentais, como vimos no último capítulo da tese, em destaque as campanhas do UNICEF. Neste conjunto de peças foi possível identificar diferentes saberes que sustentaram narrativas em prol de uma “criança universal” e alinhavado pela retórica de que educando os meninos e as meninas o País garantiria o cidadão útil para sociedade.

Educar como tática para regular e corrigir aqueles que não se encaixavam nas normas estabelecidas aparecem no discurso jornalístico da imprensa do Oeste catarinense como

antídotos para resolver as problemáticas sociais e o fracasso de políticas assistenciais que, durante o regime militar, reforçaram o descaso e a negligência com a população infantojuvenil brasileira. O lema da infância feliz e da criança genuinamente boa, saudável, inteligente, representada pela criança aluno, fez parte do discurso que tinha como alvo a criança pobre. Este foi o viés que acompanhou o discurso em torno do processo de escolarização em massa que ocorreu na década de 1970 e contribuiu para sustentar estratégias de governo com o interesse de produzir “trabalhadores dóceis para pátria”. A valorização da “natureza infantil” e o potencial dela para, no futuro, transformar o indivíduo à imagem e semelhança do modelo ideal, útil e cristão foram evidenciados em textos e crônicas. Discursos sustentados não somente pela “voz” de atores sociais como pastores, jornalistas e psicólogos, mas também por um saber pedagógico que evocava a ideia de uma infância singular e de uma criança individualizada.

Principalmente no contexto de reabertura política, o conjunto de notícias também sinalizou a permanência de temas voltados aos direitos da criança. Esse movimento ganhou espaço na imprensa local e demarcou mudanças significativas no campo jornalístico que, a partir deste período, começou a trazer como pauta notícias de crianças. Atualmente, os temas variam, a publicidade investe significativamente nas crianças e imagens dramáticas continuam a sensibilizar os leitores e reafirmar as permanências em relação à condição social de ser criança em espaços diversos do mundo.

A pretensão em acessar o passado a partir dos jornais impressos não foi somente para sinalizar fragmentos das realidades sociais, mas também para trazer à tona a importância dos meios de comunicação na construção social da infância. Em 2016, a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) publicou um guia de monitoramento das principais mídias brasileiras e sinalizou que, em trinta dias, narrativas de rádio e TV promoveram 4,5 mil violações dos direitos. Esse dado denuncia práticas antidemocráticas e anti-humanistas dos meios de comunicação no Brasil e reafirma a importância do olhar atento do campo acadêmico para os diferentes discursos sociais que cotidianamente tencionam práticas, principalmente, com a população mais vulnerável socialmente (VARJÃO, 2016).

Ao longo dos anos, vimos algumas conquistas acontecerem por intermédio, principalmente, da luta e da militância de diferentes setores da sociedade. Com a reabertura política e o forte apelo da população no fim da década de 1980, mudanças significativas ecoaram sobre as condições sociais das infâncias brasileira. Em 1988 com a Carta Constitucional crianças e adolescentes tiveram seus direitos garantidos e um conjunto de acontecimentos teceram uma nova história em relação a consolidação dos direitos da criança, a partir da doutrina de proteção integral. Alguns anos após a constituição, aprova-se a Lei

8.069/90 que insere as crianças no campo dos direitos humanos e propulsiona a criação de sistemas de elaboração e fiscalização de políticas públicas voltadas para infância. É destaque neste contexto a criação da Lei nº8.242, em 12 de outubro de 1991, para implementar o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), um dos principais órgãos do sistema de garantia dos direitos de crianças e adolescentes, na promoção, proteção e defesa desses sujeitos.

No campo da Educação, com a aprovação do ECA, foram publicados documentos para reorganizar os modos de educar as crianças pequenas nas instituições de atendimento educacional, incluindo diretrizes pedagógicas, recursos humanos e a expansão de oferta. Essas mudanças refletiram na reformulação da Lei de Diretrizes da Educação em 1996 que reconheceu, pela primeira vez, a educação infantil como primeira etapa da educação básica. Nesse contexto, a escola começa a ser pensada como um espaço privilegiado da infância e para garantia dos direitos da criança. Um movimento em torno da superação de uma compreensão de educação compensatória, assistencialista, começa a dar espaço para uma educação integral que considera a criança um sujeito histórico e social, pelo menos nos documentos produzidos acerca da educação da infância.

A primeira década do século XXI se intensifica com o “boom” da infância, como denominado por alguns autores, principalmente nos debates acadêmicos em torno dos estudos da infância. Diferentes campos do conhecimento atuam na emergência de colocar em cena as diferentes infâncias e garantir os direitos da população infantil. Novas políticas sociais abrem o século, entretanto, as realidades sociais continuam a denunciar o grande abismo que a sociedade de adultos estabelece em relação às novas gerações. Permanências históricas continuam a cruzar o cotidiano daqueles que chegam ao mundo...

Certamente, o trabalho aqui apresentado é apenas uma das possibilidades de leituras sobre a infância no Oeste catarinense. Entretanto, algumas vozes permanecem a ecoar das páginas frágeis dos jornais impressos. Ecos que sinalizam histórias de meninos e meninas que precisam ser retomadas. A multiplicidade de informações possível de acessar por meio dos periódicos caracteriza a continuidade de outras pesquisas. Principalmente no campo da História da Infância, pesquisas com crianças, a exemplo de José Machado, Rosa Maria, Luciana e Jhony, que tiveram suas histórias narradas a partir do olhar dos adultos, os quais apenas mobilizaram os destinos delas para atender aos próprios interesses. Crianças que sensibilizaram os leitores, como a do bebê recém-nascido morto por sua avó materna por ser negro.

Notícias de infância do passado que se conectam com histórias de infâncias do presente. Histórias de crianças, como a do menino Noaman da Rosa, da aldeia Kaingang de Chapecó,

que foi notícia na imprensa catarinense em fevereiro de 2017, depois de ele ter sido atropelado e arremessado contra um ônibus. De acordo com a referida notícia, o menino acompanhava os pais na venda de artesanato. Noaman da Rosa, 9 anos, foi morto em uma das principais avenidas da cidade de Chapecó.¹⁰⁶ Histórias como a do menino Marcos Vinícius, baleado pela polícia no caminho da escola. As notícias sobre a morte do menino evocaram o uniforme escolar como um símbolo e por isso ele não poderia ter sido confundido com um bandido.¹⁰⁷ Histórias como a do menino Miguel, que precisou acompanhar a mãe no trabalho, já que as escolas estavam fechadas por conta da Pandemia causada pelo Covid-19. A notícia afirma que o menino foi morto ao cair do 9º andar de um prédio de luxo em Recife, enquanto estava aos cuidados da patroa.¹⁰⁸

Histórias que chegam pela voz das próprias crianças que, durante o pior momento da pandemia do Covid-19, em março de 2020, continuam a viver sem condições básicas de proteção. Pedro, Joana e Laís ficaram sem escola aos cuidados de vizinhos enquanto a mãe trabalha na campanha política de 2020.¹⁰⁹ As crianças, entre 3 e 6 anos, passam o dia a catar latinhas pelas ruas de um dos maiores bairros da cidade Chapecó. Para elas, os protocolos sanitários não chegam. As portas da escola estão fechadas e os direitos básicos silenciados.

Histórias que continuam a virar notícias. Por tudo isso, é emergente ampliar os estudos acerca das infâncias para questionar as permanências em relação aos ideários e estereótipos que continuam a produzir violências com a população infantojuvenil e, com isso, reinventar saberes que possam garantir os direitos das crianças e mudanças nos modos de educar aqueles que chegam ao mundo todos os dias.

¹⁰⁶ Notícia disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/noticias/crianca-kaingang-morre-atropelada-no-centro-de-chapeco>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

¹⁰⁷ Sobre a notícia, ver: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/06/5551110-como-eles-nao-viram-o-uniforme-escolar-indaga-o-pai-de-adolescente-morto-na-mare.html>>. Acesso em: 20 mar. 2019; e também: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/06/mae-de-aluno-morto-na-mare-mostra-uniforme-com-sangue-bandido-nao-carrega-mochila.shtml>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

¹⁰⁸ Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/02/crianca-de-5-anos-morre-apos-cair-do-9o-andar-de-predio-no-centro-do-recife.ghtml>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

¹⁰⁹ Depoimentos de crianças durante o atendimento realizado via projeto de extensão da UNOCHAPECÓ, intitulado “Tamo Junto”, no qual atuei durante o contexto pandêmico como mediadora pedagógica de crianças em situação de vulnerabilidade social. O objetivo das atividades realizadas era mediar a comunicação da escola com as crianças. A experiência possibilitou conviver durante oito meses com diversas crianças de idades que variavam de 2 a 12 anos e acompanhar um pouco a rotina delas.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. 1232 p.

ADORNO, Sérgio. A experiência precoce da punição. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 181-209.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Outra Travessia**, Florianópolis, n. 5, p. 9-6, 2005. DOI: <https://doi.org/10.5007/25x>

ALBA, Rosa Salete. As agroindústrias e a produção do espaço urbano de Chapecó. **Cadernos do CEO**, Chapecó, ano 15, n. 14, p. 302-326, dez. 2001. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/1987/1077>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

_____. **Espaço urbano**: os agentes da produção em Chapecó. Chapecó: Argos, 2002. 184 p.

ALVAREZ, Marcos César; OLIVEIRA, Bruna Gisi Martins de. Por uma genealogia da Justiça Juvenil no Brasil: revisitando o Código de Menores de 1927. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 18., 2017, Brasília. **Anais...** Brasília: UnB, 26 a 29 jul. 2017. Disponível em: <<http://www.adaltech.com.br/anais/sociologia2017/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-1555-1.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2020.

ALVES, Ismael Gonçalves. **(Re)construindo a maternidade**: as políticas públicas materno-infantis brasileiras e suas implicações na região Carbonífera Catarinense (1920-1960). 2014. 294 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/35264?show=full>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Representações sociais dos “meninos de rua”. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 183-207, 1997. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71471>>. Acesso em: 15 maio 2020.

AMORIM, Deborah Cristina. **O sistema de abrigamento em Chapecó**: possibilidades e limites da implementação de direitos para crianças e adolescentes. 2003. 121 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978)**: o exercício cotidiano da dominação e da resistência, O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999. 269 p.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Direitos da criança e do adolescente: um debate necessário. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 45-56, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-56652012000100004>

_____. Rostos de crianças no Brasil. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 153-202.

ARENDE, Silvia Maria Fávero. Ainda vivemos como nossos pais? Notas sobre mudanças nas famílias brasileiras de camadas médias urbanas (1980-2000). **Revista Catarinense de História**, Florianópolis, v. 21, p. 144-164, 2013. DOI: <https://doi.org/10.36661/2238-9717.2013n21.8142>

_____. Convenção Universal dos Direitos da Criança: em debate o labor infantojuvenil (1978-1989). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 7, n. 14, p. 29-47, jan./abr. 2015. DOI: 10.5965/2175180307142015029

_____. Ditadura, imprensa e o “problema do menor”: assistência à infância no Brasil (1980-1985). **Delaware Review of Latin American Studies**, Newark, v. 17, n. 2, nov. 2016. Disponível em: <<https://udspace.udel.edu/bitstream/handle/19716/19845/Vol17-2Arend.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 maio 2020.

_____. **Histórias de abandono**. Florianópolis: Mulheres, 2011. 352 p.

_____. Três meninas brasileiras pobres: relações de trabalho sob uma perspectiva interseccional (1930-1990). In: _____; MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de; SOSENSKI, Susana (Org.). **Infâncias e juventudes no século XX**: histórias latino-americanas. Ponta Grossa: Todapalavra, 2018. p. 93-112.

_____; DAMINELLI, Camila Serafim. Políticas sociais para infância e juventude carente e infratora (1970-1980). In: BRANCHER, Ana Lice; LOHN, Reinaldo Lindolfo (Org.). **Histórias na Ditadura**: Santa Catarina (1964-1985). Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. v. 1. p. 181-205.

_____; LOHN, Reinaldo Lindolfo. Introdução. In: AREND, Silvia Maria Fávero (Org.). **Um país impresso**: história do Tempo Presente e revistas semanais no Brasil – 1960-1980. Curitiba: CRV, 2014. v. 1. p. 11-17.

_____; LAZAROTTO, Aline Fátima. História da Educação e Jornais: em busca de uma infância plural. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 28, n. 3, p. 214-230, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/rea.v28i3.13678>

_____; MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de; SOSENSKI, Susana (Org.). **Infâncias e juventudes no século XX**: histórias latino-americanas. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2018.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARROYO, Miguel González. A infância interroga a pedagogia. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVEA, Maria Cristina Soares de (Org.). **Estudos da infância**: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 119-140.

ASSIS, Francisco de (Org.). Imprensa do interior: conceitos a entender, contextos a desvendar. In: _____ (Org.). **Imprensa do interior**: conceitos e contextos. Chapecó: Argos, 2013. p. 13-19.

BARBOSA, Marivalda Carlos. Prefácio: Imagens memórias do tempo presente. In: AREND, Silvia Maria Fávero (Org.). **Um país impresso**: história do Tempo Presente e revistas semanais no Brasil – 1960-1980. Curitiba: CRV, 2014. v. 1. p. 7-10.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Espelho de papel: a imprensa e a história da educação. In: ARAÚJO, José Carlos de Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 151-174.

BAVARESCO, Marcionize. Entre o “Far-West” e o progresso: aspectos e contexto da visibilidade sobre o Oeste Catarinense a partir de fatos jornalísticos noticiados em 1948 e 1950. In: CONGRESSO INTERCOM, 39., 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Intercom, 5 a 9 set. 2016. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-0738-1.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2020.

BELLANI, Eli Maria. **Madeiras, balsas e balseiros no Rio Uruguai**: o processo de colonização do Velho Município de Chapecó, 1917-1950. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991. 327 p.

BELTRÃO, Luiz. O jornalismo interiorano a serviço das comunidades. In: ASSIS, Francisco de (Org.). **Imprensa do interior**: conceitos e contextos. Chapecó: Argos, 2013. p. 23-43.

BLOCH, Marianne N.; POPKEWITZ, Thomas S. Constructing the parent, teacher, and child: Discourses of development. In: SOTO, Lourdes Diaz (Ed.). **The politics of early childhood education**. New York: Peter Lang, 2000.

BOBBIO, Norbert. **Dicionário de política**. 10. ed. Brasília: Editora UnB, 1997. 674 p.

BOEIRA, Daniel Alves. **CPI do menor**: infância, ditadura e políticas públicas (Brasil, 1975-1976). 2018. 258 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

_____. **Uma “solução” para a menoridade na primeira república**: o caso do patronato agrícola de Anitápolis/SC (1918-1930). 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BONAMIGO, Irme. **Disciplina e Exclusão**: processos de institucionalização das práticas de atendimento voltadas às crianças e adolescentes pobres. Chapecó: Grifos, 1999. 168 p.

BRITES, Olga. Infância, higiene e saúde na propaganda (usos e abusos nos anos 30 a 50). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 249-278, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882000000100011>

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Políticas sociais, capital humano e infância em tempos neoliberais. In: RESENDE, Haroldo de (Org.). **Michael Foucault**: o governo da infância. São Paulo: Autêntica, 2015.

BUSS-SIMÃO, Márcia; ROCHA, Eloisa Acires Candal. Nota crítica sobre a composição de pedagogias para a educação infantil. **Em Aberto**, Brasília, v. 30, n. 100, p. 89-93, set./dez. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.30i100.3301>

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

CAMPOS, Raquel Discini de. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 45-70, jan./abr. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38775>>. Acesso em: 18 maio 2020.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1988.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Pedagogia da Escola Nova, produção da natureza infantil e controle doutrinário da escola. In: FREITAS, Marcos Cesar de; KUHLMANN JR., Moysés (Org.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 373-408.

_____. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cesar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016. p. 395-415.

CHARLOT, Bernard. **A mistificação pedagógica**: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. 2. ed. Rio de janeiro: Zahar, 1983. 314 p.

CHARTIER, Anne Marie. Paradoxos da obrigatoriedade escolar. In: VIDAL, Diana Gonçalves; FIGUEIREDO DE SÁ, Elisabeth; SILVA, Vera Lucia Gaspar (Org.). **Obrigatoriedade Escolar no Brasil**. Cuiabá: EduFMT, 2013. p. 421-438.

CIOTTA, Greizi; VALLE, Luciane do. **Pioneiros da Imprensa de Chapecó**: histórias de vida e trajetórias profissionais. Florianópolis: Insular, 2007.

COIMBRA, Cecília. **Operação Rio**: o mito das classes perigosas – um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro, Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001. 276 p.

COSSE, Isabella. La primacía de la infancia y la naturaleza de los vínculos filiales. In: LIONETTI, Lucía; COSSE, Isabella; ZAPIOLA, María Carolina (Comp.). **La historia de las infancias en América Latina**. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2018. p. 199-224.

DALLA RIVA, Monalisa; MARTINS, Tailine. **A história do primeiro jardim de infância de Chapecó (SC)**: década de 1940. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2018.

- DAMINELLI, Camila Serafim. **Governar, assistir, tolerar: uma história sobre infância e juventude em Florianópolis através das páginas de “o estado” (1979-1990).** 2013. 249 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.
- _____. **Uma fundação para o Brasil Jovem Menoridade e Políticas Sociais para infância e Juventude no Brasil (1964-1979).** 2019. 304 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.
- DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana.** Tradução e prefácio Edmundo Cordeiro. Lisboa: Ed. Veja; Passagens, 1996.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha.** Tradução Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1998.
- DIMENSTEIN, Gilberto. **A guerra dos meninos: assassinatos de menores no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1993.
- DONZELLOT, Jacques. **A polícia das famílias.** 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- FANON, Frantz. **Los condenados de la terra.** Buenos Aires: Fundo de Cultura Econômica, 1974.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de; SALES, Zeli Efigênia Santos de. Escolarização da infância brasileira: a contribuição do bacharel Bernardo Pereira de Vasconcelos. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Moysés (Org.). **Os intelectuais na história da infância.** São Paulo: Cortez, 2002. p. 245-266.
- _____; _____. Escolarização da infância brasileira: a contribuição do bacharel Bernardo Pereira de Vasconcelos. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Políticos, literatos, professoras, intelectuais: o debate público sobre educação em Minas Gerais.** Belo Horizonte: Mazza, 2009. p. 21-44.
- FICO, Carlos. **Reiventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.
- FINKELSTEIN, Barbara. La incorporacion de la infancia a la historia de la educación. **Revista de Educación**, Madrid, n. 281, p. 19-46, 1986.
- FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva:** curso no Collège de France (1972-1973). Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015. 323 p.
- _____. **História da Sexualidade I:** a vontade de saber. Tradução Maria Theresa da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 149 p.
- _____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- _____. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016. 448 p.

FRONTANA, Isabel da Cunha. **Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FUKUI, Lia Freitas G.; SAMPAIO, Efigênia Maria Sales; BRIOSCHI, Lucila Reis. A questão do trabalho infantil na grande imprensa paulista na década de 70. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 66, n. 152, p. 28-46, jan./abr. 1985.

GÉLIS, Jacques. A Individuação da Criança. In: ARIÉS, Philippe; CHARTIER, Roger (Org.). **História da Vida Privada 3: da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 311-329.

GOMES, Paulo de Oliveira; HASS, Monica. **A ação da Igreja Católica no bairro São Pedro**: um depósito de massa sobrante, 1959-1985. 1998. 62 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de História) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 1998.

GOUVEA, Aparecida Joly. O trabalho do menor: necessidade transfigurada em virtude. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 44, p. 55-62, fev. 1983. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20180710_cadernosdepesquisa_n.44fev1983_p.5_562_.pdf>. Acesso em: 18 maio 2020.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural na esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 398 p.

_____. **O discurso filosófico da modernidade**: doze lições. Tradução Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 290 p.

HASS, Monica. **O linchamento que muitos querem esquecer**: Chapecó, 1950-1956. Chapecó: Argos, 2003. 184 p.

_____. **Os partidos políticos e a elite chapecoense**: um estudo de poder local. Chapecó: Argos, 2001. 339 p.

_____; ALDANA, Myriam; BADALOTTI, Rosana Maria. O Plano Diretor de Chapecó (SC) e a possibilidade de um pacto social à luz dos princípios do Estatuto da Cidade. **Ciências Sociais**, São Leopoldo, v. 44, n. 3, p. 208-219, set./dez. 2008. DOI: <https://doi.org/10.4013/5285>

HERMES, Dirceu Luiz. Acervo midiático resgata a história da imprensa chapecoense. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO: GT de História da Midiologia, 3., 2005, Novo Hamburgo. **Anais...** Novo Hamburgo: Feevale, 2005. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/3o-encontro-2005-1/Acervo%20midiatico%20resgata%20a%20historia%20da.doc>>. Acesso em: 21 set. 2010.

HOBSBAW, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX – 1941-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KUHLMANN JR., Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 5-18, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a02.pdf>. Acesso: 17/11/2020.

_____. O jardim-de-infância e a educação das crianças pobres final do século XIX, início do século XX. In: MONARCHA, Carlos (Org.). **Educação da infância brasileira: 1875-1983**. Campinas: Autores Associados, 2001.

_____; LEONARDI, Paula. História da educação no quadro das Relações Sociais. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 21, n. 5, p. 207-227, jan./abr. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/66163>

KOSMINSKY, Ethek Volfzon. Internados – os filhos do Estado padrasto. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 155-180.

LAZAROTTO, Aline Fátima; AREND, Silvia Maria Fávero. Imprensa no Oeste de Santa Catarina: um discurso em prol da instrução pública para as crianças durante o Estado Novo. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 20, n. 45, p. 248-266, set./dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.22562/2020.53.13>

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 2015. (Coleção Repertórios).

LEFEBVRE, Henri. **Introducción a la modernidad**. Tradução Damaso Alvarez-Monteagudo Rizo. Madrid: Editorial Tecnos, 1971.

_____. **O direito a cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira et al. Uma crítica às estratégias de comunicação na campanha do UNICEF “Está em suas mãos proteger nossas crianças”. **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 185-206, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.22456/2238-152X.50389>.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1986.

LIMA, Nicolle Taner de. **Os meninos na casa do pequeno jornaleiro**: institucionalização, protagonismo e trajetórias (Curitiba, 1960-1978) 2017. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

LOBATO, Monteiro. **Idéias de Jeca Tatu**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1956.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. O tempo da notícia: cidade, ditadura e redemocratização nas páginas de O Estado (Florianópolis, SC, 1964-1985). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 121-147, dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.30624>

_____. Relações políticas e ditadura: do consórcio autoritário à transição controlada. In: BRANCHER, Ana Lice; LOHN, Reinaldo Lindolfo (Org.). **Histórias na Ditadura**: Santa Catarina (1964-1985). Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. v. 1, p. 17-60.

LONDOÑO, Torres Fernando. A origem do conceito menor. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996. p. 129-145.

LORENSET, Odimar. **Em nome de Deus e da Elite**: dispositivos disciplinares para a distinção no grupo escolar Bom Pastor (1947-1961). 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MACHADO JUNIOR, Claudio de Sá. Fotografias, imprensa de variedades e educação: discursos visuais e textuais sob o foco de uma pedagogia da revista. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 19, n. 47, p. 109-128, set./dez. 2015. DOI: 10.1590/2236-3459/47454

MACHADO NETO, Zahidé. Meninos trabalhadores. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 31, p. 95-101, 1979. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1671/1657>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MAGALDI, Ana Maria; XAVIER, Libânia Nacif (Org.). **Impressos e história da educação: usos e destinos**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A lenta construção dos direitos da criança brasileira. Século XX. **Revista USP**, São Paulo, n. 37, p. 46-57, mar./maio 1998. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i37p46-57>

_____. De criança a escolar. In: SOUZA, Gizele de (Org.). **Educar na infância: perspectivas histórico-sociais**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 41-66.

_____. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 2006. 331 p.

MEIRELES, Cecília. **Crônicas de educação**. 2. ed. São Paulo: Global, 2017. v. 3.

MIRANDA, Humberto. Em busca da família ideal: a Funabem, o abandono de crianças e a política de “manutenção do menor no lar” (Pernambuco, 1960-1970). In: AREND, Silvia Maria Fávero; MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de; SOSENSKI, Susana (Org.). **Infâncias e juventudes no século XX: histórias latino-americanas**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2018. p. 285-304.

_____. **Nos tempos das Febems**: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco, 1964-1985). 2014. 348 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

MODESTI, Tatiane. **A escola pública primária em Chapecó**: nacionalização e modernização entre o rural e o urbano (1930-1945). 2011. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. **A proteção da criança no cenário internacional**. Belo Horizonte: Livraria Del Rey, 2005.

MONTEIRO, Charles. História e Fotojornalismo: reflexões sobre o conceito e a pesquisa na área. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 17, p. 64-89, jan./abr. 2016. DOI: 10.5965/2175180308172016064

MOODY, Zoe. **Les droits de l'enfant**: Genèse, institutionnalisation et diffusion (1924-1989). Neuchâtel: Éditions Alfril, 2016. 421 p.

NÓVOA, António. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; CATANI, Denice Bárbara (Org.). **Educação em revista**: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 35-47.

OLIVEIRA, Licério. “**Estado do Iguaçu**”: o regionalismo em questão. 1999. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

PAIM, Elison Antonio. **Industrialização e Educação**. Chapecó: Argos, 2003. 71 p.

PANAROTTO, Demétrio. **Ares-condicionados**. Florianópolis: Nave, 2015. 120 p.

PARISOTO, Clarissa Vinhas Furlanetto. **A atuação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora em Chapecó (1947-1985)**. 2013. 131 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2013.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 347-375.

_____. Crianças carentes e políticas públicas. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da Infância no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016. p. 347-375.

_____. O menor no Brasil Republicano. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996. p. 146-175.

PEREIRA, Ariane. **Ser mãe é...** A maternidade normalizada pelo discurso jornalístico. Curitiba: Appris, 2018.

PEREIRA, Moacir. **Imprensa e Poder**: a comunicação em Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli; FCCC Edições, 1992. 172 p.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Prefácio. In: ASSIS, Francisco de (Org.). **Imprensa do interior**: conceitos e contextos. Chapecó: Argos, 2013. p. 9-12.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os Pobres da Cidade**: vida e trabalho (1880-1920). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994. 156 p.

PETROLI, Francismar Ilha da Silva. **Um “desejo de cidade”, um “desejo de modernidade” (Chapecó, 1931-1945)**. 2008. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1994. 376 p.

PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PONTE, Maria Cristina Mendes da. **Crianças em notícia**: a construção da infância pelo discurso jornalístico (1970-2000). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

PRIGOL, Valdir. A construção do espaço jornalístico. O grande teatro da pequena elite chapecoense. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 1, n. 1, p. 65-73, jul. 1994.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. Foucault, o unanismo e a criança. In: RESENDE, Haroldo de (Org.). **Michel Foucault**: o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

REIS, José Roberto Franco. “De pequenino é que se torce o pepino”: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 135-157, mar./jun. 2000. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702000000200007>

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. Chapecó: Argos, 2006. 250 p.

_____. **Migrações**: de ontem e de hoje. Chapecó: Grifos, 1999. 88 p.

_____. **Questões sobre migração urbana e êxodo rural em Chapecó**. Chapecó, 1991. (mimeografado)

RESENDE, Haroldo de. A infância sob o olhar da Pedagogia: traços da escolarização na Modernidade. In: _____ (Org.). **Michel Foucault**: o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 127-140.

RIBEIRO, Ivanir. “**Se não usar uniforme não entra**”: o uniforme escolar na Escola Técnica Federal de Santa Catarina (1962-1983). 2012. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

RIOS, Gomes Valesca. “As consequências de uma ração diária”: construções acerca da criança telespectadora na década de 1970. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., 2019, Recife. **Anais...** Recife: ANPUH-Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565318121_ARQUIVO_ASCONSEQUENCIASDEUMARACAOIDIARIA.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2020.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 97-151.

_____. **O século perdido:** raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011. 224 p.

_____; CELESTINO, Sabrina. A cultura da institucionalização e a intensificação das práticas de confinamento de crianças e adolescentes sob a égide da Funabem. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016. p. 229-249.

RODRIGUES, Alexandrino Gutemberg. **Os filhos do mundo:** a face oculta da Menoridade (1964-1979). São Paulo: IBCCRIM, 2001. 287 p.

ROSE, Nikolas. **Inventando nossos selves:** psicologia, poder e subjetividade. Coordenação e tradução Arthur Arruda Leal Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ROSEMBERG, Fúlvia. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da Infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2016. p. 205-228.

_____. Niños pequeños en la agenda de políticas para la infancia: representaciones sociales y tensiones. In: PALACIOS, Jesús; CASTAÑEDA, Elsa (Org.). **La orimera infancia (0-6 años) y su futuro.** Madri: OEI, 2009. p. 49-62.

_____. Sísifo e a educação infantil brasileira. **Pro-Posições**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 177-194, jan./abr. 2003. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2183/40-artigos-rosembergf.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

ROSSETTO, Santo. Síntese Histórica da Região Oeste. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 4, n. 1-2, p. 7-11, 1989. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2105>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da Educação.** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SANTOS, Luciana Mara Espíndola. **Infâncias por escrito.** “O Estadinho”: um suplemento infantil catarinense (1972-1987). 2017. 360 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SANTOS, Marco Antônio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século XX. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 210-230.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia.** Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

_____. O legado educacional do regime militar. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622008000300002>

SILVA, Claiton Marcio da; HASS, Monica. “O oeste catarinense não pode parar aqui”. Política, agroindústria e uma história do ideal de progresso em Chapecó (1950-1969). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 338-374, maio/ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.5965/2175180309212017338>

SILVA, Cristiani Bareta da. A invenção do futuro do Brasil: usos políticos do passado na Veja (1968-1978). In: AREND, Silvia Maria Fávero (Org.). **Um país impresso: história do tempo presente e revistas semanais no Brasil – 1960-1980**. Curitiba: CRV, 2014.

SILVA, Éder Roberto da. **O movimento nacional pela reforma urbana e o processo de democratização do planejamento urbano no Brasil**. 2003. 143 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.

SIQUEIRA, Gustavo Henrique de. **Os donos do “Celeiro do progresso”**: redes sociais e política (Chapecó, 1956-1977). 2016. 289 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SNYDERS, Georges. **Pedagogia progressista**. Coimbra: Almedina, 1974.

STEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilante da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X01903708>

THOMAS, Rosane. **Programa de Assistência Brasileiro-Americanana ao Ensino Elementar (PABAEE) e os ideários de Educação Infantil em Chapecó – década de 1970**. 2018. 48 f. Monografia (Especialização em Pedagogia) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2018.

TUMELERO, Micheli Rodrigues. **A Legião Brasileira de Assistência e os investimentos feitos sobre as mulheres e as crianças na construção de uma “Nova” Chapecó - SC (1940-1960)**. 2010. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/479/ppgh_udesc_dissert_michele_rodrigues_tumelero.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.

VARJÃO, Suzana. **Violações de direitos na mídia brasileira**: pesquisa detecta quantidade significativa de violações de direitos e infrações a leis no campo da comunicação de massa. Brasília, DF: ANDI, 2016. 148 p. Disponível em: <<https://www.andi.org.br>>. Acesso em: 23 fev. 2021.

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 25., 2002, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPEd, 2002. p. 90-170. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/275/27502108.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

_____. As crianças na história da educação. In: SOUZA, Gizele de (Org.). **Educar na infância: perspectivas histórico-sociais**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 21-40.

_____. Trabalho infantil e escolarização: questões internacionais e o debate nacional (1890-1944). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 43, n. 4, p. 272-332, out./dez. 2016. DOI: <http://doi.org/10.4025/rbhe.v16i4.822.pt>

VEIGA-NETO, Alfredo. Anotações sobre as relações entre teoria e prática. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 113-140, mar./jun. 2015. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2015/10/Revista-Filosofia-da-Educa%a7%a3o-v20-n1-1.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

VIEIRA, Lívia Maria. Mal necessário: creches no departamento nacional da criança (1940-1970). **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 67, p. 3-16, nov. 1988. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1215/1220>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

_____. Políticas de Educação Infantil no Brasil no século XX. In: SOUZA, Gizele de (Org.). **Educar na infância**: perspectivas histórico-sociais. São Paulo: Contexto, 2017. p. 141-154.

VOGEL, Arno. Do Estado ao Estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. In: PIOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 287-321.

VOJNIAK, Fernando. “**Iluminar a inteligência e educar a afetividade**”: uma história do gênero masculino no Oeste Catarinense (1950-1970). 2004. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

WAGNER, Altair. **E... Chapecó levantou vôo**. Florianópolis: De Letra, 2005. 238 p.

WERLANG, Alceu Antonio. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense**: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Chapecó: Argos, 2006. 149 p.

Fontes documentais

Jornal Correio do Sul

CORREIO DO SUL. **As crianças aprendem o que vivem**. Chapecó, ano 1, ed. 9, p. 10, 8 out. 1977.

_____. **As empregadas domésticas**. Chapecó, ano 1, ed. 16, p. 8, 26 nov. 1977.

_____. Chapecó, ano 1, ed. 8, p. 9, 1 out. 1977.

_____. Chapecó, ano 1, ed. 9, p. 8-9, 8 out. 1977.

_____. Chapecó, ano 1, 17 dez. 1977.

- _____. Chapecó, ano 1, ed. 20, p. 25, 24 dez. 1977.
- _____. Chapecó, ano 1, ed. 23, p. 6, 14 jan. 1978.
- _____. Chapecó, ano 1, ed. 33, Capa, mar. 1978.
- _____. Chapecó, ano 1, ed. 42, p. 12, 27 maio 1978.
- _____. Chapecó, ano 1, ed. 43, Capa, jun. 1978.
- _____. Chapecó, ano 1, ed. 49, p. 7, 11 ago. 1978.
- _____. Chapecó, ano 2, ed. 51, p. 3, 25 ago. 1978.
- _____. Chapecó, ano 2, ed. 68, p. 6, 22 dez. 1978.
- _____. Chapecó, ano 2, 12 jan. 1979.
- _____. **Criança usou Maverik para matar outra.** Chapecó, ano 1, ed. 8, Capa, 1 out. 1977.
- _____. **Cura Pop e Poc.** Chapecó, ano 2, ed. 63, Capa, 17 nov. 1978.
- _____. **Delinquência:** uma chaga social. Chapecó, ano 1, ed. 18, Capa, 10 dez. 1977.
- _____. **Delinquência:** uma chaga social: soluções. Chapecó, ano 1, ed. 18, p. 16, 10 dez. 1977.
- _____. **Desconfigurado pela cadeia.** Chapecó, ano 1, ed. 9, p. 9, 8 out. 1977.
- _____. **Editorial.** Chapecó, ano 1, ed. 25, 28 jan. 1978.
- _____. **Editorial, por Alencar de Athayde.** Chapecó, ano 1, ed. 8, p. 2, 1 out. 1977.
- _____. **Educação pré-primária, uma necessidade.** Chapecó, ano 2, ed. 70, p. 16, 5 jan. 1979.
- _____. **És Cristão?** Chapecó, ano 1, 3 nov. 1978.
- _____. **Fucabem assinará convênios.** Chapecó, ano 1, ed. 34, Capa, 1 abr. 1978.
- _____. **Inaugurada Vara de Menores.** Chapecó, ano 1, ed. 42, Capa, 27 maio 1978.
- _____. **José Machado:** O menino que estava na cadeia agora é levado a Florianópolis. Chapecó, ano 1, ed. 11, Capa, 22 out. 1977.
- _____. **Levantamento sócio econômico nos bairros.** Chapecó, ano 1, ed. 6, p. 16, 17 set. 1977.
- _____. **Mais de mil casais vão divorciar-se em Chapecó.** Chapecó, ano 1, ed. 11, Capa, 22 out. 1977.

- _____. **Mazaropi levado à Florianópolis**. Chapecó, ano 1, ed. 11, p. 14, 22 out. 1977.
- _____. **Menor na cadeia de Chapecó desde os seis anos de idade**. Chapecó, ano 1, ed. 9, Capa, 8 out. 1977.
- _____. **Nós te amamos, mãe preta**. Chapecó, ano 2, ed. 51, Capa, 25 ago. 1978.
- _____. **Nova promoção da FUCABEM para menores carentes**. Chapecó, ano 1, ed. 24, p. 12, 21 jan. 1978.
- _____. **O Ano é Criança**. Chapecó, ano 2, ed. 71, p. 3, 5 jan. 1979.
- _____. **O banho do bebê**. Chapecó, ano 1, ed. 20, p. 6, 24 dez. 1977.
- _____. **O futuro está nas crianças**. Chapecó, ano 1, ed. 35, p. 2, 8 abr. 1978.
- _____. **Os anjos de cara suja**. Chapecó, ano 3, ed. 110, Capa, 21 a 27 nov. 1979.
- _____. **Os anjos de cara suja**: o que a FUCABEM está fazendo por eles. Chapecó, ano 3, ed. 109, p. 5, 14 a 21 nov. 1979.
- _____. **Parques e praças**. Chapecó, ano 1, ed. 58, p. 13, 13 out. 1978.
- _____. **Pediatra sugere amamentação dos filhos**. Chapecó, ano 1, ed. 5, p. 3, 10 set. 1977.
- _____. **Posição** (editorial). Chapecó, ano 3, ed. 81, 27 mar. 1979.
- _____. **Redação**: A chapecoense, os índios do Oeste e a história do pequeno prisioneiro. Chapecó, ano 1, ed. 9, p. 2, 8 out. 1977.
- _____. **Rua de Lazer**. Chapecó, p. 7, 3 set. 1977.
- _____. **Subúrbios de uma cidade**. Chapecó, ano 1, ed. 15, Capa, 19 nov. 1977.
- _____. **Subúrbios de uma cidade**. Chapecó, ano 1, ed. 15, p. 12, 19 nov. 1977.
- _____. **Teatro**: Denize Barella, chapecoense, é destaque nacional. Chapecó, ano 2, ed. 91, p. 12, 1 jun. 1979.
- _____. **Televisão**: a destruição humana? Chapecó, ano 1, ed. 9, p. 8-10, 8 out. 1977.
- _____. **Televisão**: um sério problema na Educação dos Filhos. Chapecó, ano 1, ed. 9, Capa, 8 out. 1977.

Jornal Folha d'Oeste

FOLHA D'OESTE. 12 fatos acerca do estado da infância nos países em desenvolvimento.
Chapecó, 3 mar. 1979.

- _____. **1979: Ano Internacional da Criança.** Chapecó, ano 15, ed. 712, p. 2, 3 fev. 1979.
- _____. **7 dicas para ajudar as crianças.** Chapecó, ano 15, ed. 710, p. 7, 20 jan. 1979.
- _____. **Agora Chapecó vai pisar em cima do progresso.** Chapecó, 3 mar. 1979.
- _____. **A invasão dos engraxates.** Chapecó, ano 15, ed. 442, p. 13, 8 set. 1973.
- _____. **A opinião de Celso Nunes Moura.** Chapecó, ano 15, ed. 708, p. 7, 6 jan. 1979.
- _____. **A palavra do ministro, L. G. do Nascimento e Silva.** Chapecó, ano 15, ed. 715, p. 14, 24 fev. 1979.
- _____. **Apesar de tudo, a roubalheira continua.** Chapecó, ano 8, ed. 310, p. 3, 21 ago. 1971a.
- _____. **Assistência aos menores.** Chapecó, ano 14, ed. 683, p. 13, 8 jul. 1978.
- _____. **A tribuna dos municípios.** Chapecó, ano 3, ed. 90, p. 4, 11 jan. 1967.
- _____. **Centro de Promoção do Menor.** Chapecó, ano 13, ed. 679, p. 12, 3 jun. 1978.
- _____. **Chapecó: cidade rica onde a mendicância impera.** Chapecó, 19 ago. 1967.
- _____. **Chapecó terá inspetor de Menores.** Chapecó, ano 8, ed. 310, p. 3, 21 ago. 1971b.
- _____. Chapecó, ano 3, ed. 89, Capa, 24 dez. 1966.
- _____. Chapecó, ano 3, ed. 648, Capa, 22 out. 1970.
- _____. **José Machado.** Chapecó, ano 12, ed. 647, p. 10, 15 out. 1977.
- _____. **Conhecendo a verdade.** Ano I da Criança (conclusões). Chapecó, ano 15, ed. 734, p. 11, 21 jul. 1979.
- _____. **Conhecendo a Verdade.** Chapecó, ano 15, ed. 745, p. 11, 13 out. 1979.
- _____. **Conhecendo a Verdade.** Chapecó, ano 15, ed. 733, p. 11, 14 jul. 1979.
- _____. **Conhecendo a Verdade.** Chapecó, ano 15, ed. 730, p. 11, 16 jun. 1979.
- _____. **Criança.** Ano I, Gabriel dos Anjos. Chapecó, p. 2, 27 out. 1979.
- _____. **Crianças terão festa hoje no índio Condá.** Chapecó, ano 14, ed. 697, p. 8, 14 out. 1978.
- _____. **De pequenino que se torce o pepino.** Chapecó, ano 13, ed. 660, p. 8, 21 jan. 1978.
- _____. **Direito.** Chapecó, 3 mar. 1979.

- _____. **Editorial.** Chapecó, ano 12, ed. 643, p. 2, 17 set. 1977.
- _____. **Fraternidade, uma dessas coisas chocantes.** Chapecó, ed. 263, Capa, 4 jul. 1970.
- _____. **FUCABEM recolherá menores nas ruas segunda-feira.** Chapecó, ano 13, ed. 676, p. 3, 13 maio 1978.
- _____. **FUCABEM regional e suas atividades.** Chapecó, ano 15, ed. 717, p. 5, 10 mar. 1979.
- _____. **Mãe, milagres repetidos.** Chapecó, ano 15, ed. 725, Capa, 12 maio 1979.
- _____. **Mendicância é cartão de visita da cidade.** Chapecó, 15 jul. 1967.
- _____. **Não dê esmolas.** Chapecó, ano 15, ed. 488, p. 10, 10 ago. 1974a.
- _____. **Nossa gente/PMC/CODEC.** Chapecó, 2 dez. 1978.
- _____. **O Ano Internacional da criança poderá tornar-se um ano histórico.** Chapecó, ano 15, ed. 715, p. 14, 24 fev. 1979.
- _____. **O Leãozinho.** Chapecó, ano 13, p. 15, 1978.
- _____. **O mundo é de quem quer ver.** Chapecó, ano 13, 1 abr. 1978.
- _____. **Olha o futuro de Santa Catarina sorrindo para você.** Chapecó, 8 set. 1979.
- _____. **Povo não entendeu o apelo da Cajuja.** Esmoleiros continuam como antes. Chapecó, 22 fev. 1969.
- _____. **Povo que tem bom gosto, ilumina sua cidade.** Chapecó, 6 out. 1974.
- _____. **Plano Estadual de Educação.** Chapecó, ano 6, ed. 211, Capa, 23 ago. 1969.
- _____. **Problema do Menor – uma preocupação constante (FUCABEM).** Chapecó, ano 13, ed. 681, p. 14, 24 jun. 1978.
- _____. **Pro-menor ganha Kombi.** Chapecó, ano 15, ed. 488, p. 10, 10 ago. 1974b.
- _____. **Reconstituição de Crime em Passo Fundo.** Chapecó, ano 8, ed. 310, 21 ago. 1971c.
- _____. **Resposta a um desafio.** Chapecó, ano 7, 15 maio 1970.
- _____. **Sander coloca sob proteção social especial quatro áreas verdes.** Chapecó, ano 15, ed. 729, Capa, 9 jun. 1979.
- _____. **Um caso desolador.** Chapecó, ano 7, ed. 233, p. 8, 2 fev. 1970.

_____. **Um quadro desolador, um desafio aos Chapecoenses.** Chapecó, ano 7, ed. 233, 7 fev. 1970.

_____. **Ver as coisas pela primeira vez.** Chapecó, ano 15, ed. 710, p. 12, 20 jan. 1979.

APÊNDICE A – JORNAL *CORREIO DO SUL*

Nº	Peças	Dados
01	Avó detesta preto e mata neto (Capa)	<p>Ano 1. Edição 1. Capa, p. 1. Data: 13/08/1977.</p> <p>Conteúdo temático: Maus-tratos (capa);</p> <p>Zona: Inferior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela fonte e imagem</p> <p>Gênero: Fotoreportagem</p> <p>Localização Geográfica: Local</p> <p>Espaço: Interno</p> <p>Vozes: não disponível</p> <p>Fonte: não disponível</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagem: adulta (mãe da criança), branca;</p> <p>Ano 1. Edição 1. P. 10. Data: 13/08/1977.</p> <p>Conteúdo temático: Maus – tratos (reportagem).</p> <p>Zona: Superior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela fonte</p> <p>Gênero: Reportagem</p> <p>Localização Geográfica: Local</p> <p>Espaço: Interno</p> <p>Vozes: policial, família, vizinhos</p> <p>Fonte: não disponível</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagem: não disponível</p>
02	Filhos ou pílulas (Capa)	<p>Ano 1. Edição 1. Capa, p. 1. Data: 13/08/1977.</p> <p>Conteúdo temático: abandonada</p> <p>Zona: superior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela fonte</p> <p>Gênero: Chamada de capa</p> <p>Localização Geográfica: Local</p> <p>Espaço: não disponível</p> <p>Vozes: não disponível</p> <p>Fonte: não disponível</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagem: não disponível</p> <p>Ano 1. Edição 1. P. 8 e 9. Data: 13/08/1977.</p> <p>Conteúdo temático: Família (reportagem)</p> <p>Zona: peça única na página</p> <p>Valorização: gráfica pela fonte e imagem</p> <p>Gênero: Reportagem</p> <p>Localização Geográfica: Local</p> <p>Espaço: Interno</p> <p>Vozes: Governo, padre, médico e enfermeira,</p> <p>Fonte: não disponível</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagem: fotos do médico, padre e assistente social</p>
03	Filhos de ninguém	<p>Ano 1. Edição 1. P. 8 e 9. Data: 13/08/1977.</p> <p>Conteúdo temático: Criança abandonada</p> <p>Zona: Superior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela fonte</p> <p>Gênero: Crônica</p> <p>Localização Geográfica: Local</p> <p>Espaço: interno</p> <p>Vozes: não disponível</p> <p>Fonte: não identificável</p>

		Assinatura: peça assinada por alguém do gênero masculino (Bandeira) Imagen: não disponível
04	Sexo em família (Capa)	<p>Ano 1. Edição 3. Capa, p. 1. Data: 27/08/1977. Conteúdo temático: Maus – tratos (capa); Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela fonte e imagem Gênero: Chamada de capa: Fotocomentário Localização Geográfica: Local Espaço: não disponível Vozes: não disponível Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: homem adulto, branco, posição social não visível</p> <p>Ano 1. Edição 3. P. 4. Data: 27/08/1977. Conteúdo temático: Maus – tratos Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela fonte e imagem Gênero: Reportagem Localização Geográfica: Local Espaço: interno Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: homem adulto, branco, posição social não visível</p>
05	“Enviado de Deus” (Capa)	<p>Ano 1. Edição 3. Capa, p. 1. Data: 27/08/1977. Conteúdo temático: Espaço público a Zona: superior da página Valorização: gráfica pela fonte e imagem Gênero: Chamada de capa - Fotocomentário Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: duas imagens de pessoas seguidoras de um religioso; há crianças de colo junto com adultos, de ambos os sexos.</p>
06	Rua de Lazer	<p>Ano 1. Edição 4. P. 7. Data: 03/09/1977. Conteúdo temático: Trabalhadora Zona: intermediária da página Valorização: não identificável Gênero: Reportagem Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça assinada por uma pessoa feminino (EVA) Imagen: não disponível</p>
07	Pediatra sugere amamentação dos filhos	<p>Ano 1. Edição 5. P. 3. Data: 10/09/1977. Conteúdo temático: Família Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Notícia Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: especialistas médicos Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: não disponível</p>

08	Sociedade- Aniversário Giselle Lanzini	<p>Ano 1. Edição 5. P. 9. Data: 10/09/1977.</p> <p>Conteúdo temático: Família</p> <p>Zona: superior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem</p> <p>Gênero: Coluna</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: não identificável</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: não identificável</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagen: 01 crianças; 6-10 anos; posição social visível;</p>
09	Sociedade- Aniversário Jaqueline Maffessoni	<p>Ano 1. Edição 5. P. 9. Data: 10/09/1977.</p> <p>Conteúdo temático: Família</p> <p>Zona: superior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem</p> <p>Gênero: Coluna</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: não identificável</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: não identificável</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagen: 01 crianças; 11-14 anos; posição social visível;</p>
10	O drama de viver com um alcoólatra (Capa)	<p>Ano 1. Edição 6. Capa, p. 1. Data: 17/09/1977.</p> <p>Conteúdo temático: Família</p> <p>Zona: peça principal da página</p> <p>Valorização: gráfica pela fonte e imagem</p> <p>Gênero: Chamada de capa: Fotocomentário</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: não identificável</p> <p>Vozes: não disponível</p> <p>Fonte: não identificável</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagen: 03 crianças; idades não identificadas; posição social visível; 02 adultos, brancos;</p>
11	Oeste ganhará escola para menores (capa)	<p>Ano 1. Edição 6. Capa, p. 1. Data: 17/09/1977.</p> <p>Conteúdo temático: Criança abandonada</p> <p>Zona: intermediária da página</p> <p>Valorização: gráfica pela fonte</p> <p>Gênero: não aplicável</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: não identificável</p> <p>Vozes: não disponível</p> <p>Fonte: não disponível</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagen: não disponível</p>
12	60 crianças vitimizadas por desidratação (Capa)	<p>Ano 1. Edição 6. p. 1. Data: 17/09/1977.</p> <p>Conteúdo temático: Criança abandonada (Capa);</p> <p>Zona: inferior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela fonte</p> <p>Gênero: Chamada de capa</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: não identificável</p> <p>Vozes: não disponível</p> <p>Fonte: não disponível</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagen: não disponível</p> <p>Ano 1. Edição 6. P. 16. Data: 17/09/1977.</p> <p>Conteúdo temático: Criança abandonada</p> <p>Zona: intermediária da página</p>

		Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Notícia Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: especialistas médicos Fonte: agências de informação e fontes de rotina (hospitalares) Assinatura: peça não assinada Imagen: não disponível
13	O homem e a alimentação	Ano 1. Edição 6. P. 4. Data: 17/09/1977. Conteúdo temático: Criança abandonada Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Artigo Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: técnicos sociais Fonte: não identificável Assinatura: Peça assinada por personalidade exterior ao jornal (Marisa Colombo Ext. de Bem-Estar Social. ACARESC – Chapecó/SC). Imagen: 1, sexo feminino, idade: 3-4, cor morena, posição social visível
14	Levantamento socioeconômico constata: bairros precisam de mais assistência	Ano 1. Edição 6. P. 16. Data: 17/09/1977. Conteúdo temático: Criança abandonada Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Reportagem Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: técnicos sociais Fonte: agências de informação e fontes de rotina (hospitalares) Assinatura: peça não assinada Imagen: foto de profissionais da saúde orientando grupo de professores
15	Escola prestará assistência odontológica	Ano 1. Edição 7. P. 5. Data: 24/09/1977. Conteúdo temático: Criança Aluno Zona: superior da página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Notícia Localização Geográfica: local Espaço: interior Vozes: familiares Fonte: fontes públicas Assinatura: peça não assinada Imagen: não disponível
16	Sociedade Aniversário: “Completou 4 aninhos”	Ano 1. Edição 7. P. 12. Data: 24/09/1977. Conteúdo temático: Família Zona: superior da página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: sem fontes Assinatura: peça não assinada Imagen: não disponível
17	O que pensam os pobres dos ricos? E os ricos dos pobres? (Capa)	Ano 1. Edição 8. Capa. Data: 01/10/1977. Conteúdo temático: Criança abandonada Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte

		<p>Gênero: reportagem Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: sem fontes Assinatura: peça não assinada Imagem: criança em imagem 2, ambos os sexos, idade 11-14, cor negra e branca, espaço não identificável, posição social visível</p> <p>Ano 1. Edição 8. P. 8 e 9. Data: 01/10/1977.</p> <p>Conteúdo temático: Criança abandonada</p> <p>Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Reportagem Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: Um advogado e quase duas dezenas de pessoas de diferentes classes sociais. Foram entrevistadas pelo jornal Fonte: sem fontes Assinatura: peça não assinada</p>
18	Criança usou Maverik para matar outra	<p>Ano 1. Edição 8. Capa. Data: 01/10/1977.</p> <p>Conteúdo temático: Criança Infratora (Capa)</p> <p>Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Chamada de capa Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não disponível Fonte: sem fontes Assinatura: peça não assinada Imagem: não disponível</p> <p>Ano 1. Edição 8. P. 9. Data: 01/10/1977.</p> <p>Conteúdo temático: Criança infratora</p> <p>Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Reportagem Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: outras fontes (testemunhas) Fonte: sem fonte Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 do veículo</p>
19	Rápidas e Boas: Baile infantil	<p>Ano 1. Edição 8. P. 2. Data: 01/10/1977.</p> <p>Conteúdo temático: Espaço público</p> <p>Zona: inferior da página Valorização: não identificável Gênero: Notícia Localização Geográfica: regional Espaço: exterior Vozes: outras fontes (associação de pais) Fonte: sem fontes Assinatura: peça não assinada Imagem: não disponível</p>
20	Sindicato dos trabalhadores rurais de Quilombo	<p>Ano 1. Edição 8. P. 4. Data: 01/10/1977.</p> <p>Conteúdo temático: Criança abandonada</p> <p>Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Reportagem Localização Geográfica: regional</p>

		<p>Espaço: exterior Vozes: outras fontes (moradores) Fonte: sem fontes Assinatura: Sindicato dos Moradores Rurais de Quilombo Imagem: foto de um casal de idosos e ao lado, 01 crianças, sexo masculino, 11-14 anos, negro, posição social visível;</p>
21	Sequestro no bairro: menor de 13 anos	<p>Ano 1. Edição 8. P. 8. Data: 01/10/1977. Conteúdo temático: Maus-tratos Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Notícia Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: familiares Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: não disponível</p>
22	Menor na cadeia de Chapecó desde os seis anos de idade (Capa)	<p>Ano 1. Edição 9. Capa. Data: 08/10/1977. Conteúdos temáticos: Infratora Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Chamada de capa: Fotolegenda Localização Geográfica: local Espaço: interior Vozes: não identificável Fonte: sem fontes Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 crianças, 11 -14 anos, branco, posição social visível</p> <p>Ano 1. Edição 9. P. 8 e 9. Data: 08/10/1977. Conteúdo temático: Criança infratora Zona: peça única na página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Reportagem Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: fontes policiais, judiciais, especialistas médicos Fonte: agências de informação e fontes de rotina Assinatura: peça assinada por jornalista masculino (Bandeira) Imagem: 03 fotos de crianças; 11-14 anos, branco, posição social visível</p>
23	Outra criança recém-nascida abandonada (Capa)	<p>Ano 1. Edição 9. Capa. Data: 08/10/1977. Conteúdos temáticos: Criança Abandonada Zona: superior da página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Chamada de capa. Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: sem fontes Assinatura: peça não assinada</p> <p>Ano 1. Edição 9. P. 4. Data: 08/10/1977. Conteúdo temático: Criança abandonada Zona: superior da página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Reportagem Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: familiares</p>

		<p>Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: não disponível</p>
24	Televisão: um sério problema na Educação dos Filhos	<p>Ano 1. Edição 9. Capa. Data: 08/10/1977. Conteúdos temáticos: Criança aluno Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Chamada de capa: fotolegenda Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: professores, educadores Fonte: sem fontes Assinatura: peça não assinada</p> <p>Ano 1. Edição 9. P. 10. Data: 08/10/1977. Conteúdo temático: Criança aluno Zona: peça única na página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: notícia Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: crianças, professores, educadores, outras fontes (pesquisas) Fonte: fontes públicas e institucionais Assinatura: peça assinada por jornalista masculino (Bandeira) Imagem: Criança em imagem e texto: Várias idades, 0-2, 3-5, Cor: presença conjunta, posição social visível</p>
25	Redação: A chapecoense, os índios do Oeste e a história do pequeno prisioneiro	<p>Ano 1. Edição 9. P. 2. Data: 08/10/1977. Conteúdos temáticos: Criança Abandonada Zona: superior da página Valorização: não identificável Gênero: Editorial Localização Geográfica: regional Espaço: exterior Vozes: sem fontes Fonte: agências de informação e fontes de rotina Assinatura: peça assinada por jornalista masculino (Alencar de Athayde) Imagem: não disponível</p>
26	O quinto estupro da semana	<p>Ano 1. Edição 9. P. 4. Data: 08/10/1977. Conteúdo temático: Maus-tratos Zona: superior da página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Notícia Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: fontes policiais, familiares Fonte: agencia de informações e fontes de rotina (policiais) Assinatura: peça não assinada Imagem: não disponível</p>
27	José Machado: O menino que estava na cadeia agora é levado a Florianópolis	<p>Ano 1. Edição 11. Capa, p. 1. Data: 22/10/1977. Conteúdo temático: Criança infratora (capa) Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Chamada de capa: fotolegenda Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: não identificável Fonte: sem fontes Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 crianças, branco, 11-14 anos, posição social visível</p>

		<p>Ano 1. Edição 11. P. 14. Data: 22/10/1977.</p> <p>Conteúdo temático: Criança abandonada (reportagem) “Mazaropi” levado à Florianópolis”</p> <p>Zona: superior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem e fonte</p> <p>Gênero: Reportagem</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: exterior</p> <p>Vozes: técnicos sociais, fontes judiciais, fontes policiais</p> <p>Fonte: agências de informação e fontes de rotina</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagem: 01 crianças, branco, 11-14 anos, posição social visível</p>
28	Mais de mil casais vão divorciar-se em Chapecó	<p>Ano 1. Edição 11. Capa. Data: 22/10/1977.</p> <p>Conteúdo temático: Família (capa)</p> <p>Zona: peça principal da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem e fonte</p> <p>Gênero: Chamada de capa: fotolegenda</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: exterior</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: sem fontes</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagem: 01 casais de homem e mulher, brancos, posição social visível</p> <p>Ano 1. Edição 11. P. 8 e 9. Data: 22/10/1977.</p> <p>Conteúdo temático: Família (reportagem)</p> <p>Zona: superior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem e fonte</p> <p>Gênero: Reportagem</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: exterior</p> <p>Vozes: crianças e outras fontes (advogados)</p> <p>Fonte: sem fontes</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagem: 01 fotos da advogada colaboradora; branca, posição social visível</p>
29	Casas Chapecó	<p>Ano 1. Edição 11. P. 7. Data: 22/10/1977.</p> <p>Conteúdo temático: Criança na Propaganda</p> <p>Zona: inferior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem</p> <p>Gênero: Anúncio</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: exterior</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: não identificável</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagem: 01 crianças, branca, 6-10 anos, posição social visível</p>
30	Menor perseguida é afastada da escola	<p>Ano 1. Edição 11. P. 9. Data: 22/10/1977.</p> <p>Conteúdo temático: Maus-tratos</p> <p>Zona: superior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela fonte</p> <p>Gênero: reportagem</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: exterior</p> <p>Vozes: familiares, fontes policiais</p> <p>Fonte: agências de informação e fontes de rotina (policiais)</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagem: não disponível</p>

31	Festas das crianças	Ano 1. Edição 11. P. 16. Data: 22/10/1977. Conteúdo temático: Família Zona: superior da página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Notícia Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: agências de informação e fontes de rotina Assinatura: peça não assinada Imagen: não disponível
33	Vacina contra a raiva canina e paralisia	Ano 1. Edição 11. P. 16. Data: 22/10/1977. Conteúdo temático: Família Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Notícia breve Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: especialistas médicos Fonte: agências de informação e fontes de rotina Assinatura: peça não assinada Imagen: não disponível
34	Casas Chapecó	Ano 1. Edição 12. P. 7. Data: 29/10/1977. Conteúdo temático: Propaganda Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: 01 crianças, branca, 6-10 anos, posição social visível
35	Casas Chapecó	Ano 1. Edição 13. P. 7. Data: 05/11/1977. Conteúdo temático: Propaganda Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: 01 crianças, branca, 6-10 anos, posição social visível
36	Bairro ganhará escola	Ano 1. Edição 14. P. 3. Data: 12/11/1977. Conteúdo temático: Criança aluno Zona: superior da página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Notícia breve Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: não disponível
37	Subúrbios de uma cidade (Capa)	Ano 1. Edição 15. Capa, p. 1. Data: 19/11/1977. Conteúdo temático: Criança abandonada (capa) Zona: peça principal da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Chamada de capa: fotolegenda

		<p>Localização Geográfica: local Espaço: interior Vozes: não identificável Fonte: sem fontes Assinatura: peça não assinada Imagem: 06 crianças; ambos os sexos, cor de pele morena, mistura de idades, posição social visível</p> <p>Ano 1. Edição 15. P. 12 e 13. Data: 19/11/1977. Conteúdo temático: Criança abandonada (reportagem) Zona: peça principal da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Reportagem Localização Geográfica: local Espaço: interior Vozes: crianças, familiares Fonte: não identificável Assinatura: peça assinada por jornalista masculino (Bandeira) Imagem: 06 crianças; ambos os sexos, cor de pele morena, mistura de idades, posição social visível</p>
38	Novela de subúrbio	<p>Ano 1. Edição 15. P. 13. Data: 19/11/1977. Conteúdo temático: Criança abandonada Zona: superior da página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Crônica Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: familiares Fonte: não identificável Assinatura: peça assinada por jornalista masculino (Ielro Sadlac) Imagem: não disponível</p>
39	Rosário em sociedade – Morgana Stein	<p>Ano 1. Edição 16. P. 6. Data: 26/11/1977. Conteúdo temático: Família Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: interior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 crianças, branca, 0-2 anos, posição social visível</p>
40	Rosário em sociedade – Elisabete Marilu Reck	<p>Ano 1. Edição 16. P. 6. Data: 26/11/1977. Conteúdo temático: Família Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: interior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 crianças, branca, 15 anos, posição social visível</p>
41	Casas Chapecó	<p>Ano 1. Edição 16. P. 7. Data: 26/11/1977. Conteúdo temático: Propaganda Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: exterior</p>

		<p>Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 crianças, branca, 6-10 anos, posição social visível</p>
42	As empregadas domésticas	<p>Ano 1. Edição 16. P. 8. Data: 26/11/1977. Conteúdo temático: Criança trabalhadora Zona: peça única na página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Reportagem Localização Geográfica: local Espaço: interior Vozes: crianças, familiares Fonte: não identificável Assinatura: peça assinada por jornalista masculino (Bandeira) Imagem: 02 imagens, sendo 01 delas de criança, cor não identificável, 11-14 anos, posição social visível</p>
43	Delinquência uma chaga social (Capa)	<p>Ano 1. Edição 18. Capa, p. 1. Data: 10/12/1977. Conteúdo temático: Criança infratora (capa) Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Chamada de capa Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: não disponível</p> <p>Ano 1. Edição 18. P. 16. Data: 10/12/1977. Conteúdo temático: Criança infratora (reportagem) Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Reportagem Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: fontes judiciais, responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: fontes públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagem: não há imagem de crianças, apenas adultos, posição social visível</p>
44	Rosário em Sociedade Primeira comunhão – Adriano Diniz Baldissera	<p>Ano 1. Edição 18. P. 5. Data: 10/12/1977. Conteúdo temático: Família Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: interior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 crianças, branca, 6-10 anos, posição social visível</p>
45	Rosário em Sociedade: As crianças do Promenor	<p>Ano 1. Edição 18. P. 5. Data: 10/12/1977. Conteúdo temático: Políticas públicas Zona: inferior da página Valorização: não identificável Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: não identificável Fonte: não identificável</p>

		Assinatura: peça não assinada Imagen: não disponível
46	Férias para alunos e professores	Ano 1. Edição 18. P. 5. Data: 10/12/1977. Conteúdo temático: Criança aluno Zona: superior da página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Notícia breve Localização Geográfica: regional Espaço: exterior Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: fontes públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagen: não disponível
47	Mais 91.541 livros	Ano 1. Edição 18. P. 5. Data: 10/12/1977. Conteúdo temático: Criança aluno Zona: superior da página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Notícia breve Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: não identificável Fonte: fontes públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagen: não disponível
48	Rosário em sociedade: Formatura pré-escolar	Ano 1. Edição 19. P. 5. Data: 17/12/1977. Conteúdo temático: Criança aluno Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: 01 crianças, branco, 6-10 anos, posição social visível
49	Rosário em sociedade: Nascimento “Dona cegonha chegou”	Ano 1. Edição 19. P. 5. Data: 17/12/1977. Conteúdo temático: Família Zona: superior da página Valorização: não identificável Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: interior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: não disponível
50	Rosário em sociedade: Aniversário: “Parabéns para Maria Aparecida Cury”	Ano 1. Edição 19. P. 5. Data: 17/12/1977. Conteúdo temático: Família Zona: superior da página Valorização: não identificável Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: interior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: não disponível
51	Lágrimas e sorrisos na festa das crianças pobres de Chapecó (Capa)	Ano 1. Edição 20. Capa, p. 1. Data: 24/12/1977. Conteúdo temático: Políticas Públicas (capa) Zona: inferior da página

		<p>Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Chamada de capa: fotolegenda Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: crianças, mistura de idades, posição social visível, cores variadas;</p> <p>Ano 1. Edição 20. P. 32. Data: 24/12/1977. Conteúdo temático: Políticas Públicas (reportagem) Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Notícia Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas, técnicos sociais Fonte: fontes públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 com 02 adultos, um homem branco e uma mulher negra</p>
52	Variedades: O banho do bebê	<p>Ano 1. Edição 20. P. 6. Data: 24/12/1977. Conteúdo temático: Espaço público Zona: superior da página Valorização: não identificável Gênero: Coluna Localização Geográfica: Europa (Itália) Espaço: interior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: não disponível</p>
53	Grazziotin	<p>Ano 1. Edição 20. P. 13. Data: 24/12/1977. Conteúdo temático: Propaganda Zona: peça única da pagina Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 criança, branca, posição social visível, 3-5 anos</p>
54	Publicidade de Natal- Prefeitura Municipal de Caibi	<p>Ano 1. Edição 20. P. 25. Data: 24/12/1977. Conteúdo temático: Propaganda Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Anúncio Localização Geográfica: regional Espaço: não identificável Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: iniciativa de leitores Assinatura: peça de personalidade exterior ao jornal (prefeito) Imagem: 01 crianças, sexo masculino, idade não identificável, imagem em desenho</p>
55	Publicidade de Natal – Industria e comércio Chapecó	<p>Ano 1. Edição 20. P. 30. Data: 24/12/1977. Conteúdo temático: Propaganda Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte</p>

		<p>Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 crianças, branca, 6-10 anos, imagem em desenho, sexo masculino, posição social visível</p>
56	Campanha aluno nota dez	<p>Ano 1. Edição 21. P. 2. Data: 31/12/1977. Conteúdo temático: Criança aluno Zona: superior da página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Notícia breve Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: não disponível</p>
57	Sífilis: incidência no meio social	<p>Ano 1. Edição 21. P. 2. Data: 31/12/1977. Conteúdo temático: Zona: superior da página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Notícia Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: especialistas médicos Fonte: agências de informação e fontes de rotina Assinatura: peça não assinada Imagem: não disponível</p>
58	Casas Vitória dá presente de Natal	<p>Ano 1. Edição 21. P. 4. Data: 31/12/1977. Conteúdo temático: Propaganda Zona: peça principal da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 crianças, sexo feminino, 11-14 anos, branca, posição social visível</p>
59	Graziotin	<p>Ano 1. Edição 21. P. 5. Data: 31/12/1977. Conteúdo temático: publicidade Zona: peça única da pagina Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 criança, branca, posição social visível, 3-5 anos</p>
60	Crianças pobres de modelo recebem presentes de natal	<p>Ano 1. Edição 22. P. 11. Data: 07/01/1978. Conteúdo temático: Criança abandonada Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Notícia Localização Geográfica: local Espaço: exterior</p>

		<p>Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: inúmeras crianças, ambos os sexos, cores distintas, mistura de idades, posição social visível</p>
61	Morte em buraco de rua (capa)	<p>Ano 1. Edição 23. Capa, p. 1. Data: 14/01/1978. Conteúdo temático: Família Zona: peça principal da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Chamada de capa: fotolegenda Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: apenas o enorme buraco formado na via pública</p> <p>Ano 1. Edição 23. P. 6. Data: 14/01/1978. Conteúdo temático: Ideal (reportagem) Zona: peça principal da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Reportagem Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: familiares, fontes policiais Fonte: agências de informação e fontes de rotina Assinatura: peça não assinada Imagem: 02 crianças, cor branca, posição social visível, ambos os sexos, mistura de idades</p>
62	Nova promoção da FUCABEM para menores carentes	<p>Ano 1. Edição 24. P. 12. Data: 21/01/1978. Conteúdo temático: Políticas Públicas Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Notícia Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: técnicos sociais Fonte: fontes públicas, institucionais Assinatura: peça não assinada Imagem: apenas a assistente social</p>
63	Novos cursos da LBA	<p>Ano 1. Edição 25. P. 3. Data: 28/01/1978. Conteúdo temático: Políticas Públicas Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Notícia Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: responsáveis por programa de ação Fonte: fontes públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagem: uma obra de arte</p>
64	Três moças e um menino desaparecidos (capa) Meninas desaparecidas	<p>Ano 1. Edição 26. Capa, p. 1. Data: 04/02/1978. Conteúdo temático: Maus-tratos (capa) Zona: superior da página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Chamada de capa Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: não identificável Fonte: não identificável</p>

		<p>Assinatura: peça não assinada Imagen: não disponível</p> <p>Ano 1. Edição 26. P. 7. Data: 04/02/1978. Conteúdo temático: Maus-tratos (reportagem) Zona: superior da página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Reportagem Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: fontes policiais, familiares Fonte: agências de informação e fontes de rotina Assinatura: peça não assinada Imagen: não disponível</p>
65	Três vítimas no trânsito	<p>Ano 1. Edição 26. P. 3. Data: 04/02/1978. Conteúdo temático: Maus-tratos Zona: superior da página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Notícia breve Localização Geográfica: regional Espaço: exterior Vozes: fontes policiais Fonte: agências de informação e fontes de rotina Assinatura: peça não assinada Imagen: não disponível</p>
66	Carnaval Foto índio e criança com máscara	<p>Ano 1. Edição 27. P. 12. Data: 11/02/1978. Conteúdo temático: Criança cidadã Zona: peça única na página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: reportagem Localização Geográfica: regional Espaço: exterior Vozes: familiares, responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: fontes públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagen: 02 crianças, ambos os sexos, brancos, posição social visível, mistura de idades</p>
67	FUCABEM em treinamento	<p>Ano 1. Edição 28. P. 3. Data: 18/02/1978. Conteúdo temático: Políticas Públicas Zona: superior da página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Notícia breve Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: professores, educadores Fonte: fontes públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagen: não disponível</p>
68	Grazziotin entregou os quatro Corcel 78.	<p>Ano 1. Edição 28. P. 12. Data: 18/02/1978. Conteúdo temático: Propaganda Zona: peça única na página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: outras fontes (ação comercial) Fonte: outra (publicidade) Assinatura: peça não assinada Imagen: 01 crianças, sexo feminino, branca, 3-5 anos, posição social visível</p>

69	Publicidade: Casas vitória material escolar	<p>Ano 1. Edição 28. P. 13. Data: 18/02/1978.</p> <p>Conteúdo temático: Propaganda</p> <p>Zona: inferior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem</p> <p>Gênero: Anúncio</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: não identificável</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: não identificável</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagem: 02 crianças, em desenho, ambos os sexos, posição social visível, mistura de idades</p>
70	'Em sociedade" Aniversário Luís Carlos	<p>Ano 1. Edição 28. P. 13. Data: 18/02/1978.</p> <p>Conteúdo temático: Família</p> <p>Zona: superior da página</p> <p>Valorização: não identificável</p> <p>Gênero: Coluna</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: não identificável</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: não identificável</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagem: não disponível</p>
71	'Em sociedade" Batizado Leila Rejane	<p>Ano 1. Edição 28. P. 13. Data: 18/02/1978.</p> <p>Conteúdo temático: Família</p> <p>Zona: superior da página</p> <p>Valorização: não identificável</p> <p>Gênero: Coluna</p> <p>Localização Geográfica: regional</p> <p>Espaço: não identificável</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: não identificável</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagem: não disponível</p>
72	Incêndio na Sede do Bemfloral (Capa)	<p>Ano 1. Edição 29. Data: 25/02/1978.</p> <p>Conteúdo temático: Criança, espaço público</p> <p>Zona: superior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem e fonte</p> <p>Gênero: Chamada de capa: fotolegenda</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: exterior</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: não identificável</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagem: crianças na foto, ambos os sexos, mistura de idades, posição social não visível</p>
73	Quando você não é a mãe dos filhos dele (capa)	<p>Ano 1. Edição 29. Capa, p. 1. Data: 25/02/1978.</p> <p>Conteúdo temático: Família (capa)</p> <p>Zona: inferior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem e fonte</p> <p>Gênero: chamada de capa fotolegenda</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: não identificável</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: não identificável</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagem: 01 adultos, sexo feminino, posição social visível</p> <p>Ano 1. Edição 29. P. 6 e 7. Data: 25/02/1978.</p> <p>Conteúdo temático: Família</p>

		Zona: peça única na página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Reportagem Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: fontes policiais, judiciais, familiares Fonte: pesquisa Assinatura: peça não assinada Imagen: 04 crianças, sexo masculino, posição social visível, mistura de idades.
74	“Em sociedade”: Aniversário: Luciana Lang	Ano 1. Edição 29. P. 5. Data: 25/02/1978. Conteúdo temático: Família Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: 01 crianças, sexo feminino, 6-10 anos, branca, posição social visível
75	“Em sociedade”: Aniversário Larissa Teló	Ano 1. Edição 29. P. 5. Data: 25/02/1978. Conteúdo temático: Família Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: 01 crianças, sexo feminino, 3-5 anos, branca, posição social visível
76	Casas Vitória	Ano 1. Edição 29. P. 5. Data: 25/02/1978. Conteúdo temático: Propaganda Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: 02 crianças, em desenho, ambos os sexos, posição social visível, mistura de idades
77	Casas Vitória	Ano 1. Edição 30. P. 5. Data: 04/03/1978. Conteúdo temático: Propaganda Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: 02 crianças, em desenho, ambos os sexos, posição social visível, mistura de idades
78	Da redação: Crianças excepcionais	Ano 1. Edição 33. P. 2. Data: 25/03/1978. Conteúdo temático: Políticas Públicas

		<p>Zona: superior da página Valorização: não identificável Gênero: Editorial Localização Geográfica: local e nacional Espaço: exterior Vozes: especialistas médicos, professores e educadores Fonte: fontes públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagem: não disponível</p>
79	Fucabem assinará convênios (Capa)	<p>Ano 1. Edição 34. Capa. Data: 01/04/1978. Conteúdo temático: Políticas Públicas Zona: inferior da página Valorização: não identificável Gênero: Notícia breve Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagem: não disponível</p>
80	Semana da alimentação ESCOLAR	<p>Ano 1. Edição 34. P. 11. Data: 01/04/1978. Conteúdo temático: Políticas Públicas Zona: inferior da página Valorização: não identificável Gênero: Notícia Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: técnicos sociais, responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagem: não disponível</p>
81	O futuro está nas crianças	<p>Ano 1. Edição 35. P. 2. Data: 08/04/1978. Conteúdo temático: Família Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Reportagem Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça assinada por jornalista feminina (Regina Zamith Caleffi) Imagem: 01 crianças, branco, sexo masculino, 6-10 anos, posição social visível</p>
82	Em sociedade: Nascimento Carolina	<p>Ano 1. Edição 36. P. 7. Data: 15/04/1978. Conteúdo temático: Família Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: interior Vozes: familiares Fonte: não identificável Assinatura: peça assinada por jornalista masculino (Waldir Rosário) Imagem: 01 crianças, sexo feminino, branca, posição social visível, 0-2 anos.</p>
83	Em sociedade: Aniversário Diogo	<p>Ano 1. Edição 36. P. 7. Data: 15/04/1978. Conteúdo temático: Família Zona: superior da página</p>

		<p>Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: interior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça assinada por jornalista masculino (Waldir Rosário) Imagem: 01 crianças, sexo masculino, branca, posição social visível, 0-2 anos.</p>
84	Em sociedade: Iara Lang	<p>Ano 1. Edição 36. P. 7. Data: 15/04/1978. Conteúdo temático: Família Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: interior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça assinada por jornalista masculino (Waldir Rosário) Imagem: 01 crianças, sexo feminino, branca, posição social visível, idade não identificada</p>
85	Em Sociedade: Nascimento Sayonara de Fátima	<p>Ano 1. Edição 38. P. 6. Data: 29/04/1978. Conteúdo temático: Família Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna Localização Geográfica: regional Espaço: interior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 crianças, branca, 0-2 anos, posição social visível, sexo feminino</p>
86	Crianças e idosos	<p>Ano 1. Edição 41. P. 2. Data: 20/05/1978. Conteúdo temático: Criança, espaço público Zona: superior da página Valorização: não identificável Gênero: Editorial Localização Geográfica: regional e local Espaço: exterior Vozes: não identificável Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça assinada por jornalista masculino (editor) Imagem: não disponível</p>
87	Inaugurada Vara de Menores (Capa)	<p>Ano 1. Edição 42. Capa, p. 1. Data: 27/05/1978. Conteúdo temático: Políticas Públicas (capa) Zona: superior da página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Chamada de capa Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: não disponível</p> <p>Ano 1. Edição 42. P. 12. Data: 27/05/1978. Conteúdo temático: Políticas Públicas (reportagem)</p>

		<p>Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Notícia Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: fontes judiciais Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagem: apenas adultos juristas</p>
88	Divulgação da escola Marista	<p>Ano 1. Edição 43. P. 8. Data: 03/06/1978. Conteúdo temático: Propaganda Zona: Página inteira Valorização: negrito na letra e imagem. Gênero: Anúncio Localização Geográfica: Local Espaço: interno Vozes: Fonte: Assinatura: Imagem: Crianças em imagem, três meninos em idade de 7 a 10 anos, com duas representatividades religiosas.</p>
89	Mônica, Sucesso total (sobre o suplemento infantil)	<p>Ano 1. Edição 44. P. 8. Data: 10/06/1978. Conteúdo temático: Criança aluno. Zona: Página inteira Valorização: negrito na letra e imagem. Gênero: Chamada de capa Localização Geográfica: Local Espaço: interno Vozes: Fonte: Assinatura:</p>
90	A alegria da chegada de São João	<p>Ano 1. Edição 48. P. 7. Data: 01/07/1978. Conteúdo temático: Criança aluno Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Notícia Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: professores e educadores Fonte: pública e institucional Assinatura: peça não assinada Imagem: inúmeras crianças, ambos os sexos e cores, mistura de idades, posição social visível</p>
91	Publicidade supermercado “Pai! Você é o melhor homem do mundo”	<p>Ano 1. Edição 49. P. 3. Data: 11/08/1978. Conteúdo temático: Propaganda Zona: peça única na página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 crianças, branca, sexo feminino, posição social visível, 11-14 anos</p>
92	Dia dos Pais! Lojas Catarinense	<p>Ano 1. Edição 49. P. 7. Data: 11/08/1978. Conteúdo temático: Propaganda Zona: inferior na página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Anúncio</p>

		<p>Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 03 crianças, brancas, ambos os sexos, posição social visível, mistura de idades</p>
93	Nascimento família Bonher Concatto	<p>Ano 1. Edição 49. P. 7. Data: 11/08/1978. Conteúdo temático: Família Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: interior Vozes: familiares Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 02 crianças, brancas, sexo feminino, posição social visível, mistura de idades</p>
94	Aniversário Lisandro	<p>Ano 2. Edição 50. P. 7. Data: 18/08/1978. Conteúdo temático: Família Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: interior Vozes: familiares Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 02 crianças, brancas, ambos os sexos, posição social visível, mistura de idades</p>
95	Nós te amamos, mãe preta	<p>Ano 2. Edição 51. Capa, p. 1. Data: 25/08/1978. Conteúdo temático: Políticas Públicas (capa) Zona: peça principal na página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Chamada de capa: Fotolegenda Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 adultos, sexo feminino, cor negra, posição social visível</p> <p>Ano 2. Edição 51. P. 3. Data: 25/08/1978. Conteúdo temático: Políticas Públicas (reportagem) Zona: peça única na página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Reportagem Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: fontes policiais, judiciais e técnicos sociais Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagem:</p>
96	Comentando: Assistindo desfile	<p>Ano 2. Edição 51. P. 7. Data: 25/08/1978. Conteúdo temático: Família Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna</p>

		<p>Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça assinada (Rosa M. Dias de Castro) Imagem: 04 crianças, ambos os sexos, brancas, mistura de idades, posição social visível</p>
97	Chapecó conquista tantas vitórias	<p>Ano 2. Edição 51. Data: 25/08/1978. Conteúdo temático: Criança, espaço público Zona: peça única na página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Anúncio do município Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça de personalidade exterior ao jornal Imagem: 03 crianças, ambos os sexos, mistura de idades, cor branca, posição social visível</p>
98	Fucabem de Chapecó aniversaria	<p>Ano 2. Edição 52. P. 5. Data: 01/09/1978. Conteúdo temático: Políticas Públicas Zona: peça principal na página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Notícia Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas, técnicos sociais Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagem: apenas foto da assistente social</p>
99	Estagiárias da assistência social	<p>Ano 2. Edição 52. P. 5. Data: 01/09/1978. Conteúdo temático: Políticas Públicas Zona: inferior na página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Notícia breve Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas, técnicos sociais, professores e educadores Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagem: não disponível</p>
100	Aniversário Katiúscia Bedernaski	<p>Ano 2. Edição 54. P. 11. Data: 15/09/1978. Conteúdo temático: Família Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna social Localização Geográfica: local Espaço: interior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 crianças, sexo feminino, 0-2 anos, posição social visível e cor branca</p>
101	Sociedade Aniversário Ana Lúcia	<p>Ano 2. Edição 55. P. 6. Data: 22/09/1978. Conteúdo temático: Família Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna Localização Geográfica: local</p>

		<p>Espaço: interior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça assinada por jornalista de sexo não identificável Imagem: 01 crianças, sexo feminino, 0-2 anos, posição social visível e cor branca</p>
102	Dia da criança	<p>Ano 2. Edição 58. P. 3. Data: 13/10/1978. Conteúdo temático: Criança, espaço público Zona: superior da página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: professores e educadores Fonte: pública e institucional Assinatura: peça não assinada Imagem: não disponível</p>
103	Sociedade: Thays Polidoro Pinto	<p>Ano 2. Edição 58. P. 5. Data: 13/10/1978. Conteúdo temático: Família Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: interior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça assinada por jornalista feminina (Bárbara Paludo) Imagem: 01 crianças, branca, sexo feminino, 0-2 anos, posição social visível</p>
104	Sociedade Nascimento Alexandre Di Domenico	<p>Ano 2. Edição 58. P. 5. Data: 13/10/1978. Conteúdo temático: Família Zona: superior da página Valorização: não identificável Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: interior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça assinada por jornalista feminina (Bárbara Paludo) Imagem: não disponível</p>
105	Prontil – Pronto Socorro Infantil	<p>Ano 2. Edição 58. P. 13. Data: 13/10/1978. Conteúdo temático: Propaganda Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 crianças, sexo indefinido, 0-2 anos, branca, em desenho</p>
106	Parques e praças	<p>Ano 2. Edição 58. P. 13. Data: 13/10/1978. Conteúdo temático: Criança, espaço público Zona: superior da página Valorização: número de parágrafos Gênero: Notícia Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas</p>

		<p>Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagen: não disponível</p>
107	PRONTIL - Pronto socorro infantil	<p>Ano 2. Edição 59. P. 13. Data: 20/10/1978. Conteúdo temático: Propaganda Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagen: 01 crianças, sexo indefinido, 0-2 anos, branca, em desenho</p>
108	“Temos que educar o povo” diz o diretor do centro de saúde” (Capa)	<p>Ano 2. Edição 60. Capa, p. 1. Data: 27/10/1978. Conteúdo temático: Políticas Pública, reportagem na própria capa Zona: peça principal da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Reportagem Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: especialistas médicos Fonte: público e instituições Assinatura: peça não assinada Imagen: somente do médico</p>
109	Sociedade – Batizado de Simaya	<p>Ano 2. Edição 60. P. 5. Data: 03/11/1978. Conteúdo temático: Família Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: familiares Fonte: não identificável Assinatura: peça assinada por jornalista feminina (Bárbara Paludo) Imagen: 01 crianças, 0-2 anos, branca, sexo feminino, posição social visível</p>
110	Sociedade – Um aninho Aniversário Pedro Dilare Fávero	<p>Ano 2. Edição 65. P. 5. Data: 03/11/1978. Conteúdo temático: Família Zona: inferior da página Valorização: não identificável Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça assinada por jornalista feminina (Bárbara Paludo) Imagen: não disponível</p>
111	Sociedade – Aniversário Kely Galleassi	<p>Ano 2. Edição 62. P. 5. Data: 10/11/1978. Conteúdo temático: Família Zona: Superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça assinada por jornalista feminina (Bárbara Paludo)</p>

		Imagen: 01 crianças, sexo feminino, 3-5 anos, branca, posição social visível
112	Cura Pop e POC (capa)	<p>Ano 2. Edição 63. Capa, p. 1. Data: 17/11/1978.</p> <p>Conteúdo temático: Criança, espaço público</p> <p>Zona: superior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem e fonte</p> <p>Gênero: Chamada na capa: fotocomentário</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: exterior</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: não identificável</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagen: inúmeras crianças, ambos os sexos, mistura de idades, posição social visível</p>
113	Operário padrão – Festa na Fricoooper	<p>Ano 2. Edição 63. P. 12. Data: 17/11/1978.</p> <p>Conteúdo temático: Família</p> <p>Zona: peça única da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem e fonte</p> <p>Gênero: Notícia</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: interior</p> <p>Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas</p> <p>Fonte: públicas e institucionais</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagen: 01 crianças, sexo feminino, branca, 6-10 anos, posição social visível</p>
114	Sociedade – Nascimento Brigida Cristina	<p>Ano 2. Edição 65. P. 5. Data: 01/12/1978.</p> <p>Conteúdo temático: Família</p> <p>Zona: superior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem</p> <p>Gênero: Coluna</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: interior</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: não identificável</p> <p>Assinatura: peça assinada por jornalista feminina (Bárbara Paludo)</p> <p>Imagen: 01 crianças, sexo feminino, branca, 0-2 anos, posição social visível</p>
115	Sociedade- Casal em festas - Nascimento do Rafael	<p>Ano 2. Edição 65. P. 5. Data: 01/12/1978.</p> <p>Conteúdo temático: Família</p> <p>Zona: inferior da página</p> <p>Valorização: não aplicável</p> <p>Gênero: Coluna</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: interior</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: não identificável</p> <p>Assinatura: peça assinada por jornalista feminina (Bárbara Paludo)</p> <p>Imagen: não disponível</p>
116	Sociedade- Teatro Carlos Gomes –	<p>Ano 2. Edição 65. P. 5. Data: 01/12/1978.</p> <p>Conteúdo temático: Criança, espaço público</p> <p>Zona: inferior da página</p> <p>Valorização: não aplicável</p> <p>Gênero: Coluna</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: exterior</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: não identificável</p> <p>Assinatura: peça assinada por jornalista feminina (Bárbara Paludo)</p> <p>Imagen: não disponível</p>

117	Sociedade- Show mágico Grazziotin	<p>Ano 2. Edição 65. P. 5. Data: 01/12/1978.</p> <p>Conteúdo temático: Criança aluno</p> <p>Zona: inferior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem</p> <p>Gênero: Notícia breve</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: exterior</p> <p>Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas</p> <p>Fonte: agências de informação e fontes de rotina</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagen: inúmeras crianças, ambos os sexos, mistura de idades</p>
118	Edição de Natal: Publicidade Markize	<p>Ano 2. Edição 68. P. 6. Data: 22/12/1978.</p> <p>Conteúdo temático: Propaganda</p> <p>Zona: superior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem</p> <p>Gênero: Anúncio</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: não identificável</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: não identificável</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagen: 02 crianças, ambos os sexos, brancas, 3-5 anos, posição social visível</p>
119	Mensagem granja Letícia	<p>Ano 2. Edição 68. P. 7. Data: 22/12/1978.</p> <p>Conteúdo temático: Propaganda</p> <p>Zona: superior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela fonte</p> <p>Gênero: Anúncio</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: não identificável</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: não identificável</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagen: não disponível</p>
120	FUCABEM	<p>Ano 2. Edição 69. P. ? Data: 29/12/1978.</p> <p>Conteúdo temático: Políticas Públicas</p> <p>Zona: superior da página</p> <p>Valorização: não identificável</p> <p>Gênero: Anúncio do município</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: exterior</p> <p>Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas</p> <p>Fonte: públicas e institucionais</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagen: não disponível</p>
	PRONTIL-	<p>Ano 2. Edição 69. P. 13. Data: 29/12/1978.</p> <p>Conteúdo temático: Propaganda</p> <p>Zona: superior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem</p> <p>Gênero: Anúncio</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: não identificável</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: públicas e institucionais</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagen: 01 crianças, sexo indefinido, 0-2 anos, branca, em desenho</p>
121	Criança símbolo do ano internacional da criança (capa)	<p>Ano 2. Edição 70. Capa, p. 1. Data: 05/01/1979.</p> <p>Conteúdo temático: Criança ideal</p> <p>Zona: superior da página</p>

		<p>Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Chamada de capa: fotolegenda Localização Geográfica: internacional Espaço: exterior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 crianças, sexo masculino, 0-2 anos, branca, posição social visível</p>
122	Um ano inteiro dedicado à criança (capa) Acima o símbolo do Unicefe	<p>Ano 2. Edição 70. Capa, p. 1. Data: 05/01/1979. Conteúdo temático: Criança ideal Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Chamada de capa Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: não disponível</p>
123	O ano é criança – Publicidade imóveis	<p>Ano 2. Edição 70. P. 3. Data: 05/01/1979. Conteúdo temático: Propaganda Zona: peça única na página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 crianças, sexo feminino, 3-5 anos, branca, posição social visível</p>
124	Educação Pré-primária, uma necessidade	<p>Ano 2. Edição 70. P. 16. Data: 05/01/1979. Conteúdo temático: Criança aluno Zona: peça única na página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Reportagem Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: professores e educadores Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagem: inúmeras crianças, ambos os sexos, mistura de idades, posição social visível</p>
125	Símbolo Unicef 1979. Ano internacional da criança. (Capa)	<p>Ano 2. Edição 71. Data: 12/01/1979. Conteúdo temático: Criança ideal Zona: superior da página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Chamada de capa Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: não disponível</p>
126	O ano é criança	<p>Ano 2. Edição 71. P. 3. Data: 12/01/1979. Conteúdo temático: Propaganda Zona: peça única na página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Anúncio</p>

		<p>Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 crianças, sexo feminino, 3-5 anos, branca, posição social visível</p>
127	Sociedade Raquel Carolina e Ana Cristina	<p>Ano 2. Edição 71. P. 5. Data: 12/01/1979. Conteúdo temático: Família Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna social Localização Geográfica: local Espaço: interior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 02 crianças, sexo feminino, cor branca, 0-2 anos, posição social visível</p>
128	Chapecó Conquista tantas vitórias	<p>Ano 2. Edição 71. P. 6. Data: 12/01/1979. Conteúdo temático: Criança, espaço público Zona: peça única na página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Anúncio do município Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça de personalidade exterior ao jornal Imagem: 03 crianças, ambos os sexos, mistura de idades, cor branca, posição social visível</p>
129	Chapecó Conquista tantas vitórias	<p>Ano 2. Edição 72. P. 6. Data: 19/01/1979. Conteúdo temático: Criança, espaço público Zona: peça única na página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Anúncio do município Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça de personalidade exterior ao jornal Imagem: 03 crianças, ambos os sexos, mistura de idades, cor branca, posição social visível</p>
130	PRONTIL - Pronto socorro infantil	<p>Ano 2. Edição 72. P. 6. Data: 19/01/1979. Conteúdo temático: Propaganda Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 crianças, sexo indefinido, 0-2 anos, branca, em desenho</p>
131	Chapecó conquista ...prefeitura	<p>Ano 2. Edição 73. P. 6. Data: 26/01/1979. Conteúdo temático: Criança, espaço público Zona: peça única na página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Anúncio do município</p>

		<p>Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça de personalidade exterior ao jornal Imagem: 03 crianças, ambos os sexos, mistura de idades, cor branca, posição social visível</p>
132	Chapecó conquista ...prefeitura	<p>Ano 2. Edição 74. P. 6. Data: 02/02/1979. Conteúdo temático: Criança, espaço público Zona: peça única na página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Anúncio do município Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça de personalidade exterior ao jornal Imagem: 03 crianças, ambos os sexos, mistura de idades, cor branca, posição social visível</p>
133	Chapecó conquista ...prefeitura	<p>Ano 2. Edição 75. P. 6. Data: 09/02/1979. Conteúdo temático: Criança, espaço público Zona: peça única na página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Anúncio do município Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça de personalidade exterior ao jornal Imagem: 03 crianças, ambos os sexos, mistura de idades, cor branca, posição social visível</p>
134	PRONTIL - Pronto socorro infantil	<p>Ano 2. Edição 75. P. 4. Data: 09/02/1979. Conteúdo temático: Publicidade Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: fotolegenda Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 crianças, sexo indefinido, 0-2 anos, branca, em desenho</p>
135	Criança carnaval fantasiada	<p>Ano 2. Edição 76. P. 12. Data: 11/02/1979. Conteúdo temático: Criança, espaço público Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Reportagem Localização Geográfica: regional Espaço: exterior Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagem: 02 duas crianças, ambos os sexos, mistura de idades, brancas, posição social visível</p>
136	PRONTIL - Pronto socorro infantil	<p>Ano 2. Edição 76. P. 4. Data: 16/02/1979. Conteúdo temático: Propaganda Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Anúncio</p>

		<p>Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 crianças, sexo indefinido, 0-2 anos, branca, em desenho</p>
137	Chapecó conquista ...prefeitura	<p>Ano 2. Edição 76. P. 6. Data: 16/02/1979. Conteúdo temático: Espaço público Zona: peça única na página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Anúncio do município Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça de personalidade exterior ao jornal Imagem: 03 crianças, ambos os sexos, mistura de idades, cor branca, posição social visível</p>
138	PRONTIL - Pronto socorro infantil	<p>Ano 2. Edição 77. P. 4. Data: 23/02/1979. Conteúdo temático: Propaganda Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 crianças, sexo indefinido, 0-2 anos, branca, em desenho</p>
139	Chapecó conquista ...prefeitura	<p>Ano 2. Edição 77. P. 6. Data: 23/02/1979. Conteúdo temático: Criança, espaço público Zona: peça única na página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça de personalidade exterior ao jornal Imagem: 03 crianças, ambos os sexos, mistura de idades, cor branca, posição social visível</p>
140	Chapecó conquista ...prefeitura	<p>Ano 2. Edição 78. P. 6. Data: 05/03/1979. Conteúdo temático: Criança, espaço público Zona: peça única na página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça de personalidade exterior ao jornal Imagem: 03 crianças, ambos os sexos, mistura de idades, cor branca, posição social visível</p>
141	PRONTIL - Pronto socorro infantil	<p>Ano 2. Edição 78. P. 4. Data: 05/03/1979. Conteúdo temático: Propaganda Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: não identificável</p>

		<p>Vozes: não identificável Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 crianças, sexo indefinido, 0-2 anos, branca, em desenho</p>
142	Atendimento aos menores	<p>Ano 2. Edição 78. P. 10. Data: 05/03/1979. Conteúdo temático: Políticas Públicas Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Notícia Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagem: não disponível</p>
143	O êxodo rural continua (capa)	<p>Ano 2. Edição 80. Capa, p. 1. Data: 16/03/1979. Conteúdo temático: Família Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Chamada de capa: notícia Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 crianças em desenho, sexo masculino, 6-10 anos, posição social visível</p>
144	Chapecó conquista ...prefeitura	<p>Ano 2. Edição 80. Data: 16/03/1979. Conteúdo temático: Criança, espaço público Zona: peça única na página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Anúncio do município Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça de personalidade exterior ao jornal Imagem: 03 crianças, ambos os sexos, mistura de idades, cor branca, posição social visível</p>
145	PRONTIL - Pronto socorro infantil	<p>Ano 2. Edição 82. P. 4. Data: 30/03/1979. Conteúdo temático: Propaganda Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 crianças, sexo indefinido, 0-2 anos, branca, em desenho</p>
146	Nossa maternidade	<p>Ano 2. Edição 82. P. 8 e 9. Data: 30/03/1979. Conteúdo temático: Políticas Públicas Zona: peça única na página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Reportagem Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: especialistas médicos</p>

		Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagen: 01 crianças, cor branca, sexo indefinido, 0-2 anos, posição social não visível
147	Sociedade: Aniversário Márcio André	Ano 2. Edição 83. P. 03. Data: 06/04/1979. Conteúdo temático: Família Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: assinada por jornalista feminina (Bárbara Paludo) Imagen: 01 crianças, sexo masculino, cor branca, posição social visível, 0-2 anos.
148	Supervisão da Funabem	Ano 2. Edição 84. P. 10. Data: 13/04/1979. Conteúdo temático: Políticas Públicas Zona: superior da página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Notícia breve Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: pública e institucional Assinatura: peça não assinada Imagen: não disponível
149	PRONTIL - Pronto socorro infantil	Ano 2. Edição 86. P. 4. Data: 27/04/1979. Conteúdo temático: Criança em propaganda Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagen: 01 crianças, sexo indefinido, 0-2 anos, branca, em desenho
150	Segunda mostra global de artes (capa)	Ano 2. Edição 87. Data: 04/05/1979. Conteúdo temático: Criança, espaço público Zona: peça principal da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Chamada de capa Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: 01 crianças em desenho, sexo masculino, cor branca, 11-14 anos, posição social visível
151	PRONTIL - Pronto socorro infantil	Ano 2. Edição 87. P. 4. Data: 04/05/1979. Conteúdo temático: Propaganda Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: públicas e institucionais

		Assinatura: peça não assinada Imagen: 01 crianças, sexo indefinido, 0-2 anos, branca, em desenho
152	Bairro Santa Maria: sua gente e seu progresso	Ano 2. Edição 87. P. 4. Data: 04/05/1979. Conteúdo temático: Espaço público Zona: peça principal da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Notícia Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas, professores e educadores Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagen: 02 crianças, brancas, 3-5 anos, posição social visível
153	PRONTIL - Pronto socorro infantil	Ano 2. Edição 88. P. 2. Data: 11/05/1979. Conteúdo temático: Propaganda Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagen: 01 crianças, sexo indefinido, 0-2 anos, branca, em desenho
154	PRONTIL - Pronto socorro infantil	Ano 2. Edição 89. P. 2. Data: 18/05/1979. Conteúdo temático: Propaganda Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagen: 01 crianças, sexo indefinido, 0-2 anos, branca, em desenho
155	Caixa doa móveis à FUCABEM (capa);	Ano 2. Edição 90. Capa, p. 1. Data: 25/05/1979. Conteúdo temático: Políticas Públicas (capa); Zona: superior da página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Notícia breve Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas, técnicos sociais Fonte: pública e institucional Assinatura: peça não assinada Imagen: não disponível
156	PRONTIL - Pronto socorro infantil	Ano 2. Edição 90. P. 2. Data: 25/05/1979. Conteúdo temático: Propaganda Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada

		Imagen: 01 crianças, sexo indefinido, 0-2 anos, branca, em desenho
157	PRONTIL - Pronto socorro infantil	Ano 2. Edição 91. P. 2. Data: 01/06/1979. Conteúdo temático: Propaganda Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagen: 01 crianças, sexo indefinido, 0-2 anos, branca, em desenho
158	Teatro: Denise Barella – Chapecoense é destaque nacional	Ano 2. Edição 91. P. 12. Data: 01/06/1979. Conteúdo temático: Criança, espaço público Zona: peça única na página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Reportagem Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: familiares, responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: 01 crianças, branca, 3-5 anos, posição social visível, sexo feminino
159	Violência maio: 4 mortes; 3 adultos e 1 criança	Ano 2. Edição 91. P. 16. Data: 01/06/1979. Conteúdo temático: Maus-tratos Zona: peça principal da página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Notícia Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: fontes policiais, estatísticas e relatórios, outras fontes (moradores) Fonte: agências de informação e fontes de rotina Assinatura: peça não assinada Imagen: não disponível
160	PRONTIL - Pronto socorro infantil	Ano 2. Edição 92. P. 2. Data: 08/06/1979. Conteúdo temático: Propaganda Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagen: 01 crianças, sexo indefinido, 0-2 anos, branca, em desenho
161	Chapecó tem áreas de preservação	Ano 2. Edição 92. P. 10. Data: 08/06/1979. Conteúdo temático: Criança, espaço público Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Notícia Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada

		Imagen: 03 crianças, sexo masculino, cor branca, posição social visível, mistura de idades
162	PRONTIL - Pronto socorro infantil	Ano 2. Edição 93. P. 2. Data: 15/06/1979. Conteúdo temático: Propaganda Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagen: 01 crianças, sexo indefinido, 0-2 anos, branca, em desenho
163	Sociedade Aniversário Sabrina	Ano 2. Edição 95. P. 13. Data 29/06/1979. Conteúdo temático: Família Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça assinada por jornalista masculino (Theo Santos) Imagen: 01 crianças, sexo feminino, cor branca, posição social visível, 0-2 anos.
164	Violentos crimes sexuais em Chapecó (Capa)	Ano 2. Edição 95. Capa. Data: 29/06/1979. Conteúdo temático: Maus-tratos Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Chamada de capa: fotolegenda Localização Geográfica: local Espaço: interior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: não disponível
165	Foto criança festa junina	Ano 2. Edição 95. P. 5. Data: 29/06/1979. Conteúdo temático: Criança, espaço público Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Notícia Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: não disponível Assinatura: peça não assinada Imagen: 01 crianças, sexo não identificável, cor branca, posição social visível, 6-10 anos.
166	Sesc	Ano 2. Edição 95. P. 9. Data: 29/06/1979. Conteúdo temático: Criança aluno Zona: superior da página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: familiares, professores e educadores Fonte: pública e institucional Assinatura: peça de personalidade exterior ao jornal (Zelia T. Panegalli – Chefe do C.A. de Chapecó)

		Imagen: não disponível
167	Foto criança globo	<p>Ano 2. Edição 95. P. 8. Data 29/06/1979.</p> <p>Conteúdo temático: Propaganda</p> <p>Zona: zona inferior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem</p> <p>Gênero: Anúncios</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: não identificável</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: não identificável</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagen: 01 crianças, sexo feminino, 3-5 anos, posição social visível, cor branca</p>
168	Maravilha capital da criança (Capa)	<p>Ano 2. Edição 98. Capa, p. 1. Data: 28/07 a 03/08/1979.</p> <p>Conteúdo temático: Criança ideal</p> <p>Zona: superior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela fonte</p> <p>Gênero: não aplicável</p> <p>Localização Geográfica: regional</p> <p>Espaço: não identificável</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: não identificável</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagen: não disponível</p> <p>Ano 2. Edição 98. p. 3. Data: 28/07 a 03/08/1979.</p> <p>Conteúdo temático: Criança ideal (reportagem)</p> <p>Zona: superior</p> <p>Valorização: pela imagem</p> <p>Gênero: Reportagem</p> <p>Localização Geográfica: Regional</p> <p>Espaço: Interno</p> <p>Vozes:</p> <p>Fonte:</p> <p>Assinatura:</p> <p>Imagen: 01 Criança, sexo feminino, 1-2 anos, posição social visível, cor branca.</p>
169	PRONTIL - Pronto socorro infantil	<p>Ano 2. Edição 99. P. 8. Data: 10/07/1979.</p> <p>Conteúdo temático: Propaganda</p> <p>Zona: superior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem</p> <p>Gênero: Anúncio</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: não identificável</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: públicas e institucionais</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagen: 01 crianças, sexo indefinido, 0-2 anos, branca, em desenho</p>
170	Jardim de infância (Capa).	<p>Ano 3. Edição 100. Capa, p. 1. Data: 11 a 17/07/1979.</p> <p>Conteúdo temático: Criança aluno</p> <p>Zona: superior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela fonte</p> <p>Gênero: chamada de capa, notícia</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: exterior</p> <p>Vozes: professores e educadores</p> <p>Fonte: públicas e institucionais</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagen: não disponível</p>

171	PRONTIL - Pronto socorro infantil	<p>Ano 3. Edição 100. P. 6. Data: 11 a 17/08/1979.</p> <p>Conteúdo temático: Propaganda</p> <p>Zona: superior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem</p> <p>Gênero: Anúncio</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: não identificável</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: públicas e institucionais</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagen: 01 crianças, sexo indefinido, 0-2 anos, branca, em desenho</p>
172	Aniversário Rubia	<p>Ano 3. Edição 100. P. 6. Data: 11 a 17/08/1979.</p> <p>Conteúdo temático: Família</p> <p>Zona: superior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem e fonte</p> <p>Gênero: Coluna</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: interior</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: não identificável</p> <p>Assinatura: peça assinada por jornalista feminina (Adriane Stonoga)</p> <p>Imagen: 01 crianças, sexo feminino, cor branca, posição social visível, 3-5 anos</p>
173	PRONTIL - Pronto socorro infantil.	<p>Ano 3. Edição 101. P. 6. Data: 22 a 28/08/1979.</p> <p>Conteúdo temático: Propaganda</p> <p>Zona: superior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem</p> <p>Gênero: Anúncio</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: não identificável</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: públicas e institucionais</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagen: 01 crianças, sexo indefinido, 0-2 anos, branca, em desenho</p>
174	Aniversário Diogo Garcia	<p>Ano 3. Edição 103. P. 7. Data: 05 a 11/09/1979.</p> <p>Conteúdo temático: Família</p> <p>Zona: inferior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem</p> <p>Gênero: Coluna</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: não identificável</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: não identificável</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagen: 01 crianças, sexo masculino, cor branca, 0-2 anos, posição social visível</p>
175	Festa primavera Bom Pastor (Capa)	<p>Ano 3. Edição 104. Capa, p. 1. Data: 12 a 18/09/1979.</p> <p>Conteúdo temático: Criança aluno</p> <p>Zona: inferior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem e fonte</p> <p>Gênero: Notícia</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: exterior</p> <p>Vozes: professores e educadores</p> <p>Fonte: públicas e institucionais</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p>

		Imagen: 11 crianças, sexo feminino, cor branca, mistura de idades, posição social visível
176	Aniversario Família Preto	<p>Ano 3. Edição 107. P. 5. Data: 20 a 29/10/1979.</p> <p>Conteúdo temático: Família</p> <p>Zona: superior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela fonte</p> <p>Gênero: Coluna</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: interior</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: não identificável</p> <p>Assinatura: peça assinada por jornalista feminina (Adriane Stonoga)</p> <p>Imagen: não disponível</p>
177	Grupo Teatral	<p>Ano 3. Edição 107. P. 5. Data: 20 a 29/10/1979.</p> <p>Conteúdo temático: espaço público</p> <p>Zona: superior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela fonte</p> <p>Gênero: Coluna</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: exterior</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: não identificável</p> <p>Assinatura: peça assinada por jornalista feminina (Adriane Stonoga)</p> <p>Imagen: não disponível</p>
178	Publicidade Lojas Neri	<p>Ano 3. Edição 107. P. 5. Data: 20 a 29/10/1979.</p> <p>Conteúdo temático: Propaganda</p> <p>Zona: inferior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem e fonte</p> <p>Gênero: Anúncio</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: não identificável</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: não identificável</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagen: 01 crianças, sexo feminino, cor branca, posição social visível, 3-5 anos</p>
179	Publicidade Lojas Neri	<p>Ano 3. Edição 107. P. 5. Data: 31/10 a 10/11/79.</p> <p>Conteúdo temático: Propaganda</p> <p>Zona: inferior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem e fonte</p> <p>Gênero: Anúncio</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: não identificável</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: não identificável</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagen: 01 crianças, sexo feminino, cor branca, posição social visível, 3-5 anos</p>
180	Publicidade Lojas Neri	<p>Ano 3. Edição 109. P. 5. Data: 14 a 21/11/1979.</p> <p>Conteúdo temático: Propaganda</p> <p>Zona: inferior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem e fonte</p> <p>Gênero: Anúncio</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: não identificável</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: não identificável</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p>

		Imagen: 02 crianças, ambos os sexos, cor branca, posição social visível, 3-5 anos
181	Sociedade Batizado Rubia Rauem	<p>Ano 3. Edição 109. P. 5. Data: 14 a 21/11/1979.</p> <p>Conteúdo temático: Família</p> <p>Zona: superior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem e fonte</p> <p>Gênero: Coluna</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: interior</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: não identificável</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagen: 01 crianças, sexo feminino, cor branca, posição social visível, 0-2 anos</p>
182	Os anjos de cara suja: o que a FUCABEM está fazendo por eles	<p>Ano 3. Edição 109. P. 5. Data: 14 a 21/11/1979.</p> <p>Conteúdo temático: Políticas Públicas (reportagem)</p> <p>Zona: peça principal da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem e fonte</p> <p>Gênero: Reportagem</p> <p>Localização Geográfica: regional</p> <p>Espaço: exterior</p> <p>Vozes: técnicos sociais, fontes policiais</p> <p>Fonte: públicas e institucionais</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagen: 06 crianças, ambos os sexos, mistura de idades, posição social visível</p>
183	Publicidade Lojas Neri Varejão	<p>Ano 3. Edição 110. P. 5. Data: 21 a 27/11/1979.</p> <p>Conteúdo temático: Propaganda</p> <p>Zona: inferior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem e fonte</p> <p>Gênero: Anúncio</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: não identificável</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: não identificável</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagen: 01 crianças, sexo feminino, cor branca, posição social visível, 3-5 anos</p>
184	Graziotim (imagem criança em cavalo de brinquedo)	<p>Ano 3. Edição 110. P. 5. Data: 21 a 27/11/1979.</p> <p>Conteúdo temático: Propaganda</p> <p>Zona: inferior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem e fonte</p> <p>Gênero: Coluna</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: não identificável</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: não identificável</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagen: 01 crianças, sexo feminino, cor branca, posição social visível, 6-10 anos</p>
185	Os anjos de cara suja (Capa)	<p>Ano 3. Edição 110. Capa. Data: 21 a 27/11/1979.</p> <p>Conteúdo temático: Políticas Públicas (Capa)</p> <p>Zona: superior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem e fonte</p> <p>Gênero: Notícia breve</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: exterior</p> <p>Vozes: técnicos sociais</p> <p>Fonte: públicas e institucionais</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p>

		Imagen: apenas a assistente social
186	Escolinha de artes	<p>Comercial com um bebê pintado. Data: 04/05/1979.</p> <p>Conteúdo temático: Propaganda</p> <p>Zona: inferior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem e fonte</p> <p>Gênero: Anúncio</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: não identificável</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: não identificável</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagen: 01 crianças, em desenho, sexo indefinido, 0-2 anos, branca, posição social visível</p>

APÊNDICE B – JORNAL *FOLHA D’OESTE*

Nº	Peças	Dados
01	Um quadro desolador, um desafio aos Chapecoenses	<p>Ano 7. Edição 233. P. 8. Data: 07/02/1970.</p> <p>Conteúdo temático: Criança abandonada</p> <p>Zona: Superior página inteira</p> <p>Valorização: pela grafia e imagem</p> <p>Gênero: Reportagem</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: externo</p> <p>Vozes: não tem</p> <p>Fonte:</p> <p>Assinatura:</p> <p>Imagem: 2 crianças em imagem, idade 5 e 6 anos, cor negra, aparência social visível.</p>
02	Aniversário da CNAE	<p>Ano 7. Edição 239. P. 12. Data: 31/03/1970.</p> <p>Conteúdo temático: Criança aluno</p> <p>Zona: superior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem</p> <p>Gênero: Notícia</p> <p>Localização Geográfica: nacional</p> <p>Espaço: exterior</p> <p>Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas</p> <p>Fonte: públicas e institucionais</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagem: 01 criança, sexo masculino, cor branca, 11-14 anos, posição social visível</p>
03	1º aninho	<p>Ano 7. Edição 240. P. 8. Data: 04/04/1970.</p> <p>Conteúdo temático: Família</p> <p>Zona: inferior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem</p> <p>Gênero: Notícia - fotocomentário</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: não identificável</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: não identificável</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagem: 01 criança, sexo feminino, cor branca, 0-2 anos, posição social visível</p>
04	Resposta a um desafio	<p>Ano 7. Edição P. . Data: 15/05/1970.</p> <p>Conteúdo temático: Criança abandonada</p> <p>Zona: inferior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem</p> <p>Gênero: fotocomentário</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: não identificável</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: não identificável</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagem: Um pé de criança, posição social visível</p>
04	Dentro em breve seremos Cidade Universitária/Quermesse	<p>Ano 7. Edição 263. P. 91. Data: 04/07/1970.</p> <p>Conteúdo temático: Criança, espaço público</p> <p>Zona: superior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem</p> <p>Gênero: Coluna</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: exterior</p> <p>Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas</p>

		Fonte: agências de informação e fontes de rotina Assinatura: peça assinada por (Everton Monterrey) Imagen: 01 criança, sexo feminino, cor branca, 6-10 anos, posição social visível
05	Fraternidade: Uma dessas coisas chocantes	Ano 7. Edição 263. Capa. Data: 04/07/1970. Conteúdo temático: Criança abandonada Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Reportagem Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: não aplicável Fonte: não aplicável Imagen: 2 crianças em imagem, idade 5 e 6 anos, cor negra, aparência social visível.
06	Carnaval 20/23	Ano 7. Edição 280. S.p. Data: 23/01/1971. Conteúdo temático: Criança, espaço público Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Notícia Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: inúmeras crianças, ambos os sexos, mistura de idades, posição social visível
07	Carnaval está de volta (Capa)	Ano 7. Edição 284. Capa, p. 1. Data: 20/02/1971. Conteúdo temático: Criança, espaço público; reportagem na própria capa Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Notícia Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: inúmeras crianças, ambos os sexos, mistura de idades, posição social visível
08	Atenção alunos de Chapecó (Capa)	Ano 7. Edição 285. Capa, p. 1. Data: 27/02/1971. Conteúdo temático: Criança aluno; reportagem na própria capa Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Notícia breve Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: professores e educadores Fonte: pública e institucional Assinatura: peça não assinada Imagen: não disponível
09	APAE	Ano 8. Edição 288. P. 7. Data: 20/03/1971. Conteúdo temático: Políticas Públicas Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Notícia Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: professores, educadores e técnicos sociais

		<p>Fonte: pública e institucional Assinatura: peça não assinada Imagen: não disponível</p>
10	Aniversário Karen Rigo (Capa)	<p>Ano 8. Edição 339. Capa, p. 1. Data: 03/04/1971. Conteúdo temático: Criança família Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: assinada por jornalista feminina (Carmem Eibel) Imagen: 01 criança, sexo feminino, cor branca, posição social visível, 0-2 anos</p>
11	Irmãos de marco propaganda	<p>Ano 8. Edição 302. P. 3. Data: 26/06/1971. Conteúdo temático: Propaganda Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: anúncio Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: 01 criança, sexo masculino, cor branca, posição social visível, 11-14 anos</p>
12	Foto bebe Ana Paula	<p>Ano 8. Edição 304. P. 2. Data: 10/07/1971. Conteúdo temático: Família Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: assinada por jornalista feminina (Carmem Eibel) Imagen: 01 criança, branca, sexo feminino, 0-2 anos, posição social visível</p>
13	Apesar de tudo, a roubalheira continua	<p>Ano 8. Edição 310. P. 3. Data: 21/08/1971. Conteúdo temático: Criança abandonada Zona: peça principal da página Valorização: gráfica pela imagem e número de parágrafos Gênero: Reportagem Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: fontes policiais Fonte: agências de informação e fontes de rotina Assinatura: peça não assinada Imagen: 02 crianças, em desenho, sexo indefinido, 3-5 anos, cor negra, posição social visível</p>
14	Chapecó terá inspetor de Menores	<p>Ano 8. Edição 310. P. 3. Data: 21/08/1971. Conteúdo temático: Criança abandonada Zona: superior da página Valorização: não aplicável Gênero: notícia breve Localização Geográfica: local</p>

		<p>Espaço: exterior Vozes: fontes judiciais Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagem: não disponível</p>
15	Homenagem às mães	<p>Ano n/d. Edição n/d. S.p. Data: 1971. Conteúdo temático: Zona: peça principal da página Valorização: número de parágrafos Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça assinada por jornalista masculino (Paulo Augusto Piccoli) Imagem: 01 desenho de uma mãe com um bebê no colo; 0-2 anos, sexo e cor indefinidos, posição social não visível</p>
16	A invasão dos engraxates	<p>Ano 15. Edição 442. P. 13. Data: 08/09/1973. Conteúdo temático: Criança trabalhadora Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela fonte Gênero: Notícia breve Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: outras fontes Fonte: texto de colaborador Assinatura: peça não assinada Imagem: não disponível</p>
17	Não dê esmolas	<p>Ano 15. Edição 488. P. 10. Data: 10/08/1974. Conteúdo temático: Criança trabalhadora Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: fotocomentário Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagem: inúmeras crianças, mistura de idades, ambos os sexos, posição social visível</p>
18	Pro-menor ganha Kombi	<p>Ano 15. Edição 488. P. 10. Data: 10/08/1974. Conteúdo temático: Políticas Públicas Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: fotocomentário Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagem: inúmeras crianças, mistura de idades, ambos os sexos, posição social visível</p>
19	Mamãe, cuide do seu futuro bebê	<p>Ano 15. Edição 488. P. 13. Data: 10/08/1974. Conteúdo temático: Família Zona: superior da página Valorização: número de parágrafos Gênero: Notícia breve Localização Geográfica: local</p>

		<p>Espaço: interior Vozes: técnicos sociais Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça de personalidade exterior ao jornal (América Ma. De Oliveira – Ext. de Cel. Freitas – ACARESC) Imagem: não disponível</p>
20	Sindicato de Nova Erechim inaugura sede própria	<p>Ano 15. Edição 488. P. 13. Data: 10/08/1974. Conteúdo temático: Criança cidadã Zona: peça principal da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Notícia Localização Geográfica: regional Espaço: exterior Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça assinada por jornalista masculino (Angelo José Dalla Costa) Imagem: 03 crianças, sexo masculino, cor branca, mistura de idades, posição social visível</p>
21	Chapecó perde pioneiro da colonização	<p>Ano n/d. Edição n/d. S.p. Data: 10/07/1975. Conteúdo temático: Criança, espaço público Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Notícia Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: agências de informação e fontes de rotina Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 criança, sexo masculino, cor branca, 3-5 anos, posição social visível</p>
22	O mundo infantil (Capa)	<p>Ano 12. Edição 577. Capa, p. 1. Data: 01/05/1976. Conteúdo temático: Educação Escolar (capa) Zona: superior da página Valorização: não aplicável Gênero: não identificável Localização Geográfica: não identificável Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: não disponível</p> <p>Ano 12. Edição 577. P. 9. Data: 01/05/1976. Conteúdo temático: Educação Escolar (reportagem) Zona: peça única na página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Coluna Localização Geográfica: não identificável Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: não disponível</p>
23	Cantinho da higiene	<p>Ano 11. Edição 535. P. 10. Data: 12/07/1977. Conteúdo temático: Criança aluno Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Notícia</p>

		Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: professores e educadores Fonte: pública e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagen: 02 crianças, sexo masculino, cor branca, mistura de idades, posição social identificável
24	APAE 2	Ano n/d. Edição 281. S.p. Data: 13/08/1977. Conteúdo temático: Políticas Públicas Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Fotocomentário Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: professores, educadores e técnicos sociais Fonte: pública e institucional Assinatura: peça não assinada Imagen: não disponível
25	Irmãos de marco propaganda	Ano 11. Edição n/d. S.p. Data: 13/08/1977. Conteúdo temático: Propaganda Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: 01 criança, sexo masculino, cor branca, posição social visível, 11-14 anos
26	Sede Trentin vai ter quadra iluminada	Ano 15. Edição 642. P. 3. Data: 10/09/1977. Conteúdo temático: Criança cidadã Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Fotocomentário Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagen: 01 criança, sexo feminino, cor branca, 11-14 anos, posição social visível
27	Irmãos de marco propaganda - Você tem coragem...	Ano 15. Edição 642. P. 3. Data: 10/09/1977. Conteúdo temático: Publicidade Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Publicidade Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: 01 criança, sexo masculino, cor branca, posição social visível, 11-14 anos
28	Sociais: Jean Carlo	Ano 11. Edição 645. P. 7. Data: 01/10/1977. Conteúdo temático: Família Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna Localização Geográfica: local

		<p>Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 criança, sexo masculino, cor branca, 0-2 anos, posição social visível</p>
29	José Machado (Capa)	<p>Ano 12. Edição 647. Capa, p. 1. Data: 15/10/1977. Conteúdo temático: Criança infrator (capa) Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Chamada de capa, notícia Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: fontes policiais Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 criança, sexo masculino, cor branca, 11-14 anos, posição social visível</p> <p>Ano 12. Edição 647. P. 10. Data: 15/10/1977. Conteúdo temático: Criança infrator (reportagem) Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Reportagem Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: fontes policiais Fonte: agências de informação e fontes de rotina Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 criança, sexo masculino, cor branca, 11-14 anos, posição social visível</p>
30	Foto criança Gustavo	<p>Ano 11. Edição 648. P. 11. Data: 22/10/1977. Conteúdo temático: Família Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 criança, sexo masculino, cor branca, posição social visível, 0-2 anos</p>
31	Foto Greice Grando	<p>Ano 11. Edição 648. P. 11. Data: 22/10/1977. Conteúdo temático: Família Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 criança, sexo feminino, cor branca, 11-14 anos, posição social visível</p>
32	Editorial sobre o município de Chapecó	<p>Ano 11. Edição 653. P. n/d. Data: 26/11/1977. Conteúdo temático: Família Zona: superior da página Valorização: número de parágrafos Gênero: Editorial</p>

		<p>Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: não disponível</p>
33	Natal dos pobres	<p>Ano 11. Edição 653. P. 11. Data: 26/11/1977. Conteúdo temático: Criança abandonada Zona: superior da página Valorização: não aplicável Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagem: não disponível</p>
34	Foto criança Grazzieli e Marcel	<p>Ano 11. Edição 653. P. 11. Data: 26/11/1977. Conteúdo temático: Família Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: interior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 02 crianças, ambos os sexos, mistura de idades, cor branca, posição social visível</p>
35	A minha vida em meu tempo	<p>Ano 11. Edição 653. P. 11. Data: 26/11/1977. Conteúdo temático: Criança abandonada Zona: superior da página Valorização: não aplicável Gênero: Coluna Localização Geográfica: não identificável Espaço: não identificável Vozes: outras fontes Fonte: outra (leitor) Assinatura: peça de leitor comum Imagem: não disponível</p>
36	Foto criança André Luis	<p>Ano 11. Edição 656. P. 11. Data: 17/12/1977. Conteúdo temático: Família Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 criança, sexo masculino, cor branca, 3-5 anos, posição social visível</p>
37	Foto Rosane de Marco - 15 anos	<p>Ano 11. Edição 656. P. 11. Data: 17/12/1977. Conteúdo temático: Criança, espaço público Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável</p>

		<p>Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 criança, sexo feminino, cor branca, 15 aos, posição social visível</p>
38	Nascimento da criança Flávia	<p>Ano 11. Edição 656. P. 11. Data: 17/12/1977. Conteúdo temático: Família Zona: superior da página Valorização: não aplicável Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: não disponível</p>
39	Mensagem como dentes de uma engrenagem	<p>Ano 11. Edição 657. P. 23. Data: 24/12/1977. Conteúdo temático: Criança propaganda Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 02 crianças em desenho, ambos os sexos, mistura de idades, angelicais</p>
39	Pink Perfumaria	<p>Ano 11. Edição 657. P. 25. Data: 24/12/1977. Conteúdo temático: Criança propaganda Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 02 crianças em desenho, ambos os sexos, mistura de idades, angelicais</p>
40	Mensagem anjos	<p>Ano 11. Edição 657. P. 36. Data: 24/12/1977. Conteúdo temático: Criança da propaganda Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 03 crianças, ambos os sexos, mistura de idades, angelicais, cor branca</p>
40	Aluno Nota 10	<p>Ano 11. Edição 658. P. 1. Data: 07/01/1978. Conteúdo temático: Criança aluno Zona: peça única da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: agências de informação e fontes de rotina</p>

		Assinatura: peça não assinada Imagen: 01 criança, sexo masculino, cor branca, posição social visível, 11-14 anos
41	Relação de prêmios e premiados aluno nota 10	Ano 13. Edição 658. P. 8. Data: 07/01/1978. Conteúdo temático: Criança aluno Zona: peça principal da página Valorização: número de parágrafos Gênero: Notícia Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagen: não disponível
42	De pequenino que se torce o pepino	Ano 13. Edição 660. P: 8. Data: 21/01/1978. Conteúdo temático: Criança ideal Zona: superior da página Valorização: número de parágrafos Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: interior Vozes: outras fontes Fonte: texto de colaborador Assinatura: peça assinada por jornalista masculino (Antônio Zancanaro) Imagen: não disponível
43	Aniversário Roberto (Japi)	Ano 13. Edição 662. P. 8. Data: 04/02/1978. Conteúdo temático: Família Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: 01 criança, sexo masculino, cor branca, 0-2 anos, posição social visível
44	Natação	Ano 13. Edição 662. P. 8. Data: 04/02/1978. Conteúdo temático: Criança, espaço público Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: 07 crianças, ambos os sexos, cor branca, mistura de idades, posição social visível
45	Carnaval 78 - Luciana e Marta	Ano 13. Edição 663. P. 9. Data: 11/02/1978. Conteúdo temático: Espaço público Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada

		Imagen: 02 crianças, sexo feminino, cor branca, 6-10 anos, posição social visível
46	Carnaval 78 - Fabiana	Ano 13. Edição 663. P. 9. Data: 11/02/1978. Conteúdo temático: espaço público Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: 01 criança, sexo feminino, cor branca, 6-10 anos, posição social visível
47	A grande recepção no aeroporto municipal (Capa)	Ano 13. Edição 665. Capa, p. 1. Data: 25/02/1978. Conteúdo temático: Criança trabalhadora; reportagem na própria capa Zona: peça principal da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Notícia Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: agências de informação e fontes de rotina Assinatura: peça não assinada Imagen: crianças de ambos os sexos, mistura de idades, trabalhando, posição social visível
48	Conhecendo a verdade	Ano 13. Edição 666. P. 6. Data: 04/03/1978. Conteúdo temático: Criança ideal Zona: superior da página Valorização: número de parágrafos Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: outras fontes Fonte: texto de colaborador Assinatura: peça de personalidade exterior ao jornal (Pastor Hartmann) Imagen: não disponível
49	Via sacra (Capa)	Ano 13. Edição 670. Capa, p. 1. Data: 01/04/1978. Conteúdo temático: Criança trabalhadora Zona: Superior da página Valorização: Gráfica pela imagem Gênero: Chamada de capa, Fotolegenda Localização Geográfica: local Espaço: Externo Vozes: Fonte: Assinatura: Imagen: Crianças em imagem, crianças de ambos os sexos, mistura de idades, trabalhando, posição social visível
50	Sentindo a vida: O mundo é de quem quer ver	Ano 13. Edição n/d. S.d. Data: 01/04/1978. Conteúdo temático: Criança ideal Zona: superior da página Valorização: número de parágrafos Gênero: Coluna Localização Geográfica: não identificável Espaço: não identificável Vozes: não identificável

		<p>Fonte: não identificável Assinatura: peça assinada por jornalista feminina (Glenda Lunardi) Imagem: não disponível</p>
51	FUCABEM recolherá menores nas ruas segunda-feira	<p>Ano 13. Edição 676. P. 3. Data: 13/05/1978. Conteúdo temático: Políticas Públicas Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Notícia Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: fontes judiciais Fonte: agências de informação e fontes de rotina Assinatura: peça não assinada Imagem: apenas a foto do juiz</p>
52	Centro de Promoção do Menor	<p>Ano 13. Edição 679. P. 12. Data: 03/06/1978. Conteúdo temático: Criança abandonada Zona: peça principal da página Valorização: gráfica pela imagem e número de parágrafos Gênero: Reportagem Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: técnicos sociais, professores e educadores Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagem: não disponível</p>
53	Problema do Menor – uma preocupação constante (FUCABEM)	<p>Ano 13. Edição 681. P. 14. Data: 24/06/1978. Conteúdo temático: Políticas Públicas Zona: superior da página Valorização: número de parágrafos Gênero: Reportagem Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: técnicos sociais, professores e educadores Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagem: não disponível</p>
54	Foto Criança Alessandra (major)	<p>Ano 13. Edição 684. P. 03. Data: 15/07/1978. Conteúdo temático: Família Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 criança, sexo feminino, 0-2 anos, cor branca, posição social visível</p>
55	O leãozinho	<p>Ano 13. Edição n/d. P. 15. Data: 1978. Conteúdo temático: Criança aluno Zona: superior da página Valorização: número de parágrafos Gênero: Notícia Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: públicas e institucionais</p>

		Assinatura: peça assinada por jornalista feminina (Nelcinda Terezinha Moraes) Imagen: não disponível
56	Glamour Girl (Capa)	Ano 14. Edição 683. Capa, p. 1. Data: 08/07/1978. Conteúdo temático: Criança cidadã Zona: Valorização: Gênero: Localização Geográfica: Espaço: Vozes: Fonte: Assinatura: Imagen:
57	Assistência aos menores	Ano 14. Edição 683. P. 13. Data: 08/07/1978. Conteúdo temático: Políticas Públicas Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Notícia Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagen: inúmeras crianças, ambos os sexos, mistura de idades, posição social visível
58	Ana Maria Moraes – Glamour Girl	Ano 14. Edição 684. P. 3. Data: 15/07/1978. Conteúdo temático: Criança cidadã Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: 01 criança, sexo feminino, cor branca, 11-14 anos, posição social visível
59	Aniversario Thais	Ano 14. Edição 688. P. 10. Data: 12/08/1978. Conteúdo temático: Família Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: 01 criança, sexo feminino, cor branca, 0-2 anos, posição social visível
60	O rapto das cebolinhas - peça infantil	Ano 14. Edição 688. P. 10. Data: 12/08/1978. Conteúdo temático: Educação escolar Zona: inferior da página Valorização: número de parágrafos Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada

		Imagen: não disponível
61	Paganella é homenageado em Palmitos	<p>Ano 14. Edição 691. P. 10. Data: 02/09/1978.</p> <p>Conteúdo temático: Criança, espaço público</p> <p>Zona: peça principal da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem e número de parágrafos</p> <p>Gênero: Notícia</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: exterior</p> <p>Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas, técnicos sociais</p> <p>Fonte: públicas e institucionais</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagen: 01 criança, sexo feminino, branca, 11-14 anos, posição social visível</p>
62	Alegria	<p>Ano 14. Edição 691. P. 14. Data: 02/09/1978.</p> <p>Conteúdo temático: Família</p> <p>Zona: superior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem</p> <p>Gênero: Fotocomentário, anúncio</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: interior</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: não identificável</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagen: 01 criança, sexo masculino, cor branca, posição social visível, 0-2 anos</p>
63	A professora do seu filho	<p>Ano 14. Edição 691. P. 14. Data: 02/09/1978.</p> <p>Conteúdo temático: criança aluno</p> <p>Zona: peça principal da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem e fonte</p> <p>Gênero: Fotolegenda</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: não identificável</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: pública e institucional</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagen: apenas a professora</p>
64	Crianças terão festa hoje no índio Condá (Capa)	<p>Ano 14. Edição 697. Capa, p. 1. Data: 14/10/1978.</p> <p>Conteúdo temático: Criança, espaço público</p> <p>Zona: superior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela imagem e fonte</p> <p>Gênero: Chamada de capa</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: exterior</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: não identificável</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagen: 01 criança, sexo masculino, 0-2 anos, cor branca, posição social visível</p> <p>Ano 14. Edição 697. P. 8. Data: 14/10/1978.</p> <p>Conteúdo temático: Criança, espaço público (reportagem)</p> <p>Zona: superior da página</p> <p>Valorização: não aplicável</p> <p>Gênero: Notícia breve</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: exterior</p> <p>Vozes: não identificável</p>

		Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: não disponível
65	Dia da Criança	Ano 14. Edição 697. P. 2. Data: 14/10/1978. Conteúdo temático: Criança ideal Zona: superior da página Valorização: não aplicável Gênero: Notícia breve Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: não disponível
66	Pingo nos “is”	Ano 14. Edição 697. P. 14. Data: 14/10/1978. Conteúdo temático: Criança abandonada Zona: superior da página Valorização: número de parágrafos Gênero: Crônica Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: outras fontes Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: não disponível
67	A professora do seu filho	Ano 14. Edição 697. P. 14. Data: 14/10/1978. Conteúdo temático: Criança aluno Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Fotolegenda Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: pública e institucional Assinatura: peça não assinada Imagen: apenas a professora
68	Pingo nos “is” - 21/10/78	Ano 14. Edição 698. P. 14. Data: 21/10/1978. Conteúdo temático: Criança ideal Zona: superior da página Valorização: número de parágrafos Gênero: Crônica Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: outras fontes Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: não disponível
69	A professora do seu filho	Ano 14. Edição 698. P. 14. Data: 21/10/1978. Conteúdo temático: Criança aluno Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Fotolegenda Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: pública e institucional Assinatura: peça não assinada Imagen: apenas a professora
70	Chapéco está vivendo verdadeiros tempos de mutirão 02/12/78	Ano 14. Edição 704. P. 41. Data: 02/12/1978. Conteúdo temático: Criança, espaço público

		<p>Zona: peça principal na página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Anúncio do município Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça de personalidade exterior ao jornal Imagem: 03 crianças, ambos os sexos, mistura de idades, cor branca, posição social visível</p>
71	Chapéco está vivendo verdadeiros tempos de mutirão 09/12/78	<p>Ano 14. Edição 705. P. 11. Data: 09/12/1978. Conteúdo temático: Criança, espaço público Zona: peça principal na página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Anúncio do município Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça de personalidade exterior ao jornal Imagem: 03 crianças, ambos os sexos, mistura de idades, cor branca, posição social visível</p>
72	O nascimento de cristo (Capa)	<p>Ano 14. Edição 707. Capa, p. 1. Data: 23/12/1978. Conteúdo temático: Criança idealizada Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Mensagem do jornal de Natal Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 criança, 0-2 anos, imagem de cristo bebê na manjedoura</p>
73	Crianças como anjos (Capa)	<p>Ano 14. Edição 707. Capa, p. 1. Data: 23/12/1978. Conteúdo temático: Publicidade; reportagem na própria capa Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Anúncios Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 03 crianças, ambos os sexos, cor branca, imagens angelicais</p>
74	A opinião de Celso Nunes Moura	<p>Ano 15. Edição 708. P. 7. Data: 06/01/1979. Conteúdo temático: Criança ideal Zona: superior da página Valorização: número de parágrafos Gênero: Crônica Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: outras fontes Fonte: não identificável Assinatura: peça assinada por jornalista masculino (Celso Nunes Moura)/peça de personalidade exterior ao jornal (Celso Nunes Moura) Imagem: não disponível</p>

75	7 Dicas para ajudar as crianças	<p>Ano 15. Edição 710. P. 7. Data: 20/01/1979.</p> <p>Conteúdo temático: Família</p> <p>Zona: inferior da página</p> <p>Valorização: gráfica pela fonte</p> <p>Gênero: Crônica</p> <p>Localização Geográfica: não identificável</p> <p>Espaço: não identificável</p> <p>Vozes: não identificável</p> <p>Fonte: não identificável</p> <p>Assinatura: peça de personalidade exterior ao jornal</p> <p>Imagen: não disponível</p>
76	Ver as coisas pela primeira vez	<p>Ano 15. Edição 710. P. 12. Data: 20/01/1979.</p> <p>Conteúdo temático: Criança ideal</p> <p>Zona: superior da página</p> <p>Valorização: número de parágrafos</p> <p>Gênero: Crônica</p> <p>Localização Geográfica: internacional</p> <p>Espaço: não identificável</p> <p>Vozes: outras fontes</p> <p>Fonte: texto de colaborador</p> <p>Assinatura: peça de personalidade exterior ao jornal (Alberto Casal Castel)</p> <p>Imagen: não disponível</p>
77	CNEC recebe 1100 livros da Lunardelli	<p>Ano 15. Edição 710. P. 12. Data: 20/01/1979.</p> <p>Conteúdo temático: Criança abandonada</p> <p>Zona: inferior da página</p> <p>Valorização: não aplicável</p> <p>Gênero: Notícia breve</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: não identificável</p> <p>Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas</p> <p>Fonte: públicas e institucionais</p> <p>Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagen: não disponível</p>
78	Criança: Ano 1	<p>Ano 15. Edição 711. P. 2. Data: 27/01/1979.</p> <p>Conteúdo temático: Criança ideal</p> <p>Zona: superior da página</p> <p>Valorização: número de parágrafos</p> <p>Gênero: Crônica</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: não identificável</p> <p>Vozes: outras fontes</p> <p>Fonte: texto de colaborador</p> <p>Assinatura: peça assinada por jornalista masculino (Gabriel dos Anjos)</p> <p>Imagen: não disponível</p>
79	1979: Ano internacional da criança	<p>Ano 15. Edição 712. P. 2. Data: 03/02/1979.</p> <p>Conteúdo temático: Criança abandonada</p> <p>Zona: superior da página</p> <p>Valorização: número de parágrafos</p> <p>Gênero: Crônica</p> <p>Localização Geográfica: local</p> <p>Espaço: não identificável</p> <p>Vozes: outras fontes</p> <p>Fonte: texto de colaborador</p> <p>Assinatura: peça assinada por jornalista masculino (Ogeni Luiz Dal Cin)</p> <p>Imagen: não disponível</p>
80	O ano internacional da criança poderá tornar-se um ano histórico	<p>Ano 15. Edição 715. P. 14. Data: 24/02/1979.</p> <p>Conteúdo temático: Políticas Públicas</p>

	A palavra do ministro	Zona: peça principal da página Valorização: número de parágrafos Gênero: Pronunciamento Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça assinada (L. G. do Nascimento e Silva) Imagem: não disponível
81	Oi gente, cheguei!	Ano 15. Edição 715. P. 14. Data: 24/02/1979. Conteúdo temático: Criança cidadã Zona: inferior da página Valorização: não aplicável Gênero: Notícia breve Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: não disponível
82	Ano da criança discoteca	Ano 15. Edição 716. P. 2. Data: 03/03/1979. Conteúdo temático: Criança ideal Zona: superior da página Valorização: número de parágrafos Gênero: Crônica Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: outras fontes Fonte: texto de colaborador Assinatura: peça assinada por (Anna de Vasconcelos) Imagem: não disponível
83	Fatos: 12 fatos do estado da infância dos países atualmente em desenvolvimento	Ano 15. Edição 716. P. 7. Data: 03/03/1979. Conteúdo temático: Espaço Público Zona: superior da página Valorização: número de parágrafos Gênero: Notícia breve Localização Geográfica: internacional Espaço: exterior Vozes: estatísticas, documentos, relatórios Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça de personalidade exterior ao jornal Imagem: não disponível
84	1979 ano internacional da criança – direitos	Ano 15. Edição 716. P. 7. Data: 03/03/1979. Conteúdo temático: Espaço Público Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela imagem Gênero: Notícia breve Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 símbolo do Ano Internacional da Criança
85	FUCABEM regional e suas atividades	Ano 15. Edição 717. P. 5. Data: 10/03/1979. Conteúdo temático: Políticas Públicas Zona: peça principal da página Valorização: número de parágrafos Gênero: Reportagem Localização Geográfica: local Espaço: exterior

		Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagen: não disponível
86	Sociais: A criança e o ano internacional	Ano 15. Edição 717. P. 11. Data: 10/03/1979. Conteúdo temático: Espaço público Zona: inferior da página Valorização: não aplicável Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça assinada por jornalista feminina (Carmen Guimarães). Imagen: não disponível
87	Rotary Chapecó Oeste e Rotara CT Clube no pedágio do carinho	Ano 15. Edição 717. P. 11. Data: 10/03/1979. Conteúdo temático: Políticas Públicas Zona: inferior da página Valorização: não aplicável Gênero: Coluna Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça assinada por jornalista feminina (Carmen Guimarães). Imagen: não disponível
88	Mãe, milagres repetidos	Ano 15. Edição 725. Capa, p. 1. Data: 12/05/1979. Conteúdo temático: Família; reportagem na própria capa Zona: peça principal da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Reportagem Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: 01 criança, sexo masculino, cor branca, 0-2 anos, posição social visível
89	Escolinha de artes	Ano 15. Edição 725. P. 6. Data: 12/05/1979. Conteúdo temático: Criança aluno Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: 01 criança em desenho, sexo não definido, cor branca, posição social visível, 0-2 anos
90	Sander coloca sob proteção social especial quatro áreas verdes (Capa)	Ano 15. Edição 729. Capa, p. 1. Data: 09/06/1979. Conteúdo temático: Criança, espaço público; reportagem na própria capa Zona: peça principal da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Notícia Localização Geográfica: local

		<p>Espaço: interior Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagem: 03 crianças, sexo masculino, cor branca, mistura de idades, posição social visível</p>
91	Conhecendo a verdade 16/6/79	<p>Ano 15. Edição 730. P. 11. Data: 16/06/1979. Conteúdo temático: Criança ideal Zona: superior da página Valorização: número de parágrafos Gênero: Crônica Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: outras fontes Fonte: fontes não oficiais Assinatura: peça de personalidade exterior ao jornal (Pastor Hartmann) Imagem: não disponível</p>
92	Conhecendo a verdade 14/7/79	<p>Ano 15. Edição 733. P. 11. Data: 14/07/1979. Conteúdo temático: Criança ideal Zona: superior da página Valorização: número de parágrafos Gênero: Crônica Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: outras fontes Fonte: fontes não oficiais Assinatura: peça de personalidade exterior ao jornal (Pastor Hartmann) Imagem: não disponível</p>
93	Conhecendo a verdade 21/7/79	<p>Ano 15. Edição 734. P. 11. Data: 21/07/1979. Conteúdo temático: Criança ideal Zona: superior da página Valorização: número de parágrafos Gênero: Crônica Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: outras fontes Fonte: fontes não oficiais Assinatura: peça de personalidade exterior ao jornal (Pastor Hartmann) Imagem: não disponível</p>
94	Olhe o futuro de Santa Catarina sorrindo para você	<p>Ano 15. Edição 741. P. 6. Data: 08/09/1979. Conteúdo temático: Criança, espaço público Zona: peça única na página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Anúncio do governo do Estado Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagem: 09 crianças, ambos os sexos e cores, mistura de idades, posição social visível</p>
95	Caça e pesca inaugurou sua nova sede	<p>Ano 15. Edição 742. P. 7. Data: 15/09/1979. Conteúdo temático: Criança, espaço público Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem e número de parágrafos Gênero: Notícia</p>

		<p>Localização Geográfica: local Espaço: exterior Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada</p> <p>Imagen: inúmeras crianças, ambos os sexos, mistura de idades, posição social visível</p>
96	Crianças – mantenha a distância	<p>Ano 15. Edição 743. P. 2. Data: 22/09/1979. Conteúdo temático: Família Zona: superior da página Valorização: não aplicável Gênero: Coluna social Localização Geográfica: local Espaço: interior Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: não disponível</p>
97	Vacine seu filho. Antes que seja tarde	<p>Ano 15. Edição 743. P. 2. Data: 03/12/1979. Conteúdo temático: Família Zona: peça principal da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Fotolegenda Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: responsáveis políticos e figuras públicas Fonte: públicas e institucionais Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 criança, sexo masculino, 11-14 anos, posição social não visível</p>
98	Entendeu, Papai Noel?	<p>Ano 15. Edição 743. P. 2. Data: 03/12/1979. Conteúdo temático: Propaganda Zona: inferior da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte Gênero: Anúncio Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagem: 01 crianças, sexo masculino, cor branca, 6-10 anos, posição social visível</p>
99	Conhecendo a verdade	<p>Ano 15. Edição 745. P. 11. Data: 13/10/1979. Conteúdo temático: Criança ideal Zona: superior da página Valorização: número de parágrafos Gênero: Crônica Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: outras fontes Fonte: fontes não oficiais Assinatura: peça de personalidade exterior ao jornal (Pastor Hartmann) Imagem: não disponível</p>
100	É tempo de paz (Capa)	<p>Ano 15. Edição 754. Capa, p. 1. Data: n/d. Conteúdo temático: Criança ideal; reportagem na própria capa Zona: superior da página Valorização: gráfica pela imagem e fonte</p>

	<p>Gênero: Fotocomentário Localização Geográfica: local Espaço: não identificável Vozes: não identificável Fonte: não identificável Assinatura: peça não assinada Imagen: 01 criança, cor branca, 0-2 anos, cristo na manjedoura</p>
--	--